

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57^a LEGISLATURA
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
(REUNIÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA (SEMIPRESENCIAL))

Em 5 de Dezembro de 2023
(Terça-Feira)

Às 14 horas e 30 minutos

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Boa tarde a todos e a todas.

Havendo quórum, abrimos a 20^a Reunião Deliberativa Ordinária, que ocorre de forma semipresencial. Há Parlamentares presentes no Plenário e Parlamentares que participam de forma virtual, através da plataforma Zoom.

Declaro iniciada a presente reunião deliberativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, para a votação da matéria constante da pauta.

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (PP - SE) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não, Senador Laércio Oliveira.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (PP - SE) - Eu não consegui fazer o registro digital. Gostaria que V.Exa. considerasse a minha presença.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Registro feito. Muito obrigada.

Expediente.

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão do dia 22 de novembro até a presente data, inclusive os avisos do TCU que não receberam recomendação para autuação, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na Internet. No entanto, caso algum Parlamentar se interesse pela relatoria da matéria, peço que se manifeste.

Apreciação das atas.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das seguintes atas: ata da 18^a Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada no dia 21 de novembro de 2023; e ata da 19^a Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada no dia 28 de novembro de 2023.

Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Ordem do dia.

Item 1. Apreciação das sugestões de emendas a serem apresentadas pela Comissão à Lei Orçamentária Anual para 2024, o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29, de 2023. Relator: Senador Eduardo Gomes.

Foram sugeridas pelos membros da Comissão 52 emendas, sendo 45 emendas de apropriação, três emendas de remanejamento e quatro emendas de texto.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Gomes, para que apresente as emendas.

O SR. EDUARDO GOMES (PL - TO) - Boa tarde, Sra. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Trata-se de deliberação sobre as emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024.

"1. Relatório

(...) No prazo avençado foram apresentadas 53 (cinquenta e três) propostas de emendas, das quais 4 (quatro) voltadas ao aperfeiçoamento do texto do projeto, e 49 (quarenta e nove) destinadas a programações orçamentárias de políticas públicas abrigadas pela competência regimental desta Comissão.

Das propostas de emendas à despesa, 4 (quatro) foram para remanejamentos e 45 (quarenta e cinco) voltadas à apropriação de despesas (...). Entre as sugestões de emendas de apropriação, 23 (vinte e três) são destinadas ao acréscimo de dotações a programações já constantes do projeto e outras 22 (vinte e dois) têm o objetivo de incluir novas programações, com os respectivos recursos e metas correspondentes (...). Das emendas de remanejamento, 3 (três) pretendem incluir novas programações e 1 (uma) objetiva acréscimo de dotação já constante do projeto.

As emendas sugeridas pelos nobres pares encontram-se listadas em quadro anexo, sendo referenciadas neste voto pelo seu número de ordem no mencionado quadro.

É o relatório.

2.2. Análise

(...) todas as emendas à despesa apresentadas guardam compatibilidade com as normas regimentais, uma vez que estão alinhadas às competências da Comissão, bem como possuem interesse nacional.

Não obstante (...), existe uma limitação numérica para que esta Comissão apresente emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (4 emendas de apropriação e 4 emendas de remanejamento).

Para a seleção dentre as muitas emendas — todas meritórias —, utilizamo-nos dos critérios da preferência manifestada pelo conjunto da Comissão, buscando prestigiar aquelas com maior número de repetições. Além disso, em observância ao princípio que determina às Comissões formular propostas de interesse nacional, propomos a seleção de emendas que tenham relevância na agenda política, de forma a favorecer ações que promovam políticas públicas prioritárias em âmbito nacional.

Assim, considerando a faculdade de a Comissão apresentar até quatro emendas de remanejamento à despesa, somos pela aprovação de todas as quatro emendas propostas, a serem convertidas em emendas de remanejamento da CMO:

1. Sugestão de Emenda nº 28, de autoria do Deputado Federal Sergio Souza, para Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios Integrantes da Região do Semiárido — Nacional, no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);

2. Sugestão de Emenda nº 30, de autoria do Deputado Federal Sergio Souza, para Apoio a Sistemas de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas nos Municípios Brasileiros — Nacional, no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

3. Sugestão de Emenda nº 38, de autoria do Senador Marcelo Castro, para Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas — Nacional, no valor de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais);

4. Sugestão de Emenda nº 49, de autoria do Senador Eduardo Gomes, para Construção de Navios-Patrulha de 500 toneladas (NPa 500t) — Nacional, no valor de R\$90.030.171,11 (noventa milhões trinta mil cento e setenta e um reais).

Além disso, indicamos as seguintes prioridades a serem convertidas em emendas de apropriação de autoria da Comissão:

5. Sugestão de Emenda (...) da Senadora Daniella Ribeiro", para adequação do trecho rodoviário "na BR-230/PB, no Estado da Paraíba, no valor de R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais).

6. Sugestão de Emenda nº 9, para Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional — Nacional, do Deputado Federal Bohn Gass, no valor de R\$1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais), que também contempla o objeto da proposta nº 45, do Deputado Guilherme Boulos;

7. Sugestão de Emenda nº 20, do Deputado Federal Castro Neto, para Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas — Nacional, no valor de R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), que também contempla o objeto das propostas nºs 19, 21, 22 e 23, respectivamente dos Senadores Daniella Ribeiro e Efraim Filho e dos Deputados Geraldo Resende e Ivoneide Caetano; e

8. Sugestão de Emenda nº 27, para Planejamento, Inteligência, Inovação e Competitividade no Turismo — Nacional, do Senador Eduardo Gomes, no valor de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

Quanto às demais sugestões de emendas à despesa para esta Comissão, não obstante o seu inegável mérito, devemos propor o não acolhimento, tendo em vista o limite quantitativo de quatro emendas de apropriação por Comissão Permanente (...). Relativamente às propostas de aperfeiçoamento do texto do PLOA 2024, somos pela aprovação das quatro emendas apresentadas, no mérito.

3. Da conclusão

Consideramos, assim, que a distribuição das emendas aprovadas leva a intervenção da Comissão ao máximo possível de regiões nas funções de governo da sua área regimental de atuação, segundo o interesse dos Parlamentares do colegiado, evidenciado pelo número de emendas apresentadas a cada finalidade.

Por essa razão, votamos pela aprovação do parecer, nos seguintes termos:

- I) pelo acolhimento, no mérito, das sugestões de Emendas de Texto de nºs 50, 51, 52 e 53;
- II) pelo acolhimento, no mérito, das sugestões de Emendas de Remanejamento de nºs 28, 30, 38 e 49;
- III) pelo acolhimento, no mérito, das sugestões de Emendas de Apropriação de nºs 2, 9, 20 e 27; e
- IV) pelo não acolhimento, no mérito, pelas razões expostas, das demais sugestões de emendas apresentadas."

É este o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - As sugestões de emendas da CMO à LOA 2024 estão em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, a discussão está encerrada.

As sugestões de emendas da CMO à LOA 2024 estão em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

As sugestões de emendas da CMO à LOA 2024 estão em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. Senadoras e Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

O SR. MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS - RR) - Sra. Presidente, pela ordem. Sou o Senador Mecias de Jesus. Peço a V.Exa. que registre minha presença.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não, Senador Mecias de Jesus. Registro a presença de V.Exa. Informo também que não há manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE quanto às emendas apresentadas e às de Relator ao Projeto de Lei nº 28/2023-CN, PPA 2024/2027, conforme dispõe o parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Solicito autorização do Plenário para votação do relatório apresentado ao Projeto de Lei do Plano Plurianual para 2024/2027, sem a manifestação do CAE.

A solicitação de autorização está em votação.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, o que estamos votando agora — só para eu entender — é a votação da quebra para votar o PPA? É isso?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - É a dispensa do Comitê de Admissibilidade de Emendas.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Tudo bem. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. Senadoras e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Item 3. Apreciação do relatório, Erratas nºs 1 e 2, bem como complemento de voto, apresentados ao Projeto de Lei nº 28/2023-CN, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027.

Relator: Deputado Bohn Gass.

Foram apresentadas 284 emendas, sendo 114 de investimento; 67 de objetivo/meta/regionalização; 70 de programas e 33 de texto.

Passo a palavra ao Deputado Bohn Gass, para a apresentação do relatório, das Erratas nºs 1 e 2, e do complemento de voto.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Sra. Presidenta, eu quero agradecer a deferência de V.Exa. e dos colegas em poder ser o Relator deste projeto de lei tão importante que é o PPA, nosso planejamento do que queremos do nosso País de 2024 a 2027.

Quando veio essa peça orçamentária por parte do Governo, ela veio embasada com o que o Governo denominou de Plano Plurianual participativo, porque houve audiências presenciais nas 27 Unidades da Federação e uma participação virtual bastante forte também. Mais de 4 milhões e 500 mil pessoas participaram e interagiram para a construção desse plano. O mesmo ocorreu nos conselhos, que foram retomados em várias áreas. No Fórum Interconselhos, houve uma participação popular fortíssima. Então ele ficou consignado como PPA participativo para este período de 2024 a 2027.

Quando nós recebemos e aprovamos aqui... Eu quero agradecer aos colegas Parlamentares que aprovaram a presença conosco, para realizar esse debate, da Ministra Simone Tebet, do Planejamento, e do Ministro Márcio Macêdo, da Secretaria-Geral de Governo, que foram designados pelo Governo do Presidente Lula para elaborar essa proposta. Eles estavam aqui conosco. Foi um debate longo, uma apresentação longa desses 13,3 trilhões de reais para este próximo período de 4 anos, para atividades diretamente do Orçamento da União, das estatais, enfim, dos projetos em nível nacional para esse programa.

Houve três eixos fundamentais na estruturação dos 88 programas. O primeiro é desenvolvimento social, com diminuição das desigualdades; o segundo, desenvolvimento econômico, com geração de renda, trabalho e neoindustrialização, uma industrialização nova, mais descarbonizada, mais verde; e o terceiro, democracia, reconstrução do Estado e soberania.

A partir do debate que nós realizamos aqui com os Ministros, nós passamos a aprofundar cada um desses eixos — eu quero agradecer também a presença da sociedade civil, dos Parlamentares — e pudemos aprofundar o debate em cada um dos eixos, convidando sempre Governo e entidades da sociedade civil. O Congresso e os Parlamentares tiveram oportunidade de participar.

As prioridades que o Governo coloca são na área do combate à fome, efetivamente, para tirar o Brasil do *Mapa da Fome*, enfrentamento especial no combate às alterações climáticas, às emergências climáticas. Aí há uma alocação de recursos sensíveis para um enfrentamento mais organizado às sinistralidades e, por outro lado, prevenções, que são fundamentais para termos um ambiente mais sustentável e equilibrado, para não haver tantos efeitos sobre as alterações climáticas. Há a questão da educação, da saúde, da neoindustrialização, do PAC, que passa a ser um programa vultoso de recursos que dialoga com todos esses objetivos em nível nacional também com obras. E também há as pautas consideradas transversais de inclusão da cidadania, que significam questão ambiental, luta antirracial, povos originários, criança e adolescente, mulheres. Que possa haver inclusão de todos esses elementos nesse debate.

Nós fizemos esse debate aqui. Aprovamos o nosso relatório preliminar. Eu quero também agradecer aos colegas Parlamentares — Senadores e Deputados. A partir daí vieram, então, as emendas dos Parlamentares, das Comissões e das bancadas. Foram 284 emendas — 33 emendas de texto e 251 emendas a despesas.

Mantivemos o texto original dos 88 programas, a fim mantê-los.

Sobre alguns pleitos de Parlamentares com relação a obras e a investimentos que não estavam contemplados — em aeroportos, rodovias, barragens, enfim, várias outras obras de investimentos que não estavam incorporadas aqui —, nós anexamos ao item 7, dos investimentos, o 7-B, que inclui exatamente a possibilidade de os Parlamentares poderem ter suas indicações acolhidas parcialmente, contando para o próximo período com as próprias emendas de Comissão, ou de bancada, ou individuais, para que possa haver aprovações no futuro por meio dessas condicionantes.

Além disso, vários Parlamentares aqui colocaram algo, e nós priorizamos no relatório, que fiz questão de apresentar até domingo à noite, para que todos pudessem fazer a sua leitura, olhar. Precisamos apenas fazer duas erratas. Uma é especificamente uma questão formal, por causa da combinação dos sistemas que vieram do Governo e do esforço interno que foi feito para a adequação desses sistemas. Quero agradecer a toda a equipe do PRODASEN e da DITEC, pessoas que trabalharam intensamente para que pudéssemos funcionar e lançar todos esses programas aqui. Esta é uma correção, uma das erratas que apresentamos, Senadora Daniella. A outra errata que apresentamos foi a partir de uma sugestão do Governo, quanto à meta de índices em relação à emissão de gases do efeito estufa. Foi outra alteração apresentada pelo próprio Governo que nós incorporamos.

Em face de uma demanda Parlamentar, neste caso, da Senadora Mara Gabrilli, sobre um aspecto da sua luta, do seu trabalho, e acredito que todos nós incorporamos, no sentido que as pessoas com deficiência deveriam ter uma política

específica, que está contemplada em vários programas do Governo, apenas há uma ênfase maior, e esse destaque eu quero fazer nas observações complementares.

Foram apenas essas as duas erratas que nós apresentamos, que já foram submetidas a este Plenário pela nossa Presidenta. Agora, eu também valorizei muito as emendas coletivas dos Estados. Vários Estados apresentaram obras, e para todas colocamos um "sim" no Anexo B, mas com preferência em relação às individuais, pelo contexto coletivo, porque se supõe que vão precisar de recursos, e aí as emendas de bancada ou de Comissão é que vão dar mais volume para essas obras que são mais sensíveis.

Houve alguns aspectos — eu falei com vários colegas Parlamentares que me procuraram depois do envio de suas emendas — que ainda quero destacar aqui também, que nós incorporamos.

Quanto à EMBRAPA — acredito que todos nós aqui concordamos que a ideia da pesquisa agropecuária no Brasil é fundamental para termos avanços significativos em relação à agricultura no País —, que é fundamental, nós fizemos, aqui, sim, uma elevação específica, a partir de várias emendas — recolhi com sensibilidade —, no valor de 180 milhões de reais, além do que já havia sido proposto aqui com relação à EMBRAPA.

Nós também acolhemos aqui... Nas nossas audiências aqui estava muito presente a mobilização das pessoas que são protetoras de animais, que defendem os animais. E aí nós também fizemos uma pequena alteração, em torno de 20 bilhões de reais, além do que já havia sido colocado, em função da mobilização e também porque esse ponto foi muito votado na participação popular e social.

A ciência e a tecnologia têm um centro de produção de semicondutores, de *chips* — é uma unidade da CEITEC no Estado do Rio Grande do Sul, que é nacional, mas ela está no Rio Grande do Sul —, que também está sendo estruturada novamente, porque havia sido colocada em liquidação, e que, portanto, precisava ter um objetivo específico nesta área da formação da produção de semicondutores, pela importância da nossa indústria nacional na área da ciência e tecnologia. Então, nós também incorporamos este elemento como um destaque que eu quero fazer no nosso Plano Plurianual, na ideia da soberania, da geração de emprego qualificado para a nossa indústria nacional.

Além disso, na invisibilidade estão muitos pecuaristas familiares, que trabalham com a pecuária e que precisavam também ter um destaque tanto nas ações do MAPA como nas do MDA. Nós também incorporamos essa terminologia da pecuária familiar no nosso relatório.

E o que me parece ser fundamental e eu quero destacar, já indo para o encerramento da minha fala, é que este PPA, diferentemente dos outros, traz um elemento fundamental, que é — e até quero saudar o Bira, que está aqui, representando o nosso Ministro Márcio Macêdo, e o Renato Simões — a ideia de indicadores-chave. De nada adianta nós aqui apresentarmos uma ideia, que muitas vezes é conhecida como peça de ficção, e daqui a 4 anos avaliarmos o que foi aprovado, se foi encaminhado ou não foi encaminhado. Aqui, não. Aqui temos indicadores-chave em cada uma das áreas, muito bem estruturados. Eu queria participar isso, porque, na equipe da Secretaria Geral de Governo do Ministério, eu quero saudar também, nas pessoas da Leany e da Raquel, as demais pessoas com quem, pela Ministra Simone Tebet, conversei no Ministério, e que estiveram aqui apresentando indicadores em todas as áreas.

E o PPA vai ter uma análise anual — anual, isso é muito importante, Senadores —, que é avaliação e monitoramento. E o Governo até 30 de setembro, anualmente, vai enviar para esta Casa, para a Comissão Mista de Orçamento, exatamente o que ele está efetivando dos seus projetos do PPA, para que não tenhamos uma peça de ficção, que ela esteja vinculada à PLOA, à LOA, ao PAC, às ações, ao debate, à avaliação e a remanejamentos que precisarão ser feitos. Então, nós não vamos daqui a 4 anos avaliar novamente o PPA, nós vamos avaliá-lo a cada ano. Essa parte eu incluí, mantive, porque veio por parte do Governo, e ampliei ainda com emendas, com sugestões para ter cada vez mais transparência, para que a sociedade, através de um *site* que o próprio Governo já vai colocar, possa participar. Então, essa questão da transparência é algo que também eu quero registrar com muita força.

Quanto à parte da luta antirracial ou da negritude, através de várias emendas — e uma delas foi da Senadora Benedita —, eu também quero destacar aqui que nessas análises estejam sempre presentes as questões étnico-raciais. Eu considerei isso muito importante. Já constava, mas está mais explicitado aqui e também está incorporada e aceita esta emenda apresentada.

Eu quero concluir, Presidente, Senador Marcelo Castro, e dizer que foi um trabalho feito a muitas mãos por parte do Governo. Eu senti que havia uma ação interna no Governo, com vários seminários, buscando realmente análises de uma projeção de crescimento em torno de 2,5% anual para que tenhamos, de fato, recursos, e chegemos a esses 13,3 trilhões de reais, que é o total apresentado nesta peça, e, depois, com a participação social e com as emendas dos Deputados e Senadores — da forma como eu pude dialogar e incorporar —, acredito que esta é uma síntese muito importante que estamos apresentando para o Brasil, em uma cultura de planejamento. Eu quero insistir nisso. Aqui, nós estamos olhando

apenas 1 ano, um período curto, mas nós estamos olhando um longo período, e esta cultura de planejamento eu acredito que seja muito importante.

Quero concluir agradecendo imensamente aos colegas Deputados e Senadores. O nosso esforço é este que tenho registrado aqui, para que tenhamos um projeto o mais participativo possível e possamos aprovar esta peça tão importante que é o planejamento do PPA.

Obrigado, Presidente.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as Emendas nºs 1405.0003, 1468.0003, 2210.0005, 3901.0004, 3965.0002, 3984.0001, 5017.0001, 5017.0002, 5043.0001 e 6003.0001, indicadas pelo Relator no seu relatório.

O relatório apresentado, as Erratas nºs 1 e 2, bem como a complementação de voto, estão em discussão.

Tem a palavra o nobre Deputado José Rocha.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Sr. Presidente, nem a relação dos autores nós temos destas rejeições.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero colocar uma questão que eu acho que acomete vários Parlamentares desta Casa, que é o não empenho de várias emendas impositivas individuais dos colegas.

Por exemplo, eu tenho emenda impositiva na área da saúde para o Hospital Aristides Maltez, que trata do câncer no Estado da Bahia, sem empenho; tenho emenda impositiva para o Hospital Martagão Gesteira, que trata de crianças no meu Estado, também não empenhada; tenho emenda para o Hospital Santa Izabel, Santa Casa de Misericórdia da Bahia, sem empenho, dentre outras 26 emendas impositivas individuais sem empenho.

Eu acho, Sr. Presidente, que isto é um absurdo. Nós não podemos ser considerados dessa maneira, ainda mais V.Exa., que foi o Relator. Inclusive, V.Exa. estranhou que essas emendas não tivessem sido empenhadas, muito menos liquidadas.

Fica difícil compreendermos que não há uma sensibilidade para atender a entidades tão carentes e necessitadas dos recursos públicos, como o Hospital Aristides Maltez, o Hospital Martagão Gesteira e o Hospital Santa Izabel, na Bahia.

São 26 emendas individuais impositivas sem empenho de autoria deste Deputado.

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Deputado João Leão.

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Acompanho e dou meu integral apoio ao Deputado José Rocha. Emenda impositiva é impositiva, não é? Emenda impositiva — o nome está aí — é para ser impositiva. O Deputado José Rocha está coberto de razão. Muitos outros Deputados desta Casa não tiveram as suas emendas liquidadas.

Sobre o PPA, eu queria dar os meus parabéns e os agradecimentos do povo da Bahia a V.Exa., Deputado Bohn Gass. V.Exa. acatou as emendas da ponte Salvador-Itaparica.

Eu fui o autor do projeto da ponte; quer dizer, fui o idealizador do projeto da ponte Salvador-Itaparica, o protagonista principal, e não adianta nada fazermos a duplicação da ponte Salvador-Itaparica e não levarmos adiante a duplicação da Ponte do Funil, ligando a ilha de Itaparica ao continente, duplicando-a até o Município de Nazaré; a ponte de Nazaré até Santo Antônio de Jesus, já na BR-242; de Santo Antônio de Jesus a Castro Alves; e de Castro Alves ao entroncamento da BR-116. Isto é de uma importância tremenda para o Estado da Bahia.

Meu caro Presidente, Senador Marcelo Castro, que tanta honra tem trazido para esta Casa, V.Exa. é um exemplo, V.Exa. é um espelho para todos nós nos vermos e o seguirmos. Estas obras duplicam a receita do Estado da Bahia — duplicam! Eu fui Secretário de Planejamento do Estado da Bahia por duas vezes, fui Secretário da SDE, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, e fui Secretário de Infraestrutura do Estado da Bahia. Eu tenho pleno conhecimento do que estou lhe dizendo, Senador Castro. V.Exa. é uma grande figura.

Quero aqui, em nome do povo da Bahia, agradecer ao meu Relator. Eu vou mandar dar um título de cidadão baiano a S.Exa., em função do acatamento dessas emendas aqui. S.Exa. merece muito isso, assim como o Senador bonitão do Piauí, o meu nobre Senador Castro.

Eu vou marcar o dia e a hora para os dois receberem juntos esse título.

Isso aqui, Senador Castro, é de uma importância para o Estado da Bahia... Eu hoje saio feliz daqui, muito feliz, mas muito feliz mesmo, de ver que valeu a pena trabalhar e fazer acontecer.

Muito obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra a nobre Deputada Adriana Ventura, para discutir a matéria.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Presidente.

Na verdade, eu já conversei com o Deputado Bohn Gass e quero agradecer-lhe por ter feito audiências, ter debatido, ter cumprido o prazo, ter disponibilizado o relatório, ter aberto o debate, o que eu acho muito importante que façamos nesta Comissão. Então, ele colocou o relatório à disposição, as pessoas puderam lê-lo, analisá-lo. Eu acho que isso é de muito valor.

Eu entendo que o Governo que está hoje no comando tem que dar as suas diretrizes, sua visão e seu enfoque. Eu tenho uma visão de mundo um pouco diferente. Respeitosamente, eu já falei para ele que eu votarei contra o PPA, porque existe um viés que me incomoda, que é a questão de o Governo estar fazendo o que, na minha visão, a iniciativa privada deve fazer. Nós sabemos que o Governo tem participação em 700 empresas, e o objetivo do Governo não é ser acionista de empresa.

Há muitas coisas aqui que representam outra visão de mundo, mas eu parabenizo o Deputado Bohn Gass pelo trabalho que ele realizou, pelas audiências que foram feitas e pela abertura que deu para ouvir as pessoas.

Muito obrigada, Deputado Bohn Gass.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em discussão o relatório do Deputado Bohn Gass.

Não havendo mais quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

O processamento dos destaques está sendo realizado pela Secretaria da CMO. Nos próximos minutos, anuncaremos a quantidade.

Sr. Relator, Deputado Bohn Gass, V.Exa. tem a palavra enquanto esperamos os destaques.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Senador, agradeço imensamente a participação dos Parlamentares.

Desde que esta peça veio do Governo, eu tive a oportunidade de ir a audiências em alguns Estados do País para acompanhar o debate e ouvir as pessoas de perto. Há uma ansiedade para participar, sugerir, debater.

O plano tem eixos claros e bem definidos, tem metas. Quero destacar isso mais uma vez.

Eu vi uma matéria jornalística que dizia que o PPA de 4 anos atrás foi cumprido 30% numa parte, 25% noutra. Eu achei isso ofensivo inclusive ao Parlamento, que aprova uma peça que não tem avaliação e monitoramento permanentes. Haverá indicadores e avaliação e monitoramento anuais. Eu quero insistir nisto: a cada ano, até o dia 30 de setembro, o Governo enviará para esta Comissão um balanço dos indicadores encaminhados no período, e esta Casa poderá apreciar isso. Além disso, os dados estarão num site público, transparente, e a sociedade também deverá participar. É o desafio da democracia essa participação da sociedade.

E aí, com as emendas sugeridas pelos Senadores, pelos Deputados, pelas Comissões, pelas bancadas, o esforço, como Relator, era exatamente para incorporar, Deputado João Leão, ações que os Parlamentares trouxeram das suas demandas regionais. Quando não estão ainda no Orçamento, elas precisam dessa complementação, que é uma sequência de um debate salutar que nós fizemos com as nossas bancadas das emendas que são constituídas.

Eu falo de uma experiência importante com uma ponte internacional em Porto Xavier, no Rio Grande do Sul, e San Javier, na Argentina. A bancada gaúcha, depois de inúmeros debates, alocou recursos para isso. Decidimos que queríamos que o projeto fosse feito e colocamos recursos pela bancada. O debate garantiu os recursos para que a ponte se viabilizasse. Acho que debates assim é que nos dão qualidade e consistência.

Eu quero agradecer, Deputado João, a sua manifestação.

Quero agradecer também a V.Exa., Deputada Adriana Ventura. O que nos dá qualidade, segurança e confiança na nossa relação política aqui é a transparência, é a clareza de opiniões. E isso eu tenho valorizado muito. Eu quero agradecer a V.Exa. a referência que fez. Nós conversamos sobre isso. Outras pautas nós já debatemos aqui. Diferenças em questões políticas e programáticas não podem atrapalhar um debate exaustivo como o que nós fizemos aqui, com clareza de opiniões. A sua manifestação foi muito respeitosa, e eu quero me manifestar da mesma forma.

Eu preciso, para encerrar, Senador Marcelo Castro, agradecer por essa obra, que, como disse, foi feita a muitas mãos — as mãos daqueles que aparecem, que falam, que sobem à tribuna. São os Parlamentares, os Prefeitos, as lideranças comunitárias, o Governo, os Ministros, os pesquisadores, as pessoas das universidades que nós trouxemos para o debate.

Eles têm a expressão. Há, ainda, muitos que, como os nossos assessores nos gabinetes, trabalham e não aparecem aqui, mas têm também uma contribuição importante. Eu preciso fazer este registro neste momento, porque, repito, o PPA foi construído a muitas mãos — várias pessoas ajudaram.

Não quero cometer nenhuma injustiça, mas as pessoas mais diretamente envolvidas, com quem mais falávamos, estão aqui ao meu lado. O Fidelis, da consultoria, está na coordenação pela Câmara.

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Grande figura!

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - A Rita, pelo Senado, tem dado uma contribuição extraordinária. Eu quero saudar também, da nossa bancada, o Anderson, que, nos últimos dias, estava 100% dedicado a isso. Faço menção, ainda, ao Tadeu, ao Felipe, ao Tiago, à equipe do PRODASEN e da DITEC. Desta Comissão, agradeço ao Walbinson, que não está aqui agora, e à Socorro. Deixo para eles e para toda a equipe um grande abraço. Do meu gabinete, faço menção ao meu chefe de gabinete, o Fernando, e à Bete, que vocês veem seguidamente participando da coordenação dos trabalhos. Estava 100% dedicada a isso também. Eu quero deixar a todos eles meu agradecimento.

Como Relator, quero dizer que essa não é uma peça que se termina num ano — é uma peça de 4 anos. A ideia é a cultura de planejamento, é pensar o futuro, com diretrizes que, de fato, façam o Brasil ser sustentável e permitam que sua economia cresça, que sua democracia avance. A ideia é que se consiga, com o orçamento participativo, dentro daquilo que diz a Constituição Federal, a representação, a democracia representativa, por meio dos Parlamentares eleitos, e a democracia direta, com a participação direta da sociedade, também exemplificada na Constituição brasileira.

Eu lembro uma frase de Ulysses Guimarães, Senador Marcelo Castro, Deputado João Leão, que, quando levantou a Constituição de 1988, que envolveu também um processo participativo muito forte da comunidade brasileira, disse que o povo era o superlegislador. Eu fiz questão de escrever isso aqui. O povo é o superlegislador.

Foi um processo importante.

Acredito que vamos aprovar a matéria neste momento, mas temos o desafio de continuar democratizando cada vez mais a representação da nossa democracia direta, em combinação com a democracia representativa.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Viva a Bahia, gente! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não foram apresentados destaques.

O relatório apresentado ao projeto de lei do Plano Plurianual 2024-2027 e a Complementação de Voto das Erratas nºs 1 e 2 estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovados.

Em votação...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, eu levantei a mão. Peço que registre minha posição contrária, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

A matéria foi aprovada com o voto contrário da Deputada Adriana Ventura.

Em votação na representação do Senado Federal.

A Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se acham (*Pausa.*)

Aprovados.

A matéria vai ao Congresso Nacional. (*Palmas.*)

Suspendo a presente reunião e convoco a sua continuação para amanhã, dia 6 de dezembro, às 14 horas, neste plenário.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Antes de V.Exa. encerrar a reunião, eu gostaria de ter clareza acerca da pauta de amanhã, até porque estamos suspendendo esta reunião. Eu sei que isso, na Comissão, é prática, e não vou me opor ao que a maioria combinou em acordar, mas quero ter clareza sobre os prazos, porque recebi aqui um cronograma, liguei para o Relator da LOA, que me falou que não é isso, mas que vai ser outra coisa. Por isso quero ter clareza sobre quando vamos votar a LDO e quando vamos votar a LOA. Os prazos que estão aqui me preocupam muito, principalmente esse do relatório da receita que está aqui. Diz aqui que vão republicar o relatório às 10 horas da manhã e que o votaremos

às 2 horas da tarde. Eu absolutamente discordo disso. Acho que se o atraso vem de 6 meses, não podemos resolver tudo em 1 dia. E eu faço questão de ler o que eu voto.

Então, eu gostaria de ter clareza sobre como vai ser o procedimento da receita, como vai ser o procedimento do relatório preliminar, principalmente porque aqui não fala qual o horário que isso vai ser publicado, mas fala que se encerra no mesmo dia a apresentação de emenda. Eu não abro mão do meu direito de emendar e de apresentar emendas. Eu quero deixar isso bem claro.

Então, peço ajuda de V.Exa. para que tenhamos clareza e tempo hábil para ler, porque isso foi acordado nesta Comissão. Como suspender a sessão é um ato de confiança, eu também quero ter a clareza de como vamos proceder.

Aguardo o Sr. Senador me responder, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputada Adriana, eu não estou tão bem informado quanto V.Exa. Mas a informação que eu tenho é a de que amanhã, às 10 horas — é a mesma que V.Exa. tem —, será apresentado o relatório da receita. À tarde, então, vamos votar a receita.

Por que isso? Porque os nossos prazos estão completamente exíguos. Nós votamos hoje o PPA. Amanhã vamos votar o relatório da receita. Temos que votar o PPA no Congresso Nacional. Temos que votar a LOA, a LDO e a LOA. Depois, no final de tudo, temos que votar a LOA no Congresso Nacional. Para tudo isso, nós temos que correr para votar até o dia 22 de dezembro, que é quando entraremos em recesso constitucional no Congresso. Então, essa é a informação que eu tenho para dar a V.Exa.

O que eu recomendaria? Amanhã, depois da receita apresentada e do relatório da receita, sugiro a V.Exa. tomar esses entendimentos junto com a Presidência aqui, porque eu estou apenas substituindo a Presidência temporariamente e cumprindo aquilo que foi determinado no Colégio de Líderes, por unanimidade, com a concordância de todos: suspender a sessão hoje para dar continuidade a ela amanhã.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, entendo perfeitamente a situação, respeito o que V.Exa. está me falando. Como eu disse, eu estou aqui para somar.

No entanto, novamente, um relatório apresentado às 10 horas da manhã... Eu gostaria de sugerir que a Deputada Dorinha, Relatora, apresentasse o relatório hoje para que pudéssemos lê-lo até as 2 horas da tarde. É muito complicado ficarmos à mercê de um relatório cujo tamanho não sabemos, como também não sabemos qual será seu impacto. Ainda mais que agora, com o arcabouço e com essas mudanças, onde se vê receita e despesa crescentes, isso fica muito complicado.

Então, eu gostaria de perguntar se não podemos contactar a Relatora, a Senadora Professora Dorinha, para que S.Exa. protocole o relatório de receita hoje, e não amanhã, às 10 horas da manhã, para votarmos na sequência.

É possível, por favor, Presidente?

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concordo plenamente com V.Exa. e me comprometo em fazer gestões junto à Relatora, a Senadora Professora Dorinha, para ver se S.Exa. conseguirá publicar esse relatório hoje, para que, amanhã, já possamos...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Só mais uma dúvida, Presidente: amanhã só votaremos o relatório de receita ou há mais alguma coisa? Amanhã, só será votado isso ou será votado mais alguma coisa?

Eu quero ter clareza sobre a pauta de amanhã, por favor, e principalmente em relação à LDO.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O que está programado para amanhã é a votação do relatório da receita.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Qualquer outra pauta será discutida no Colégio de Líderes.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Será discutida no Colégio de Líderes. Está ótimo.

Muito obrigada.

Presidente, então, eu concordo que suspenda a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito obrigado.

Tem a palavra o Deputado Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Já está resolvido o problema. Não preciso falar nada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Então, declaro suspensa a presente reunião.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Declaro reiniciada a presente reunião deliberativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional para a votação de matéria constante da pauta. Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Informo ainda que ontem, 5 de dezembro, às 23h40min, foi encerrado o prazo de apresentação de emendas à LOA 2024, finalizando o sistema de entrega de emendas Lexor.

Às 19h56min, a bancada do Estado do Ceará enviou o lote de emendas com a pendência de assinatura de apenas um Senador, contrariando os dois terços de Senadores da bancada previstos no art. 47 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. Por essa razão, a Secretaria da Comissão não pôde receber o lote de emendas da bancada do Ceará.

Após tratativas com os Senadores e as Senadoras membros da bancada, o Coordenador, Deputado Eduardo Bismarck, solicitou a esta Presidência considerar a reabertura do sistema, para que fosse anexada a ata assinada com o número de Senadores estabelecido na resolução.

Diante do exposto, solicito ao Plenário a autorização para reabertura do sistema Lexor a fim de regularizar a pendência e validar as emendas da bancada do Ceará.

Em deliberação a autorização para reabertura do sistema Lexor para recebimento das emendas da bancada do Ceará.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Solicito à Secretaria da CMO que proceda à reabertura do sistema nesta data, apenas para a finalidade deliberada aqui.

Comunico ao Plenário que, tendo em vista acordo firmado no Colegiado de Líderes, proponho a inclusão na pauta do Relatório da Receita apresentado ao PL 29/23-CN – LOA 2024.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de votação dessa proposição, a despeito do previsto no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 dias úteis de sua distribuição.

Em deliberação a inclusão na pauta e a quebra de interstício para a votação do relatório apresentado.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Item 1. Apreciação do Relatório da Receita apresentado ao Projeto de Lei nº 29, de 2023, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024. Relatora: Senadora Professora Dorinha Seabra.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Peço a palavra pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Como a Senadora Professora Dorinha Seabra não chegou ainda, e nós temos uma pendência regimental com relação ao prazo da entrega das emendas, eu gostaria que V.Exa. pudesse começar pelo item 2, que fala exatamente da questão da excepcionalidade do prazo com relação às emendas do Ceará.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Já foi aprovado, Deputado. Nós colocamos em votação e já aprovamos.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Já aprovou?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Já.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Parabéns!

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada.

(Pausa prolongada.)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Item 1. Apreciação do Relatório da Receita apresentado ao Projeto de Lei nº 29, de 2023, do Congresso Nacional, que estima receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024. Relatora: Senadora Professora Dorinha Seabra.

Tem a palavra a Relatora para apresentação do seu relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - "Sra. Presidente desta Comissão, Senadora Daniella Ribeiro, primeiro quero cumprimentar V.Exa. por presidir os trabalhos da CMO no dia de hoje e dizer que é uma honra falar nesta tribuna.

Senhores membros da CMO e demais membros do Congresso Nacional (...), o Sr. Presidente da República encaminhou ao Poder Legislativo, em 31 de agosto do corrente ano, o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2024."

Eu sou professora, mas não consigo ficar repetindo, lendo, com todo mundo falando ao mesmo tempo, me desculpem. Quem tiver interesse no tema, eu gostaria que pudesse me ouvir.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Vamos ouvir a Relatora, todos os membros da Comissão! Isso é importante.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Eu não vou falar mais alto do que o necessário.

"(...) Nesse relatório examinamos a conjuntura macroeconômica, o endividamento e o impacto de ambos sobre as finanças públicas, a evolução da arrecadação das receitas e da sua estimativa no projeto, com base no direito positivo e com ênfase na metodologia nos parâmetros utilizados.

Analisamos ainda o atendimento de normas constitucionais, legais e regimentais pertinentes à receita, especialmente quanto à compatibilidade do projeto com o Plano Plurianual (...) e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

As projeções do Poder Executivo para as receitas administradas pela Receita Federal do Brasil, no PLOA 2024, abrangem, além do fluxo regular, receitas extraordinárias de R\$ 15,6 bilhões, receitas de transações tributárias de R\$ 13,8 bilhões e receitas condicionadas de R\$ 165,3 bilhões.

Essas receitas condicionadas, em um primeiro momento, nos pareceram superestimadas. Pedimos esclarecimentos adicionais ao Poder Executivo, que nos enviou Notas Técnicas de Estimativas. Essas notas justificaram as projeções esperadas, de modo que optamos por manter os valores originais trazidos.

O Anexo I deste relatório contém Tabela de Parâmetros exibindo as previsões e os valores observados das principais variáveis desde 2017, bem como também daquelas que fazem parte do processo orçamentário de 2024, comparados com prognósticos recentes da Secretaria de Política Econômica e dos analistas do mercado financeiro consultados pelo Banco Central e divulgados no *Boletim Focus* em 27 de novembro.

As estimativas de receitas no Projeto de Lei Orçamentária se encontram embasadas na arrecadação realizada até o mês de julho e na projetada para o restante do exercício, levando-se em consideração, na realização dos cálculos, as hipóteses de comportamento dos parâmetros relevantes até o final do exercício de 2024. Esse método de previsão é particularmente válido para as receitas administradas pela Receita Federal do Brasil.

Tais indicadores conjunturais são não apenas os índices geral de preços e de preços ao consumidor, mas também de preços específicos de produtos ou mercadorias, o crescimento da economia, a variação da massa salarial, o preço do barril do petróleo, o câmbio e a taxa de juros, para citar os mais importantes.

A conclusão deste relatório é que a estimativa da receita primária trazida pelo Projeto de Lei Orçamentária de 2024 (PLOA), embora embasada em premissas razoáveis sobre o comportamento esperado das variáveis macroeconômicas e de outros indicadores, requer revisão.

Os ajustes se fizeram necessários para projetar as renúncias de receita em relação ao PLOA 2024, em decorrência da prorrogação de incentivos fiscais da SUDAM e SUDENE, dos efeitos do Programa Minha Casa, Minha Vida, e da prorrogação do Reporto, totalizando R\$ 1,8 bilhão, conforme detalhado nesse Relatório da Receita.

Em relação à SUDAM/SUDENE, o valor desta renúncia de receita, durante o exercício de 2024, será de R\$ 1,3 bilhão, referente à diminuição na arrecadação do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica.

Quanto ao Programa Minha Casa, Minha Vida, este possui renúncias não consideradas no PLOA 2024 no valor de R\$ 228,3 milhões, caso o limite para imóvel residencial de interesse social seja fixado em R\$ 170 mil, conforme a Receita Federal.

Quanto ao Reporto, há impacto a ser considerado no que concerne a renúncias fiscais. De acordo com a Receita Federal, o impacto previsto para 2024 corresponde a R\$ 307 milhões.

Ademais, dada a reavaliação de parâmetros macroeconômicos para 2024, conforme o Anexo I do relatório, estimamos aumento de receita, em razão de mudança de câmbio e preço do barril de petróleo, na ordem de R\$ 10,9 bilhões nas receitas orçamentárias brutas e R\$ 4,7 bilhões nas receitas líquidas de transferências. Ademais, há efeito de aumento de R\$ 1,4 bilhão na receita bruta, mas redução de R\$ 2,7 bilhões na receita líquida de transferências constitucionais.

Dessa forma, coube a mim, como Relatora do Relatório da Receita, com uma análise técnica e isenta, reestimar a receita, com impacto final positivo na receita líquida, considerando a reestimativa e as renúncias, da ordem de R\$ 813 milhões.

No tocante ao recebimento de emendas parlamentares, foram apresentadas seis emendas de renúncia de receita, sendo três delas do mesmo autor. Os pareceres às respectivas emendas também estão em anexo. Cumpre notar que as emendas de renúncia exigem indicação de compensações em programações de despesas do PLOA 2024, diferentemente das emendas propostas pela relatoria, que reestimam diretamente a receita.

A primeira emenda de renúncia de receitas, (...) do Deputado Júlio César (PSD/PI), é no valor de R\$ 15,3 bilhões (...) relativos ao já mencionado PL 4.416/21. A "Prorrogação de Incentivos Fiscais da SUDAM e SUDENE" já foi objeto de emenda da relatoria, conforme estimativa de impacto da RFB, pelo que não há como a proposição prosperar (...).

Três emendas de renúncia de receitas, (...) do Deputado Carlos Zarattini (PT/SP), versam respectivamente sobre "Prorrogação de Incentivos Fiscais da SUDAM e SUDENE" (...), "Reporto" (...) e "Minha Casa, Minha Vida" (...). Da mesma forma que a emenda anterior, as matérias já foram objeto de emendas desta relatoria, pelo que a indicação é pela rejeição das emendas.

A quinta emenda de renúncia de receitas, (...) do Senador Laércio Oliveira (PP/SE), é no valor de R\$ 1,7 bilhão, relativos ao PL 699/23 (Programa de Fertilizantes – PROFERT), de autoria do mesmo Senador. A estimativa de impacto é oriunda do Ministério da Fazenda e consta da tramitação da matéria, aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e em tramitação na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) em decisão terminativa. Em que pese estar devidamente instruída, o atual estágio de tramitação da matéria recomenda prudência na condução da renúncia, isto é, a rejeição da emenda também neste caso.

Por fim, a sexta emenda de renúncia de receitas, (...) do Deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB/SP), é no valor de R\$ 0,3 bilhão, relativos à "Prorrogação de Incentivos Fiscais da SUDAM e SUDENE". Como já foi objeto de emenda da relatoria e dada a prudência na condução da renúncia, a indicação também é pela rejeição da emenda.

Entendemos que o Congresso Nacional é soberano para escolher o destino orçamentário desses recursos, de forma a melhorar a educação do País, os investimentos que estão demasiado baixos e, historicamente, sempre foram inferiores às necessidades dos brasileiros e ao mínimo necessário para o crescimento do País.

Esperamos que o espaço orçamentário seja convertido em melhores serviços à população, na melhoria dos nossos portos, estradas e aeroportos e na ampliação da rede de saneamento. Se melhorarmos a nossa infraestrutura, não há dúvida de que nos tornaremos mais competitivos. O crescimento da infraestrutura também impulsionará o número de empregos gerados, levando a um novo ciclo de crescimento.

Assim, renovo meus agradecimentos à Presidente da Comissão Mista de Orçamento e às demais Lideranças pela confiança recebida na forma da indicação e ao Relator-Geral pelo zelo na alocação de recursos para o meu Estado.

Por fim, destacamos as assistências técnicas recebidas das consultorias de ambas as Casas, na pessoa do Consultor-Geral Flávio Diogo Luz e do Diretor Bruno Rocha e dos Consultores Bento, Dayson, Márcia, Murilo, Pederiva, Renan e Ricardo. Meus elogios também à assistência da Comissão Mista, na pessoa do Secretário Walbinson Tavares de Araújo, e ao meu Gabinete, na pessoa de Henrique Marques Ribeiro e da assessora da Liderança do União Brasil representada na pessoa de Viviane Alencar de Andrade.

Por fim, entregamos o nosso relatório com o aumento das receitas bruta e líquida, com o sentimento de dever cumprido e a esperança de que, com esta contribuição ao Congresso Nacional, nós tenhamos um Brasil cada vez mais próspero em 2024. Este é o meu desejo, especialmente, para o meu Estado.

Este é o resumo do nosso voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Gostaria de parabenizar a Senadora Professora Dorinha Seabra pelo seu trabalho. Não tenho dúvida alguma de que é uma pessoa extremamente comprometida, assim como os colegas membros desta Comissão.

O prazo de destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

O relatório da receita está em discussão.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Deputado Gilson Daniel.

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES) - Sra. Presidente, Deputada Daniella Ribeiro, Sra. Relatora, Professora Dorinha Seabra, Srs. Parlamentares, Deputados, Senadores, tenho falado, nas diversas Comissões que tenho participado, de muitos projetos que estão sendo votados na Casa, nas Comissões, de forma açodada, na correria, sem muita discussão.

Um relatório de 138 páginas foi protocolado às 13 horas para, na Comissão, ser debatido, discutido. Sem condição de os Deputados analisarem as renúncias de receita, analisarem as projeções de receita do Governo Federal, fica difícil termos uma votação de forma unânime ou, às vezes, com um ou dois votos contrários, e termos projetos como esse.

Tenho reclamado muito. Falei hoje na CCJ e tenho falado isso no plenário, também. Temos interesse de ajudar o Governo. Não queremos paralisar nada. Queremos que o Governo execute, porque queremos que a política pública chegue à ponta, mas precisamos também ter um cuidado nas votações que temos feito nesta Casa.

Eu chamo a atenção porque temos votado alguns projetos tanto nas Comissões como, principalmente, no Plenário, cujo relatório entra no sistema e, em 10 minutos, já está em votação. Sou Parlamentar de primeiro mandato como Deputado Federal. Estou no quarto mandato político, e jamais imaginaria que esta Casa pudesse votar projetos com tamanha correria, sem uma discussão maior e sem ter condição de fazer uma análise e uma contribuição também.

Na semana passada, votamos um projeto que altera a Lei de Licitações, em que eu sou especialista. E só pude participar do projeto quando ele entrou na pauta, na correria para votar o requerimento de urgência. Em seguida, o projeto entrou na pauta.

Peço atenção aos Parlamentares, mas, primeiramente, quero parabenizar a Professora Dorinha Seabra pelo relatório, pela forma que o conduziu, pelas reuniões feitas de discussão com o Governo em relação às projeções da receita. Porém, quero mostrar para todos que estamos tendo nesta Casa muita votação, e, neste ano, votamos três leis importantes para o País. Vamos votar o PPA, a LDO e a LOA. São projetos que merecem um olhar maior do Parlamento. Eu estou chamando atenção por isto: é importante que estas discussões e estes pareceres tenham um pouco mais de antecedência, para que possamos contribuir, participar e ajudar.

Eu acho que a maioria dos Parlamentares aqui querem ajudar na execução das políticas públicas, querem um orçamento que dê condição para os Ministérios executarem. Mas não há como um relatório chegar aqui às 13 horas e nós votamos às 15 horas. Não temos condição de ler 138 páginas do relatório de receita, com uma diversidade de renúncias de receita. Os Parlamentares vão votar, e eu sei que amanhã vai estar no jornal que os Deputados votaram renúncias na CMO, assim como na semana passada votamos alguns projetos, e estão dizendo na imprensa que os Deputados votaram favoravelmente porque o relatório entrou em cima da hora, e os Deputados não tiveram condição de dar contribuição ou de chamar atenção para alguns pontos em que poderia haver discordância.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Passo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Vicentinho. (Pausa.)

Tem a palavra o Senador Laércio Oliveira, por gentileza.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (PP - SE) - Sra. Presidente, muito boa tarde. Primeiramente, eu gostaria de lhe pedir para registrar a minha presença. O sistema ainda não está funcionando, não consigo marcar presença com a minha digital.

Segundo, quero cumprimentar a Professora Dorinha Seabra, minha amiga querida, e parabenizá-la pelo seu relatório. Mas eu queria fazer um apelo. Eu acabei de apresentar à Mesa um destaque à Emenda 5, que no relatório foi rejeitado. Eu queria chamar atenção para esse tema, que é realmente fruto de um projeto de lei, o PL 699, que será votado na próxima terça-feira na Comissão de Agricultura.

Esse projeto é terminativo. Esse projeto traz uma solução importante para o País. Segunda-feira, o Presidente em exercício, Geraldo Alckmin, falou, em um evento, da importância desse projeto e do compromisso do Governo também abraçar esse projeto. Eu tive o maior cuidado. Na elaboração do projeto e nas tratativas para que ele chegassem a bom termo até o final, tomei todos os cuidados necessários, porque esse projeto realmente tem renúncia fiscal.

Esse projeto resolve um problema gravíssimo do País, com referência à importação de fertilizantes, uma vez que 85% dos fertilizantes que o Brasil precisa para a agricultura nacional são importados, infelizmente, e esse projeto vai exatamente fazer esse enfrentamento.

Então, eu tenho muita expectativa em relação à aprovação desse projeto, e fazer essa reserva na LOA é fundamental para que, no próximo ano, ao se aplicar esse projeto, quando ele se tornar uma lei, ele tenha todas as condições de tramitar e cumprir, de fato, o seu papel, trazendo uma solução definitiva para o problema de fertilizantes no País.

Portanto, independente de qualquer contexto político, essa é uma decisão que tem um valor incalculável, não só para a balança comercial, mas principalmente para o agronegócio. Foi por isso que apresentei esse destaque respeitosamente, para que consigamos discuti-lo aqui e avançar dentro desse quesito.

Obrigado, Presidente. Obrigado, Senadora Professora Dorinha Seabra.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Senador Laércio Oliveira.

Ainda para discutir, tem a palavra o Deputado Geraldo Resende.

O SR. GERALDO RESENDE (Bloco/PSDB - MS) - Acerca da Emenda nº 6, o Deputado Paulo Alexandre, ex-Prefeito de Santos, colocou aqui e foi acatado na emenda da Relatora a questão da prorrogação do Reporto lá em Santos. Isso tem um significado muito forte para o Deputado. A base eleitoral dele é lá, ele já foi Prefeito por dois mandatos. Ele solicitou, e nós apresentamos já um destaque para que a Relatora possa melhorar a redação. Ela colocou pela rejeição, mas no relatório já havia acatado o objeto que o Deputado quer contemplar nesse processo.

Eu gostaria que a Senadora atendesse a esse pleito. Conheço a Senadora, sei da competência dela, sei do trabalho que ela fez aqui enquanto Deputada e tenho certeza absoluta de que ela vai fazer a modificação desejada pelo Deputado. Acredito que possamos fazer essa correção, porque fica incongruente atender na relatoria dela e, ao mesmo tempo, rejeitar, como quer, todas as emendas apresentadas.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O relatório ainda está em discussão.

Tem a palavra o Deputado Cabo Gilberto Silva, meu conterrâneo.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Sou seu soldado, minha grande Senadora. É uma satisfação participar desta Comissão.

Eu concordo com as palavras do Deputado Gilson, Senadora. A situação da Comissão ficou muito difícil nas últimas semanas. Votaremos na próxima semana ou na outra, com uma correria enorme, como aconteceu na semana passada com o projeto de licitações. Nós sabemos que melhorou a questão da burocracia, mas foi um projeto que chegou às 7 horas da noite. Isso é muito ruim para a Câmara dos Deputados, para o Congresso como um todo.

A minha participação, Sra. Senadora, é muito simples e objetiva. É para pedir a V.Exa. e aos demais pares que estão aqui presentes para não reduzirem as emendas de bancada. A senhora sabe, lá na Paraíba somos 15 Parlamentares, e a Paraíba, que é um Estado pequeno, irá perder aproximadamente 200 milhões de reais que os Parlamentares irão colocar através das emendas de bancada. Então, foi reduzido, nós só colocamos uma parte, e já tiraram das nossas indicações.

Eu falei dessa minha preocupação para todos os Parlamentares, para todos os Líderes na Câmara dos Deputados, inclusive para o Deputado Gaguim, que está aqui presente, e para o Deputado Wilson Santiago, que é lá do nosso Estado também. Falei com os nossos Parlamentares com quem eu sempre converso aqui, os Líderes, para não permitirem que se retire das emendas de bancada. Podem tirar de qualquer lugar, mas das emendas de bancada, com as quais vamos levar mais saúde, mais segurança, mais educação? Vamos levar o que entendemos ser melhor para o nosso Estado.

Eu tenho certeza absoluta de que o Deputado Gaguim sabe muito mais do que o Estado dele precisa do que o Presidente da República. E isso é natural, porque ele está lá, ele vive lá. O povo bate na porta dele e diz a dor, diz o que quer.

Eu tenho certeza absoluta de que a Senadora Daniella, que é lá do nosso Estado, sabe das necessidades do povo paraibano mais do que qualquer Ministro, Srs. Parlamentares, Senadores e Deputados.

Então, a minha preocupação é essa. Eu sou Deputado de oposição. Eu só conto com estas emendas: a de bancada e as individuais. Aí nós chegamos aqui e vemos reduzidos esses recursos para mandar para o nosso Estado? Como eu reportei anteriormente, a Paraíba, um Estado pequeno, vai perder quase 200 milhões de reais de investimentos dos Parlamentares, que são 15. Imaginem os outros Estados que são menores ainda do que a Paraíba!

A situação é muito difícil, muito difícil, Sra. Senadora e Srs. Parlamentares.

Esse é o apelo que faço, mais uma vez, aqui, publicamente, na Comissão de Orçamento, para que não aprovemos essa medida drástica. Coloquem no fundo eleitoral recurso de onde quiserem aqui na Comissão, mas não das nossas emendas. Sabemos onde o povo sofre em cada Estado.

Este é o apelo que faço à Sra. Senadora, aos Relatores, aos Senadores da República, aos Deputados Federais, a todos os Líderes das bancadas partidárias do Congresso: não cometamos esse grave equívoco de reduzir as emendas de bancada. Eu sei como funciona. Há Deputado que quer diminuir porque tem controle do fundo, tudo bem. Senador, Presidente, tudo bem. Respeitamos isso, mas não é justo tirar das emendas de bancada. Os Líderes partidários também vão ter mais recursos para indicar através do Fundão. Mas e os demais Parlamentares, Deputado Wilson Santiago? Vamos beneficiar meia dúzia de Congressistas e prejudicar todo o Brasil?

Este é meu apelo, para que não sejam reduzidas as emendas de bancadas, já que a Paraíba, repito, e insisto nesse exemplo, vai perder quase 200 milhões de investimentos.

Muito obrigado, Sra. Senadora. Muito obrigado, Srs. Parlamentares. Muito obrigado a todos os presentes.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Gilberto Silva. É difícil não chamá-lo de Cabo Gilberto. (*Risos.*)

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Sra. Presidente, qual é a sequência?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - A próxima palavra é da Deputada Adriana Ventura. Em seguida, Senador Izalci Lucas.

V.Exa. quer se inscrever? (*Pausa.*)

Mais um conterrâneo, o Deputado Wilson Santiago, e o Deputado...

Agora, sim, o Deputado Vicentinho está inscrito.

Eu queria passar antes a palavra para a Relatora. Antes, havia só mais um inscrito, que é a Deputada Adriana Ventura. Mas ela prefere falar agora, já que há mais três inscritos, e trazer algumas palavras. Depois, daremos andamento à discussão.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Vou ser bastante breve. O meu prazo era hoje pela manhã. O relatório foi concluído, mas, em virtude de um problema no sistema provocado por uma situação do Ceará que travou o sistema, não ficou público. Acho que não preciso detalhar, mas compreendo.

O Relatório da Receita incorporou e manteve a proposta inicial do Governo, com ajustes. São só três renúncias que acho importante repetir. Logicamente todo mundo quer saber pela importância das ações. Trata-se do Reporto, que é a prorrogação que já existe, uma renúncia para área de portos. Foi encaminhada pelo Ministério e está em processo de prorrogação.

A outra renúncia é do Programa Minha Casa, Minha Vida — creio que atende ao apelo de todos nós —, que é a adequação ao programa e em relação ao valor do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Quanto à SUDAM e à SUDENE, já aprovada por ambas as Casas do Congresso e já foi para sanção presidencial.

São só essas três renúncias que estão incorporadas ao relatório.

Uma preocupação que temos é sua adequação do ponto de vista orçamentário. Foi isso que nós fizemos com a reestimativa dos recursos no valor do petróleo. Como eu disse, veio no valor de 73. O valor hoje está maior. Então, nós reestimamos a receita.

Sobre o destaque do Senador Laércio, eu compreendo a importância do programa, mas seria uma ação difícil, como Relatora da Receita, já reservar uma receita de um projeto que está em andamento, que ainda precisa ter concluída sua tramitação no Senado, que vai para a Presidência e que pode ser vetado ou sancionado.

Então, como é que eu faço uma reserva? Há muitos projetos dessa natureza, talvez, com importâncias variadas, para nós entendermos muito em relação ao PROFERT. Eu não tinha instrumentos para fazer isso. Se tivesse já virado lei ou tivesse sido sancionado, era um problema para o qual nós teríamos que encontrar alternativa, e eu teria o maior prazer. Mas existem vários projetos, como também o do Deputado Júlio, em relação à desoneração, que nós aprovamos. Foi vetado, pode ser apreciado, derrubado o veto total ou parcial. No caso, no formato que foi feito. Foi por isso, não foi por não dar importância, mas por ter certeza de que o Brasil precisa investir, porque é estratégico para nós. Ao construir o relatório da receita, a área de crescimento — eu apresento isso no relatório da área da agricultura — do agronegócio no País é o que move, garante o nosso grande crescimento.

No pleito apresentado pelo Deputado Geraldo Resende sobre uma emenda apresentada pelo Deputado Paulo Alexandre, eu vou acolher a emenda e fazer a alteração, a errata, do relatório. Na verdade, realmente, já estava no texto, mas, como houve a preocupação do Deputado Paulo Alexandre, vou acolher e fazer essa alteração, reconhecendo a preocupação apresentada pelo Deputado.

O Deputado Gilberto Silva faz uma fala.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Não, não sou eu. Eu vou esclarecer. Esse seu pleito é nosso. Essa alteração é do Relator do orçamento. Na relatoria da receita, não tratamos desse assunto. Ao contrário, há 800 milhões de reais que podem ser alterados, se quiser, ser incorporados ou não, mas esse não é tema da relatoria da receita. Mais uma tarefa para o nosso Relator, Motta: encontrar essa alternativa. Eu compreendo meu Estado. Eu sou do Tocantins. A emenda de bancada tem uma importância estratégica para as ações do nosso Estado.

Então, compreendo a sua preocupação.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Eu concordo, eu só não tenho a caneta, eu não tenho tinta para esse caso.

Podemos seguir.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Com a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Presidente.

Eu gostaria de parabenizar a Senadora Professora Dorinha Seabra, a nossa Relatora da receita, pelo trabalho que ela fez: correto, num prazo, sabemos, pequeno. V.Exa. fez um ajuste dos três projetos que foram aprovados no Congresso. V.Exa. ajustou a receita de acordo exatamente com o que V.Exa. falou SUDAM/SUDENE, Reporto e Minha Casa, Minha Vida. Eu não sei ainda, Senadora, se o Reporto já foi votado o Senado. Estava para ser votado lá. Era uma prorrogação, ia acabar neste ano e foi prorrogado. Não é isso?

Já foi votado lá?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Ah, já foi? Beleza, está bom.

Então, eu quero te parabenizar pelo trabalho, pela tua presteza. Sabemos que há coisas que não dependem de nós. Eu sou a chata do calendário, do cronograma. Eu fico cobrando, porque eu quero saber, ter no sistema.

Agora eu queria somar a minha fala à do Deputado Gilson Daniel aqui, quando ele falou de previsibilidade, porque eu acho que esta Comissão realmente tem que atentar para isso. Sei que faz parte dos usos e costumes, às vezes fazemos acordos e votamos. Mas nós tivemos, sim, um problema muito sério, na semana passada, de relatório que chegou na última hora, que veio do Senado, e os Deputados diziam: "Vamos votar", "É legal", e não sei quê. Muitos Deputados votaram e estavam ali tomado lambança do jornal, da mídia depois. Eu, graças a Deus, sou protegida contra essas coisas.

Mas eu queria fazer uma solicitação, aproveitando a solicitação do Deputado Gilson Daniel: que nós tenhamos tempo, sim. Nós já fizemos aqui leitura nas prorrogações, inclusive com a Senadora. Nós teremos tempo hábil de leitura. Estamos ajustando os prazos, vamos conversando. Mas eu acho que é importante falar isso, porque temos a LDO pendente, temos a LOA pendente. Nós temos várias matérias e os prazos precisam ser claros, porque eu não abro mão do meu direito de ler, do meu direito de analisar, do meu direito de emendar. Realmente eu não abro mão desse meu direito, e também não abro mão de ter comunicação clara do que vai acontecer na reunião e do que vai ser votado. Eu sei que a Senadora Daniella Ribeiro tem feito todos os esforços nesse sentido, e eu agradeço bastante, mas isso é para nós realmente importante, porque agora estamos final de ano e fica aquela correria, tudo em cima da hora.

Eu gostaria de pedir aos Relatores e aos Líderes que atentem para isto: há um prazo regimental, do qual podemos abrir mão desde que tenhamos tempo, minimamente, hábil, porque, senão, realmente fica impraticável.

Outra fala à que eu também queria me somar e fazer ecoar é a fala aqui do Deputado Cabo Gilberto Silva — o nosso Deputado Cabo Gilberto, que não é cabo, não é isso?, é meu soldado, é soldado do povo. Isso mesmo. Ele falou de uma coisa importantíssima, que é a instrução normativa que foi votada nesta Casa. E eu só gostaria de explicitar o meu desconforto. Eu até falei para o Deputado Motta que eu elogiei a postura dele de tomar o cuidado de fazer a reserva, para sinalizar. Mas quem tem que decidir se quer reservar verba ou não é cada Deputado de cada bancada estadual. Não cabe a esta Comissão decidir. Eu não decido aqui pelos 70 Deputados de São Paulo. E, na minha visão, mesmo o Coordenador da bancada somente pode fazer esta reserva — para sair de 466 milhões de reais, que é o valor da emenda de bancada, e passar para 315 milhões de reais —, com a autorização da maioria dos Deputados de uma bancada.

Então, eu acho que nós temos que nos debruçar sobre esse assunto. O Relator Motta está ciente, e eu já conversei bastante com ele sobre isso. Isso tem que ser votado em cada bancada, tem que haver anuência de cada bancada para isso ser feito. Não cabe a esta Comissão decidir, numa instrução normativa, que: *"Ah, vamos reservar 150 milhões de reais para o Fundo Eleitoral"*. A prioridade, na minha visão, não é fazer campanha política. Temos muitas prioridades. Vamos começar pelo saneamento. Mas eu não quero entrar nesse debate hoje.

Este é um apelo também que eu faço, até atendendo aqui ao Deputado Cabo Gilberto Silva, que cada bancada estadual possa votar e decidir se aceita ou não tirar dinheiro da emenda de bancada estadual — 466 milhões de reais — para que passe a ser 316 milhões de reais, para se mandar para o Fundo Eleitoral. Eu aqui claramente afirmo: eu sou absolutamente contra. E esta Comissão não pode decidir o que cada bancada tem autonomia para decidir.

É isso, Senadora.

Muito obrigada.

O SR. EDUARDO GOMES (PL - TO) - Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputada Adriana Ventura.

Eu já passo a palavra para o Senador Eduardo Gomes. Depois, pela ordem, rapidamente, concederei a palavra ao Senador Izalci Lucas.

O SR. EDUARDO GOMES (PL - TO) - Sra. Presidente, Senadora Daniella Ribeiro, de maneira muito rápida, quero, inicialmente, elogiar o trabalho de V.Exa. Muitas coisas que estão sendo discutidas agora foram precedidas de discussões e atendimentos.

Estou pedindo a palavra pela ordem aqui — e meu querido amigo Senador Izalci Lucas está me dando a palavra — para elogiar também a Senadora Professora Dorinha Seabra, que, mesmo no período de preparação do relatório, recebeu dezenas de Parlamentares, Deputados e Senadores. Todos os Relatores fizeram isso.

Quero aqui dar um testemunho para os meus colegas, principalmente do partido, já que lidero o partido da Comissão. Muitas discussões sobre relatórios foram precedidas de conversas e de informações, mas nada é mais importante do que a decisão de V.Exa., Presidente, de trabalhar a efetiva votação do orçamento. Seria um desastre colocar os 513 Deputados e Deputadas Federais e os 81 Senadores e Senadoras condenados, no ano que vem, a 1/12, por 4 meses, em ano de eleição municipal, tendo o orçamento com a maior impositividade da história do Congresso Nacional. Eu sei que sempre há problema para resolver aqui, mas este é um dos anos em que temos menos problema.

Nesse sentido, o meu pedido para falar pela ordem é para elogiar o Senador Laércio Oliveira, porque fui Relator do PROFERT na Comissão de Assuntos Econômicos — CAE, em duas Comissões. Também para entender a situação da Senadora Professora Dorinha Seabra, por questão de previsibilidade e até de amparo legal. E faço o apelo também ao Senador Laércio Oliveira para que retiremos o destaque. Num eventual PLN ou na reavaliação de receita, tenho certeza de que um programa dessa magnitude será acatado com muita tranquilidade.

Quero elogiar o relatório da nossa colega. É um orgulho para todos nós do Tocantins termos a nossa Senadora nessa condição, fazendo o trabalho aqui junto com meus colegas, como o Deputado Carlos Henrique Gaguim e o Deputado Vicentinho Júnior. Nós tocantinenses estamos aqui muito orgulhosos de termos à frente desse trabalho a Senadora Professora Dorinha Seabra.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Senador Eduardo Gomes.

Estamos ainda em discussão.

Eu queria agradecer também pelas palavras dirigidas a esta Presidência. Lembro e coloco aqui, Deputado Cabo Gilberto Silva, que V.Exa. se encontra ao lado do meu Senador. Também os paraibanos estão dominando aqui, viu? O Senador Diego Tavares também está aqui presente.

Quero falar para quem está nos acompanhando, seja pela TV Câmara, seja pela TV Senado, seja por toda a imprensa. Antes de chegarmos a esta sala, nós nos reunimos todas as vezes através da representação dos Líderes e dos partidos para entrarmos em entendimento sobre a pauta que vai ser votada aqui nesta Comissão.

Portanto, não há nenhuma surpresa, Deputado Cabo Gilberto Silva, meu amigo, com relação às coisas que são votadas. É importante dizer, inclusive, sobre o que votamos com relação à bancada do Ceará. Foi discutido isso e apoiado por todos os Líderes. Falo da questão, que vamos votar já, do relatório do CAE, que está disponível já há muito tempo na página. Então, não há nenhuma surpresa.

Até fico lembrando, Deputado Carlos Henrique Gaguim, que eu fui Vereadora e Deputada Estadual, assim como V.Exas. Sei que é fato que em todo Parlamento escutamos isso. Acontece. Há sempre aquele que faltou mais 1 dia, que faltou mais algum tempo. Isso demonstra, claro, por um lado — e aqui quero fazer esse registro da vigilância —, a importância da responsabilidade do Parlamentar.

Sabemos também que há muitos temas, não só nesta Comissão Mista de Orçamento. Muitos Parlamentares aqui participam também de outras Comissões, com outros temas. Por força disso, muitos fazem um esforço imenso para estar aqui cumprindo com essa missão tão importante para o nosso País, que é a de dar conta do orçamento, diante de um ano, como iniciamos falando nos primeiros dias, atípico, por força de mudanças de Governo, por força de votação de arcabouço e por uma série de questões. Sabíamos que ia ser, com toda certeza, um desafio, mas estaríamos contando com V.Exas.

Aqui, mais uma vez, registro minha alegria inclusive de estar ao lado dessa grande mulher, a Senadora Dorinha, e ao lado de todos os colegas que têm feito essa diferença. Hoje fiz, mais cedo, esse agradecimento pela participação e contribuição de todos — Deputadas e Deputados, Senadores e Senadoras e Governo — nas discussões para que possamos caminhar e entregar ao País o orçamento que tanto precisa chegar à ponta, isto é, àqueles que mais precisam.

Obrigada.

Tem a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Presidente, inicialmente, quero também parabenizar a Professora Dorinha, essa Senadora que é para nós uma referência não só na educação, mas também neste Parlamento.

Quero reforçar também sobre as emendas de bancada. Essa foi uma conquista importante desta Comissão, porque, na prática, quem conhece realmente o mundo real, a vida lá na ponta, são os Parlamentares. E temos que trabalhar para evitar a perda desse grande ganho que conquistamos aqui na Comissão, que é indicar as emendas, pois nós é que sabemos onde é que aperta o calo lá, não é, Senadora Dorinha?

Mas, com relação ao que o meu colega Laércio colocou, sobre o projeto, quero dizer que nós precisamos mudar um pouco esse conceito de impacto. Eu vejo que há impacto de redução de receita, quando já há uma receita definida. Quando o Senador apresenta um projeto que prevê incentivo fiscal para a compra de equipamentos, se essa compra não foi realizada, é porque não estava programada essa receita, até porque, se não houver incentivo, não haverá compra.

Quando você compra alguma coisa incentivado, isso não significa que o País está perdendo receita, até porque não recebeu e nem tinha contratado nada. Em um projeto como esse, do Senador Laércio, de tamanha importância, não se pode dizer que vai ter impacto na receita, se é uma coisa que se vai deixar de receber. Mas se não houver incentivo, não vai haver nem isso, porque ninguém vai comprar. Só haverá investimento, se houver incentivo. Então, eu não entendo isso. Eu sempre questionei essas questões aqui, como, por exemplo, a desoneração.

Ora, já não havia previsão de receita de desoneração? Sim, desde 2011. Lógico, foram incluídos os Municípios. Mas ela não estava prevista, e o Governo não estava arrecadando isso. Então, não se estava abrindo mão de nada, até porque não havia essa receita, a não ser que o orçamento não tivesse sido enviado para cá com essa previsão de receita. Muitas vezes fala-se aqui em apresentar o impacto do incentivo de uma coisa que não aconteceu e nem vai acontecer, se não houver o incentivo.

Então, no caso aqui, eu acho que é de fundamental importância para o País o projeto apresentado pelo Senador Laércio. Mas o Governo não pode contar que está abrindo mão de uma coisa que não comprou ainda e que, só vai acontecer, se houver realmente um incentivo. Quanto ao conceito de impacto, precisamos estudar isso um pouco. A Consultoria precisa convencer o Governo de que ele não está abrindo mão de nada, porque não aconteceu nada e pode ser que nem aconteça, caso, repito, não haja o incentivo.

Eu vejo isso de vez em quando e eu, como contador, fico tentando entender esse conceito que faz com que o Governo tenha que abrir mão de uma receita que não existe. Não há impacto.

Senador, esse é um questionamento que eu já fiz algumas vezes. E acho que, nesse aspecto, não há impacto porque não há receita. E se não houver o incentivo, não haverá investimento. Então, que impacto é esse?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro, PSD - PB) - Obrigada, Senador Izalci.

Ainda para discutir, com a palavra o Deputado Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Sra. Presidente, primeiro, quero parabenizá-la pela condução dos trabalhos na Comissão. Todos aqui, especificamente os membros e até os que, do Congresso, participam como curiosos, mesmo sem ser integrantes, mas têm o direito também de participar, estão elogiando o trabalho de V.Exa. à frente da Comissão durante todo esse período, que não foi fácil.

Em segundo lugar, quero parabenizar a nossa Senadora Professora Dorinha pelo relatório, mesmo nós integrantes da Comissão do Orçamento não tendo tido a oportunidade de nos reunir mais para discutir cada vez mais este assunto.

E um terceiro ponto, Sra. Presidente, refere-se à questão da retirada dos recursos das emendas de bancada para o Fundo Eleitoral. Todos nós sabemos da importância do Fundo Eleitoral. Mas nada mais é importante do que o dinheiro da saúde, o dinheiro da educação, através de emendas impositivas de 1% da receita líquida do País, aprovado pela emenda constitucional aqui no Congresso Nacional. Nós da Comissão, trinta e poucos membros, retirarmos aquele direito já assegurado por 504 Deputados, quando a emenda constitucional foi aprovada, eu entendo como um equívoco de todos nós.

Entendemos a importância do Fundo Eleitoral, mas entendemos também que esses demais fatores que relatei são muito mais importantes. E por serem importantes é que nós estamos discutindo aqui a questão da saúde, a questão da educação. Na hora em que se tira de uma emenda impositiva... Ora, se nós, através de uma emenda constitucional aprovada com mais de 500 votos nesta Casa, aprovamos essa obrigatoriedade dos recursos através das emendas impositivas, como vamos retirar isso? Não tem sentido. Não há justificativa para isso.

Têm importância os demais? Sim, mas são mais importantes do que saúde e educação? E a obrigatoriedade? Também são importantes os 25% para os Municípios; são importantes os 25% da educação, dos Municípios; são importantes os 10% dos Estados e também os 12% dos Municípios para a saúde, que estão em emenda constitucional também, e nós não estamos mexendo nisso. Nós estamos, pelo contrário, mexendo nos recursos que são direcionados às emendas de bancada, que irão fortalecer diretamente a saúde, a educação, a assistência social e todos os setores que atendem diretamente às necessidades da população, especificamente a mais carente, deste País.

É esse registro que eu gostaria de fazer.

Quero dizer que tem razão o Deputado Cabo Gilberto. Tem razão também a nossa Deputada Adriana, que também falou sobre a questão das emendas impositivas, da destinação. E também há o quórum mínimo da Comissão para retirar isso. Nós não temos esse poder de retirar um quórum dado por mais de 500 Deputados através da emenda impositiva.

Por essa razão é que me solidarizo com eles, entendendo que nós devemos retirar de outro ponto, sim, caso haja necessidade, de outra área, de outro setor, mas não podemos retirar desses setores que são extremamente essenciais para a vida do povo brasileiro, especificamente dos mais carentes.

Muito obrigado a V.Exa., Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Wilson.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (PP - SE) - Sra. Presidente, pela ordem.

Quero, num pequeno registro, reconhecer o brilhante trabalho que V.Exa. tem feito aqui nesta Comissão, a atenção que V.Exa. tem dispensado a todos nós, o discurso qualificado que tem que ser travado aqui dentro. Certamente, nos próximos dias, nós estaremos até o final do mês comprometidos com essa discussão, oferecendo o quórum que esta Comissão precisa para avançar nesse tema tão importante que baliza o comportamento do Governo no próximo ano.

Eu ouvi atentamente a narrativa que a Professora Dorinha fez. Cheguei ali perto dela. É difícil você fazer um debate com a Professora Dorinha, como é com V.Exa. também, pela qualidade do relacionamento que imprimimos no nosso trabalho aqui. Conversei um pouco com ela e posso dizer que entendo perfeitamente os argumentos que ela usa. Mas, em respeito ao trabalho que V.Exa. está fazendo nesta Comissão e em respeito ao relatório da Professora Dorinha, eu vou retirar o meu destaque. Esse projeto vai ser votado na terça-feira, na Comissão da Agricultura do Senado, e, após a votação, caso seja aprovado, voltaremos a conversar sobre isso.

De igual modo, quero agradecer ao Senador Eduardo Gomes e ao Senador Izalci pelas manifestações favoráveis ao projeto. Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Senador Laércio, a quem estendo também os agradecimentos da Senadora Professora Dorinha. Muito obrigada pelos registros.

Tem a palavra o Deputado Vicentinho Júnior.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Agora eu estou com o espírito preparado, Presidente, para poder fazer os elogios devidos a esta Comissão.

Eu comentava com o Deputado Gaguim aqui, vendo esta Mesa hoje, o quanto brilhante é a Senadora e colega de bancada do meu Estado do Tocantins, Professora Dorinha, a nossa Presidente serena. Esses dias, eu falava em um evento, em Tocantins, que para mostrar bravura ninguém tem que falar alto, nem dar tapa em mesa, mas ter firmeza em suas colocações.

Então, eu parabenizo essas três bravas mulheres serenas — a D. Socorro representando muito bem a Consultoria da CMO, que, para mim, é a melhor Consultoria da Casa — por nos permitirem lutar pelo Brasil.

Vi com tranquilidade, Senadora Dorinha, que V.Exa. tão bem colocou em vosso relatório todas as seguranças orçamentária e financeira para os Relatores, tanto da LOA como da LDO, e os setoriais. E aqui vejo o Deputado Bohn Gass com quem dirijo em posições políticas, mas nos encontramos no respeito ao mandato.

Observando, então, o relatório da Senadora Dorinha, venho pedir um pouco mais de consideração por parte do Governo para com os membros desta Comissão e para com o Congresso Nacional de modo geral, porque me afronta ver um membro do Governo falar que, em termos de orçamento, "É dar o galinheiro para as raposas cuidarem". Isso não é linguajar de um membro de Governo muito mais tendo aqui nesta Comissão um esforço sobre-humano da Presidente da Comissão de Orçamento, dos membros titulares, dos membros suplentes. Hoje mesmo pela manhã, o Deputado Bohn Gass me falou que ficou, no fim de semana, agarrado ao relatório do PPA e que, para poder entregá-lo, teve que pedir auxílio a sua sobrinha para ajudá-lo a mexer numa planilha de Excel porque foi a forma que ele encontrou de entregá-lo em tempo.

Então, eu quero registrar, Presidente, o pedido de respeito, primeiro, por parte dos membros do Governo. Quando quiserem falar de orçamento, respeitem os membros do Congresso Nacional. Aqui, ninguém brinca com a realidade do Brasil. Aqui, ninguém brinca com a vida dos brasileiros. Muito pelo contrário, não temos horas, nem dias para poder trabalhar com afinco, deixando muitas vezes bandeiras político-partidárias de lado para trabalhar pela bandeira do Brasil e, pelos nossos Municípios, que é onde as pessoas vivem.

Então, Senadora Dorinha, a V.Exa. eu me dirijo com muito respeito e com muito orgulho. Eu não tinha dúvida de que uma Deputada brilhante seria uma Senadora brilhante. Deu um *show* no FUNDEB, e não havia por que ser diferente no Relatório da Receita aqui hoje apresentado.

Parabenizo a todos.

A graça de falar por último é que a mensagem fica curta porque todos já falaram. Eu acho que é possível, sim, de forma saudável, já que não há o financiamento privado — e eu sou favorável a ele, sim; não tenho dificuldade nenhuma em colocar minha posição clara —, nós mantermos o Fundo Partidário para as eleições do ano que vem e preservarmos para Estados pequenos, como Piauí, Paraíba e o nosso querido Tocantins, as emendas de bancada, porque houve, sim, uma aflição. E aqui eu registro a fala do Deputado Gaguim. Aliás, alguém brincou ali hoje mais cedo, na Presidência da Comissão, dizendo: "*Só os Deputados do Tocantins levantaram essa inclusão*". Eu disse: "*É porque no Tocantins não falta coragem*". Nós somos de um Estado criado em cima da coragem dos tocantinenses. Senão, seríamos ainda, quem sabe, norte-goiânicos.

Enfim, em solidariedade a todos os pequenos Estados, à Federação brasileira, digo que a emenda de bancada nos dá instrumentalização para trabalhar pelos Municípios. Alguém aqui disse que é muito mais fácil ouvir um Parlamentar que passa os fins de semana no Estado, porque, quando chega a Brasília, na segunda-feira ou na terça, sabe de fato o que aquele Município de sua base, aquele Município de seu Estado, precisa no momento. O cobertor é curto, e o frio é muito forte. Necessidade há a todo momento, mas é preciso saber priorizar o que é prioridade.

Eu tenho certeza de que, mais uma vez, como bem colocado aqui pelo Senador Eduardo Gomes, a Comissão pacificará essas discussões e levará brevemente ao Plenário Ulysses Guimarães uma peça orçamentária bem feita, para servir a um Brasil continental. O melhor país do mundo é o nosso.

Parabéns a todos os envolvidos!

Deixo aqui esse breve registro.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Vicentinho. Agradeço também pelas palavras dirigidas a nós.

Realmente a Mesa hoje está totalmente feminina. E tem calma, tranquilidade, não é? Antes de passar a palavra ao Deputado Bohn Gass, eu queria fazer esse registro, sobre a tranquilidade de toda a Comissão. Sabemos que, no final do ano, tudo aperta para todo mundo, em todos os sentidos, na vida de todos nós, seres humanos. Mas os membros desta Comissão têm demonstrado um compromisso muito forte com o trabalho que realizam.

Deputado Bohn Gass, V.Exa. tem a palavra.

A matéria está em discussão ainda.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Presidenta, Senadora Daniella, eu quero agradecer a V.Exa. e aos colegas pela aprovação aqui na Comissão, no dia de ontem, do nosso relatório do Plano Plurianual.

Eu aproveito o tema, nesse agradecimento, para me referir aos demais projetos de lei que nós estamos debatendo aqui, que vamos votar, ao que parece, apressadamente, aceleradamente, agora, no final do ano, como se faz todos os anos. Mas eles foram precedidos de audiências públicas, de consultas. Todos fizeram isso. Na apreciação do PPA, nós fizemos isso. V.Exas. participaram. Nós fizemos aqui inúmeras reuniões sobre a LDO. Então, na verdade, houve participação e debate. Todos foram convidados. Todos tiveram espaço para participar. Eu quero fazer esse registro, porque isso nos dá qualidade, transparência, para que ninguém aqui agora diga que vai votar algo de que não pôde participar. Faço esse primeiro registro, então, agradecendo, mais uma vez, a aprovação, no dia de ontem, do nosso PPA.

Em segundo lugar, eu queria dizer que desde o início, quando entraram as emendas impositivas — podemos olhar os Anais da Casa —, eu era contra. Eu sempre coloquei isso, que eu era contra o crescimento também do valor das emendas individuais, das Comissões e das bancadas. Por quê? O Executivo é eleito para desenvolver programas para o nosso País. E muitas vezes os projetos estruturantes precisam de muitos recursos para poderem se estruturar no País com critérios de levantamento sobre os Estados, qual é o Estado que mais precisa, como está o IDH, a situação demográfica. Enfim, todos esses estudos têm que municiar o Governo a fazer políticas estruturantes. Quando há menos recursos — e esses recursos são alocados pelos Parlamentares, com suas emendas —, por mais legítimo que seja o contato, que não há como contraditar, porque o Deputado está lá na ponta conversando com as pessoas, isso desestrutura o programa na consistência dos projetos dentro do País.

Eu tenho colocado isso sempre. Acho que esse é um debate que nós precisamos registrar aqui, porque nós estamos num regime presidencialista, e qualquer Governo nas suas instâncias, como o Executivo, precisa desenvolver programas que sejam estruturantes.

Eu, por exemplo, recebo muitos Prefeitos de todos os partidos. E esse deve ser o caso de todos os Senadores. Eu queria saudar a hoje Senadora Professora Dorinha, que foi nossa colega quando Deputada. Quantos debates nós fizemos sempre juntos! Quero parabenizar a Senadora pelo trabalho que fez e que está fazendo agora como Senadora e também pelo diálogo que tem nesta Casa. Mas quero registrar que muitos Prefeitos dizem o seguinte: *"A última vez que veio um ônibus, um transporte escolar foi quando tinha o PAC. A última vez que veio uma patrula, uma retroescavadeira..."* Todos os Prefeitos receberam sem a ingerência de passar que foi o Deputado que liberou. Então, era um programa estruturante.

Agora se recebe se o Deputado indica. Se o Deputado indica para um Município, não indica para o outro, qual é o critério? Eu quero refletir sobre isso. Eu acho justo colocar isso, porque sei que o Deputado faz um esforço para poder ajudar as suas bases, mas ele inclui outros critérios, da base eleitoral dos votos.

Eu quero chegar a um discernimento democrático no qual tenhamos um debate. Eu falo isso parabenizando presença feminina na Mesa e a forma firme, mas tranquila e serena de poder fazer o debate com a divergência posta, respeitando as diferenças e fazê-lo num padrão de igualdade. Eu quero levantar isso e acho que temos que refletir sobre isso.

Nós queremos programas mais consistentes para todos, com critérios. Eu acredito que, ao elevarmos as emendas, acontece uma ruptura com a possibilidade de programas mais estruturais, com critérios mais republicanos e universais que nós precisamos.

Quero fazer esse registro para continuarmos aprofundando o debate sobre isso. Isso fez com que, desde o início, eu votasse contra a emenda impositiva, votasse contra esse crescimento dela. Isso é outro debate que está posto hoje. Essa é a realidade nossa. Nós vamos continuar debatendo isso, mas eu preciso, por dever de consciência e de posicionamento político, respeitosamente, colocar esse elemento nesta reunião.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Bohn Gass.

Tem a palavra o Deputado Gaguim.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Querida Presidente, parabéns pelo trabalho!

A Senadora Professora Dorinha, se Deus quiser, vai ser a nossa futura Governadora do Tocantins.

Nobres pares, essas emendas impositivas dos Estados, quando foram feitas, nós colocamos a paridade, igualitariamente. Por quê? São Paulo, por exemplo, tem 73 Deputados. As nossas emendas impositivas, sem ser de bancada, multiplicando 73 por 37 milhões de reais, correspondem a 2 bilhões e 800 e tantos milhões de reais, enquanto as dos Estados de Rondônia, Tocantins, Amapá, Acre dão 400 e poucos milhões de reais. Esse é o bolo que é mandado para os Estados, de acordo com a sua população e sua renda.

Quanto a esta emenda impositiva, que foi 1% da receita líquida, se a receita tivesse baixado, teria baixado o nosso valor de emenda de bancada. Se for para 1 bilhão de reais, vai ter aquele mesmo... Não se pode mexer numa PEC. Para se derrubar

uma PEC só com outra PEC. No ano retrasado, quando foi feito, passou batido aqui. Não pode, só se mexe numa PEC com outra PEC. Se o País e a receita estão crescendo, é lógico que tem que crescer. Não há diferença nenhuma nisso aí. Para se ter uma ideia, no Tocantins, 90% desses recursos vão para os Prefeitos que não conseguiram o seu teto. Hoje há mais de 50 Prefeitos tentando arrumar recursos de 400 mil reais, 100 mil reais, 1 milhão de reais para alcançar o seu teto e poder pagar a enfermeira, o médico, comprar remédio.

Se conseguirmos esse dinheiro, eu quero colocá-lo todo na saúde. É do Governo Federal, e isso vai fazer com que o Governo tenha mais qualidade, mais saúde, tanto no Estado quanto no Município.

Eram estas as nossas palavras. Não podemos abrir mão desses 465 milhões de reais para as bancadas de todo o País igualitariamente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Carlos Henrique Gaguim.

Não havendo mais quem queira discutir, a discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

Tendo em vista que o Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE não se manifestou quanto às emendas de Relator, conforme dispõe o parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, solicito autorização do Plenário para a votação do Relatório da Receita apresentado ao Projeto de Lei Orçamentária para 2024.

A solicitação de autorização de votação do Relatório da Receita sem manifestação do CAE está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Informo que foram recebidos dois destaques ao Relatório da Receita, sendo que um foi retirado pelo autor, Senador Laércio Oliveira, e o outro está prejudicado pela ausência do autor, Deputado Geraldo Resende.

Em votação o Relatório da Receita na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Relatório da Receita ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024 está aprovado.

Parabéns, Senadora Professora Dorinha! Muito obrigada pelo seu trabalho. O Brasil agradece. (*Palmas.*)

Comunico ao Plenário que, tendo em vista o acordo firmado no Colegiado de Líderes, proponho a inclusão na pauta do relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas (CAE) nº 1, de 2023, e errata, que dispõe sobre as diretrizes e orientações para a apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2024 (PLN 29/23, do Congresso Nacional).

Em deliberação a inclusão na pauta para votação do relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Item 3. Apreciação do relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas (CAE) nº 1, de 2023, e errata, que dispõe sobre as diretrizes e orientações para apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2024 (PLN 29/23, do Congresso Nacional), e para fins da análise de admissibilidade, prevista no art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Tem a palavra o Coordenador do CAE, Deputado Vicentinho Júnior, para apresentação do seu relatório.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Presidente, fazendo uma fineza aqui ao nobre colega Deputado Júnior Mano, do PL do Estado do Ceará, que é de fato o nosso coordenador e não está presente, mas pediu que nós fizéssemos por ele a leitura, eu vou direto ao relatório.

Prezados Parlamentares, destacamos a seguir os principais pontos de parte dispositiva do relatório.

"I. Relatório.

O exame de admissibilidade das emendas, anterior à análise do mérito, tem por objetivo verificar a compatibilidade da proposição com as normas constitucionais, legais e regimentais.

O presente relatório tem como propósito contemplar em um único documento as principais diretrizes e orientações que envolvem o exame de admissibilidade orçamentária de emendas ao PLOA, especialmente em face da Constituição, do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

O relatório adota basicamente as mesmas diretrizes dos anos anteriores, utilizadas pela legislação vigente.

II. Parte dispositiva.

Da apresentação de emendas individuais e coletivas.

Não serão admitidas, salvo se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, emendas que proponham cancelamento, ainda que parcial, de dotações consignadas para despesas: com pessoal e encargos sociais (GND 1), com juros e encargos de dívida pública (GND 2) e com amortização da dívida pública (GND 6); primárias obrigatórias (RP 1); financeiras (RP 0) na unidade orçamentária 90000 — reserva de contingência; que devam ser executadas à conta de recursos oriundos de operações de crédito ou doações, bem como das respectivas contrapartidas.

As emendas, salvo erro ou omissão de ordem técnica, não podem acrescer ou reduzir programação do PLOA destinada ao serviço da dívida (RP 0) ou primária obrigatória (RP 1), que refletem encargos líquidos e certos e a legislação de regência.

Em decorrência do Novo Regime Fiscal, e em obediência à Instrução Normativa nº 1, da CMO, serão inadmitidas emendas ao PLOA 2024, que, cumulativamente: propuserem acréscimo de despesas primárias sem observância do correspondente limite individualizado a que se refere o art. 107, incisos I a V, do ADCT, e da compensação autorizada nos termos dos §§ 7, 8 e 9 do mesmo artigo e da LDO; e deixarem de indicar cancelamento compensatório de despesas primárias sujeitas ao NRF, no âmbito do mesmo Poder, no caso de emenda à programação de órgãos do Executivo, ou no âmbito do mesmo órgão, nos demais casos, não podendo incidir sobre despesas obrigatórias.

Quanto à compatibilidade com o PPA 2024-2027, deve-se observar em especial se a programação da emenda ao PLOA encontra-se abrangida por algum programa do PPA.

Das Emendas Individuais.

O montante destinado às emendas individuais corresponde ao montante de execução obrigatória em 2020, corrigido nos termos da Constituição.

O limite por mandato parlamentar para a apresentação de emendas individuais é de R\$37.871.585,00 por Deputado e R \$69.634.850,00 por Senador.

Os recursos para atendimento constam das reservas do PLOA.

Cada Parlamentar deve destinar ao menos a metade do valor de suas emendas para ações e serviços públicos de saúde.

As emendas individuais impositivas poderão alocar recursos aos entes subnacionais por meio de transferência especial ou transferência com finalidade definida, sendo vedada em ambos os casos a utilização para pagamento com pessoal e encargos sociais e encargos da dívida.

Das Emendas de Bancada Estadual" — que é a polêmica aqui da Comissão este ano.

"Cada bancada estadual poderá distribuir entre as emendas de sua autoria com identificador RP 7 (programações com garantia de execução e contingenciamento proporcional) o montante de R\$316.933.036,00. Faço aqui apenas um lembrete de que isso poderá ser alterado no Relatório Geral da LOA, conforme a Instrução Normativa nº 2, de 2023, para o aumento proporcional conforme a receita.

As demais programações deverão ser identificadas com o RP 2 no acréscimo da despesa. Uma mesma emenda poderá conter, ao mesmo tempo, recursos com garantia de contingenciamento proporcional (RP 7) e recursos passíveis de contingenciamento em qualquer percentual (RP 2).

As emendas de remanejamento da bancada estadual somente poderão propor remanejamento de dotações no âmbito da mesma unidade da Federação, do mesmo órgão e do mesmo grupo de natureza de despesa (art. 48).

As emendas de bancada estadual deverão identificar de forma precisa o seu objeto (art. 47, II, da Resolução nº 1, de 2006-CN), vedada a designação genérica de programação que possa: contemplar obras distintas; ou resultar, na execução, em transferências voluntárias, convênios ou similares para mais de um ente federativo ou mais de uma entidade privada; e demonstrar interesse estadual restrito ao respectivo território, art. 46 da Resolução nº 1, de 2006. Não se consideram obras distintas, para efeito da primeira parte do art. 47 da Resolução nº 1, de 2006, o complexo ou empreendimento com objeto preciso, determinado e identificado, caracterizado por um conjunto de obras fisicamente contíguas ou funcionalmente interdependentes, com localização definida e finalidade comum.

A restrição da designação genérica do art. 47 recai sobre a emenda quando seu objeto for a execução de obras, não atingindo a aquisição de equipamentos e material permanente, nem quando o objetivo for a execução de serviços. Em qualquer destes casos, no entanto, os recursos devem ser de aplicação direta ou, no caso de transferência, destinados a uma única unidade da Federação ou ente privado.

Considera-se delimitado o objeto e atendido o requisito da primeira parte do art. 47, quando a emenda designar, no subtítulo, um conjunto articulado de obras ou empreendimentos que reflete em um plano integrado de ações, no âmbito de um único Município, região metropolitana ou Região Integrada de Desenvolvimento Econômico — RIDE favorecida.

A emenda de bancada estadual que destinar recursos à entidade privada deve identificar a beneficiária no subtítulo. Cabe à bancada informar, na ata da reunião, o motivo da não repetição da emenda de bancada estadual impositiva, determinado pelo inciso XX do art. 166 da Constituição.

Das Emendas do Relator.

Cinquenta e seis emendas do Relator-Geral do Orçamento destinam-se exclusivamente à correção de erros e omissões, nos termos do art. 166, § 3º, alínea 'a' da Constituição Federal, vedada a sua utilização indevida para o fim de criação de novas despesas ou de ampliação das programações previstas no Projeto de Lei Orçamentária Anual."

Este é o relatório do Deputado Júnior Mano, Coordenador do Comitê de Admissibilidade de Emendas.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O relatório está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação, na representação da Câmara dos Deputados, o relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas e a errata.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, por unanimidade, o relatório do CAE de 2023 e a errata, apresentados ao projeto da Lei Orçamentária Anual para 2024.

A Senadora Professora Dorinha quer se manifestar? (Pausa.)

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Presidenta, teremos mais alguma votação?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Não. Há apenas uma questão de ordem.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Questão de ordem?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Não, não é uma questão de ordem. Trata-se de uma observação que a Senadora Professora Dorinha gostaria de fazer, para não haver nenhuma dúvida quanto ao relatório dela.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, eu quero um esclarecimento. Eu posso falar enquanto ela está dando uma entrevista?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não, Deputada.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Na verdade, eu queria apenas um esclarecimento.

O Deputado Danilo Forte me informou que vai colocar o relatório no sistema, e nós votaremos na terça-feira a LDO. Esta foi a informação que me foi passada. Ele disse que ia colocá-lo no sistema hoje — não lembro se hoje ou amanhã. Disse que vai colocá-lo entre hoje e amanhã no sistema.

Minha pergunta é em relação ao cronograma. Eu gostaria de saber o que teremos amanhã e na sexta-feira.

Eu queria que V.Exa., Presidente, esclarecesse, para ficarmos alinhadas. Não precisa ser agora; pode ser depois da fala da Senadora Dorinha.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputada.

Tem a palavra a Senadora Professora Dorinha Seabra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Inicialmente, eu quero agradecer a todos os comentários que foram feitos.

Como eu disse, na discussão a partir da provocação e da solicitação feita pelo Deputado Geraldo Resende, acerca da alteração que eu ia fazer no meu relatório, eu estou apenas reafirmando o que já havia dito.

O Deputado Carlos Zarattini apresentou três emendas, correspondentes aos assuntos que eu já havia incorporado no meu texto: a prorrogação do Programa Reporto, a regulamentação do Programa Minha Casa, Minha Vida, além da matéria relativa à SUDAM e à SUDENE. As Emendas 25200019, 25200020, 25200021, do Deputado Carlos Zarattini, estão aprovadas parcialmente no relatório.

A Emenda 12460012, do Deputado Júlio Cesar, e a Emenda 44440016, do Deputado Paulo Alexandre, estão incorporadas ao relatório, aprovadas.

Obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Senadora Dorinha.

Respondendo à querida Deputada Adriana Ventura, amanhã, dia 7, às 10 horas da manhã, haverá a votação do relatório preliminar e suas emendas.

Com relação aos relatórios setoriais, haverá, do dia 8 a 10 de dezembro, a publicação dos relatórios setoriais e, do dia 11 a 14 de dezembro, a votação. A publicação do relatório geral será do dia 15 a 17 de dezembro. A votação do relatório geral será no dia 20.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Senadora, eu quero apenas um esclarecimento.

O relatório já deve estar no sistema, porque o Deputado Motta disse que, assim que ela acabasse de fazer a leitura, ele o colocaria no sistema. Nós teríamos o prazo de até às 20 horas de hoje para colocar as emendas, e ele apresentaria o relatório hoje ainda, para nós o votarmos amanhã, às 10 horas da manhã.

Foi isso que foi dito e combinado. Está correto isso?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - É isso.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Nós queríamos esse esclarecimento.

Então, o relatório deve entrar, no máximo, até às 17 horas. Nós colocamos as emendas até às 20 horas.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Está mantido tudo o que foi dito na reunião de Líderes.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu só estou esclarecendo, para os outros membros saberem, porque nem todo mundo estava lá dentro. É isso mesmo.

Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Vou suspender a reunião.

Nada mais havendo para decidirmos, fica suspensa a reunião para amanhã, às 10 horas da manhã.

Obrigada a todos.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Bom dia a todos e a todas.

Declaro reiniciada a presente reunião deliberativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional para a votação da matéria constante da pauta.

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Comunico ao Plenário que, tendo em vista acordo firmado no Colegiado de Líderes, proponho a inclusão na pauta do relatório preliminar com emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 29, de 2023, do Congresso Nacional, LOA 2024.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de votação dessa proposição, a despeito do previsto no art. 128, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 dias úteis de sua distribuição.

Em deliberação a inclusão na pauta e a quebra de interstício...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, desculpe-me, eu só tenho uma pergunta antes de votar.

O relatório, com as emendas acatadas, já está no sistema ou ainda não? Ele vai ler o relatório que colocou ontem e, depois, incorpora as emendas e sobe? É só para eu entender.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Já está no sistema.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Ele subiu agora? Depois das 10h30min, o relatório subiu.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Em deliberação a inclusão na pauta e a quebra de interstício para votação do relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam com o se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Item 1. Apreciação do relatório preliminar apresentado com emendas ao Projeto de Lei nº 29, de 2023, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024.

O Relator-Geral é o Deputado Luiz Carlos Motta.

Com a palavra o Relator, Deputado Luiz Carlos Motta, para apresentação do relatório.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Bom dia a todos.

É uma honra para mim estar aqui representando os Parlamentares num momento tão especial em que vamos aprovar o relatório preliminar do Orçamento da União.

"Esta sessão estabelece normas complementares à Resolução nº 1, de 2006-CN, para fins de apreciação do Projeto da Lei Orçamentária referente ao exercício de 2024, especialmente quanto à autorização aos Relatores para apresentação de emendas, atendimento das emendas apresentadas e elaboração dos relatórios setoriais.

Agradeço a oportunidade e a confiança dos colegas nessa missão de ser o Relator-Geral do Orçamento.

Após um segundo semestre de ajustes e aprovações necessárias, nós nos encontramos na fase de deliberação do parecer preliminar. Ele é o pontapé para a efetiva tramitação e confecção do Orçamento Geral da União de 2024.

Para a compreensão daqueles que nos assistem, é importante esclarecer que o parecer preliminar é o documento que estabelece o cenário no qual o Relatório Geral será construído.

Para resumir, neste parecer apresento a visão geral do projeto, com foco no cenário macroeconômico que serve de alicerce para o Orçamento na integração e compatibilidade com o PPA, aprovado por esta Comissão, na última terça-feira, com o PLDO e, principalmente, nas despesas previstas para o exercício de 2024.

Vale ressaltar que o aprofundamento de cada área do PLOA se dará pela valiosa contribuição dos Relatores Setoriais.

Este documento também define ritos e regras para o processo de revisão e no atendimento de emendas, incluindo alocação de reservas de recursos, entre outros parâmetros essenciais para o equilíbrio necessário e para a busca da eficácia alocativa do Orçamento brasileiro.

Com a votação hoje do parecer preliminar do PLOA, damos um passo importante na tramitação do Orçamento de 2024, crucial para o futuro de nosso País. E, naquilo que depender desta relatoria, ele será aprovado a tempo, apesar do curto espaço de tempo estabelecido pela dinâmica do ano.

A transparência é um pilar desse parecer para guiar a confecção do Orçamento Geral da União. Estamos comprometidos em garantir que as informações e os procedimentos estejam acessíveis e compreensíveis para todos os brasileiros. Isso não apenas promove um elo de confiança, mas também permite que cada cidadão participe ativamente do nosso processo democrático.

Por fim, o parecer preliminar estabelece os parâmetros para construir um orçamento exequível, que seja reflexo do nosso compromisso com políticas públicas, que coloquem os cidadãos em primeiro lugar. Com essa votação, avançamos no PLOA 2024 e damos um passo significativo rumo a um futuro mais próspero e justo para o nosso Brasil.

Agradeço a todos os pares e a todos os Deputados pelo apoio contínuo e pelo comprometimento comum em transformar nossos planos em realidade.

Emendas apresentadas.

Foram apresentadas quatro emendas ao Relatório Preliminar, três da Deputada Federal Adriana Ventura e uma do Deputado Federal Vermelho.

As Emendas nºs 1 e 2, da Deputada Federal Adriana Ventura, devem ser rejeitadas. Os relatórios mencionados nas emendas são gerados por sistema informatizado do Congresso Nacional que está preparado para gerar os relatórios atualmente previstos. Não há viabilidade técnica para alteração do sistema neste momento. Fica registrada a sugestão de se avaliar a pertinência das propostas para o próximo processo orçamentário, do PLOA 2025. Impende ressaltar que os atendimentos das emendas de bancada e de Comissão já fazem parte dos demonstrativos obrigatórios, sendo possível a verificação dos valores de atendimento e dos RP 2. O que não existe é um demonstrativo apenas dos atendimentos relacionados ao RP 2, como proposto nas Emendas nºs 1 e 2. Por fim, ressaltamos que um demonstrativo com todas as informações sobre o atendimento das emendas de bancada e de Comissão, como atualmente previsto, é mais completo e transparente do que um demonstrativo apenas com as informações relacionadas ao RP 2.

A Emenda nº 3, da Deputada Federal Adriana Ventura, altera o item 17 da Parte Especial para desfazer a autorização para utilização de R\$ 4,02 bilhões das reservas de bancada para o Fundo Especial de Financiamento de Campanha — FEFC. Ressaltamos que tal fundo está previsto em legislação eleitoral e o dimensionamento do volume de recursos a ele destinado ainda está pendente de decisão por parte do Congresso Nacional, em especial, mediante apreciação do PLDO 2024. A redação que propomos reconhece o impasse quanto a esse assunto e não pretende definir tal questão. Ademais, a redação acha-se compatível com a Instrução Normativa nº 02, de 2023, aprovada pela CMO, que deu amparo regimental à apresentação das emendas de bancadas ao PLOA 2024. Por tal razão, somos pela rejeição da emenda.

A Emenda nº 4, do Deputado Federal Vermelho, deve ser rejeitada. Trata-se de proposta inconstitucional, considerando a decisão do STF no âmbito das ADPFs 850, 851, 854 e 1.014, sobre as emendas de Relator-Geral ao Projeto de Lei Orçamentária Anual — PLOA.

Voto.

Em face do exposto, somos pela aprovação do parecer preliminar na forma ora apresentada, com a rejeição das quatro emendas apresentadas."

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Relator, Deputado Luiz Carlos Motta.

O prazo de destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I, do art. 60, do Regulamento Interno da CMO.

O relatório preliminar está em discussão.

A Deputada Adriana Ventura está com a palavra, pela ordem de inscrição.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Senadora Daniella e Sr. Relator.

Eu só queria informar que eu já fiz os três destaques sobre os quais acho interessante nos debruçarmos. Eu entendi bem o Deputado Motta, e, até por questão do tempo, não vou usar meus 5 minutos. Quero só fazer uma fala de novo para demonstrar que urgente é o que deveríamos ter feito ontem ou com antecedência.

Infelizmente, por mil razões, estamos sempre açodados para votar em cima da hora. O relatório entrou ontem tarde da noite. Estamos votando agora. Então, é aquele velho problema: ninguém viu, ninguém leu e está tudo bem.

Eu vou fazer de novo um apelo pessoalmente ao Relator, que inclusive é um caro colega da bancada paulista, o Deputado Luiz Carlos Motta, para que cuide disso para a LOA, porque eu acho um absurdo votar no açodamento e acontecer como no ano passado, que ninguém leu, ninguém viu o Orçamento do nosso País.

Então, eu quero pedir que a técnica do açodamento e de dispensa de prazo de 3 dias úteis para leitura e análise para que façamos um bom debate, uma boa alocação de recurso público, seja feita.

Quanto à rejeição das emendas, como eu destaquei, vou falar sobre cada uma, até para poupar tempo da Comissão e dos demais.

Muito obrigada, Sr. Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Para discutir, tem a palavra o Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (PL - TO) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, mais que discutir, eu gostaria de fazer só um registro, tendo como testemunho os meus 23 anos de mandato, principalmente participando em diversos momentos aqui de trabalhos nesta Comissão.

Primeiro, pela evolução de sistemas que nós tivemos, a impositividade de parte do Orçamento, com a possibilidade de discussão concentrada na composição de receita e despesa. E, por isso mesmo, comemoramos, apesar de todo o tempo que vem nos pressionando para a votação do Orçamento, a tranquilidade do nosso Relator, o Deputado Luiz Carlos Motta — e faço isso como Líder do Partido Liberal aqui na Comissão de Orçamento —, a capacidade e paciência de ouvir e a certeza de buscar convergência. É aquilo que V.Exa., como Presidente, também tem feito, bem como os nossos Relatores Setoriais e a Senadora Professora Dorinha, como Relatora da receita.

Quero só dizer que os vendedores de lanche tomaram um prejuízo muito grande com esse funcionamento da Comissão de Orçamento, porque aqui nós tínhamos o costume de ficar discutindo durante noites e noites e madrugadas. Não que eu comemore que tenhamos divergência, mas comemoro o fato de termos duas ou três divergências faltando pouco tempo para aprovarmos o Orçamento. Isso aqui já foi muito mais complicado.

Então, faço esse registro histórico. Agradeço a recomposição de receita para os Estados, o dinheiro direto para os Estados e também a forma tranquila e republicana que a Comissão tratou a recomposição de receita, com responsabilidade, sem contaminação política e ideológica.

Então, o fato de termos aqui V.Exa. na Presidência e, por coincidência, um Parlamentar de um partido da Oposição, na relatoria geral, sem tumulto, já é uma coisa a ser comemorada.

Portanto, parabéns, Relator! Parabéns a todos e aos meus colegas aqui, que eu sei que são bons de briga. Quando eles estão mais tranquilos — Deputados Vicentinho e Gaguim —, eu também fico.

E, aqui, nós temos o mais experiente de todos, que é o Senador e Deputado Wilson, que sabe do que estou falando. A Comissão — podemos até reclamar que há alguma coisa para resolver — já foi muito mais tumultuada.

Parabéns, Relator! Parabéns, Presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Senador Eduardo Gomes, grande Senador e colega. Espero que o Deputado Wilson Santiago, meu colega Senador, diga essas suas palavras lá nas rádios da Paraíba. (Risos.)

Brincadeiras à parte.

Com a palavra o Deputado Vicentinho Júnior.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Presidente, bom dia.

Pegando um gancho aqui na fala do brilhante Senador Eduardo Gomes, V.Exa. vai vendo, Deputado Gaguim: "*Papagaio come milho, periquito leva a fama*". Estamos ficando nós dois, os mais tranquilos, com a fama de valentes nesta Comissão.

Mas a briga é justa, Presidente, é pelo nosso País, pela sua Paraíba, pelo meu Tocantins, pelo Estado de São Paulo. E o Senador Eduardo foi muito assertivo em sua fala. Eu fico vendo aqui hoje a leitura do relatório desse colega, amigo, vizinho e um grande Parlamentar do Estado de São Paulo, o Deputado Luiz Carlos Motta.

E aqui vai um recado aos mais alvoriçados da rede social e do Plenário Ulysses Guimarães: há um momento de nós levantarmos, sim, as bandeiras político-partidárias, há um momento para cada um defender a sua ideologia, para cada um defender aquilo que acredita, mas há um momento primo, que é o de defender aquilo que nós precisamos zelar, que é a nossa Pátria, Relator. V.Exa. é do Partido do ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro. Mas fica alguém ainda dizendo, nos debates em plenário, que o PL, a bancada de oposição, que o ex-Presidente, tenta, a todo momento, desconstruir as ações de governo. Não. Tentamos, a todo momento, discutir as ações de governo para que o próprio Governo entregue as melhores ações à população brasileira.

E vejo aqui, hoje, na Comissão Mista de Orçamento, já quase no encerrar de suas atividades, o relatório da receita, da Senadora Professora Dorinha, hoje, a nossa LOA, que foi apresentado ontem e, daqui a pouco, será votado aqui e entregue para o Plenário Ulysses Guimarães chancelar esse trabalho magnífico da Consultoria, da nossa Presidente, como falei ontem, uma brava Presidente, serena, porém, corajosa, e desse brasileiro, o Relator do Orçamento, Deputado Luiz Carlos Motta. Então, eu fico muito orgulhoso.

Não temos os 23 anos de mandato do Senador Eduardo Gomes, mas estou no meu terceiro mandato e participo desta Comissão pela quinta vez, ao longo desses 10 anos de mandato, e já vi discussões muitas acaloradas aqui, porque, às vezes, o Relator e a Presidente não tinham a compreensão de ouvir os membros do lado de cá desta mesa de discussão. E

este ano, não. Eu confesso, Senador Eduardo, que eu não sei quem tomou prejuízo; se, de fato, foram os vendedores de lanche. Mas eu sei quem ganhou lucro, quem vai ter grandes vitórias, que é o povo brasileiro, quando os membros desta Comissão Mista de Orçamento, entregar, ao final deste ano, em um tempo corrido, mas hábil, o Orçamento para que todo o Congresso Nacional, através das relatorias setoriais, possam discuti-lo.

E aqui faço menção ao brilhante Deputado Federal Carlos Gaguim pelo brilhante trabalho na Comissão Mista de Orçamento.

Muito obrigado por nos permitir, no ano de 2023, entregar o melhor orçamento ao povo brasileiro neste momento.

Parabéns à Presidente Daniella, parabéns ao Relator Luiz Carlos Motta e a todos os membros. Quem inventou o sucesso o fez grande demais para que pudesse ser compartilhado. E, se o Orçamento de 2024 vai ser bem entregue, é porque foi, sim, construído a quatro mãos por todos os Parlamentares brasileiros: de direita, de esquerda e de centro.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Muito obrigada, Deputado Vicentinho.

Ainda em discussão, tem a palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Presidente, quero parabenizar V.Exa. e o nosso Relator-Geral, pelo trabalho nesses meses, e todos os membros da Comissão, nossos Líderes e Relatores Setoriais pela participação, em especial o Senador Eduardo, a Senadora Professora Dorinha e o Deputado Federal Vicentinho pelo trabalho.

Eu apresentei dois destaques, o Destaque nº 4 e o Destaque nº 5, para que fossem votados, por meio dos quais peço a supressão do texto no qual são retirados os 4 bilhões das bancadas. Mas, em conversa preliminar com o Relator, Senador e Deputado Wilson Santiago, e com a Presidente, foi afirmado que, na próxima terça-feira, haveria um acordo. Quero deixar claro que não estou mexendo com o Fundo Eleitoral, com nada. Estou pedindo, no destaque, a supressão do texto no qual se retira o dinheiro das bancadas. Eu só não quero que seja retirado o dinheiro das bancadas, que vai para os Municípios, os Prefeitos, para a saúde.

Então, peço que sejam retirados os Destaques nº 4 e 5, em acordo feito na Comissão com a Presidente e o Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Gaguim.

Tem a palavra o Deputado Rafael Prudente.

O SR. RAFAEL PRUDENTE (Bloco/MDB - DF) - Bom, primeiro, bom dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar também, da mesma forma que fizeram os meus antecessores, a Presidente e o Relator, parabenizando-os pela condução aqui dos trabalhos.

Como aluno aqui do Senador Eduardo Gomes e do Deputado Gaguim, sei que não é o momento ainda, mas o Deputado Gaguim acabou de tratar a respeito da questão das emendas de bancada, quero dizer que, como é uma bancada pequena aqui do Distrito Federal, quão caro e importante é essa matéria para nós. Nós estamos falando aqui de um recurso em torno de 150 milhões de reais. Talvez para os Estados mais ricos, para os Estados maiores ou com bancada maior, talvez isso não faça tanta diferença assim. Mas, para nós aqui, faz muita diferença.

Eu queria ressaltar aqui na minha fala, Sra. Presidente, que Brasília tem uma situação específica, porque nós não temos eleição. Eu sei que isso vai ser um debate a ser travado com todas as coordenações das bancadas. Como coordenador da bancada aqui do DF, queria pedir a sensibilidade quanto a esse tema para o nosso Distrito Federal, até porque nós não temos eleição. Então, não seria justo, vamos dizer assim, fazermos parte desse rateio. Portanto, peço que seja preservado esse recurso para o DF.

Eu queria aproveitar esta oportunidade para adiantar esse tema aqui para a Presidente e, em especial, para o nosso Relator. Nós apresentamos uma emenda ao Relator da LDO a respeito desse tema. Esperamos a sensibilidade não só desta Comissão, mas dos demais membros também.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado.

Ainda estamos em discussão.

Não havendo mais inscritos, a discussão e o prazo para a apresentação de destaques estão encerrados.

Eu informo que foram recebidos cinco destaques ao relatório preliminar. O relatório preliminar com emendas, ressalvados os destaques, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Há o voto contrário da Deputada Adriana Ventura.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório foi aprovado. Vamos passar para os destaques.

Foram apresentados cinco destaques: três da Deputada Adriana Ventura e dois do Deputado Gaguim.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - O Deputado Gaguim já retirou.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - V.Exa. retirou? (*Pausa.*)

Retirados os destaques.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Veja, Presidente, V.Exa. precisa de uma assessoria aqui na frente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - É muita honra V.Exa. ser meu assessor.

Retirados os Destaques nºs 4 e 5 do Deputado Gaguim. Ficamos com os três destaques da Deputada Adriana.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, eu vou fazer uma sugestão em respeito à Comissão, até porque eu sei que todos estão com pressa. Eu posso falar dos três ao mesmo tempo, eu não preciso usar os 15 minutos de cada um. Em 5 minutos, eu resolvo aqui, mas eu gostaria de falar brevemente, porque eu acho que é importante até para o debate do próximo ano.

Sr. Relator, meu assunto é com V.Exa. e com os demais membros da Comissão. Eu tenho três destaques. Um, só para deixar claro, porque eu sei que é chover no molhado, é a reserva do fundo eleitoral. Eu pedi para restabelecer a reserva por razões óbvias. Independentemente de a nossa posição ser muito clara contra financiamento público, nós somos a favor de favorecimento privado. Eu entendo que hoje o que existe é financiamento público. Dado isso, que é o que temos, a sugestão era ficar nos 2 bilhões de reais, no limite — eu até apresentei emendas nesse sentido —, e não tirar da reserva da bancada estadual. Deixo claro que a bancada estadual é para ser usada *in natura*, a que ela se destina: obras estruturantes de grande vulto. É a bancada trabalhando pelo Estado em conjunto.

Também sou contra a rachadinha, no bom sentido, a divisão das emendas de bancada estadual por Parlamentares. Eu acho que é mais correto transformar a emenda de bancada estadual em individual. Fica mais claro, fica mais transparente, fica melhor do que ser uma emenda de bancada estadual que não atende a sua função de obra de grande vulto. Esse é o ponto um.

Mas eu quero fazer um apelo, Sr. Relator. Eu entendo que V.Exa. tenha que rejeitar, porque isso está em debate. Porém, eu queria fazer um apelo para começarmos a fazer campanha mais barata. É isso. Não se precisa de 5 bilhões de reais para fazer campanha. Em 2020, o valor do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para eleições municipais foi de 2 bilhões de reais. Para ser razoável, corrija-se esse valor, mantenha-se o financiamento público, que é o que a maioria resolveu e é o que existe aqui hoje. Então, corrija-se o valor para ser uma coisa razoável. Eu até apresentei uma emenda na LDO nesse sentido, para que o limite seja 2 bilhões de reais e não 5 bilhões de reais.

Eu estava até dizendo ao Senador Eduardo Gomes, que estava ao meu lado, que eu estava muito feliz porque o Senado Federal deu uma indicação de que os Senadores estavam indo neste caminho, de destinar 2 bilhões de reais para o Fundão, em vez de 5 bilhões de reais.

Esse é um apelo que eu faço, porque acho que nós temos que aprender a fazer campanha mais barata. Quando o cobertor é curto, realmente temos que cumprir o papel de alocar os recursos nas necessidades, e fazer campanha cara não é necessidade. Em São Paulo, a campanha para Deputado, por exemplo, custa 3 bilhões e 600 milhões de reais, e a campanha para Vereador também. Não tem o menor cabimento isso. Aprenda-se a fazer campanha com 1 milhão de reais e tudo o mais.

Essa é a minha Emenda nº 1, que eu sei que V.Exa. rejeitou. Eu não vejo nenhum partido aqui me apoiando. Se alguém pensar que temos que fazer campanha mais barata e ficar nos 2 bilhões de reais mais a correção, por favor, pronuncie-se. Senadora, eu vou usar mais tempo do que os 5 minutos, porque eu tenho três destaques. Eu teria direito a mais tempo, mas vou tentar ser rápida.

Em relação às minhas outras duas emendas, elas são muito transparentes e muito iguais, tratam do mesmo assunto em duas fases. O que eu pedi é que houvesse no relatório preliminar, para dar transparência, como os recursos são alocados. Em uma emenda, que eu estou destacando, seria na fase de análise setorial; e, na outra, que é a mesma emenda, seria na fase de relatório geral. Então, são duas emendas iguais. O que eu estou pedindo aqui, na verdade, é só que consigamos visualizar, de maneira fácil, a proporcionalidade das emendas. Isso é importante para sabermos quanto de recurso, de

maneira compilada, de maneira agregada, está indo para todos os tipos de emenda, por exemplo, de Comissão, de bancada estadual e também as da rubrica RP-2, que são as emendas não impositivas da bancada estadual.

É preciso visualizar com clareza os valores, porque quem pega uma LOA, um relatório que muitas vezes tem 3.500 páginas, não pode brincar de bobo aqui e fingir que leu. Seria muito bom ter um quadro-resumo, em que possamos visualizar com clareza o valor total do Orçamento: emendas de bancada, emendas de Comissão, RP-2, o que é impositivo, e com os totais. Por quê? Porque fica tudo difuso, distribuído em 6 mil ações, 6 mil coisas cheias de rubricas. E não temos o valor compilado, não temos o valor agregado. Vamos lembrar também — e é um apelo que eu faço ao Relator, o Deputado Luiz Carlos Motta, que sei que está trabalhando com transparência — que, na leitura do relatório preliminar, o Relator disse que o seu objetivo é dar transparência. Então, eu quero ter transparência de quanto está indo para cada lugar, de forma agregada. Ninguém vai pegar 3.500 páginas.

Em relação ao sistema da Câmara e do Senado, é uma coisa muito simples agregar esses valores numa tabela para sabermos quanto vai para a Comissão A, B ou C. Fiquei muito incomodada no ano passado porque votamos a Lei Orçamentária Anual, e, neste ano, anos depois, no meio das 3.500 páginas, quem pegou as 3.500 páginas e somou — o que ninguém fez antes de votar — descobriu que, para uma única Comissão do Senado Federal, foram 7 bilhões de reais. Vou repetir: 7 bilhões de reais. Enquanto isso, a Comissão de Saúde da Câmara ficou com míseros 300 mil reais, ou 300 milhões de reais, sei lá, é uma miséria perto do resto. Então, eu quero ter essa clareza e acho que todo Parlamentar tem que ter a clareza de como é distribuída a emenda de Comissão, a estadual, outra rubrica, a de Relator. Precisamos ter isso compilado, e não é difícil de fazer.

As minhas duas emendas só estão pedindo transparência, compilada e agregada, para que os Deputados e Senadores possam votar com clareza e também para que toda a população brasileira saiba isso. É esse o meu pedido. É por isso que estou destacando essas emendas. Só quero transparência do recurso, que se mostre como ele é distribuído.

Muito obrigada, Sr. Relator.

Muito obrigada, Sra. Senadora.

É isso. Peço o voto de todos.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Presidente, posso falar contra as emendas?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não, pode falar.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Presidente, inicialmente, em relação ao Fundo Eleitoral, quem viveu aqui a época em que tínhamos contribuições privadas de empresas sabe o quanto era difícil para cada Deputado, Deputada, Senador e Senadora aquela relação absolutamente — não quero dizer promíscua — horrível que havia entre Parlamentares e empresas. Então, é um passado triste o que nós vivemos.

Quando o Supremo Tribunal Federal decidiu proibir as contribuições de empresas e quando a Câmara dos Deputados e o Senado resolveram constituir o Fundo Eleitoral, houve um avanço muito grande, porque hoje há uma transparência enorme nas campanhas eleitorais. Qualquer um sabe como é distribuído o dinheiro pelos partidos, qualquer um sabe como os partidos distribuem o dinheiro entre os seus candidatos. Isso é absolutamente transparente. Então, houve um avanço muito grande, e nós temos que preservar essa prática. Os países democráticos do mundo têm fundos públicos para as eleições, e não podemos deixar de ter isso e voltar a ter contribuição privada, que é o que pode acontecer caso o mundo da política não consiga se resolver com o Fundo Eleitoral.

Então, não adianta aqui sermos demagogos e dizer: *"Façamos campanhas mais baratas"*. A campanha tem um preço, tem um custo, infelizmente. E esse custo... Nós já estamos trabalhando muito a redução do número de candidatos. Nesta eleição, vai haver a redução do número de candidatos e a redução efetiva dos partidos, porque alguns partidos já estão esvaziados, outros estão se fundindo, e outros formaram federação. Então, nós vamos ter uma redução do custo total da campanha, que vai se ajustando a esses valores que nós estamos discutindo agora.

Por fim, em relação à transparência, o Relator, apesar de ser da Oposição — e eu teria muitos motivos políticos para estar discutindo com ele, mas não —, tem feito um trabalho absolutamente transparente. E tenho certeza de que ele vai apresentar um relatório mostrando claramente a distribuição dos recursos entre os Ministérios, nas Comissões, nas bancadas, enfim, vai fazer isso.

Então, eu não vejo sentido na aprovação dessas emendas, já que nós temos absoluta confiança no Relator. E a senhora está falando a mesma coisa, que confia no Relator. Então, nós vamos ter transparência aqui. Não tenho dúvida nenhuma sobre isso.

Nós somos pela rejeição das três emendas da Deputada Adriana.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O Relator está com a palavra, para apresentar o seu voto aos destaques.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Eu acho que nós já fomos claros quando rejeitamos as emendas da Deputada Adriana. Respeito a posição dela, que é uma grande amiga, uma grande parceira.

Deputada Adriana, quero dizer a V.Exa. que aqui estamos trabalhando em conjunto com a Presidente Daniella, em conjunto com os Consultores da Câmara, e eu não estou tomando nenhuma decisão sozinho. Quero tomar decisões juntamente com a Comissão de Orçamento, com todos os Parlamentares, com todos os Senadores. Eu acho que nós temos que construir um Orçamento que esteja a contento.

Digo a V.Exa. que, quanto à questão do fundo eleitoral, a Presidente já se prontificou a nos reunirmos na semana que vem para resolvemos essa questão da melhor maneira. Quanto a suas preocupações com relação à transparência dos relatórios, isso já é feito hoje com transparência. Talvez haja dificuldade de ler as 3.500 páginas, mas eu acho que, no final deste nosso trabalho, V.Exa. vai participar junto conosco. Todos nós vamos construir esse Orçamento, e V.Exa. vai saber para onde vão as emendas para os Ministérios, como disse aqui o Deputado Carlos Zarattini; V.Exa. vai saber os valores que vão de emendas para as bancadas; V.Exa. vai saber quanto vão de emendas para as frentes parlamentares. Nós vamos trabalhar tudo em conjunto. Eu acho que a construção e a união de todos são muito importantes neste momento. V.Exa. sabe disso e me conhece. Nós vamos trabalhar para que tudo dê certo.

Então, por isso, eu também sou pela rejeição, entendendo o seu posicionamento, mas acho que todos os itens que V.Exa. pediu estão sendo contemplados dentro do Orçamento, todas as suas reivindicações. A questão do fundo eleitoral está contemplada. A Presidente falou que, na semana que vem, nós vamos resolvê-la. E V.Exa. vai participar da decisão. Sobre a questão dos relatórios, V.Exa. vai participar. E isso é transparente, vai estar aqui na Câmara.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Vai ter um quadro-resumo, Relator? Essa é minha pergunta.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Não tem como esconderem valores.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Vai ter um quadro-resumo de alocação, compilado e agregado? Então está bom.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Isso é transparência.

E pediria a V.Exa. para retirar seus destaques, para que possamos aprovar um Orçamento que esteja apto...

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Questão de ordem, Presidente.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Sr. Relator, V.Exa. agora, de uma maneira tão gentil, tão simpática, disse-me que leremos juntos as 3.500 páginas do relatório e que terei um quadro- resumo de alocação de Comissão, de bancada, o que é isso, o que é aquilo. Se nós teremos isso com transparência, eu aceito sua proposta.

Na semana que vem... O que eu não tive no ano passado foi isso. Eu acho que muitos Deputados aqui não tiveram essa clareza. Se nós teremos isso, eu não serei contra. Assim, eu acredito na sua palavra e na palavra da Comissão. Eu vou aguardar o quadro-resumo da LOA para votar, o quadro-resumo de alocação de recursos.

Muito obrigada.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Questão de ordem, Sra. Presidente. Questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Já está retirado? Retirados os destaques.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Há um compromisso feito aqui, e eu estou tirando os meus destaques.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Retirados os destaques.

Informo ao Plenário que os Relatores Setoriais farão um esforço, neste final de semana, para o envio dos relatórios. Na próxima semana, de 11 a 14 de dezembro, apreciaremos os 16 relatórios setoriais. Precisamos da colaboração de todos para que consigamos cumprir essa etapa do processo orçamentário e manter o cronograma para a votação do Orçamento ainda este ano.

Quero parabenizar, de forma muito especial, o Relator, o Deputado Luiz Carlos Motta — como foi dito aqui, e acho que vou apenas subscrever as palavras de todos os colegas que se manifestaram —, pelo seu trabalho, pelo seu esforço e pela forma extremamente democrática e sensível de conversar, de ouvir e de se disponibilizar para tirar dúvidas.

Parabenizo também toda a equipe, a consultoria, a nossa consultoria da CMO e a sua equipe, no sentido de fazer com que este relatório pudesse estar publicado e com a possibilidade de os Parlamentares analisarem.

Compreendo a nossa Deputada Adriana Ventura, bem como todos os colegas, que tem o direito de apresentar os seus entendimentos.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Peço a palavra pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Eu quero concluir minhas palavras, mais uma vez fazendo esse agradecimento, porque na próxima terça-feira haveremos de votar a LDO. A cada dia, estamos cumprindo com a nossa meta, com a responsabilidade que temos com o nosso País, para a entrega de um Orçamento que venha a atender e favorecer principalmente aqueles que mais precisam, que estão na ponta.

Antes de suspender a sessão, passo a palavra, pela ordem, para o Relator da LDO Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Sra. Presidente, Senadora Daniella Ribeiro.

Parabéns ao nosso Relator, o Deputado Luiz Motta, que fez um belíssimo trabalho e tem mantido um diálogo diurno com todos os membros da Comissão Mista de Orçamento e de todo o Congresso Nacional. Desejo a S.Exa. toda a sorte do mundo, para que possa concluir esse relatório o mais breve possível, dentro da exigência que a sociedade brasileira tem hoje de transparência nos recursos públicos.

Quero aqui aproveitar para reafirmar o nosso compromisso com a Presidenta da Comissão, a Senadora Daniella Ribeiro, e com o cronograma de trabalho. Hoje à tarde, o relatório da LDO já será inclusive disponibilizado no sistema da CMO para o prazo regimental de avaliação por todos os Srs. Deputados.

Fico muito feliz que a Deputada Adriana Ventura vai ter um belo fim de semana lendo todo o relatório da LDO, para poder fazer todas as suas observações. Segunda-feira, de manhã, nós já estaremos aqui para fazer o debate, dirimir qualquer dúvida sobre o relatório, porque queremos, na terça-feira, inclusive, juntamente com os colegas, fazer a aprovação do mesmo, que seja rápido e uniforme, no sentido do entendimento, porque nós estamos procurando, exatamente, dar ao relatório, ao Orçamento da União a previsibilidade necessária, a credibilidade de que o Brasil tanto precisa, inclusive para voltar a atrair investimentos. Está aí hoje mais uma vez, nas manchetes dos jornais, a queda dos investimentos internacionais no Brasil, e isso é muito sentido e sensível exatamente pela falta de credibilidade que é dada pela política econômica do Governo.

Queremos também, dentro dessa orientação nossa, construir cada vez mais o fortalecimento do Parlamento brasileiro. Todo mundo aqui sabe que, desde que cheguei aqui, em 2011, eu tenho uma predileção pelo parlamentarismo. Acho que esta é a Casa do Povo, o Parlamento é quem melhor representa o povo brasileiro. E dentro dessa constituição e do fortalecimento que nós iniciamos lá em 2014, quando eu fui Relator pela primeira vez da LDO, construindo as emendas individuais impositivas e, agora, avançando cada vez mais na impositividade do Orçamento, estamos buscando uma transparência ainda maior na prestação das contas públicas e, com isso, fortalecendo o Parlamento dentro da sua responsabilidade, da constituição orçamentária do País.

Quero aproveitar o momento, Senadora Daniella Ribeiro, para pedir-lhe desculpas. Desculpe-me pelo constrangimento pelo qual nós cearenses passamos aqui ontem, porque foi a única bancada que não conseguiu enviar, dentro do prazo regimental, as emendas da bancada — é lamentável —, por uma questão política intrínseca às fronteiras do Ceará. Infelizmente, no Ceará, nós ainda temos um sentimento de mando, de controle muito grande por uma oligarquia que está se esvaindo no Ceará, que é a oligarquia dos irmãos Ferreira Gomes, que querem impor a sua vontade diante da bancada. Mesmo assim, a bancada da Câmara, os 22 Deputados uniformemente assinaram o encaminhamento das emendas de bancada. Apenas dois Senadores não assinaram, liderados pelo Senador Cid Gomes. Isso é lamentável, porque é um desrespeito para com o povo cearense, é um desrespeito para com os colegas da bancada, principalmente com os Srs. e Sras. Deputadas do Estado do Ceará.

Por outro lado, quero agradecer ao Relator Luiz Carlos, que teve a paciência de nos ouvir. Espero que nós possamos construir inclusive alternativas para não prejudicar o Estado do Ceará. Eu acho que isso é que é importante neste momento. Eu tenho certeza de que a solidariedade prestada por todos os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras que formam esta Comissão, no entendimento de reabrir a excepcionalidade do prazo e, ao mesmo tempo, de compreender que o Estado do Ceará não pode perder esses recursos, é que nos faz aqui reconhecer esse esforço que a senhora está fazendo para, inclusive, agilizar essa votação.

Nós do Ceará mais uma vez lamentamos essa postura autoritária, arrogante, intolerante nos dias de hoje do Senador Cid Gomes, que não quer compartilhar com os colegas da bancada o sentimento de unidade e de importância que são esses recursos para o Estado do Ceará. Isso é lamentável. Mas, graças a Deus, se Deus quiser, a história do Ceará será mudada em breve, e nós vamos jogar na lata do lixo a arrogância e a prepotência dos irmãos Ferreira Gomes.

Muito obrigado, Senadora Daniella.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Danilo Forte. Obrigada, também, pela confirmação do nosso calendário. Mais uma vez, esse compromisso está assumido e confirmado.

Suspendo a presente reunião e convoco a sua continuação para terça-feira...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, desculpe-me, eu só queria ter a clareza de uma coisa. Nós vamos votar a LDO na terça-feira...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Na terça-feira.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - E, depois, vai haver sessão na quarta-feira.

Eu só queria saber o que nós vamos votar na terça-feira, porque nós estamos suspendendo uma reunião. É por isso que eu estou fazendo essa pergunta.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Na terça-feira, nós vamos votar, conforme dito já pelo nosso Relator...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - S.Exa. vai colocar o relatório hoje no sistema, nós vamos passar o fim de semana lendo e daí...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O Relator vai colocá-lo no sistema hoje, e V.Exa. vai passar especialmente...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Todos nós, viu? (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Eu digo que é V.Exa. com todo o prazer. (*Risos.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu vou ler o relatório na praia.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Mas V.Exa. ainda vai estar bem, vai estar na praia lendo... (*Risos.*)

Na terça-feira, haverá as relatorias setoriais...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Que vão entrar até o final de semana para serem votados na terça, correto?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Isso. Correto.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Está bem. É isso.

Os relatórios setoriais e a LDO serão na terça, às 14 horas. É por isso que estamos suspendendo.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Se quiser fazer a reunião de manhã...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Lembro que a leitura dos relatórios setoriais será, na próxima semana, entre os dias 11 e 14 de dezembro. Vamos apresentar os 16 relatórios.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Senadora Daniella...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Então, todos os relatórios vão estar no final de semana, para que nós possamos votá-los?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Isso.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - O.k.

Obrigada, Senadora.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Senadora, se V.Exa. quiser fazer a reunião de manhã, seria bom, porque tem que ler todo o relatório, a parte do substitutivo.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Na terça, pela manhã?

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - E é longo; o relatório é denso.

Então, se pudermos já fazer a leitura de manhã para votarmos à tarde, será melhor.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu não tenho objeção a que façam a leitura, mas eu não estarei aqui na terça de manhã. Então, a votação de manhã não pode acontecer.

Só é a minha única solicitação, porque o nosso horário é terça, às 14 horas.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Adriana Ferreira Gomes agora está impondo aqui o horário. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Meu Relator, como não foi acordado com os Líderes, eu acho que fica complicado fazer a alteração de horário.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Agradecemos, mais uma vez, ao Deputado Luiz Carlos Motta e o parabenizo.

Agradecemos também a todos os colegas aqui presentes e aos que nos acompanham pelo sistema remoto.

Suspendo a presente reunião e convoco a sua continuação para terça-feira, dia 12 de dezembro, às 14 horas, neste plenário.

A reunião está suspensa.

Obrigada a todos.

(*A reunião é suspensa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Declaro reiniciada a presente Reunião Deliberativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional para votação de matéria constante da pauta. Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Conforme acordo do colegiado de Líderes, nós vamos deliberar sobre a alteração da Emenda nº 7128.0005, da bancada do Tocantins, quanto à unidade orçamentária.

Onde se lê "Universidade Federal do Norte do Tocantins", leia-se "Fundação Universidade Federal do Tocantins".

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Autorizo a Consultoria de Orçamento a efetuar a alteração.

Em deliberação a inclusão na pauta para votação dos quatro relatórios setoriais entregues, que são os seguintes:

- Relatório setorial da Área Temática IV — Integração, Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Relator-Setorial: Deputado Carlos Henrique Gaguim.

- Relatório setorial da Área Temática XII — Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio. Relator-Setorial: Senador Mecias de Jesus.

- Relatório setorial da Área Temática XIV — Trabalho e Previdência. Relator-Setorial: Deputado Carlos Veras.

- Relatório setorial da Área Temática XVI — Poderes de Estado e Representação. Relator-Setorial: Deputado Ruy Carneiro.

Em deliberação a inclusão na pauta desses quatro relatórios setoriais já lidos para votação.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Aproveito a oportunidade para pedir aos Relatores Setoriais que ainda faltam entregar seus relatórios possam fazê-lo no prazo máximo de até hoje à noite. Nós precisamos votar esses relatórios até quinta-feira.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Presidente Daniella...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não.

Com a palavra o Senador Dr. Hiran. Logo após, falará a Deputada Adriana Ventura.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Presidente, eu apresentei esse destaque supressivo ao substitutivo do nosso Relator porque ele alterou o projeto original. Como coordenador da bancada do meu Estado, tenho essa prerrogativa, baseado no art. 138, inciso II, da resolução que rege a matéria, que diz que coordenador de bancada ou membro da CMO por ele autorizado tem essa prerrogativa.

Então, eu queria saber de V.Exa., Presidente, se V.Exa. acata esse meu destaque. É um destaque semelhante ao de alguns Senadores que apresentarão destaques no mesmo teor, mas gostaria que V.Exa. analisasse esse meu requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Conforme disse na nossa reunião de Líderes, Senador Dr. Hiran, eu recolho o questionamento e vou responder oportunamente.

Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura. (*Pausa.*)

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Desculpe-me. V.Exa. se comprometeria comigo no sentido de definirmos isso antes da apresentação do relatório final da LDO?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Definir...

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Antes da apresentação do relatório. Nós vamos aprovar o relatório. Certo? Antes de aprovar o relatório, eu queria que V.Exa. solicitasse à sua assessoria um parecer sobre a matéria, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Eu me comprometo em lhe responder.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Com a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Presidente.

Na verdade, eu não tenho objeção nenhuma à votação dos relatórios setoriais, até porque já são de ciência de todos, estavam no sistema, está tudo certo. Agora, meu único ponto de preocupação realmente é em relação ao prazo da LDO. Entendo que os Líderes estejam discutindo, tenham discordâncias, isso faz parte do Parlamento, mas eu fico realmente muito incomodada com essa indefinição. A LDO tem pontos muito relevantes, muito sérios, que precisam ser debatidos. E, pelo calendário estreito que temos, muita coisa vai passar batida. São pontos sérios em relação à meta fiscal, em relação a arcabouço, em relação a ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal, em relação a turbinar emendas de Comissão.

Então, gostaria de ter a clareza de V.Exa., até para que eu possa concordar com a suspensão do painel, porque não estou confortável. Quero ter clareza e previsibilidade sobre quando vamos votar a LDO, para eu estar aqui com antecedência. Se saio daqui, a sessão está suspensa, e resolvem votar, e eu estou do outro lado da cidade ou estou em outro Estado... Queria ter essa clareza e segurança de V.Exa., que, eu sei, como Presidente, zela por isso. Mas fico realmente numa situação muito desconfortável.

O que temos hoje? Estão discutindo se vamos votar, mas hoje não votamos. É isso? Vamos votar amanhã?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Conforme não só entendimento, mas conhecimento de todos, nessa discussão que está havendo dos Líderes, há pedido que foi feito para que fossem tiradas algumas dúvidas com o Relator com relação a alguns pontos. Então, no máximo, até amanhã.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, então, é no máximo até amanhã? Quer dizer que pode ser hoje ainda. É isso?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - É isso.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Então, é no máximo até amanhã. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - É isso.

Tem a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Presidente, só quero registrar também que, da mesma forma que o Senador Dr. Hiran apresentou o destaque, eu também apresentei uma emenda para suprimir essa questão do Sistema S da LDO. Não sei a que horas nós vamos discutir esse assunto, mas quero só registrar isso, assim como o Senador Laércio Oliveira e o Senador José Rocha também.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Está registrado.

Informo que não há manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE quanto às emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 29/2023-CN (PLOA 2024), conforme dispõe o parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Solicito autorização do Plenário para votação do relatório apresentado ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024. (Pausa.)

Perdão.

São as emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 29. A Consultoria pede desculpas pelo erro.

A solicitação de autorização está em votação na Câmara dos Deputados.

Havendo autorização, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Havendo autorização, em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (PP - SE) - Sra. Presidente Daniella.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não, Senador Laércio.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (PP - SE) - De igual modo, estou aqui me somando às manifestações de alguns Deputados e Senadores com referência a um destaque que apresentei para suprimir um artigo que trata do Sistema S. Esse artigo não tem nada a ver, é inconstitucional e não cabe no texto da LDO.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Presidente Daniella.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Tem a palavra o Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Da mesma forma, eu venho aqui me somar aos colegas Parlamentares, porque também apresentei um destaque para que realmente seja retirado totalmente da LDO a referência ao Sistema S.

O SR. DANIEL ALMEIDA (Bloco/PCdoB - BA) - Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Registrado.

Com a palavra o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (Bloco/PCdoB - BA) - Eu também, Sra. Presidente, acho que este é um tema relevante, tem uma ampla mobilização na sociedade e encontra amplo respaldo neste Parlamento, no Congresso brasileiro. Eu também apresentei emenda para suprimir aquilo que não cabe por razões legais, é inconstitucional, e não cabe também levando em conta o papel que o Sistema S desempenha na sociedade brasileira.

Portanto, eu também apresentei emenda para a supressão desse item.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Sra. Presidente Daniella, peço 1 minuto.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Tem a palavra o Deputado, meu conterrâneo, Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Sra. Presidente, alguma coisa causa estranheza em relação ao Sistema S.

Eu não sei por que essa dificuldade tão grande de dar transparência a tudo o que é realizado, gasto e arrecadado no Sistema S brasileiro. Toda a vida que se discute esse assunto encontra-se uma verdadeira barreira, uma verdadeira dificuldade de se avançar numa discussão que é tão clara e que toda a sociedade brasileira cobra de todos nós. Por que não a transparência? Por que não se saber em que é gasto centavo por centavo do Sistema S brasileiro? E se encontra essa dificuldade não só nesta Comissão, mas em qualquer outra Comissão nesta Casa quando o assunto é levado em conta.

Portanto, Sra. Presidente, eu acredito que V.Exa., para marcar uma posição de V.Exa., de total transparência, como é a sua vida até hoje, não deve se omitir em nenhum instante de dar aos membros desta Comissão e também ao povo brasileiro as condições necessárias de se ter transparência em tudo aquilo que é concretizado no Sistema S brasileiro.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (PP - SE) - Sra. Presidente, quero usar a palavra para discutir o assunto.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Eu vou fazer uma sugestão.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Nós não estamos tratando aqui de constitucionalidade?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - É isso que eu quero falar, é justamente isso que eu quero dizer.

Eu quero sugerir que esse tema seja discutido quando estivermos discutindo a LDO.

Obrigada a todos.

Vamos passar aos relatórios setoriais.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Presidente, só porque...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Não, não, não. Por favor, meu querido!

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - (*Inaudível*) ...essa resistência à transparência. De maneira nenhuma!

Eu considero que o Sistema S seja totalmente transparente como ele hoje é aplicado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Eu não vou emitir opinião sobre o tema e vou pedir aos colegas que respeitem o fato de que nós não estamos discutindo a LDO ainda. Então, não cabe fazer essa discussão antecipada.

Vamos passar ao relatório setorial da Área Temática XII — Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio.

O Relator é o Senador Mecias de Jesus.

Senador Mecias, V.Exa. tem a palavra para apresentar seu relatório.

Vou pedir silêncio ao Plenário para que se possa ouvir a leitura do relatório. (*Pausa.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS - RR) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, eu passo a fazer o resumo do relatório da Área Temática XII, que coube a mim.

"Nos termos dos arts. 84, XXIII, e 165, *caput*, da Constituição Federal, combinados com o art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 29, de 2023-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024.

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), coube a esta relatoria a missão de: (i) apreciar a proposta orçamentária da Área Temática XII — Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio, que abrange os órgãos orçamentários Ministério da Fazenda (25000), Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (28000), Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (46000), Ministério do Planejamento e Orçamento (47000), Encargos Financeiros da União (71000), Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios (73000), Operações Oficiais de Crédito (74000), Dívida Pública Federal (75000) e Banco Central do Brasil (83000), nos termos do Anexo I à Instrução Normativa nº 1, de 2023; e (ii) propor relatório setorial com apreciação das emendas à despesa apresentadas às programações dos referidos órgãos.

A reforma administrativa realizada por meio da Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, convertida na Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, alterou a estrutura ministerial do Poder Executivo, por desmembramento do extinto Ministério da Economia. Assim, os órgãos Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento e Orçamento, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços estão compreendidos no escopo da Área Temática XII.

Cabe registrar que a Medida Provisória nº 1.187, de 13 de setembro de 2023, em tramitação no Congresso Nacional, altera a Lei nº 14.600, de 2023, para criar o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. O Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 73, de 1º de novembro de 2023, prorrogou a vigência da Medida Provisória pelo período de 60 dias.

Neste relatório, examinamos a execução orçamentária recente, conforme disposto no art. 70, inciso I, alínea "b", da Resolução nº 1, de 2006-CN, e no item 38.I.b da Parte Especial do Parecer Preliminar. Ademais, fizemos constar outros aspectos obrigatórios definidos pelos normativos vigentes, a exemplo dos efeitos de créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2023.

1.3. Emendas apresentadas à programação das unidades orçamentárias da área temática

No âmbito da Área Temática XII, foram apresentadas 978 (novecentas e setenta e oito) emendas, todas de apropriação. Quanto ao autor, 968 (novecentas e sessenta e oito) emendas são do tipo individual, apresentadas por Deputados ou Senadores, e 10 (dez) são coletivas, sendo 9 (nove) emendas de Comissão e 1(uma) emenda de bancada estadual.

1.3.1. Emendas individuais

As emendas individuais foram aprovadas integralmente pelo valor solicitado (montante global de R\$8.159.087.074,00) com os repasses efetuados pela Relatoria-Geral, oriundos de reservas constituídas no PLOA 2024, em consonância com o disposto no art. 166, § 9º, da Constituição.

É importante registrar que a quase totalidade do valor referente ao atendimento de emendas individuais destina-se à realização de transferências especiais, entregues diretamente ao ente beneficiário, nos termos da Emenda Constitucional nº 105/2019.

Conforme permissivo constante da Parte Especial do Parecer Preliminar, esta Relatoria identificou a necessidade de promover enquadramentos e ajustes em elementos de classificação das emendas, com o fim de adequar as proposições aos parâmetros técnicos e legais aplicáveis, saneando vícios que, caso mantidos, implicariam inadmissibilidade à luz de dispositivos constitucionais e legais ou impedimentos técnicos durante a execução orçamentária. Contudo, em virtude da exiguidade do prazo à nossa disposição, nem sempre foi possível contatar os Parlamentares interessados para informá-los acerca dos citados ajustes. Recomenda-se, então, que os autores verifiquem atentamente como se acham aprovadas as suas propostas, a fim de que, se for o caso, possam tempestivamente provocar a revisão, caso não atenda à intenção parlamentar.

1.3.2. Emendas coletivas

As 10 (dez) emendas coletivas totalizaram o valor solicitado de R\$2.093.999.458,00 (dois bilhões, noventa e três milhões, novecentos e noventa e nove mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais).

Para promover o atendimento das emendas coletivas, esta relatoria utilizou a reserva de recursos setorial, disponibilizados em conformidade com a regra estabelecida no art. 57 da Resolução nº 1, de 2006, no montante de R\$53.963.160,00. Desse total, R\$33.999.458,00 foram alocados em emenda impositiva de bancada (RP 7).

No atendimento das emendas de Comissão, procuramos beneficiar a Ação 21FI — Proteção dos Direitos de Propriedade Industrial, no Instituto Nacional da Propriedade Industrial — INPI.

O INPI apresenta como meta institucional se configurar entre os 6 maiores escritórios de propriedade industrial no mundo, na busca por soluções inovadoras e transformadoras de práticas e processos organizacionais. São solicitados, anualmente, cerca de 350 mil registros de marcas e 36 mil pedidos de patentes de invenção, além de outros ativos como indicações geográficas e programas de computador.

A celeridade do exame de patentes afasta a prorrogação da vigência de patentes, favorecendo a indústria de genéricos, barateando os preços e garantindo a livre concorrência.

A eficiência na gestão do INPI a partir do aporte orçamentário garantirá segurança no ecossistema de inovação das empresas, na proteção de seus ativos de propriedade intelectual e à melhoria da prestação de serviços aos usuários.

1.5. Atendimento das normas constitucionais e legais

A teor do que dispõem o item 38-I.a, da parte especial do parecer preliminar, cumpre registrar que as ações analisadas nesta área temática não contrariam as normas constitucionais e legais, especialmente quanto à compatibilidade com a Lei Complementar nº 101, de 2000.

1.6. Indicações à Relatoria-Geral

Em face da escassez de recursos, e dada a magnitude dos valores envolvidos, muitas foram as demandas que deixaram de receber dotações compatíveis com sua importância.

Assim, seria importante o reforço das dotações orçamentárias das emendas coletivas que não puderam ser plenamente atendidas na fase setorial.

2. Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 29, de 2023, do Congresso Nacional, na parte referente aos órgãos orçamentários da Área Temática XII — Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente, conforme discriminado em anexo".

Sra. Presidente, esse é um resumo do relatório. No relatório constam 190 páginas. Ele foi publicado com antecedência. Portanto, é o que pudemos fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O relatório está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, a discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

O relatório setorial da Área Temática XII — Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Não houve destaque.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Não houve destaque.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Relatório Setorial da Área Temática XIV — Trabalho e Previdência.

Relator-Setorial, Deputado Carlos Veras.

O SR. CARLOS VERAS (Bloco/PT - PE) - Sra. Presidente, peço autorização para ir direto ao voto.

"1.6. Indicações à Relatoria Geral

1.6.1. Movimentação de recursos

Esta relatoria procurou atender o máximo possível das demandas apresentadas por meio das emendas Parlamentares. Foi acrescido na programação desta Área Temática o montante equivalente a R\$ 202,0 milhões. No entanto, o resultado líquido desse aumento foi diminuído em R\$ 10,0 milhões em virtude do cancelamento prévio autorizado no parecer preliminar, que afetou algumas dotações, como mostrado na tabela a seguir.

(...)

Em face da escassez de recursos, e dada a magnitude dos valores envolvidos, muitas foram as demandas que deixaram de receber dotações compatíveis com sua importância. Além disso, algumas dotações sofreram redução devido ao cancelamento prévio autorizado no parecer preliminar.

Assim, seria importante o reforço das dotações orçamentárias das emendas coletivas, mencionadas no item 1.3.2 deste relatório, que não puderam ser plenamente atendidas na fase setorial. Também, entendemos relevante a recomposição das dotações que sofrem cancelamentos autorizados pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do parecer preliminar.

2. Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 29, de 2023, do Congresso Nacional, na parte referente aos órgãos orçamentários da Área Temática XIV — Trabalho e Previdência com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente, conforme descrito em anexo.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2023.

Deputado Carlos Veras, Relator-Setorial".

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado.

O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a discussão e o prazo para apresentação de destaque estão encerrados.

Foi apresentado um destaque.

Em votação o relatório setorial da Área Temática XIV — Trabalho e Previdência na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaque.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal, ressalvados os destaque.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Destaque nº 1, do Deputado Rafael Prudente. Destaca a Emenda nº 71080010.

Passo a palavra ao Relator.

O SR. RAFAEL PRUDENTE (Bloco/MDB - DF) - Sra. Presidente, gostaria de dar uma explicação antes de V.Exa. passar a palavra ao Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não.

O SR. RAFAEL PRUDENTE (Bloco/MDB - DF) - Agradeço a V.Exa.

Eu liguei para o Deputado Carlos Veras, mas, infelizmente, ele já havia apresentado o relatório.

Como coordenador da bancada do DF, apresentei a nossa ata, indicando recursos de RP-7 para diversas áreas. E, como não poderia ser diferente, ao lado dessas emendas impositivas, ofereci algumas sugestões para emendas não impositivas, como a RP-2 de bancada.

Nós não tivemos, em todos os relatórios setoriais, o volume de recursos que gostaríamos, mas, pelo menos, as emendas não morreram. Temos condição de lutar junto ao Governo e ao Relator-Geral do Orçamento para que sejam contempladas as demandas do nosso DF. Então, o pedido que eu gostaria de fazer ao Relator é que não zere a emenda. Coloque 1 real, 10 reais, 50 reais, só para que eu possa utilizar essa emenda num futuro muito próximo, na aprovação do PLOA. Faço esse apelo ao Relator, para que não rejeite a emenda, mas a acate parcialmente, para que não zere os recursos.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Com a palavra o Relator.

O SR. CARLOS VERAS (Bloco/PT - PE) - Sr. Presidente, eu conversei com o Deputado.

Não há problema algum em acatar todas as emendas apresentadas pelos Deputados na totalidade das Comissões. Mas a informação que nós recebemos da equipe técnica — eu já pedi ao consultor que venha aqui para que verifiquemos isso —, é que, no caso dos relatórios setoriais, nós não podemos acatar as emendas que não sejam de Comissão e, mesmo assim, dentro de um valor muito limitado, de 27 milhões de reais, que nós distribuímos entre todas essas emendas que vieram das Comissões.

A emenda de V.Exa. não é de Comissão e não é impositiva. Se fosse uma emenda impositiva, individual ou de bancada, eu poderia acatá-la. Só quem pode acatar sua emenda é o Relator-Geral. A informação que eu tenho é que, no relatório setorial, nós não poderemos acatar nenhuma dessas emendas.

O SR. RAFAEL PRUDENTE (Bloco/MDB - DF) - Presidente, eu não comprehendo. Todos os demais Relatores Setoriais acataram as emendas com valores simbólicos. Estou propondo apenas um remanejamento do Relator. Eu sei que a orientação da consultoria econômica da Casa foi essa, mas todos os demais Relatores acataram a emenda com um valor simbólico. Esse é o pedido que eu gostaria de fazer ao Relator. Isso é comum, isso acontece. Tanto é assim que os Relatores Setoriais das demais matérias acataram não só a minha emenda, mas as dos demais Parlamentares aqui presentes.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O Relator ainda quer falar? (*Pausa.*)

Tem a palavra o Deputado Carlos Veras.

O SR. CARLOS VERAS (Bloco/PT - PE) - A informação da consultoria é que nós acatamos a emenda de forma parcial na RP-7. É aí que nos cabe atuar.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Deputado Carlos Veras, conclua.

O SR. CARLOS VERAS (Bloco/PT - PE) - Sra. Presidenta, nós vamos colocar um valor simbólico, para abrir o espelho. Se depois houver algum procedimento legal, o Relator-Geral faz os ajustes.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Em votação o destaque, com o voto do Relator pela aprovação.

Em votação na Câmara Federal.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o destaque.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vou pedir ao Plenário que faça um pouco mais de silêncio.

(*Pausa prolongada.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Passa-se ao relatório setorial da Área Temática XVI — Poderes de Estado e Representação.

É Relator-Setorial o Deputado Ruy Carneiro, a quem passo a palavra, para que apresente o seu relatório.

O SR. RUY CARNEIRO (Bloco/PODE - PB) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Congressistas, passo à leitura do relatório.

"I.2 - Análise

I.2.1 - Proposta orçamentária

I.2.1.1 - Abrangência setorial

A Área Temática XVI — Poderes de Estado e Representação compõe-se da programação orçamentária integral dos órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Ministério Público da União, da Defensoria Pública da União e, no âmbito do Poder Executivo, das programações da Presidência da República, do Ministério das Relações Exteriores, da Controladoria-Geral da União, do Gabinete da Vice-Presidência da República e da Advocacia-Geral da União, (...)

Encerrado o prazo, foram totalizadas 69 emendas nesta Área Temática, das quais 9 coletivas e 60 individuais. Todas as 9 emendas coletivas foram apresentadas por Comissões Permanentes.

(...)

Na elaboração dos pareceres, foram procedidos ajustes nas emendas apresentadas, com o propósito de adequá-las à boa técnica orçamentária e sanar erros ou defeitos de elaboração. Não houve mudança nas finalidades pretendidas pelos autores.

De igual modo, foram saneados eventuais conflitos com a legislação que rege o processo, a elaboração e a execução do Orçamento. As ações e os subtítulos apresentados como atípicos, por exemplo, foram alocados em programações apropriadas, com a adequação da redação.

Adotamos ainda o procedimento de ajustar as emendas apresentadas nesta Área que pretendiam especificação detalhada no descritor da ação ou do respectivo subtítulo. Adotando o modelo regulado pelo Poder Executivo desde o processo orçamentário do exercício de 2013, padronizamos os títulos e subtítulos constantes dessas emendas, expurgando deles as especificações pretendidas pelos autores, tais como finalidade, local, objeto, pois já implícitas nos objetos da ação.

Sempre que possível e necessário, os gabinetes dos autores das emendas foram consultados antes dos acertos, quando se recomendou a inclusão do requerimento do ajuste respectivo no Sistema de Solicitações de Ajustes a Emendas — SISEL e o envio de correspondência eletrônica às Consultorias. Em alguns casos, a iniciativa de correção partiu do próprio Parlamentar, por meio daquele sistema, tendo sido acatada dentro das possibilidades técnicas e regimentais.

A exiguidade de tempo não nos permitiu abrir discussão sobre todos os ajustes. Por isso mesmo estamos recomendando às assessorias dos gabinetes a verificação atenta das alterações, a fim de que possam ser tempestivamente revistas, se for essa a vontade dos Parlamentares interessados. Aliás, a garantia de que o objeto pretendido na emenda constará do Orçamento, tal como proposto, exige o acompanhamento permanente, pelo gabinete, de todas as fases da apreciação legislativa do projeto de Orçamento.

O total de recursos repassados a esta Relatoria foi de R\$ 53.759.969, para atender ao conjunto das emendas individuais e coletivas.

I.3.1.2 - Análise e atendimento das emendas individuais

A Relatoria-Geral repassou os R\$37.789.007,00 necessários ao atendimento integral das emendas individuais. Foram apresentadas 60 emendas individuais, sendo que a de nº 20230006 foi encaminhada para a Relatoria de Justiça e Segurança Pública, e a de nº 40800015 transferida da Relatoria de Ciência e Tecnologia e Comunicação para este setor. Quanto ao mérito, cada emenda cumpre o juízo de oportunidade e conveniência exercido pelos autores, não cabendo a esta Relatoria manifestar-se sobre o ponto.

I.3.1.3 - Análise e Atendimento das Emendas Coletivas

Foram apresentadas nove emendas coletivas de apropriação, todas de Comissão.

Uma dessas emendas, a de nº 50310003, não compete a esta Relatoria Setorial e foi submetida à avaliação do Relator-Geral, nos termos do item 39.III e 39.IV do parecer preliminar.

A Relatoria-Geral repassou R\$15.970.962,00 para atender parcialmente as emendas coletivas de apropriação. Para atendimento das emendas, esta Relatoria utilizou apenas os recursos transferidos pela Relatoria-Geral. Não efetuamos nenhum corte nas programações dos órgãos desse setor. Eventuais cortes que constam dos demonstrativos foram aprovados no parecer preliminar. Com a escassez de recursos que nos foram repassados (média de R\$ 2 milhões por emenda coletiva), conseguimos alocar apenas R\$ 4 milhões na Emenda nº 50270002, para a ABIN — Agência Brasileira de Inteligência, e nas Emendas nºs 5020004 e 60020001, para o Ministério das Relações Exteriores. O restante foi dividido pelas cinco emendas restantes, cabendo a cada uma R\$ 794,1 mil.

Esta Relatoria utilizou a totalidade dos recursos disponíveis, de modo que não há fontes remanescentes para atender eventuais destaques. Todavia, as emendas coletivas de apropriação aqui consideradas poderão, ao final, receber maiores somas, (...)"

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Um minutinho, Deputado.

Peço silêncio, em respeito ao colega.

O SR. RUY CARNEIRO (Bloco/PODE - PB) - Eu agradeço, Sr. Presidente.

"(...) no caso de alocação de recursos pelo Relator-Geral, nos termos do art. 57, inciso III e § 2º, da Resolução nº 1, de 2006.

I.4 - Indicações à Relatoria-Geral

Esta Relatoria recebeu o Ofício TST.GP.ASPAR nº 100/2023, de 29 de novembro de 2023, do Tribunal Superior do Trabalho, em que o Presidente do TST expõe a importância da recomposição de servidores e magistrados para reduzir o déficit de capital humano no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho e solicita apoio para que se mantenha, na sua integridade, a Proposta Orçamentária da Justiça do Trabalho. Considerando que a análise do anexo V da LOA é de atribuição da Relatoria-Geral, transmitimos ao Relator-Geral esse pedido feito pela Presidência do TST.

Solicitamos também ao Relator-Geral que recomponha os cortes feitos na ABIN e no Ministério das Relações Exteriores e alique recursos adicionais nas Emendas 50270002, 50200004 e 60020001.

II – Voto do Relator

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 29, de 2023-CN, na parte referente à Área Temática XVI, Poderes de Estado e Representação, com as alterações propostas neste Relatório.

Sala da Comissão, em 10 de dezembro de 2023.

Deputado Ruy Carneiro".

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Boa tarde a todos e a todas.

Dando continuidade aos trabalhos, substituindo a Presidente Daniella, eu quero primeiramente pedir silêncio a este Plenário e à assessoria, para que possamos continuar a reunião.

O relatório está em discussão. (Pausa.)

A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

Não foram apresentados destaques.

O Relatório Setorial da Área Temática XVI — Poderes de Estado e Representação está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Passo a palavra à Deputada Fernanda Melchionna.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Bloco/PSOL - RS) - Presidente, este ano não sou integrante da CMO, infelizmente; fui integrante na legislatura passada, no último ano. Há um ditado popular que me parece muito importante neste momento: *"Quem avisa amigo é"*. Eu fiz questão de vir à Comissão Mista de Orçamento um dia antes, possivelmente, da votação do Orçamento de 2024, que, a princípio, está pautado para hoje, mas, ao que tudo indica, não será votado hoje. Nós precisamos alertar, mesmo com tanto barulho — eu sei que V.Exa. tentou pedir silêncio —, para uma discussão fundamental que tem a ver com o futuro das políticas públicas para o povo brasileiro no ano de 2024.

O orçamento apresentado pelo Governo e as tintas incluídas pelo Relator são, na prática, o orçamento do arcabouço fiscal. Isso tem uma implicação muito grande numa lógica de recursos públicos drenados para atender aos interesses dos parasitas do sistema financeiro no que diz respeito ao sistema perverso da dívida pública.

Presidente, são 2 trilhões e 300 bilhões reservados para pagar, com religiosidade, os parasitas do sistema financeiro de uma dívida nunca auditada.

Ao mesmo tempo, isso tem implicação numa lógica da própria incidência do arcabouço, que é uma lógica perversa, porque limita o crescimento em 1,7%, o que significa um aumento de, no máximo, 129 bilhões para 2024 em relação a 2023, mas,

agora, com a incidência correta dos pisos constitucionais da saúde e da educação. Eu alertei sobre isso quando o Ministro Fernando Haddad esteve aqui. Inclusive perguntei ao Ministro se ele queria mexer nos pisos, e ele não me respondeu.

O Governo tenta flexibilizar os pisos da saúde e da educação, com uma votação num projeto de lei, fazendo consultas no TCU. Para nós que lutamos tanto para não avançar a política austericida do Paulo Guedes, que era de flexibilização dos pisos da saúde e da educação, isso enseja mais ainda a necessidade de criticar e, ao mesmo tempo, lutar contra qualquer flexibilização dos pisos. Nós garantimos na Constituição Federal recursos mínimos para a saúde e para educação, que ainda fazem falta, ainda mais diante de 6 anos de austeridade de Temer e Bolsonaro. É um absurdo a tentativa de flexibilizar esses pisos!

Além de tudo isso, o orçamento ainda zera ou leva muito abaixo outras áreas não protegidas por pisos constitucionais: a área ambiental, a área indígena, a luta das mulheres, a luta da comunidade LGBTQIA+, a luta dos negros e negras. E, mais do que isso, no orçamento, que já é o orçamento do arcabouço fiscal, ainda vem a linha do déficit zero. É um austericídio, uma mistura de austeridade com suicídio, relativamente à possibilidade de crescimento econômico. É limitação de investimento público.

Muitos comemoraram o crescimento do PIB em 3,7% no início do ano. Isso foi gerado pelos recursos da PEC de transição. Os investimentos na educação e os investimentos na obra de infraestrutura ficam limitados aqui. O aumento de 9% do funcionalismo nada mais é do que a reposição da inflação. E o orçamento que está sendo proposto ainda destina orçamento zero para o reajuste dos servidores, que em média perderam 40% do salário nos últimos 10 anos. (*Palmas.*)

Isso não pode ser, Presidente! Esses servidores — há vários sindicatos que nos acompanham — elegeram o Lula para terem a garantia de direitos e a liberdade democrática de lutar, para ter a reposição da inflação. Nós nem estamos falando de aumento real, embora devêssemos falar de aumento real. Há uma redução nominal de salários. Nós estamos aqui dizendo que assim não dá, não dá para o trabalhado e não dá para a economia, para o comércio, para os serviços, para as economias locais.

O mais grave ainda é a cantilena enfadonha neoliberal de uma lógica que só leva a mais crise, *vide* o que aconteceu na economia na vizinha Argentina. E o pior que isso são as inclusões absurdas de emenda de Comissão, Presidente, Deputado Lindbergh. O ano passado, como falamos hoje na Frente, o reajuste dos servidores impactou em 10 bilhões o orçamento público. Os mesmos Deputados que dizem que é preciso manter o reajuste zero no orçamento querem colocar 11 bilhões para mais emendas parlamentares e desrespeitar milhões de servidores Brasil afora.

Então, nós estamos alertando para fazer essa luta para que as emendas que garantam reajustes sejam aprovadas e que, sobretudo, a luta contra essa lógica neoliberal consiga garantir uma mudança radical na linha econômica e política do País.

Concluo, Presidente, retomando a minha primeira frase: "*Quem avisa amigo é*". Quem está criticando o arcabouço e esse Orçamento de 2024 são justamente aqueles que mais enfrentam a extrema-direita. O que pode ajudar a extrema-direita a se retroalimentar e crescer eleitoralmente no Brasil é o fracasso das políticas econômicas e o não cumprimento das promessas de campanha do nosso candidato Lula em 2022 para derrotar o Bolsonaro.

Por isso, para se garantirem as promessas de campanha, esse orçamento do déficit zero não pode ser o orçamento do Brasil em 2024. Pela auditoria da dívida pública e, sobretudo, por orçamento que responda aos interesses do povo brasileiro, dos trabalhadores, dos aposentados e pensionistas, da juventude, das mulheres, dos negros e negras, da comunidade LGBTQIA+!

Era isso que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Tem a palavra o Deputado Lindbergh Farias.

Logo após, usará da palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim, para apresentação do relatório.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - Sr. Presidente, eu confesso que estou muito preocupado com a votação da LDO e da LOA, primeiro porque o relatório da LDO é um ataque muito violento ao Executivo, é quase a instituição de um parlamentarismo orçamentário, sem plebiscito — porque, para mudar o regime de governo, nós temos que fazer o plebiscito e depois uma emenda constitucional.

O Executivo é responsável pela execução orçamentária. Hoje, nós já temos 37 bilhões de reais em emendas impositivas. O Relator cria as emendas de Comissão — mais 11 bilhões de reais; a soma vai para perto de 50 bilhões. Aí, os senhores me perguntam: "*De onde sai esse dinheiro?*" Sai do Executivo, sai do PAC, que tem alguns problemas, o projeto prioritário do Presidente Lula.

Sobre esse déficit zero, os senhores acompanharam minha posição interna, o tempo todo. Eu acho um equívoco, porque nós podemos fazer um contingenciamento no próximo ano de 53 bilhões de reais.

Então, o PAC do Lula já vai ter o problema do contingenciamento e, agora, vai perder mais 11 bilhões de reais. Esses 11 bilhões saem do Executivo! Isso tem que ser discutido aqui! Sabemos que é importante ter um Parlamento forte, mas dessa forma vemos o Legislativo assumindo atribuições que são do Poder Executivo, o que é quase uma mudança de regime. Eu considero isso aqui muito grave.

Falávamos sobre servidor. Eu falei sobre a meta zero. Sou da tese de que a meta tinha que ser realista. Sabemos que houve frustração de receitas, mas não é correto falarmos em reajuste zero para os servidores públicos. Está equivocado! Sabem que, para dar os 9% de reajuste do ano passado, seria necessário algo em torno de 10 bilhões de reais. Pois bem, essas emendas de Comissão totalizam 11 bilhões de reais. Esse dinheiro podia ser usado para investimento no PAC e para reajuste para os servidores públicos federais também. (*Palmas. Manifestação na plateia.*)

Eu trago aqui, Sr. Presidente, essas minhas preocupações. Espero que tentemos avançar na direção de um consenso. Do jeito como está sendo feita, na minha opinião, essa LDO é quase um golpe contra as atribuições do Poder Executivo. Estamos fazendo um desenho aqui de um Poder Executivo cada mês mais frágil — sem poder executar o Orçamento. Tem um ponto aqui na LDO sobre cronogramas de pagamentos. Outro ponto diz que — olhem a que ponto nós chegamos! — há prioridade de pagamentos para emendas impositivas, à frente das demais despesas discricionárias do Executivo. Para que isso? Isto aqui significa o seguinte: primeiro, tem que pagar emenda! O PAC, projeto do Lula, só se pode executar depois de pagar emenda impositiva.

Então, eu encerro aqui com essas minhas preocupações. E agora falarei sobre a última preocupação. Desde o começo eu advogava contra o déficit primário zero, porque eu acho que essa economia nossa tem que crescer, o papel do investimento fiscal é muito importante no crescimento econômico. Já estamos tendo um aperto monetário pelo Banco Central muito forte.

Aqui foi incluído um caminho, foi incluída uma saída para ressalvar, na LDO, algumas despesas que não seriam contingenciadas. Eu aprovo qualquer tentativa de diminuir o tamanho do contingenciamento de 53 bilhões para 23 bilhões, mas eu quero alertar que nós estamos entrando em um terreno de debate jurídico muito perigoso. Eu já vivi e enfrentei o *impeachment* falso e fraudulento em cima desses debates fiscais. Ao argumentarem que uma lei complementar dispõe que o contingenciamento tem que ser ligado ao déficit primário, eu tenho muita preocupação, Presidente, porque teremos que fazer uma discussão sobre contingenciamento que passe pelo Tribunal de Contas da União, que passe por questionamentos na Justiça. A segurança jurídica, por tudo o que nós vivemos, é fundamental.

Por isso nós vamos tentar, e eu espero que até amanhã, em uma negociação com o Relator da LDO, equilibrar os interesses do Parlamento, desta Comissão Mista, com os interesses do Executivo. Do jeito que está pronto no relatório, nós estamos tendo aqui um ataque frontal ao Executivo e ao Governo do Presidente Lula.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Manifestação na plateia.*)

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Deputado José Rocha, eu vou passar a palavra ao Relator-Setorial, o Deputado Carlos Henrique Gaguim, e depois concederei a palavra a V.Exa. (*Manifestação na plateia.*)

Eu quero pedir silêncio, por favor, no plenário. (*Manifestação na plateia.*)

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Presidente, eu quero aqui contraditar o meu estimado colega Lindbergh no sentido de que, na medida em que se prioriza o pagamento das emendas impositivas, está se democratizando o Orçamento da União. Isso atende a todos, independentemente se é Governo ou não. Portanto, essa colocação na LDO pelo ilustre Deputado Danilo Forte democratiza a execução orçamentária do próximo ano, Sr. Presidente.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Sr. Presidente, pegando um gancho na fala do Deputado José Rocha, digo que democratiza as ações do próprio Governo para servir o Brasil, Deputado José Rocha, porque o discurso é falacioso e fácil. Atacar o Relator Danilo Forte é muito cruel não só com o próprio Relator, mas também com o trabalho desta Comissão, que, de forma concatenada, foi feito durante todo o ano. Então, temos a liberdade de colocar as ações, independentemente de bandeiras político-partidárias, da base do Governo ou não, e elas chegarem aos Municípios, como é o caso do Prefeito de Taguatinga, no sudeste do Tocantins. É isso que é importante para o Brasil. Então, a democratização das emendas Parlamentares, para atender o Brasil, faz-se necessária sempre.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Relatório Setorial da Área Temática IV — Integração, Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Relator-Setorial: Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O Relator-Setorial está com a palavra para a apresentação do relatório e da complementação do voto.

O prazo de destaques será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Sr. Presidente, passemos ao resumo do relatório.

"Por designação da Presidência da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), coube-me a missão de apreciar, como Relator-Setorial, a proposta orçamentária relativa à Área Temática IV, que abrange o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e unidades orçamentárias a eles vinculadas.

Foram apresentadas, nesta área temática, 59 emendas coletivas à despesa e 252 emendas individuais.

De acordo com o art. 25 da Resolução nº 1, de 2006-CN, cabe ao Comitê de Admissibilidade de Emendas (CAE) propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas ao PLOA 2024. Propõe-se o parecer pela inadmissão das emendas nº 60050004, da Comissão de Assuntos Econômicos, e nº 50310002, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Visando o atendimento das emendas de apropriação, realizamos o cancelamento em programações do MIDR e do MMA no montante de R\$ 128,8 milhões. O atendimento das emendas de remanejamento, por sua vez, resultou no cancelamento de R\$ 250 mil nas programações indicadas pelos autores das emendas de remanejamento.

Ao destinar os recursos, priorizamos o atendimento das emendas de bancadas, visando o atendimento das demandas locais. Considerando as limitações de atendimento de emendas impostas aos relatores setoriais, indico ao relator-geral o atendimento adicional das emendas apresentadas.

As emendas individuais e as parcelas impositivas das emendas de bancada estadual (RP 7) foram atendidas no valor total solicitado.

Com relação às quatro emendas de remanejamento, todas foram acolhidas parcialmente, tendo por fonte os cancelamentos indicados nas próprias emendas.

No que se refere às obras com Indícios de Irregularidades, no âmbito do setor IV, não figura programação para a qual o Tribunal de Contas da União tenha recomendado a interrupção de contrato ou parcela da obra.

Ante o exposto, voto pela APROVAÇÃO da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2024, no que concerne às unidades orçamentárias constantes da área temática IV, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas".

Sr. Presidente, nós acatamos a complementação de voto em duas emendas.

Amplia-se o atendimento da Emenda nº 5003.0004 em 400 mil. Reduzimos os atendimentos das Emendas nºs 7106.0018, 200 mil, e 7111.1013, 200 mil.

Essa é uma programação a que estamos atendendo. É uma ação do Sistema Nacional que dispõe sobre a proteção e defesa do bem-estar dos animais. Então, veio um pedido, e nós o atendemos. Era de 100 mil e nós elevamos para 500 mil esse atendimento.

É o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as emendas de nºs 5031.0002 e 6005.0004, indicadas pelo Relator no seu relatório.

O relatório e a complementação do voto estão em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, a discussão e o prazo para a apresentação de destaques estão encerrados.

Não foi apresentado nenhum destaque.

O relatório setorial e a complementação do voto da Área Temática IV — Integração, Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

Não havendo mais o que discutir, suspenso a reunião e convoco a sua continuação para amanhã, às 14 horas.

A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Bom dia a todos e a todas.

Declaro reiniciada a presente reunião deliberativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional para votação da matéria constante da pauta.

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Comunico ao Plenário que, tendo em vista acordo firmado no Colegiado de Líderes, proponho a inclusão na pauta dos seguintes Relatórios Setoriais: Educação e Cultura, Turismo, Mulheres e Direitos Humanos, Esporte, Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Pesca.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de votação dessas proposições, a despeito do previsto no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 dias úteis de sua distribuição.

Em deliberação a inclusão na pauta e a quebra de interstício para votação dos Relatórios Setoriais.

Aqueles que concordam na representação da Câmara dos Deputados permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Relatório Setorial da Área Temática XI — Mulheres e Direitos Humanos.

Relatora-Setorial: Deputada Dilvanda Faro.

A Relatora está com a palavra para a apresentação do seu relatório.

A SRA. DILVANDA FARO (Bloco/PT - PA) - Bom dia, Sra. Presidenta, nobres colegas Sras. e Srs. Senadores e Sras. e Srs. Deputados.

"Relatório Setorial XI, de 2023.

Da Relatoria da Área Temática XI — Mulheres e Direitos Humanos, sobre o Projeto de Lei nº 29, de 2023-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024, na parte referente aos Órgãos Orçamentários Ministério das Mulheres, Ministério da Igualdade Racial, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania e Ministério dos Povos Indígenas.

1. Relatório

1.1. Introdução

Nos termos dos arts. 84, XXIII, e 165, *caput*, da Constituição Federal, combinados com o art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 29, de 2023-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024.

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO, coube a esta relatoria a missão de: (i) apreciar a proposta orçamentária da Área Temática XI — Mulheres e Direitos Humanos, que abrange os órgãos orçamentários Ministério das Mulheres, Ministério da Igualdade Racial, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania e Ministério dos Povos Indígenas, e (ii) propor relatório setorial com apreciação das emendas à despesa apresentadas às programações do referido órgão.

Neste relatório, examinamos as dotações orçamentárias recentes e fizemos constar outros aspectos obrigatórios definidos pelos normativos vigentes, a exemplo dos efeitos de créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2023."

Antes de iniciar a leitura do relatório sobre o quadro geral, peço licença, Presidenta, para falar um pouco dessas ações a esse público representado na Área Temática XI — Mulheres e Direitos Humanos.

Nós Parlamentares temos muitos pontos de divergência nessa área temática, o que facilitou, e muito, o processo de construção desta peça orçamentária. Foram várias reuniões com os quatro Ministérios, escutas com as Comissões da Câmara e do Senado, além de Parlamentares, individualmente, procurarem esta relatoria para expressar sugestões — a estas e a estes todos os nossos agradecimentos.

Os pontos de encontro foram em torno do atendimento às mulheres de situações de violência; compromisso de enfrentar a pobreza e a fome, esforço para gerar trabalho, renda e superar a miséria total das mulheres em situação de vulnerabilidade; promoção da autonomia econômica das mulheres e da equidade de gênero, visando modificar a divisão sexual do trabalho; promoção de dignidade e cidadania da população em situação de rua; ampliação da promoção, proteção e defesa dos direitos humanos e fundamentais de adolescentes e jovens em programas de atendimentos socioeducativos e pós-atendimentos socioeducativos, gerando a garantia de acesso à população LGBTQIA+ aos direitos fundamentais e à cidadania plena; enfrentamento à violência voltada para esse segmento, com foco na implementação e consolidação de políticas públicas; manutenção e equipagem aos órgãos estaduais e municipais de gestão política, proteção e defesa aos direitos humanos da pessoa idosa; identificar e delimitar georreferenciamento, regularizar, fiscalizar e monitorar as terras indígenas; proteger os povos indígenas isolados e de recente contato; gerenciar, ambiental e territorialmente, as terras indígenas; fortalecer e desenvolver políticas públicas de enfrentamento ao racismo, por meio de fomento e desenvolvimento de iniciativas antirracistas; formulação, articulação e monitoramento de política de educação, ampliando a participação de pessoas negras e educação básica, média, superior e pós-graduação.

Dito isso, retorno à peça orçamentária para a apreciação deste Pleno.

"1.2. Informações Gerais

No âmbito da Área Temática XI, como mostra a Tabela 1 a seguir, foram alocados R\$1.639.951.026,00 para atendimento das despesas das diversas unidades orçamentárias.

(...)

1.4. Emendas Apresentadas

No âmbito da Área Temática XI foram apresentadas 347 emendas, sendo 344 de apropriação e 3 emendas de remanejamento, conforme Tabela 6. Das emendas coletivas, três são de bancada estadual (RP-7); 16 de Comissão da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e 5 de Comissão Mista do Congresso Nacional, totalizando 24 emendas coletivas. Foram apresentadas 320 emendas individuais.

(...)

1.4.1. Emendas Individuais

As emendas individuais apresentadas foram integralmente aprovadas, atendidas por meio de repasses efetuados pela Relatoria-Geral, em consonância com o disposto nos arts. 166, § 9º, da Constituição, e 111, do ADCT, no valor de R\$249.795.553,00.

Não tivemos casos de emendas individuais com proposta pela inadmissão. Algumas emendas exigiram adequações de modo a se tornarem admissíveis. As programações apresentadas como atípicas foram enquadradas nas classificações apropriadas, assim como outras receberam denominação de subtítulo ou ação mais adequada. Em todos os casos, buscouse manter os objetivos pretendidos pelos Parlamentares em suas proposições.

O exíguo intervalo de tempo estabelecido para a elaboração deste relatório não permitiu que as adequações e alterações processadas por esta relatoria fossem comunicadas antecipadamente aos autores. Por isso, recomenda-se que os interessados analisem com atenção o atendimento de suas emendas. Havendo discordância quanto aos ajustes técnicos realizados, os autores das emendas devem, mediante destaque ou mesmo por solicitação endereçada ao Presidente da CMO, solicitar as devidas alterações.

1.4.2. Emendas Coletivas

De início, no que toca à admissibilidade, cumpre informar que, preliminarmente, não foram indicadas emendas para inadmissão no Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE. E, para o atendimento das emendas coletivas, esta relatoria setorial, ciente dos prejuízos que reduções nas dotações provocam no planejamento dos órgãos, não promoveu cancelamentos nas programações constantes do projeto de lei.

1.4.2.1. De Apropriação

Assim como normalmente ocorre com as emendas individuais, houve a necessidade de promover enquadramentos e ajustes em elementos de classificação de emendas coletivas. Esses procedimentos visaram adequar as respectivas emendas aos parâmetros técnicos e legais aplicáveis, a fim de sanar vícios que, caso mantidos, implicariam inadmissibilidade à luz de dispositivos constitucionais e legais, especialmente em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Resolução 1/2006 do Congresso Nacional.

No atendimento das emendas coletivas, esta Relatoria utilizou os recursos que lhe foram disponibilizados, em conformidade com a regra estabelecida no art. 57 da Resolução 1/2006 do Congresso Nacional, no montante de R\$6.000.000,00 para as de bancada estadual discricionárias, de R\$34.212.094,00 para as de bancada estadual obrigatórias

(RP-7) e R\$39.916.515,00 para as de Comissão do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Como não foi possível atender adequadamente todas as emendas, optou-se pelo atendimento parcial, com prioridade para as ações de fortalecimento dos direitos humanos e de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Os R\$329.924.162,00, oriundos de emendas individuais e coletivas (Bancadas e Comissões) se somarão aos R\$1.639.951.026,00 do Projeto de Lei Orçamentária para 2024 — PLOA/2024, totalizando um orçamento de R\$1.969.875.188,00 para o Setor XI, composto pelo Ministério das Mulheres, Ministério da Igualdade Racial, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e Ministério dos Povos Indígenas, o que representa um acréscimo de 20,12%.

1.4.2.2. De Remanejamento

As 3 emendas de remanejamento foram rejeitadas.

1.5. Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves

Não foram identificados subtítulos afetados por indícios de irregularidades graves informados pelo Tribunal de Contas da União, razão pela qual não serão indicados subtítulos para votação em separado, nos termos do art. 70, inciso II, da Resolução 1/2006 do Congresso Nacional.

1.6. Créditos Especiais e Extraordinários Abertos nos Últimos Quatro Meses de 2023

Em função do disposto no art. 167, §2º, da Constituição Federal, que possibilita a reabertura de créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício, nos limites de seus saldos, as Relatorias Setoriais devem analisar os possíveis efeitos desses créditos na programação da Área Temática. Assim, informamos que não foram apresentados créditos especiais e extraordinários entre setembro de 2022 e a data de apresentação deste relatório setorial.

1.7. Modificações Pedidas pelo Ministério da Economia

Não houve pedido para correção da programação orçamentária constante do projeto, nos termos do art. 28 da Resolução 1/2006, do Congresso Nacional.

2. Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 29, de 2023-CN, na parte referente ao órgão orçamentário da Área Temática XI — Mulheres e Direitos Humanos com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente, conforme discriminado em anexo.

Sala da Comissão, 13 de dezembro de 2023.

Deputada Dilvanda Faro

Relatora-Setorial"

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputada.

O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

Não foram apresentados destaques.

O Relatório Setorial da Área Temática XI — Mulheres e Direitos Humanos está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Relatório Setorial da Área Temática III — Educação e Cultura.

O Relator-Setorial, o Senador Beto Faro, está com a palavra, para apresentação do relatório.

O SR. BETO FARO (PT - PA) - Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, passo à leitura do relatório.

"6 - Indicações ao Relator-Geral

O PLOA 2024 encaminhado ao Congresso Nacional apresenta um aumento de 22,5% nos recursos enviados ao congresso desde o PLOA 2023 em comparação com o PLOA 2024, apontamos que todos os Grupos Orçamentários de Educação e Cultura tiveram acréscimos consideráveis nas suas dotações iniciais constando no PLOA. Este acréscimo só foi possível

devido à aprovação de uma nova regra fiscal vigente no país, a Lei Complementar nº 200/2023, Novo Arcabouço Fiscal Sustentável que substituiu a Emenda Constitucional 95/2016, conhecida como Teto de Gastos. A nova regra garante estabilidade e previsibilidade na trajetória fiscal desta nação possibilitando o aumento dos gastos com investimentos sociais como Educação e Cultura.

Dentre os esforços da reconstrução da educação, as ações referentes ao aprimoramento da educação básica tiveram recomposições bastante significativas, mostrando o empenho do atual Governo Federal em reduzir o déficit educacional que este País ainda enfrenta. A ação 20RP de apoio à infraestrutura da educação básica, por exemplo, saiu de 2,3 milhões no PLOA 2023 para 2,2 bilhões no PLOA 2024.

A educação básica desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de indivíduos e sociedades, sendo considerada a base essencial para a formação integral dos cidadãos. Ela abrange a educação infantil, o ensino fundamental e ensino médio, proporcionando as ferramentas necessárias para a construção do conhecimento, habilidades e valores que moldarão o futuro dos estudantes.

O acesso à educação básica é um direito fundamental e um pilar para o desenvolvimento sustentável de qualquer nação. Além de fornecer conhecimentos acadêmicos, a educação básica desempenha um papel crucial na formação do caráter, na promoção de cidadania e na capacitação para a vida em sociedade.

Ao cultivar habilidades cognitivas, sociais e emocionais, a educação básica prepara os alunos para desafios futuros, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e informada. Ela promove a inclusão social, reduzindo disparidades e proporcionando oportunidades igualitárias para todos, independentemente de origem socioeconômica ou geográfica.

Além disso, a educação básica é um alicerce para o progresso econômico, uma vez que indivíduos educados são mais propensos a contribuir para a inovação, produtividade e competitividade no mercado de trabalho. Através do desenvolvimento de habilidades críticas, resolução de problemas e pensamento criativo, os alunos se tornam agentes ativos na construção de um futuro próspero.

Portanto, investir na qualidade e no acesso universal à educação básica é essencial para promover o desenvolvimento humano, a estabilidade social e o crescimento econômico. A educação básica não é apenas um direito, mas também um investimento estratégico na construção de uma sociedade mais resiliente e inclusiva. Nesse sentido, as programações de natureza do investimento (GND 4) foram acrescidas em 270% em comparação com o PLOA 2023, montante de reconstrução sem precedentes na história desta nação.

Ainda que conste a recomposição substancial dos recursos em educação básica e a subsequente ampliação no sentido da educação em tempo integral, expomos perante este relatório a iminente necessidade de maior volume de recursos destinados à área de educação e cultura devido ao negligenciamento efetuado no período passado. Em específico, ressoamos o pleito que nos foi encaminhado das Instituições Federais de Ensino Superior para necessária recomposição do processo de ampliação e orçamento das universidades federais.

As universidades federais desempenham um papel crucial no desenvolvimento econômico do Brasil, sendo verdadeiros motores de inovação, pesquisa e formação de profissionais qualificados. Essas instituições representam pilares fundamentais para o avanço científico e tecnológico, contribuindo de maneira significativa para o processo do país em diversas áreas.

Em primeiro lugar, as universidades federais são centros de pesquisa de ponta, promovendo descobertas científicas e avanços tecnológicos que têm o potencial de impulsionar setores inteiros da economia. Os projetos de pesquisa desenvolvidos nessas instituições muitas vezes resultam em inovações aplicáveis à indústria, agricultura, saúde e diversas outras esferas, fortalecendo a competitividade do Brasil no cenário Internacional.

Além disso, as universidades federais desempenham um papel vital na formação de profissionais altamente qualificados. Ao oferecerem cursos de graduação e pós-graduação de qualidade, elas capacitam uma força de trabalho especializada e preparada para enfrentar os desafios complexos do mercado. Isso contribui diretamente para o aumento da produtividade e eficiência em diferentes setores da economia.

A presença das universidades federais em diversas regiões do País também promove a descentralização do conhecimento e a redução das desigualdades regionais. Ao fornecer oportunidades educacionais em áreas remotas, essas instituições estimulam o desenvolvimento local, atraiendo talentos e fomentando a inovação em comunidades que, de outra forma, poderiam ficar à margem do progresso.

Portanto, investimento contínuo nas universidades federais é essencial para garantir um ambiente propício à pesquisa, à formação de profissionais qualificados e ao desenvolvimento de soluções inovadoras. Elas não apenas moldam o futuro

econômico do País, mas também desempenham um papel estratégico no fortalecimento da base científica, tecnológica e econômica do Brasil.

Para efeito de cálculo do montante necessário ao acréscimo, foi utilizado como base o orçamento discricionário de 2010. Naquele ano, o orçamento na fonte do Tesouro foi de aproximadamente R\$ 4 bilhões, que, atualizados pelo IPCA, equivale a cerca de R\$ 8,5 bilhões. Há, portanto, necessidade de ampliação de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões no montante total de recursos discricionários na fonte do Tesouro proposto para as universidades federais no PLOA 2024.

No que coube a este relatório setorial, fizemos o possível tendo em mente a restrição orçamentária em que o Estado se encontra neste momento. Não foi possível encontrar possibilidades de realocação dos recursos dentro do orçamento do Ministério. Considerando a importância estratégica desta área, solicitamos que os esforços sejam feitos para incrementar recursos do Ministério da Educação. Além disso, dentre as possibilidades deste relatório, priorizamos a apropriação de volume de emendas às universidades e aos Institutos Federais.

Diante do exposto, solicitamos ao Relator-Geral:

- a) a recomposição das dotações canceladas no Parecer Preliminar constante no Anexo II-A, órgão 26000 — Ministério da Educação;
- b) o reforço no acolhimento das emendas de bancada de natureza não impositiva e de comissões apresentadas à programação do Ministério da Educação;
- c) a alocação de recursos adicionais no Ministério da Educação, nos termos autorizados no item 11 do Parecer Preliminar;
- d) o aumento dos recursos destinados às universidades federais na LOA 2024.

Consideramos que as indicações propostas merecem atenção especial do Relator-Geral, bem como o apoio dos nobres pares".

Eu apresentei o relatório, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, no dia de ontem.

Com exceção das emendas de remanejamento, todas as outras emendas foram admitidas e colocadas nos recursos. Nós não tínhamos admitido as emendas de remanejamento. Hoje, eu estou fazendo uma complementação de voto, com essa admissão.

Passo à leitura do complemento:

"Sr. Presidente, tendo em vista pedidos realizados após a apresentação do relatório, apresento esta complementação de voto com a finalidade de:

1 - Admitir as 8 (oito) emendas de remanejamento apresentadas, com o valor simbólico de R\$ 250 mil para cada uma, totalizando, dessa forma, R\$ 2 milhões;

2 - Aumentar o valor da emenda destinada ao Instituto Federal do Ceará para R\$ 3,5 milhões, reduzindo o valor das outras quatro emendas da bancada para o valor de R\$ 250 mil cada uma e reduzindo R\$ 1 milhão da Emenda nº 50050004.

Sala de Comissão, em 13 de dezembro de 2024.

Senador Beto Faro

Relator"

Esse é o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Senador Beto Faro.

O relatório e a complementação de votos estão em discussão. (*Pausa.*)

Não há quem queira discuti-los.

Foram apresentados 8 destaques. Os destaques foram rejeitados, tendo em vista que foram contemplados na complementação de voto apresentada pelo Relator.

Obrigada, Senador.

Em discussão...

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Tem a palavra a Deputada Soraya Santos.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ) - Querem votar primeiro? Eu falo depois, pode ser?

O SR. BETO FARO (PT - PA) - Pode ser!

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ) - Pode votar primeiro, e eu falo depois.

O SR. BETO FARO (PT - PA) - Vamos votar primeiro, e ela fala depois.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ) - Pode votar, e eu falo depois.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Então, está bem.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram...

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Sra. Presidente, levanto uma questão de ordem, com relação à votação no Senado Federal.

Estou com duas sugestões de destaque que foram apresentadas pela Senadora Professora Dorinha Seabra, que agora está participando, ali no Senado, na Casa ao lado, da sabatina do Supremo Tribunal Federal e da PGR.

Em qual momento, eu posso fazer a defesa desses dois pedidos da Senadora?

O SR. BETO FARO (PT - PA) - Foram admitidos já. Aí fica prejudicado o pedido.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Mas, admitido com qual valor? Pergunto, porque a sugestão da emenda dela, inicialmente, foi de 300 milhões de reais, o Relator colocou, salvo engano, 1 milhão e 750 mil reais, e o destaque dela pede uma recomposição de 20 milhões de reais para cada uma das duas ações: uma é da educação básica e a outra, do ensino superior, da UFT, no Tocantins. (*Pausa.*)

Deixe-me apenas entender aqui, para poder prestar esse esclarecimento à Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Na realidade, são acordos que estão sendo feitos para que isso seja rediscutido na apresentação do Relatório Geral.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Se o Relator tiver oportunidade de conversar comigo, depois dessa votação, para tentarmos chegar a um entendimento com a Senadora, com ele e com o Relator do Orçamento, eu me dou por satisfeito.

O SR. BETO FARO (PT - PA) - Sim, sim, perfeito. Perfeito. Fico à disposição.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Em sendo atendido, terminamos a votação no Senado Federal.

Fica aprovado na representação do Senado Federal.

Passo a palavra à Deputada Soraya Santos.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ) - Sra. Presidente, primeiro, eu queria muito agradecer ao Senador Beto Faro, pois este é um tema que V.Exa. ajudou a construir, além de vários membros nessa construção.

No Brasil, Senadora, nós não temos uma única unidade escolar para tratar de altas habilidades e superdotação, nós não temos um modelo educacional. E o diferencial este ano é justamente a defesa de começarmos a ter pelo menos um instituto de referência de altas habilidades e superdotação por Estado. E, sem a admissibilidade dessa emenda, isso não seria possível.

Então, eu queria muito agradecer a V.Exa., a quem, desde cedo, eu liguei pedindo ajuda, e se colocou à disposição. Eu liguei para o Senador Beto Faro, dada a importância do tema, e imediatamente ele me respondeu. Então, Senador Beto Faro, nós já convivemos na Câmara, e eu não tinha a menor dúvida de que V.Exa., como Relator de uma pauta tão importante que é a base de tudo, que é a base da educação, faria esse ajuste. Muito obrigada. Nós não podemos continuar jogando fora as nossas inteligências.

Veja, Senadora, ontem mesmo, em página do jornal *O Globo* constava que um menino de 7 anos de idade, morador da favela da Maré, no Rio de Janeiro, fez um curso a distância em Harvard pelo aplicativo e tirou o primeiro lugar.

Nós temos que cuidar dessas crianças que estão se mutilando, que estão se matando, que não se sentem incluídas.

O diferencial da pauta da educação, uma luta do Parlamento e da Comissão de Educação, eu tenho certeza de que é criar a primeira unidade educacional do País que vai, de verdade, cuidar da superdotação e das altas habilidades.

E V.Exa., Sra. Presidente, como mulher e como mãe, entendeu tudo isso e ajudou a construir esse caminho. Muito obrigada, Senadora.

Muito obrigada, Senador Beto Faro.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputada Soraya.

Agradeço ao Senador Beto Faro pela sensibilidade também ao tema. (*Pausa.*)

Relatório Setorial da Área Temática VII - Turismo.

Relator-Setorial: Senador Wilder Moraes.

O Relator-Setorial está com a palavra para apresentação do seu relatório.

O SR. WILDER MORAIS (PL - GO) - Obrigado, Presidente.

Peço permissão para ler o Relatório da Área Setorial do Turismo.

"I. Relatório

1. Introdução

Em cumprimento ao disposto no art. 84, inciso XXIII, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 29, de 2023, que 'estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024'.

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na forma estabelecida pelo art. 17 da Resolução nº 1, de 2006-CN, e de conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo parecer preliminar, coube-nos a honrosa missão de examinar, no âmbito da Área Temática VII - Turismo, a programação do órgão Ministério do Turismo (órgão 54000).

O setor de turismo, cujas políticas públicas são abarcadas no presente Relatório Setorial, apesar de seu potencial econômico, é historicamente subfinanciado em nosso País. Em que pese a atuação do poder público, é notório que o turismo não tem, no Brasil, desempenho econômico proporcional à enorme riqueza paisagística e cultural que possui.

Consciente da importância desse setor para o País, nossa principal preocupação foi a de buscar caminhos para viabilizar a superação das atuais dificuldades. Dessa forma, a maior ênfase do nosso trabalho esteve centrada em, dentro das modestas possibilidades desta relatoria, promover aprimoramentos à proposta orçamentária para 2024.

2. Análise da Proposta Orçamentária da Área Temática VII - Turismo

Para 2024, a proposta orçamentária para o Ministério do Turismo prevê um gasto total de R\$ 270,8 milhões. Observa-se que o valor no PLOA 2024 para o programa 2323 - Turismo, esse é o destino, é de R\$112.586.418,00, que corresponde a 42% do total da proposta. Em razão da reforma administrativa já citada, só foram registrados, nesta nova unidade, os valores de 2023 relativos ao programa 2223 - A Hora Turismo, que antecedeu o programa 2323 -Turismo, esse é o destino, no PLOA 2024. Recursos classificados no GND 4 - Investimentos estão alocados unicamente na ação 10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística, no valor de R\$57.959.428,00.

Até a data do levantamento das informações, em relação aos valores autorizados (R\$ 569,8 milhões), apenas 24% (R\$ 136,2 milhões) do valor do programa 2223 - A Hora Turismo havia sido empenhado e somente 1,3% (R\$ 7,1 milhões) havia sido pago. Em relação à programação para 2022, de um total autorizado de R\$ 464,6 milhões, 99%, que são R\$ 459,8 milhões, foram empenhados, de acordo com as informações do PLN 29, de 2023.

2.4. Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais

Não há unidades orçamentárias, que integram o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais para 2024, subordinadas ao órgão do Ministério do Turismo.

2.5. Atendimento das normas constitucionais e legais

A teor do que dispõe o item 38.I.a do Parecer Preliminar, cumpre registrar que as ações analisadas nesta área temática não contrariam as normas constitucionais e legais, especialmente quanto à compatibilidade com a Lei Complementar nº 101, de 2000, com a Proposta do Plano Plurianual 2024/2027 e com o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024.

2.6. Efeito da abertura de créditos especiais e extraordinários

Verificamos que, a partir de 31 de agosto de 2023, não houve nenhum crédito especial ou extraordinário aberto nesta área temática.

2.7. Obras com indícios de irregularidades

Segundo as informações encaminhadas pelo TCU ao Congresso Nacional até o momento, na programação das unidades orçamentárias que integram esta área temática, não constam obras que sejam objeto de indícios de irregularidades graves (IGP, pIGP, IGR)

3. Atuação da Relatoria Setorial

Junto a esta Área Temática, foi apresentado um total de 73 emendas de apropriação e uma emenda de remanejamento.

As emendas de apropriação compreenderam 48 emendas individuais e 25 coletivas, sendo 15 emendas de bancadas estaduais, parcial ou totalmente de execução obrigatória, e 10 de Comissões. A emenda de remanejamento é de Comissão.

3.1. Recursos para o atendimento das emendas

Os recursos utilizados provieram do saldo da reserva de recursos da relatoria geral e, para o atendimento das emendas individuais e coletivas impositivas (R\$ 184,1 milhões), do saldo da reserva de recursos (R\$ 43,9 milhões).

3.2. Critérios de atendimento das emendas

3.2.1. Emendas individuais

As emendas individuais propostas nesta Área Temática totalizam R\$ 58,1 milhões e tiveram por objetivo, em sua grande maioria, a assistência financeira da União para iniciativas locais, tais como apoio a projetos de infraestrutura turística.

Considerando as disposições do Parecer Preliminar, esta relatoria recomenda a aprovação de todas as emendas individuais.

3.2.2. Emendas coletivas

As emendas de bancada totalizaram R\$ 2,2 bilhões, sendo R\$ 126 milhões classificados em RP 7 e R\$ 2,1 bilhões classificados em RP 2. As emendas de apropriação de Comissão totalizaram R\$ 7,4 bilhões. Houve também uma emenda de Comissão de remanejamento, no valor de R\$ 85 milhões.

No que se refere ao atendimento das emendas coletivas, diante das restrições orçamentárias e na busca de uma alocação de recursos a mais eficiente possível, mantivemos disponíveis para ouvir os autores dessas emendas, no sentido de ter ciência das prioridades, tendo em vista que certamente não se poderia atender a todas em níveis ideais.

Apesar das dificuldades e da pequena disponibilidade de tempo para manter os necessários contatos com os agentes e setores interessados, esta relatoria espera ter alcançado seus objetivos realizando a distribuição mais justa e objetiva possível.

Os recursos disponibilizados a partir do saldo da reserva de recursos da relatoria-geral foram integralmente destinados às emendas coletivas.

Considerando que os recursos disponíveis ficaram muito aquém do que seria preciso para se atender de modo razoável às relevantes demandas, procuramos proceder ao atendimento possível frente ao reduzido volume de recursos, tendo em conta ainda que os valores alocados nessa etapa de relatoria setorial poderão ainda ser suplementados na fase subsequente, qual seja, a da relatoria-geral.

Assim, quanto ao parecer sobre as emendas coletivas, recomendamos a nossos pares a aprovação parcial de nove emendas de apropriação de Comissões, no montante global de R\$ 20,9 milhões, e de treze emendas de bancadas estaduais apresentadas, no valor de R\$ 108,7 milhões, e a aprovação total de duas emendas de bancada, no valor de R\$ 40,3 milhões.

A Emenda de Remanejamento de Comissão nº 60110008 foi inadmitida, conforme consta do Relatório de Emendas Inadmitidas do Comitê de Análise de Admissibilidade.

Para a distribuição dos recursos, procuramos alocá-los de forma equânime entre as emendas de bancada e de Comissões, priorizando recursos para investimentos (GND-4) que, no caso do Ministério do Turismo, se concentram na Ação 10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística.

Pela importância do setor de turismo para a economia brasileira, como a criação de empregos que proporcionam o desenvolvimento social do País, além da atração de divisas gerada pela recepção do turista estrangeiro, indicamos ao Relator-Geral a necessidade de aporte de recursos nas demandas que não puderam ser devidamente atendidas.

II. Voto do Relator

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 29, de 2023-CN, relativamente às unidades orçamentárias afetas à Área Temática VII - Turismo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas."

Esse é o nosso relatório.

Sra. Presidente, nós recebemos, talvez, o maior número de emendas da história que representa o desejo dos Parlamentares, tanto Deputados como Senadores. Mas, como a senhora sabe, o nosso recurso do turismo é muito pequeno. Isso mostra, com toda a certeza, a preocupação de todos os Parlamentares em relação a quanto o País precisa investir no turismo para

gerar emprego, renda e oportunidades para Estados, tanto do Norte como do Nordeste, que deveriam, com certeza, ser a principal economia.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Senador Wilder Morais.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitida a Emenda nº 60110008, indicada pelo Relator no seu relatório.

O relatório está em discussão.

Com a palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim, para discutir.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Sra. Presidente, eu gostaria de parabenizar o Senador Wilder Morais pelo brilhante trabalho nesses meses, viajando pelo Brasil inteiro. O nosso País possui muito turismo, que hoje está crescendo bastante com o nosso Ministro Celso Sabino e com o apoio dos Parlamentares do Brasil todo.

Eu só gostaria que o nobre Relator acatasse uma emenda da Senadora Professora Dorinha Seabra, a de nº 71280010, em que a bancada colocou 300 milhões. Eu sei da dificuldade, foram atendidos 215 milhões, mas, se possível, sugiro ao Relator aumentá-la, pelo menos, em 10 milhões. O nosso pedido é um pedido da Senadora Dorinha, a nossa professora.

Meus parabéns ao belíssimo trabalho do nobre Senador da República, um dos melhores Senadores que Goiás já teve.

O SR. GILVAN MAXIMO (Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Eu também quero aproveitar, Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado.

Para discutir, tem a palavra o Deputado Gilvan Maximo.

O SR. GILVAN MAXIMO (Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Presidente, eu quero aproveitar para parabenizar o nosso Senador Wilder Morais pelo relatório, que é um grande Parlamentar, um grande Senador de Goiás.

O turismo é emprego na veia, e nós precisamos de mais e mais dinheiro para o turismo. E quero aproveitar para parabenizar o Ministro Celso Sabino pelo belíssimo trabalho que tem feito à frente do Ministério do Turismo.

Nós estamos lutando aqui, Senador Wilder e Deputado Gaguim, pelo turismo cívico. Nós precisamos trazer as pessoas para conhecer Brasília, a Capital da República. Nós pegamos um táxi em São Paulo e no Rio de Janeiro, e um senhor de 70 anos não conhece a Capital da República. Nós precisamos trazer os nossos estudantes e a população brasileira para conhecerem a Capital da República, incentivando o turismo cívico e lotando os nossos hotéis nos finais de semana, que ficam vazios aqui na Capital, e os aviões que ficam parados nos pátios.

Portanto, Senador Wilder, parabéns pelo relatório!

Turismo, sim, é emprego na veia!

Parabéns! (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Tem a palavra o Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (PL - GO) - Presidente, eu queria dizer ao nobre Deputado Carlos Henrique Gaguim que, dentro do saldo dos R\$ 215 milhões, nós vamos tentar contemplar todas as emendas. Mas nós temos como suplementar isso ainda, jogando aí... Eu fiz um trabalho, como Relator-Geral, para que seja possível transferir recurso para essa área do turismo.

Para os senhores terem ideia, com todo o trabalho feito pelos nobres Parlamentares do Brasil inteiro, o volume foi de R\$ 7,7 bilhões. Imaginem o quanto de investimento nós temos para alocar ao Brasil inteiro de projetos interessantes debatidos com a nossa relatoria!

Então, eu deixo aqui registrado, Deputado Gaguim, que nós vamos fazer um trabalho junto ao Presidente e ao Relator-Geral para alocarmos mais recursos para a Pasta, porque, dentro dos R\$ 215 milhões, nós vamos tentar contemplar as emendas proporcionalmente a cada um dos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Bacelar. PL - BA) - Encerrada a discussão.

Em votação o relatório, ressalvados os destaques.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos aos destaques. (*Pausa.*)

Deputado Gaguim, V.Exa. quer se pronunciar a respeito do destaque da Senadora Dorinha?

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Só para ficar registrado o pedido da Senadora e também a fala do Senador, vamos conversar com o Relator-Geral, para que possa elevar esse recurso para a quantia aqui mencionada. Era só isso.

Vamos votar o relatório geral dele, sem ressalvas. Eu sou favorável ao relatório dele.

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Bacelar. PL - BA) - Há um destaque da bancada de Sergipe, cujo autor é o Senador Alessandro Vieira, também na mesma linha do de V.Exa.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - É também nessa mesma linha: bancada.

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Bacelar. PL - BA) - Vamos botar em votação.

Senador Wilder, V.Exa. pode se pronunciar mais uma vez?

O SR. WILDER MORAIS (PL - GO) - Presidente, nós acatamos todas as emendas. Nós não temos recurso dentro da Pasta do Turismo. Nós estamos trabalhando para que as emendas sejam acatadas. Nós vamos trabalhar.

O saldo que temos são 215 milhões de reais. Isso não daria para contemplar todos. Nós acatamos as emendas. Vamos trabalhar com o Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Bacelar. PL - BA) - Então, o destaque é pela rejeição.

Aqueles que acompanham o Relator permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Na Câmara dos Deputados, foi rejeitado.

Não vai ao Senado, porque foi rejeitado pela Câmara.

Relatório Setorial. Área Temática: Esporte.

Tem a palavra o Deputado Marx Beltrão.

O SR. MARX BELTRÃO (Bloco/PP - AL) - "Por designação da Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO, temos a honrosa missão de analisar e relatar a proposta orçamentária da Área Temática 10, correspondente ao órgão '51000 - Ministério do Esporte'.

Análise da proposta

O PLOA 2024 destinou R\$ 607,8 milhões de reais ao Ministério do Esporte".

No nosso entendimento, foi um valor muito pequeno para uma Pasta tão importante quanto o Ministério do Esporte.

Nós conseguimos atender, no nosso relatório, todas as emendas de bancada, que foram seis. Conseguimos atender também todas as emendas de Comissão, tanto do Senado quanto da Câmara, que foram quatro de cada Casa. Atendemos de forma proporcional, atendendo também todas as emendas apresentadas, que foram 328 emendas à programação da Área Temática X, do Esporte, sendo 310 emendas individuais e 18 coletivas.

Com esses atendimentos, conseguimos, em comum acordo com o Relator-Geral, fazer com que o orçamento do Ministério do Esporte saísse de cerca de 600 milhões de reais para cerca de 1 bilhão e 400 milhões de reais, mais do que dobrando o orçamento. Fizemos isso para que o Ministro Fufuca possa continuar esse grande trabalho em prol do esporte nacional, valorizando, nas emendas atendidas, tanto a questão da infraestrutura, com a construção de quadras esportivas, areninhas e todos os equipamentos de esporte pelo Brasil inteiro, assim como dando uma grande ênfase aos programas e projetos de esporte amador de cunho social.

"Para o acolhimento das emendas individuais que foram apresentadas nesta Área Temática X foram utilizados os recursos destinados a essa finalidade (R\$ 500,6 milhões), conforme o disposto no item 17.I do Parecer Preliminar, Parte Especial.

Cabe destacar que optamos por preservar as programações e não efetuar cortes, utilizando, para atender as demandas coletivas, somente os recursos disponibilizados pelo Relator-Geral (R\$ 307,0 milhões), conforme itens 17.II e 18.I do mencionado Parecer Preliminar.

Voto do Relator

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 29, de 2023-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo, relativamente ao órgão orçamentário integrante da Área Temática X - Esporte, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e das aprovadas parcialmente".

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O relatório está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir o Relatório, coloco-o em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Obrigada, Deputado.

A reunião está suspensa.

Convoco a sua continuação para... (Pausa.)

Pois não, Deputada.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Muito obrigada, Presidente.

Na verdade, eu queria que V.Exa. explicasse se nós vamos votar a LDO hoje à tarde.

E, se eu precisar de algum esclarecimento, eu peço a V.Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Eu estava iniciando o esclarecimento.

Suspendo esta reunião e convoco a sua continuação para as 14 horas de hoje. Em deliberação, estaremos votando a LDO e outras setoriais.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, eu tenho uma dúvida.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Eu queria aproveitar para fazer um convite.

Hoje à tarde, de forma rápida, nós vamos fazer o lançamento do Programa Antes que Aconteça, que é um programa específico para cuidar das mulheres vítimas de violência ou daquelas que possam vir a ser vítimas de violência, para que antes que a violência aconteça nós possamos fazer algo. E orçamento é fundamental para isso.

Inclusive, eu conto com a sua honrosa presença, para estar aqui defendendo essas mulheres junto com todos esses homens.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Sra. Presidente...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente...

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Sra. Presidente, eu quero fazer uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Deputado, antes deixe a Deputada concluir.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada.

Na verdade, eu quero só fazer uma pergunta.

Parece que o nosso Relator, o Deputado Danilo Forte, fez algumas modificações. Eu vi isso na imprensa. Eu queria saber quando vai estar no sistema a errata e tudo mais, até para nós podermos apresentar destaque em tempo hábil.

Nós temos essa informação, já que vamos votar a LDO hoje às 14 horas?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O Relator esteve conosco agora pela manhã na sala de Líderes e confirmou a entrega do relatório. A colocação no sistema será daqui a pouco, até o horário do almoço.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Está ótimo. Eu queria essa informação, para podermos fazer destaque em tempo hábil.

Obrigada.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Eu quero fazer só um breve relato, Presidente.

Primeiro, eu quero parabenizá-la por esta audiência pertinente a esse tema do zelo, da preservação da vida da mulher brasileira, tendo em vista esses altos índices de feminicídio que estão acontecendo em todo o Brasil, potencializados após COVID, infelizmente.

Somos autores, aqui na Câmara dos Deputados, de alguns PLs sobre o tema. Na semana passada, inclusive, protocolamos um PL que determina, mesmo com a solicitação de uma mulher agredida, a vedação de um juiz de direito de tirar a medida protetiva com relação a seu agressor.

Parabéns! A segurança orçamentária para que as instituições possam preservar a mulher e penalizar o agressor se faz necessária aqui nesta Casa. Então, eu quero parabenizar V.Exa. e todos os envolvidos no tema.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Vicentinho Júnior.

Quero agradecer a todos.

A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Boa tarde a todos e a todas.

Quero cumprimentar todos os Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, todos que nos acompanham aqui, assessores, consultores, todos que estão presentes na Comissão Mista de Orçamento e também os que nos acompanham pela TV.

Antes de darmos início à nossa pauta acertada após a reunião do Colégio de Líderes, vou pedir silêncio. Vou pedir a compreensão para que possamos dar início a este momento extremamente especial, não só especial, mas também inédito na Comissão Mista de Orçamento. Eu gostaria de pedir que V.Exas. possam prestar atenção em um vídeo que nós vamos apresentar.

Como Presidente da Comissão Mista de Orçamento, tenho muita honra, por força da confiança do meu partido, do meu Líder, dos nossos colegas aqui nesta Casa, de todo o encaminhamento nessas 2 semanas — que mais parecem 6 meses em 2 semanas —, o que demonstra a qualidade, o comprometimento e o compromisso do trabalho dos Senadores, das Senadoras, da Presidente, dos Líderes, dos Relatores Setoriais, Presidentes de Comissões, Coordenadores de Comissões.

Quero, inclusive, parabenizar o trabalho dos nossos Relatores, do Relator do PPA, o Deputado Bohn Gass, do Relator da LDO, o Deputado Danilo Forte, do Relator da LOA, o Deputado Luiz Carlos Motta, sem os quais não seria possível que este momento pudesse acontecer, com toda a Comissão.

No dia de hoje, nós estamos lançando uma ação cujo nome já diz tudo. Nós estamos falando aqui de feminicídio. Nós estamos falando de violência doméstica contra a mulher. O próprio nome "Antes que aconteça" diz tudo sobre o pacote de ações que vamos realizar, pela primeira vez, tendo dinheiro diretamente para cuidar das nossas mulheres antes que aconteça a violência. (*Palmas.*)

Para que nós estivéssemos aqui hoje, eu quero primeiro agradecer a Deus por ter me colocado aqui neste lugar, por ter me dado a oportunidade de estar aqui neste lugar, para poder, como primeira Senadora do meu Estado, Estado da Paraíba, defender as nossas mulheres e poder fazer esse trabalho. Sei que qualquer uma das outras mulheres aqui, no meu lugar, fariam esse trabalho, mas me foi dada essa oportunidade. Então, eu quero, em primeiro lugar, agradecer a Deus.

Quero agradecer às minhas parceiras idealizadoras. Quero agradecer à Deputada Soraya Santos, que é Procuradora da Mulher na Câmara Federal. Quero agradecer à ex-Ministra do TSE, minha querida amiga Luciana Lóssio.

Quero agradecer à nossa querida Renata Gil, indicada para o Conselho Nacional de Justiça, que também esteve conosco.

Quero agradecer a quem V.Exas. vão conhecer um pouco mais, essa menina aqui, que é minha nora e é filha de feminicídio. (*A oradora se emociona.*) (*Palmas.*)

A história de Camila, a vivência de quem passou por coisas como essa dizem muito sobre o que podemos fazer quando chegamos a um lugar como este. Nós representamos o nosso povo, nós representamos todos aqueles que nos confiaram o voto e até os que não nos confiaram o voto, mas que nós representamos.

Providencialmente ou por coincidência hoje é o Dia Nacional do Forró, gente. Eu sou paraibana. E hoje comemoramos os 110 anos de nascimento do nosso querido Luiz Gonzaga.

Eu vou pedir que exibam um vídeo agora. Vai ser super-rápido, prometo que vai ser rápido. Acho que a fala mais demorada foi a minha. Vamos exibir um vídeo, de forma rápida, por 2 minutos, para que conheçam o projeto e para que possamos ter um apoio ainda maior de todos.

Quero agradecer ao Relator da LOA, de forma muito especial, o Deputado Luiz Carlos Motta, e também ao Relator da LDO, o querido Deputado Danilo Forte.

Deputado Bohn Gass, quero agradecer a V.Exa. e ao Governo, porque estive já com o Ministro da Justiça. Essa é uma ação em que nós vamos trabalhar juntos, e com os recursos os Estados e Municípios vão poder trabalhar, em defesa da mulher. Vamos exibir o vídeo.

(Exibição de vídeo.) (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Eu gostaria de passar a palavra para a próxima oradora. Antes, porém, quero dizer que o recurso de emenda que foi colocado por mim foi indicado para que se iniciasse o processo, mas o Relator do Orçamento já garantiu recursos no valor de 300 milhões de reais para... *(Palmas.)* ...a defesa das mulheres, de todas as mulheres brasileiras.

Passo a palavra para a Deputada Soraya Santos.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ) - Senadora Daniella Ribeiro, eu queria muito dizer o quanto estou orgulhosa por tê-la à frente da Comissão de Orçamento.

Quando as pessoas falam de *fake news*, eu logo me lembro de *fake news* no apoio à violência contra a mulher. Nós queremos a defesa real, e não há política pública se não houver dinheiro, se não houver envolvimento. Esse programa é incrível porque está tratando de dar luz a uma coisa, Deputado Carlos Henrique Gaguim. Nós sabemos que não adianta medida protetiva porque nenhum Estado, nenhum Município tem braço para cuidar dessa mulher. Então, esse programa trata de dispositivo eletrônico, com tecnologia brasileira, que pode monitorar e dar a ela a chance de sair de perto dessa... Ele trata de capacitação, ele tratar da Sala Lilás. Isso é de uma importância, porque a Delegacia da Mulher, Senadora Daniella, surgiu no Brasil, mas não quer dizer que a delegacia comum não tenha que atender a mulher. Hoje o que acontece no País é que, além de não haver Delegacia da Mulher em todos os Municípios, muitas vezes a mulher chega a uma delegacia, e mandam ela andar 30 quilômetros. É obrigação atendê-la. E a Sala Lilás vai ser instalada dentro de todas as delegacias do País, com protocolo vinculado à Delegacia da Mulher.

V.Exa. compartilhou, generosamente, a história da Camila, Senadora Daniella, e fez com que todas nós nos contagiássemos. A Camila perdeu a sua mãe aos 10 anos de idade, o que não é fácil. Isso deixou uma marca na sua vida, mas, com a sua sensibilidade de mulher, ela está indo além.

Eu brincava com a Senadora Simone Tebet, quando ela assumiu o Ministério do Planejamento, sobre o orçamento da defesa da mulher, dizendo o seguinte: aqui no País nós temos mais de 320 bilhões, então deveríamos estar com muito dinheiro, mas, quando tiramos o BPC, que não é assunto de mulher, é assunto de família, embora sejam 70% as mulheres, por exemplo, que têm filho deficiente e ficam sozinhas cuidando das crianças, quando tiramos o Bolsa Família, que não é assunto da mulher, é assunto da família, é a sobrevivência da família, e olhamos para o orçamento, vemos que temos menos do que 0,1% de investimento, pelos gráficos apontados tão bem no filme. *(Palmas.)*

Então, eu quero parabenizá-la, Senadora Daniella, porque conseguiu juntar todos os Poderes, porque conseguiu juntar a Luciana e a Renata Gil, porque conseguiu trazer a Camila, com a sua própria vivência, para compartilhar isso conosco. Não há quem ouça uma história como essa e não se coloque no lugar de dor. Parabenizo V.Exa. pela capacidade que teve de compartilhar isso, de mostrar uma coisa que é própria da mulher, Senadora Daniella, a capacidade de transformar dor em luta. E não há luta se não houver dinheiro. A luta na defesa das mulheres no Brasil, que ainda é, infelizmente, o quinto país dentre aqueles em que mais se bate em mulher, onde os dados são alarmantes... Quando nós votamos o feminicídio como agravante penal, em menos de 2 anos vimos que teria de virar um tipo penal, dado o volume de mulheres que eram mortas. Então, "antes que aconteça", é preciso fortalecer todo esse percurso, porque feminicídio, gente, é o único crime evitável se o sistema funcionar. Nome melhor que esse não poderia ter sido escolhido para o programa.

Então, eu quero dizer do meu orgulho de ver uma mulher à frente da CMO, uma mulher que agrega os dois olhares, o do homem e o da mulher, mas com essa dor que a mulher traz nas suas lutas, Gabriela Rollemburg, e a sua capacidade também de transformar essa dor, essa vivência num olhar muito firme. O Brasil ainda precisa dar um recado. Quem tem que ter vergonha não é quem apanha. Quem tem que ter vergonha é quem bate. *(Palmas.)*

Não adianta falar de defesa da família se não olhar para a violência doméstica.

Parabéns! Que orgulho! Esta Comissão está trazendo muitos programas inovadores.

Vou além: eu sei que há uma surpresa para nós e já vou deixar registrada. É a primeira vez que vejo isso acontecer nesta Comissão: vamos ouvir uma bela apresentação aqui, e vão ser tocadas músicas de transformação, não de protesto. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Passo a palavra à querida amiga advogada e ex-Ministra do TSE. (Pausa.)

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ) - Desculpe-me por interrompê-la, Senadora.

Eu queria muito agradecer a V.Exas., Deputado Danilo Forte e Deputado Luiz Carlos Motta, especialmente, porque nós perturbamos muito V.Exas. Em momento algum o Deputado Danilo Forte deu um passo atrás. Eu queria deixar isso registrado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Tem a palavra a também idealizadora e parceira deste projeto, a ex-Ministra do TSE e advogada Luciana Lóssio.

A SRA. LUCIANA LÓSSIO - Obrigada, Senadora.

Queridas amigas, que eu tenho a honra de ombrear nesta Mesa, quero dizer às Sras. Deputadas e Senadoras e aos Srs. Deputados e Senadores aqui presentes que hoje vivemos um dia histórico no Parlamento brasileiro. Uma iniciativa como esta só demonstra a necessidade de termos mulheres à frente de cargos de poder, de termos mulheres representantes da população brasileira nas Casas Legislativas, porque foi de uma mulher, a Senadora Daniella Ribeiro, a primeira Senadora do Estado da Paraíba, a primeira Senadora Presidente da Comissão Mista de Orçamento, que surgiu essa ideia, esse sonho que irá revolucionar o combate à violência doméstica no Brasil.

Os dados são alarmantes, realmente são estarrecedores. É preciso que a Casa do Povo aja por meio de seus Deputados e Senadores, de suas Deputadas e Senadoras, já que a população feminina do Brasil representa mais da metade do eleitorado brasileiro e está esperando iniciativas como esta, está demandando iniciativas como esta para ter uma vida melhor, para que possamos todos nós ter um Brasil melhor.

Felizmente, eu tive a honra de fazer parte deste projeto, conversando, pensando, estudando, idealizando esse sonho com a Senadora Daniella Ribeiro, com a Deputada Soraya Santos, com a nossa conselheira Renata Gil e todas as outras mulheres que estão aqui idealizando esse lindo projeto que irá transformar o combate à violência doméstica no Brasil.

Muito obrigada.

Parabéns, Senadora, pela iniciativa!

Parabéns, Deputada! (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Ministra Luciana Lóssio.

Eu quero passar a palavra à nossa querida Deputada Lêda Borges, que aqui traz o apoio da Câmara dos Deputados.

A SRA. LÊDA BORGES (Bloco/PSDB - GO) - Senadora, é um prazer estar com V.Exa., ombreando com V.Exa. e com a Deputada Soraya Santos, com Renata Gil, com Luciana, com Camila, neste momento fático do que nós vivemos no Brasil.

Sabemos que sem recursos esse combate é quase impossível. Por isso a importância da sensibilidade dos Relatores Danilo Forte e Luiz Carlos Motta. Registro a nossa gratidão, como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, por também abraçarem todas as nossas emendas. Tenho discutido com a Senadora Daniella Ribeiro e com a Deputada Soraya Santos a possibilidade de as nossas emendas, as da Comissão, também comporem este grande programa nacional.

Estou muito feliz de fazer parte deste momento. É um momento histórico para o País. Não adianta este País se preocupar apenas com obras estruturantes, se a estrutura maior é a família, se a estrutura maior é a mulher, diante desse papel do País.

Parabéns, Senadora!

Parabéns, Deputada Soraya!

Parabéns, Ministra!

À Renata Gil o nosso abraço e à Camila, que é o exemplo do que passamos neste País, o país que mais mata mulheres. Isso é muito, muito grave.

Agora, com 300 milhões, eu creio que esse programa será o maior programa brasileiro para a consolidação dos direitos da mulher e da paz. Não queremos morrer, queremos viver. Não é isso, Deputada Dani? Queremos viver! Nossa direito maior é a vida. Então, antes que aconteça, vamos procurar ter a rede de proteção.

Parabéns, Senadora! (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, querida.

Eu queria passar a palavra, para falar de forma muito rápida, à nossa querida Dra. Nadja Oliveira. Ela é Diretora do Parque Tecnológico da Paraíba.

Quando nós falamos em tecnologia e imaginamos tornozeleiras eletrônicas, imaginamos que isso dá jeito, mas tornozeleira eletrônica basta arrancar e colocar em outra perna, e o agressor fica livre.

Ela vai dar um exemplo, de forma muito rápida, do que a tecnologia pode fazer hoje, para investirmos no que a tecnologia pode nos oferecer para proteger as mulheres.

A SRA. NADJA MARIA DA SILVA OLIVEIRA - Eu tenho uma apresentação e vou pedir para exibi-la.

A Paraíba é uma referência no desenvolvimento de tecnologia, está em primeiro lugar no *ranking* de patentes do País.

Desenvolvemos, dentro do Parque Tecnológico da Paraíba, num projeto chamado Inova Justiça, alguns dispositivos tecnológicos utilizando *smartwatch*, no qual nós temos a identificação por batimento cardíaco de quem está utilizando, para ser utilizado também contra a violência à mulher. O agressor usa a pulseira eletrônica, e a pessoa que sofreu e está precisando da medida protetiva é monitorada em tempo real. A frequência cardíaca também é uma digital que nós temos no nosso corpo. Então, nós já desenvolvemos isso, já temos a patente e vamos propor, dentro do projeto, não só para a violência contra a mulher, mas também para o monitoramento de todo o sistema prisional do Brasil. É a tecnologia a nosso favor.

Também desenvolvemos uma análise de mapa termográfico. Conseguimos pegar os bancos de dados que temos da Justiça e de todo o *Gov.Br* e identificar e predizer para aonde estão migrando e onde vamos ter os índices de violência, por meio da análise termográfica de todas as regiões do nosso País.

No mundo que resolveu a violência e que a previne e a combate com eficiência, a tecnologia é uma parceira do processo. Então, nós precisamos sair, no que diz respeito ao combate, à prevenção e à predição da violência contra a mulher, do universo analógico e ir para a celeridade e a precisão do mundo tecnológico. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Quero convidar para compor a Mesa a nossa querida Renata Gil — ela será indicada daqui a pouquinho; estamos votando a sua indicação —, uma das idealizadoras do Programa Antes que Aconteça.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Os homens têm direito à palavra, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Eu já vou passar a palavra para V.Exa., meu querido. V.Exa. já chega falando! (*Risos.*)

A SRA. RENATA GIL ALCÂNTARA VIDEIRA - Desculpem-me o atraso. Eu estava trabalhando a minha votação lá no Plenário do Senado. Tomara que aconteça hoje! "Antes que aconteça." (*Risos.*)

É uma alegria muito grande estar aqui.

Eu quero cumprimentar todas as integrantes desta Mesa, os meus amigos Deputados, o Deputado Danilo Forte, que cuida do nosso orçamento e que tem sido um grande homem defensor das mulheres, abrindo essa oportunidade única, o Deputado Carlos Henrique Gaguim, enfim, quero cumprimentar todos, na pessoa da Senadora Daniella Ribeiro e da minha amiga Deputada Soraya Santos, que hoje é Procuradora da Mulher na Câmara dos Deputados e que foi uma das Líderes da bancada feminina nesta Casa.

Eu tenho muito orgulho, Senadora Daniella, minha amiga Luciana, Deputada Lêda, Senadora Dorinha, minha Relatora, eu tenho muito orgulho deste dia. Eu acho que este dia é paradigmático para a história das mulheres, para a história da humanidade, para a história do Brasil, pela proteção dos direitos humanos. Finalmente o Brasil vai se dedicar, de forma impositiva — isto é preciso dizer —, de forma impositiva, ao cuidado da violência contra a mulher. Isso tudo propulsiona a igualdade de gênero. Não há como falarmos em igualdade de gênero em cargos de liderança, para mulheres que conduzem instituições, se antes nós não estivermos protegendo essas mulheres. Nós sabemos que o Estado brasileiro não tem condições, pelo seu tamanho, pelas suas dimensões continentais, pela sua diversidade, de controlar sozinho esse problema, que é, na verdade, uma chaga da humanidade, a violência contra a mulher. É preciso haver uma união da sociedade. Eu acredito muito na sociedade unida com as instituições brasileiras, mas acho que o Parlamento dá um passo muito importante com a destinação das verbas carimbadas para esse combate.

Nós já sabemos do que precisamos, nós temos diagnósticos. Nós ainda não temos as manchas de violência. Nós acreditamos que, com essa destinação, vamos fazer um orçamento condicionado inclusive às estatísticas oficiais. Ontem nós estivemos com um grupo do Ministério da Justiça trabalhando essa perspectiva, a de criar uma estatística nacional, porque — pasmem! — no Brasil nós contamos apenas com dados do ISP — Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que não é uma instituição pública, é uma entidade não governamental, de muita credibilidade é verdade, mas nós não temos dados centralizados da violência. Então, como combater um problema que é de segurança pública? A maior causa de acionamento do 190 — não sei se os senhores sabem disto —, da Polícia

Militar ostensiva, em cidades como Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, não é o roubo, não é o furto, não é o tráfico, nem o homicídio simples, é a violência contra a mulher. Então, nós temos um problema de segurança pública e precisamos de uma estratégia nacional, com metas.

Eu acredito muito, Senadora Daniella e Deputado Danilo, que, com esta ação de V.Exas., vamos ter condições de finalmente destinar os recursos de forma certa ao endereço certo, e a sociedade vai poder cobrar o uso desses recursos.

Eu quero agradecer a confiança no trabalho dessas mulheres, que já vêm desbravando esse caminho há muito tempo. Nós somos as idealizadoras deste projeto, com a Senadora Daniella — na verdade, a idealizadora é ela; nós estamos acompanhando esse segundo momento, o de colocar o bloco na rua, como dizemos no Rio de Janeiro —, e vamos fiscalizar, com os senhores, com a sociedade, o uso desses recursos.

Parabéns para o Brasil, que dá esse passo importante rumo à proteção, inscrita lá na Constituição da República, das mulheres! Afinal, todos somos iguais perante a lei.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Agora eu vou passar a palavra para a nossa querida Camila Mariz Ribeiro, a minha nora, que fez questão de estar aqui hoje. Ela está amamentando o segundo filho, o meu neto José. O primeiro filho tem 3 anos de idade, e o segundo tem 3 meses — 3 e 3. A Camila fez questão de ajudar no projeto. Mais do que tudo, a própria vida de Camila dá corpo ao projeto, para que seja cada vez mais abraçado por toda a sociedade brasileira. Ela representa tantas e tantas mulheres...

Camila, a palavra está com você.

A SRA. CAMILA MARIZ - Boa tarde.

A Senadora Daniella já me apresentou: meu nome é Camila. Sou nora dela, o que é uma honra e um privilégio. Sou casada com o Lucas, o filho mais velho da Senadora, que é atualmente o Vice-Governador do nosso Estado — nós somos da Paraíba.

Eu estou aqui, hoje, não para falar daquilo que já passou. O que ficou no passado passou. O que, na verdade, acompanha uma pessoa que é vítima ou uma pessoa que tem uma vítima dentro de casa são as marcas. E, como disseram, de forma tão brilhante, a Dra. Renata, a Dra. Luciana, a Deputada Soraya e a Senadora Daniella, esse é um tipo de crime em que o que marca é aquilo que vai ficar na vida da sociedade, o que está sendo construído na cabeça.

A Senadora Daniella falou que eu tenho dois filhos. Eu falo como alguém que já passou por tudo isso, e graças a Deus, hoje posso dizer que a minha história foi refeita, foi reconstruída, sem dúvida com muitas lágrimas, muito sofrimento. (*A oradora se emociona.*) (*Palmas.*)

Mas esse é um assunto de que eu não falo. Eu tenho aqui alguns amigos, pessoas que trabalham conosco no nosso Estado e que me conhecem há mais de 20 anos. Eles sabem que eu não falo nesse assunto porque acredito que devemos falar daquilo que pode ser resolvido, do que pode ser feito. No meu caso, não há mais o que ser feito, não há mais o que pode ser resolvido. Porém o programa Antes que Aconteça é para que isso não aconteça, senhoras e senhores, principalmente os senhores, nas suas casas.

Eu acredito que qualquer pessoa que ligue uma televisão ou leia um noticiário na Internet vai ver que esse é um problema cujos números crescem a cada dia. No pós-pandemia, os números de violência doméstica contra a mulher são alarmantes. Esse talvez seja um dos crimes que, embora possam ser prevenidos, são mais difíceis de prevenir porque o agressor, o agente do crime é alguém que está dentro da sua casa, é alguém da sua confiança. Então, é um crime que causa, sim, em muitos lares, medo e vergonha.

A minha participação com relação ao projeto, nas reuniões que fizemos e por estar aqui expondo um pouco do que aconteceu comigo, é no sentido de ajudar. Como eu já disse, quem me conhece sabe que não sou de falar nesse assunto, que não falo dele porque é algo que realmente passou. Mas, se isso por que passei puder ser utilizado, de alguma forma, para amparar outras pessoas que estão passando por esse ciclo de violência em seus lares, eu me disponho a me colocar como alguém que apoia esse projeto. E isso se dá não porque escolhi ter esse tipo de experiência, pois, na minha casa, ninguém escolheu isso, na minha família, ninguém escolheu isso, e todos arcaram com a consequência.

Minha participação aqui hoje é para, mais uma vez, dizer que isso não precisa acontecer com outras pessoas, diferentemente do que aconteceu com minha mãe há 24 anos — eu só tinha 10 anos —, quando não existia um sistema que a amparasse, quando o poder público não estava envolvido e quando a máxima era "*Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher*". Então, espero que isso não aconteça mais, que isso se rompa e que termine em cada um de nós. Todo mundo que

está aqui tem acesso a uma coisa que é principal: educação e conhecimento. Isso é o que pode nos libertar, é o que pode libertar nossos filhos e filhas, nossa sociedade, nossas mulheres.

Porém essa não é uma pauta só da mulher, essa é uma pauta da família, essa é uma pauta social, essa é uma pauta de todos nós, acredito eu. Então, o que pode nos libertar é esse tipo de iniciativa. Nós funcionamos com acolhimento e com confiança. Se a mulher não tem confiança de que vai ser amparada, se a denúncia ou o rompimento do ciclo vai colocá-la de forma exposta, para que agressor possa chegar até ela e realmente consumar o crime, ela não vai denunciar. Com isso, os números continuarão crescendo, e toda a nossa sociedade, todos nós sofreremos, porque esse é o tipo de crime em que se repete o padrão, como filho e filha, ou se rompe com o que aconteceu.

Graças a Deus, hoje estou aqui tendo a oportunidade de me colocar à disposição e ajudar naquilo que, de alguma forma, a minha história puder contribuir e puder fazer a diferença na sociedade. Essa é a razão de eu estar aqui hoje, falando de um assunto que, com certeza, é extremamente desconfortável. Esta é uma palavra que escutamos muito: "desconforto". Sem dúvida, esse é um assunto que traz muito desconforto, mas, se esse desconforto servir como uma voz amiga, uma palavra de empatia para quem está passando esse tipo de momento, esse tipo de sofrimento, é para isso que estou aqui me colocando à disposição.

Também me coloco à disposição para honrar todos aqueles que estiveram comigo durante todos esses anos, durante tudo que eu passei, que foi a minha família. (A oradora se emociona.) (Palmas.)

Mais uma vez, eu agradeço. E agradeço demais à Senadora, que é uma das pessoas da minha história. Eu a conheço muito antes de ser Senadora, quando ela não era nem política. Namoro o filho dela desde a escola, desde que tínhamos 16 anos de idade. Então, a Senadora Daniella me conhece há pelo menos 20 anos e é uma das pessoas que mais me apoiou. Ela olhou para mim e disse: *"Mas em tudo que você passou, em cada momento, em cada novo desafio que vem na vida da gente, achamos que não vamos dar conta"*. Ela também sempre dizia: *"Você já passou por isso! Você é forte! Você consegue!"* E é por isso que ela está aqui hoje. Ela não nasceu Presidente da Comissão Mista de Orçamento nem nasceu Senadora. Foi preciso muita luta, muita batalha.

Acredito que, sim, esse diferencial as mulheres têm: tudo que nós conseguimos é com uma luta um pouco maior, uma batalha um pouco maior. Assim foi para eu estar aqui hoje, A Senadora Daniella até me disse: *"Vamos lançar o programa no Estado. Espere! Você está amamentando, tem um bebê de 90 dias"*. E eu disse: *"Não, eu faço questão"*. Então, eu estou aqui para contribuir, eu estou aqui para somar, para que aquilo que aconteceu na minha casa, para que aquilo que aconteceu na vida de Sílvia não precise acontecer na vida de muitas mulheres em nossa sociedade, de nenhuma mulher mais, como tem acontecido. Esse é o nosso foco, esse é o nosso objetivo.

Estou vendo aqui que, majoritariamente, a bancada é de homens. Conto com a sensibilidade de vocês. Acredito que vocês tenham amigas, tenham irmãs, tenham filhas. Isso está em todas as camadas da sociedade, então, eu peço o apoio para que esse programa chegue à ponta, chegue para quem mais precisa, para que a vida dessas mulheres que estão como a minha mãe esteve um dia, na iminência de acontecer algo, possa ser poupadada.

Eu acredito que esse é o nosso dever como sociedade e peço essa oportunidade a vocês, como autoridades constituídas que estão aqui.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Enquanto concluímos os abraços, antes de passar a palavra, eu vou liberar para tocar uma única música, que é um recado a ser dado pelos nossos paraibanos.

Quero só registrar aqui a presença da Secretária de Turismo e Desenvolvimento Econômico do Estado da Paraíba, a Rosália Lucas, e também do Presidente da Empresa Paraibana de Turismo S/A — PBTUR e de toda a equipe, representada pelo Miguel.

Desculpem-me, estou muito emocionada.

A Gitana Pimentel é uma artista paraibana de Campina Grande, a minha terra. Como eu disse, hoje é o Dia Nacional do Forró. Também está a aqui o nosso querido Lima Filho, o Virgolima. Fiz questão de que eles estivessem aqui, porque nós queríamos que esta tarde fosse marcada por este momento, para que ficasse nas nossas memórias.

Gitana, você vai dar um recado. Essa música, na realidade, não é de protesto, é apenas um recado, é uma música feita por Vanessa da Mata. Fique à vontade. Você é maravilhosa.

Depois, eu já passo a palavra ao meu querido Deputado João Leão e, após, ao Deputado Danilo Forte.

A SRA. GITANA PIMENTEL - Boa tarde a todos.

Eu me chamo Gitana Pimentel. Sou cantora, como a nossa Senadora Daniella falou, e estou aqui a convite dela. Vim de Campina Grande, que é a terra do maior São João do mundo.

Hoje nós celebramos o aniversário de Luiz Gonzaga e o Dia Nacional do Forró, mas estamos aqui especialmente por causa deste momento histórico que estamos vivendo em prol das mulheres, da segurança para as mulheres. Quisemos trazer, junto da mensagem da música que foi escolhida, um pouquinho da nossa cultura também. E é claro que nós quisemos que uma mulher também me acompanhasse, por isso, convidamos a Paula Vidal, daqui de Brasília, que é uma grande sanfoneira.

Tenho certeza de que a música que vamos cantar todos vocês conhecem. Mas acho que a grande maioria nunca se atentou para o sentido real da letra. Então, eu queria que vocês prestassem atenção na mensagem da música, que é muito popular, mas tem um sentido que, às vezes, passa despercebido.

(É entoada a música Boa sorte.)

O SR. LIMA FILHO - A nossa luta será diária, para que a Nação não esqueça. Saiam daqui com esse projeto fixo em suas cabeças. Cuidem de nossas mulheres antes que aconteça. *(Palmas.)*

(É entoada a música Boa sorte.) (Palmas.)

A SRA. GITANA PIMENTEL - Então, é só isso. Se algo acabou, acabou, tem que respeitar, porque, como todo mundo sabe, não é não. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada a esse trio maravilhoso.

Agradeço a todas essas grandes mulheres e todos os homens que nos acompanharam e chegaram até aqui, bem como a todos que fazem parte desse projeto. Espero que vocês possam se sentir parte disso.

Passo a palavra ao querido Deputado João Leão.

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Senadora, V.Exa. hoje faz um gol de placa. V.Exa., que é uma mulher muito bonita, honra a Paraíba aqui ao trazer esse tema para esta Casa, honra a sua família, honra todos os brasileiros. E repito: V.Exa. faz aqui hoje, nesta Comissão, um gol de placa.

Maria Bonita está ali. V.Exa. está protegendo todas as Marias Bonitas do Brasil. Agora esta Comissão precisa proteger também os Virgulinos. *(Risos.)*

Maria Bonita e Luiz Gonzaga estão lá no canto.

Nesta semana, lembrei que foi preso um rapaz, um pedreiro cujo nome — por coincidência, veio-me isto à memória — é Luiz Gonzaga. Ele passou 6 meses no presídio e não tinha culpa nenhuma na história. Nós precisamos que algum Senador da República coloque 300 milhões de reais aqui, para o meu Relator acatar, como acatou a sua emenda, para nós protegermos os Luízes Gonzagas da vida também, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado João Leão.

Passo a palavra para o Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Sra. Presidente, Senadora Daniella, minha querida amiga Deputada Soraya, todas as demais mulheres que compõem esta bela Mesa, que é, sem sombra de dúvida, a mais bonita que esta Comissão de Orçamento já teve na sua história, hoje, para mim, é uma alegria muito grande.

Senadora Daniella, V.Exa. não sabe como eu estou feliz aqui. Nós lutamos para aproximar o Orçamento das pessoas, e isso se concretiza, se materializa neste ato. V.Exa. deixa um legado extraordinário para esta Comissão. O Orçamento é fruto do esforço, da luta de cada cidadã e cada cidadão brasileiro.

Pagamos imposto o dia inteiro, a toda hora. E, muitas vezes, o discurso de que o dinheiro chega ao povo perde-se na burocracia de Brasília, longe das mães, das famílias e das crianças. Mas a sua Presidência nesta Comissão fez com que nós deixássemos aqui dois legados muito importantes para a família brasileira: a proteção às mulheres, no combate ao feminicídio antes que ele aconteça, e também a proteção às crianças com deficiência, com a criação do Núcleo Especial de Atenção à Criança, principalmente para as crianças com transtorno do espectro autista.

Eu acho que esse é um legado extraordinário e fico muito feliz de ter tido a honra de contribuir com ele, pois é algo que marca a história do Parlamento brasileiro. Para nós todos, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, também é muito importante entendermos que estamos fazendo história, estamos mudando inclusive a cara do Parlamento brasileiro.

Muitas vezes, esta Casa é mal compreendida e, por sermos homens e mulheres públicos, é caluniada pela distância que tem do dia a dia das pessoas, muitas vezes ela é caluniada pela deformação que a política consigo traz. Mas é na política que nós transformamos as coisas, é na política que fazemos as coisas acontecerem. E o fato de vermos cada vez mais participação das mulheres na política enche o Brasil de orgulho.

Vivam as mulheres brasileiras! Viva a nossa Senadora Daniella Ribeiro! Viva o Congresso Nacional! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Muito obrigada, Deputado Danilo.

Antes de passar a palavra para o Deputado José Rocha, eu queria também ressaltar a presença da nossa Senadora Margareth Buzetti, que está aqui conosco. Ela é uma Senadora aguerrida, que tem também vários projetos em defesa da mulher e tem todo o nosso apoio, bem como a nossa querida Senadora Dorinha, que vai falar daqui a pouquinho, pois está na lista aqui, logo após o Deputado José Rocha.

Eu estou tão emocionada que me esqueci também de dizer que a Presidente desta CMO é Líder da bancada feminina do Senado. Acho que essas coisas mexeram muito comigo nesta CMO, assim como a presença de todos aqui. Enfim, eu estou muito feliz por este momento.

Tem a palavra o Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Ilustre Presidente Daniella Ribeiro, felizes estamos todos nós por tê-la como Presidente desta Comissão. V.Exa. engrandeceu muito a CMO não só nos trabalhos, mas sobretudo em atos como este de hoje.

Ao final desta sessão legislativa, nós estamos encerrando os trabalhos com chave de ouro, com brilhantismo e, sobretudo, com um projeto que nos faz orgulhosos não só pelas mulheres, mas por todos nós que entendemos essa sequência de dificuldades que as mulheres têm tido com relação à violência.

V.Exa. chegou à Presidência desta Comissão para fazer realmente história, e V.Exa. fez história. V.Exa. merece. A Paraíba merece. O seu querido pai já fez história nesta Casa. Eu tive a honra de ser colega dele e de seu irmão, o Deputado Aguinaldo. Enfim, esta é uma família que realmente merece todo o nosso respeito, merece toda a nossa consideração.

Quero dizer a todas as mulheres que fazem parte desta mesa que nós estamos orgulhosos nesta tarde de hoje, que se aproxima do final de uma sessão legislativa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Muito obrigada, Deputado José Rocha.

Tem a palavra a Senadora Professora Dorinha Seabra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Sra. Presidente, eu quero apenas parabenizá-la por mais este movimento. Acho que a bancada feminina, tanto da Câmara quanto do Senado, tem construído uma posição de fortalecimento, de avanço legislativo, com cuidado e com trabalho.

Eu respeito muito a fala do nosso querido Deputado João Leão, mas os "Virgulinos" já são muito cuidados. (*Palmas.*) O nosso olhar hoje é para a Maria Bonita. Apesar de sermos mais de 52% da população, este é um País que ainda amarga com dados de que seis mulheres são mortas por dia, por esta situação, por esta realidade de mulheres que se submetem à violência pela questão econômica, pela dependência patrimonial, pela violência que seus filhos sofrem.

Aqui nós ouvimos que muitas chegaram ao extremo do feminicídio. Mas muitas mulheres vivem a vida toda colhendo violência doméstica, e elas precisam muito desse cuidado, com o que todos nós temos que lidar.

Eu agradeço muito ao nosso Relator da LDO, Deputado Danilo Forte, pela sua sensibilidade; e ao Deputado Motta, que é o Relator da LOA.

Eu coloco que, nessa tarefa, todos nós aqui desta Comissão temos esse papel, e nele acreditamos. Outros programas e ações já foram aprovados. Mas aqui há uma marca orçamentária, a criação de uma ação. Muitos programas serão organizados.

Eu recebi aqui um bilhete do pessoal da polícia científica colocando do dia a dia e do desafio que nós temos. Eles colocam aqui a questão da medicina legal, do necessário exame, *ad cautelam*, pelo qual o homem tem que passar, o deslocamento, porque ele vai na viatura e tem como chegar, mas muitas mulheres não, porque elas não têm como sair para ir lá acompanhar. Elas têm que pegar o ônibus e se deslocar por 100 quilômetros. Esse é o seu deslocamento.

Eu tenho certeza de que os programas, as ações estabelecidas vão criar uma rede que vai estruturar isso, para que nenhuma mulher possa falar o que eu ouvi no Piauí. Uma mulher, que estava na cadeira de rodas, disse, na CPI da Violência contra a Mulher: *"Eu estou nesta cadeira porque eu acreditei na Lei Maria da Penha. Eu denunciei e o Estado não me protegeu. Ele voltou, e a violência foi maior. E hoje eu estou numa cadeira de rodas".*

É por todas essas vozes, ou melhor, é por todo esse silêncio que nós vivemos ao longo dos anos que nós estamos aqui, homens e mulheres do Congresso, acreditando que a nossa tarefa é dar voz a quem não tem voz, é fortalecer quem nunca foi cuidado.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Agradeço mais uma vez a todos.

Vamos dar início aos trabalhos.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Vamos tirar uma foto das mulheres.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Vamos!

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Boa tarde, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Senadoras e Srs. Senadores. Peço silêncio no plenário para que possamos dar continuidade.

Inclusão na pauta de Relatório Setorial.

Comunico ao Plenário que, tendo em vista acordo firmado no Colégio de Líderes, proponho a inclusão na pauta do Relatório Setorial das Áreas Temáticas XIII — Defesa e II — Saúde.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de votação das proposições, a despeito do previsto no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 dias úteis de sua distribuição.

Em deliberação a inclusão na pauta e a quebra de interstício para a votação dos Relatórios Setoriais.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Relatório Setorial da Área Temática V — Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Pesca.

Relator-Setorial: Deputado Vermelho.

O Relator-Setorial está com a palavra para a apresentação do relatório e da complementação do Voto nº 2, que torna sem efeito a complementação do Voto nº 1.

O prazo de destaque será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do regulamento interno da CMO.

Passo a palavra ao Relator.

O SR. VERMELHO (PL - PR) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu farei a leitura de um resumo do nosso relatório, já considerando a complementação apresentada.

Antes, porém, eu queria fazer um agradecimento à equipe técnica do meu gabinete. Faço um agradecimento especial à Consultoria da Casa, ao Wellington, que está aqui do meu lado, ao Fábio e a tantos outros que contribuíram muito para que pudéssemos fazer esse relatório da melhor maneira possível.

Quero agradecer ao meu Líder Altineu. Quero agradecer ao Coordenador da bancada do PL na CMO, Deputado Giacobo. Obrigado por essa oportunidade. Quero agradecer ao nosso Presidente e quero agradecer a contribuição muito grande do Partido Liberal nesta Comissão.

Parabenizo o Deputado Danilo Forte, nosso Relator da LDO, assim como o nosso Relator-Geral, Deputado Luiz Carlos Motta, que também é do meu partido, e que com certeza está fazendo uma grande peça para entregar para o nosso Brasil.

Cada emprego gerado no campo são oito empregos gerados na cidade, Deputado Giacobo. É com muita honra que eu tive do meu partido e da nossa bancada a oportunidade de relatar três Ministérios da mais alta importância, não desfazendo dos demais, do nosso Brasil.

Quando falamos dos Ministérios da Agricultura, da Reforma Agrária e da Pesca, nós estamos falando de produção de alimentos...

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Vou pedir mais uma vez silêncio, em respeito ao Relator.

O SR. VERMELHO (PL - PR) - Nós estamos falando da produção de alimentos e da sua importância. Quando se tem pouco dinheiro para atender todas as demandas, há que se fazer um esforço concentrado para que possamos satisfazer as necessidades de todo esse setor produtivo que representa quase 40 % do Produto Interno Bruto.

Passo a ler o resumo:

"I - Relatório

(...)

O Presidente da República, no uso das atribuições, enviou à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 29, de 2023-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024.

Por designação da Presidente da CMO, recebemos a missão de examinar e relatar as peças orçamentárias concernentes à Área Temática V – Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Pesca.

A Proposta para a Área Temática V.

Dado o relevante papel econômico e social deste setor, torna-se imperiosa a adoção de políticas públicas compatíveis com a importância dessa atividade, a serem viabilizadas pela alocação eficiente dos escassos recursos públicos disponíveis.

Análise das Emendas

Considerações Gerais

Esta Relatoria recebeu 377 emendas para análise. Foram apreciadas 320 emendas individuais e 57 coletivas.

Análise de Admissibilidade

A Resolução nº 1, de 2006-CN, prevê o exame e a apreciação preliminar da admissibilidade das emendas antes do início da discussão do correspondente Relatório Setorial.

Constataram-se inconsistências nas seguintes Emendas Individuais nºs 31350011, 39050022, 4258004, 44020012, 4405008 e 90320016. Essas proposições alocaram recursos para participação da União no capital da CEAGESP. Ocorre que a empresa foi incluída no Programa Nacional de Desestatização, estando assim vedada a aprovação de emendas, conforme item 7 do parecer preliminar.

Com relação às emendas coletivas, não foram verificadas desconformidades com as normas vigentes.

6.8 Indicações à Relatoria Geral

Pela importância da atividade agropecuária para a economia, geração de divisas, criação de empregos e desenvolvimento social no País, indicamos ao Relator-Geral a necessidade de aporte de recursos nas demandas que não puderam ser devidamente atendidas" — já que cabe a este Relator-Setorial praticamente a abertura de janelas para que o Relator-Geral possa, Deputado Weliton, destinar recursos atendendo à necessidade dos Ministérios. Gostaria eu, com a minha equipe, de ter aqui pelo menos 10%, 15%, 20% de toda a demanda necessária e solicitada pelos Ministérios, mas isso infelizmente não está nas minhas mãos. Espero que o Relator-Geral consiga, com o maior carinho possível, atender às demandas necessárias desses importantes Ministérios.

"Os investimentos solicitados são fundamentais para que os produtores rurais, especialmente os pequenos, médios e agricultores familiares, disponham de inovações tecnológicas, assistência técnica, acesso a mercados, estabilidade de renda e garantia de recursos para continuarem fazendo do setor agropecuário a força que impulsiona a economia brasileira.

II - Voto do Relator

Do exposto, somos pela:

- declaração de inadmissibilidade das Emendas nºs 31350011, 39050022, 4258004, 44020012, 4405008, 90320016;

- aprovação da proposta orçamentária para o exercício de 2024, na forma do PL 29/23-CN, relativa aos órgãos e unidades orçamentárias da Área Temática V - Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Pesca, com as alterações decorrentes das emendas cuja aprovação total ou parcial estamos propondo.

Sala da Comissão Mista.

Deputado Vermelho, Relator-Setorial da Área Temática V."

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - O relatório e a complementação de voto 2 estão em discussão.

Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Deputado Vermelho, eu o parabenizo pelo relatório. Eu sei que se trata de relatório setorial superimportante. Na verdade, tenho só uma pergunta misturada com uma sugestão. No seu relatório, há uma destinação de emenda de 100 milhões de reais para a Comissão de Agricultura, o que eu acho muito legítimo. Haja vista tantas coisas em que precisamos investir, além de inovar e tal, a destinação é superrelevante. Mas aí entramos numa outra questão — é uma pergunta, uma elaboração, não é nada além disso. Está havendo uma discussão muito explícita aqui de como os recursos de Comissão devam ser destinados. Por que eu estou falando isso? Porque essa é uma decisão — até porque se trata de uma Comissão Temática, com objetivo específico, conhecimento específico — que tem que ser votada pelo colegiado, e não uma decisão exclusiva do Presidente.

Então, a minha pergunta — eu não sei se V.Exa. tem isso elaborado — é mais para trocarmos ideia e até para V.Exa. poder, talvez, aprimorar, ou para ficar para o colegiado deliberar: como, na verdade, esses recursos que estão sendo destinados para a Comissão, 100 milhões de reais, serão escolhidos? Digo isso porque existe a questão dos membros da Comissão, da definição. Eu conversei com o Relator. Considero que tudo o que for apreciado em Comissão Temática deve ser votado pelo colegiado, porque se trata de uma decisão da Comissão, e não de uma decisão exclusiva do Presidente.

Então, eu não sei se isso V.Exas. elaboraram ou chegaram a discutir e se é uma coisa da qual V.Exa. tenha essa definição. Obrigada.

O SR. VERMELHO (PL - PR) - Bom, a nossa relatoria, acho que foi uma das relatorias que menos recursos recebeu, inicialmente, do Relator-Geral.

Nós temos 60 emendas com 141 milhões de reais, estamos com 11 bilhões de reais solicitados pelos Ministérios.

Agora, se V.Exa. analisar Agricultura, Pesca e Reforma Agrária, pela ordem decrescente do investimento do recurso, V.Exa. vai disponibilizar um pouco mais do pouco dinheiro que está disponibilizado. É aquilo que eu falei antes. Esse dinheiro é mais para abrir janela do que para atender a demanda do Ministério.

Quando o Ministério da Agricultura pede 5 bilhões de reais, nós temos aqui indicados 100 milhões de reais. Quando o Ministério da Pesca pede 800 milhões, ele tem um orçamento de 150 milhões — eu acredito, Deputado Weliton. Quando o Ministério da Reforma Agrária pede 3 ou 4 bilhões de reais para fazer frente às suas demandas, e, como Relator-Setorial, tem 140 milhões, tem que destinar 1 milhão e 500 mil ou 3 milhões, 5 milhões ou 10 milhões para poder abrir janela para todas as áreas setoriais solicitadas. Agora, sim, o nosso Relator-Geral vê a possibilidade que tem de atender, porque 100 milhões não são dinheiro para um Ministério desse. Agora, se tem que abrir 60 janelas, tem que se pôr um pouquinho em cada um, dos 140 milhões de reais.

Então, isso que procuramos desdobrar, beneficiando, é claro, um pouco mais o Ministério da Agricultura, pela demanda e pela representação no investimento do setor agrícola.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Com a palavra o Deputado Vicentinho Júnior.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Boa tarde, Sra. Presidente, nosso Relator, Deputado Vermelho, e nossos consultores brilhantes desta Casa.

Primeiro, Relator Vermelho, eu sou solidário ao seu sofrimento em fazer as demandas de um Brasil não só continental, mas celeiro do mundo, que tem na agricultura essa segurança econômica, essa segurança alimentar, infelizmente, com um orçamento tão resumido. E eu vejo a sua disposição em tentar ao máximo levar o braço de um relatório setorial a esses quatro cantos de um Brasil.

Eu espero, confesso com a fé cristã que tenho, que o nosso Ministro também tenha essa mesma disposição, aprovado o orçamento do ano que vem, disposição essa que não teve neste ano de 2023 em entender que o Brasil não se resume apenas ao Estado dele próprio.

Eu sou do Estado de Tocantins. Lá existem as mesmas necessidades gritantes que tem o Estado do Mato Grosso. E, quando eu olho as destinações que foram feitas ao Ministério tão importante do nosso País, resumiu 27 Unidades da Federação a um Estado só. Eu não posso falar do meu Estado como o coração do Matopiba, nova fronteira agropecuária do Brasil e do mundo. Como foi bem dito aqui por uma ação que antecedeu a leitura do relatório de V.Exa., há demandas que não se atendem se não houver orçamento, se não houver recurso.

Como é, Presidente Daniella, que eu chego a uma estrada da Paraíba, que eu chego ao meu Tocantins, que eu chego ao Paraná, Deputado Giacobo, se não há recurso garantido por relatório setorial, chancelado pelo relatório da União, mas com boa vontade política do nosso Ministro em exercício?

Torço para que ele seja o Ministro ainda no ano que vem, mas torço mais ainda para que esse mesmo Ministro enxergue, de fato, o meu querido Estado do Tocantins, porque está precisando. Falei isso a ele em Comissões apropriadas da Agricultura

e falo aqui novamente, porque eu espero que chegue a ele esse clamor do tocantinense que aguarda ainda, já vencido o primeiro ano de mandato do atual Governo, uma gestão do Ministro da Agricultura, outrora o Ministério que já foi ocupado por uma Ministra tocantinense. Nós sabemos o que é o zelo de uma ação de um Ministério tão importante.

Nós apresentamos um destaque ao seu relatório, Deputado Vermelho, para assegurar a questão do seguro rural. Eu fico com dó do amigo Relator, porque eu sei o quanto pequeno foi o seu orçamento para uma demanda que é de quase 2 bilhões de reais, e quem é do campo, quem produz sabe o que é o seguro rural para nós produtores rurais, nós que não podemos prever, Deputado Giacobo, a intempérie de tempo, nós que não sabemos, por mais estudiosos que sejamos do mercado futuro e do mercado presente, prever uma queda de uma safra de saca de soja, que outrora era 220 reais e hoje é 100 e pouco reais, de um arroba de boi, que outrora era 340 reais e hoje é 100 e pouco, 200 e pouco reais. Então, é o seguro que dá condição a produtor rural de pagar e cumprir com suas dívidas e com os compromissos financeiros.

Então, tendo em vista a tão pequena destinação de seu relatório, nós apresentamos esse destaque para que, de fato, seja assegurado pelo menos algo próximo dos seus 2 bilhões, que é um pouco da necessidade real da agricultura brasileira, para que não dê prejuízo às instituições financeiras, mas, acima de tudo, para que continue a poder produzir e alimentar o Brasil e o restante do mundo.

Então, eu queria essa sua deferência a esse destaque nosso apresentado.

O SR. VERMELHO (PL - PR) - Eu agradeço, Deputado Júnior Mano, a sua contribuição.

Eu acredito que tudo que nós estamos fazendo...

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Vicentinho Júnior... Eu sou mais bonito do que o Deputado Júnior Mano, do Ceará, que está bem ali atrás.

O SR. VERMELHO (PL - PR) - Perdão. Desculpa, Deputado Vicentinho Júnior.

Deputado Vicentinho, eu agradeço a sua contribuição.

Acredito que essas tratativas de aplicação dos recursos, não apenas do Ministério da Agricultura, mas de todos os Ministérios é uma função nossa, uma prerrogativa da Casa. Inclusive, as Comissões escolhidas a partir do ano de 2024 terão um trabalho fundamental no acompanhamento e na exigência da aplicação dos recursos orçamentários, o que é público e é do Brasil.

Com relação ao seguro agrícola, há um pedido do Ministério de 2 bilhões de reais, já há uma contemplação de 1 bilhão de reais. É claro que nós estamos com a janela aberta, vendo a possibilidade de o Relator-Geral, pela importância do seguro rural, do seguro agrícola, incrementar com mais 1 bilhão de reais, o que é o pedido do Ministério da Agricultura.

V.Exa. conta com o meu apoio para que consigamos junto ao Motta ampliar esse recurso.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Agradeço, Sr. Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada.

Inscrições encerradas.

Não havendo mais quem queira discutir, o relatório e a complementação do voto 2 estão em discussão. (*Pausa.*)

Perdão.

Discussão encerrada.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as Emendas nºs 31350011, 39050022, 4258004, 44020012, 4405008 e 90320016, indicadas pelo Relator no seu voto.

Foi apresentado um destaque.

O relatório setorial da Área Temática V — Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Pesca e a complementação de voto estão em votação na representação da Câmara dos Deputados, com destaque.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. GIACOBO (PL - PR) - Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não, Deputado Giacobo.

O SR. GIACOBO (PL - PR) - Agora já aprovado...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O destaque...

O SR. GIACOBO (PL - PR) - Tudo bem. Pode continuar. Desculpe-me.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O destaque, Deputado Vicentinho Júnior, foi rejeitado pelo Relator. Então, ele fica prejudicado.

Vamos colocar em votação.

Aqueles que acompanham o voto do Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado na Câmara. Não vai ao Senado.

Tem a palavra o Deputado Giacobo.

O SR. GIACOBO (PL - PR) - Cumprimento a Sra. Presidente, os nobres colegas Deputados, as Deputadas, as Senadoras e os Senadores.

Meu colega e amigo Deputado Vermelho, eu não esperava outra coisa a não ser esse brilhantismo de relatório. V.Exa. é um profundo conhecedor do tema da agricultura. Não tenho dúvida nenhuma disso. V.Exa. é um clínico geral. Eu não tenho dúvida de que V.Exa. conhece todos os assuntos.

Nós viemos do nosso Paraná, que é um Estado eminentemente agrícola, é um Estado cuja população é composta por homens e mulheres que têm a mão calejada, que acordam cedo e dormem tarde, que levam a sua produção para o mundo inteiro. O Paraná é o celeiro da produção de alimentos para o mundo. Ele é um exemplo, aliás, de produção para o nosso País.

V.Exa. fez um brilhante sub-relatório setorial, Vermelho. Parabéns! É um orgulho para o nosso PL do Estado do Paraná e foi aprovado aqui por unanimidade. Eu só quero dizer que tenho certeza de que as sugestões dadas por V.Exa. serão acatadas pelo nosso Relator-Geral, para que possamos, quem sabe um dia, Deputado Vermelho, ter um sonho realizado, e aquilo que o Deputado Vicentinho Júnior teve que fazer não se precise fazer nos próximos orçamentos. Quem sabe, nos próximos anos, não tenhamos que discutir com o Governo o orçamento para a agricultura, e que ele seja a peça do nosso orçamento geral.

Todo ano é uma briga aqui. O Deputado Sergio Souza sabe disso. Todo ano, depois de aprovado o Orçamento — e o Deputado Vermelho sabe disso —, nós temos que fazer com a Frente Parlamentar de Agricultura uma briga junto ao Ministério da Economia e o da Agricultura para ver o nosso plano anual de investimento no nosso setor do agronegócio. Quem sabe, possamos ter isso já inserido na nossa peça orçamentária e possamos só corrigi-lo todo ano pela correção, pela inflação e assim por diante.

Parabéns, Deputado Vermelho. Parabéns a esta Comissão, que brilhantemente apoiou V.Exa.

Obrigado, Sra. Presidente.

O SR. VERMELHO (PL - PR) - Sra. Presidente, quero só agradecer ao nosso coordenador da bancada, o Deputado Giacobo, que contribuiu muito e, com certeza, fará a contribuição junto ao Luiz Carlos Motta, que é o Relator do Orçamento. Em breve, estaremos aqui triunfando ainda mais em prol da agricultura do nosso Paraná.

Obrigado a V.Exa. também pelo carinho, pelo caminho, pelas orientações e por coordenar tão bem a nossa bancada.

Valeu, irmão. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Vermelho.

Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, obrigada.

Na verdade, é só para fazer um questionamento. Eu já parabenizei o Deputado Vermelho, já tive tudo esclarecido.

Eu tenho uma dúvida. Antes de passar para o próximo setorial, posso fazer a pergunta agora? (*Pausa.*)

Nós temos ainda o relatório setorial da Defesa. Eu estava conversando com a assessoria antes, e me disseram: "*Olha, o relatório da Saúde ainda não subiu, mas nós vamos incluí-lo. Como ele é maior, não deve ser votado hoje*".

Eu soube que acabou de subir o relatório. Vou aproveitar que o Senador Marcelo Castro está aqui ao meu lado e vou fazer uma pergunta específica. Eu queria fazer uma solicitação, na verdade. Vi que o texto nem é tão grande assim. É

grande, mas não é tão grande. Se por acaso combinarmos de votá-lo, peço que ele seja votado depois da LDO, porque eu gostaria de um esclarecimento. Eu falei do ofício, da transparência, de se mostrar o que é anulado, o que é inclusivo, o que é negrito... Acho que isso é bom para o processo de transparência. O relatório da Saúde, em que eu acabei de dar uma olhada aqui, não tem detalhamento de atendimento, como eu vi em todos os outros.

Então, eu gostaria de solicitar ao Senador Marcelo Castro, que está aqui ao meu lado, nosso sempre Relator, Presidente, o que mais entende de Orçamento nesta Casa, que, por favor, para que tenhamos clareza do que está sendo atendido, na leitura do relatório nós já tenhamos acesso a essas informações. Peço isso e peço que nós façamos a votação depois da LDO. Eu não tenho objeção a votarmos hoje, desde que tenhamos tempo para a análise.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputada Adriana Ventura.

Agora vamos apreciar o Relatório Setorial da Área Temática XIII - Defesa. O Relator-Setorial é o Deputado Castro Neto. Com a palavra o Relator, para apresentação do relatório.

O SR. CASTRO NETO (Bloco/PSD - PI) - Boa tarde a todos.

Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar, de dar os parabéns à Senadora Daniella pela sua ação na Comissão Mista de Orçamento, tão importante para o Brasil, e pelo ato de hoje em defesa das mulheres. No mundo ainda há muito preconceito, principalmente no Brasil, preconceito de sexo, de raça, de cor, de idade. Muitos homens não têm noção do preconceito que as mulheres sofrem. Para uma mulher atingir um cargo como o que V.Exa. tem agora, um cargo de destaque, ela tem que batalhar três vezes mais do que um homem. Então, toda ação em defesa das mulheres é necessária. Este Parlamento é exemplo do que estou dizendo. O percentual de mulheres aqui é inferior ao de vários países do mundo. Essa é uma realidade que precisamos mudar. Eu me ponho à disposição para defender a causa. Conte comigo mil por cento, em todas as ações de defesa das mulheres do nosso Brasil. Meus parabéns pela ação e pela Presidência da CMO!

Quero parabenizar e cumprimentar o Deputado Danilo Forte, nosso Relator da LDO; o Deputado Luiz Carlos Motta, Relator-Geral; e todos os Relatores-Setoriais desta Comissão.

Agradeço ainda ao meu partido, o PSD, ao Líder Antonio Brito, a todos, pela confiança desta importante relatoria setorial da Defesa.

Agradeço aos Líderes, aos Presidentes de Comissão, à assessoria desta Casa, que é muito importante, à minha equipe técnica, a todos que de alguma forma colaboraram com esta relatoria. Foi muito importante o aprendizado.

Como Relator-Setorial, tentei, na medida do possível, atender as emendas que me foram apresentadas, mas com uma capacidade muito pequena, de 0,2%, para atendimento. Foi o que tivemos na relatoria setorial. Apesar de a relatoria ter um valor alto, de 129 bilhões, que cresceu em torno de 8,4% nos últimos 2 anos, nossa capacidade de atender emendas ficou restrita a 0,2% do total.

Tendo tudo isso em vista, fizemos o máximo para atender os pedidos legítimos desta Casa, dos Parlamentares e de todas as forças, e o que não foi possível atender deixamos aberto para um possível atendimento pelo Relator-Geral.

Vamos ao relatório.

"Emendas Apresentadas

No âmbito da Área Temática XIII, foram apresentadas no prazo regimental 356 emendas, sendo 354 de apropriação e 2 de remanejamento. Das emendas coletivas, 25 são de bancada estadual e 12 de comissão (totalizando 37 emendas coletivas). As emendas individuais totalizaram 319.

Emendas Individuais

As emendas individuais apresentadas foram integralmente aprovadas, atendidas por meio de repasses advindos de reserva própria de recursos, em montante de R\$182.650.896,00.

Não tivemos casos de emendas individuais inadmitidas. Algumas emendas, contudo, tiveram a classificação ajustada tecnicamente a fim de melhor se observar o objeto da emenda, porém sem que houvesse alteração na finalidade da proposição.

Emendas Coletivas

No atendimento das emendas coletivas, esta relatoria utilizou os recursos que lhe foram disponibilizados, em conformidade com a regra estabelecida no art. 57 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, no montante de R\$49.909.255, com mais R\$96.631.745,00 de cancelamentos, para as emendas não impositivas apresentadas ao setor. Os atendimentos de emendas de bancada impositivas (RP7) totalizaram R\$577.573.788,00.

Emendas Inadmitidas

Seguindo indicativo do Comitê de Admissibilidade de Emendas (CAE), as Emendas de nºs 50270003 e 50010008 foram consideradas inadmitidas em função da decisão daquele comitê. A primeira contraria o art. 43 da Resolução nº 1, de 2006-CN, e a segunda, o art. 45 da mesma resolução. Portanto, não nos cabe manifestar quanto a aprovação ou rejeição das mesmas.

Cancelamentos

Os cancelamentos constantes deste relatório, decorrentes de cancelamento prévio, promovido pela Relatoria-Geral, conforme item 16.IV da Parte Especial do Parecer Preliminar, foram de R\$100.825.270.

Além desses citados, promovemos cancelamentos adicionais de R\$251.000.000,00, conforme detalhado nos demonstrativos em anexo.

Os cancelamentos totais do setor foram, portanto, de R\$351.825.270,00.

Emendas de remanejamento" — feito pela Marinha nesta CMO, com atendimento integral.

"Votamos pela aprovação da Emenda de Remanejamento nº 60000008, no valor de R\$90.020.171,00.

Valores Totais de Atendimento

Para o atendimento das emendas de apropriação, o Relator-Geral repassou a esta relatoria R\$760.224.684,00 direcionados às emendas impositivas e R\$49.909.255,00 às não impositivas. Esses valores somados ao atendido por meio de cancelamentos de R\$136.631.745,00 totalizaram atendimento global de apropriação de R\$911.765.684,00. Dessa forma, ao final do Ciclo Setorial, o Ministério da Defesa teve acréscimo líquido de R\$579.940.414 nos valores programados nas esferas fiscal e da segurança social.

O atendimento da emenda de remanejamento foi de R\$90.030.171,00. Portanto, o atendimento geral das emendas foi de R\$1.021.795.855,00.

Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves

Até a apresentação deste relatório setorial, o Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI não publicou orientações concernentes à análise das referidas obras e serviços. Nossa análise, portanto, foi realizada considerando-se a relação atualizada dos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves encaminhada pelo Tribunal de Contas da União.

Após a referida análise, não foram identificados subtítulos afetados por indícios de irregularidades graves informados pelo Tribunal de Contas da União, razão pela qual não serão indicados subtítulos para votação em separado, nos termos do art. 70, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006-CN.

Créditos Especiais e Extraordinários Abertos nos Últimos Quatro Meses de 2023

Em cumprimento ao art. 70, inciso I, 'c', da Resolução nº 1, de 2006-CN, que determina a análise nos relatórios setoriais dos efeitos dos créditos especiais e extraordinários aprovados ou em apreciação pelo Congresso Nacional nos últimos 4 meses do exercício, registram-se, no âmbito do Ministério da Defesa, três créditos especiais e um extraordinário.

Em relação aos créditos especiais, o primeiro deles foi aberto por meio da Lei nº 14.703, de 20 de outubro de 2023, autorizando despesas para a Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região da Calha Norte, no valor de R\$80.000.000,00.

O segundo foi aberto por meio da Lei nº 14.727, de 22 de novembro de 2023, e, da mesma forma, autorizou despesas para a Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região da Calha Norte, no valor de R\$52.078.602,00.

O terceiro deles é o PLN 38/23, em tramitação no Congresso Nacional, que propõe autorizar despesas de R\$25.898.681,00 para a Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região da Calha Norte.

Por fim, há o crédito extraordinário relativo à MPV 1.188/23, em tramitação no Congresso Nacional, que propõe autorizar despesas de R\$26.400.000,00 para o Emprego Conjunto ou Combinado das Forças Armadas.

Observações Finais

É importante esclarecer que foi realizado ajuste nas emendas relativas à ação 20XM - Prestação de Ensino Assistencial nos Colégios Militares, adequando-as para a ação equivalente 21GP - Funcionamento dos Estabelecimentos de Educação Básica Militares do Ministério da Defesa.

(...)

II. Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN 29/23, do Congresso Nacional, na parte referente aos órgãos da Área Temática XIII - Defesa, com as alterações oriundas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente, bem como dos cancelamentos realizados conforme discriminado nos anexos deste parecer."

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em discussão o relatório apresentado.

O Deputado Gaguim está com a palavra.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar o Relator, o Deputado Castro Neto, esse jovem que se debruçou sobre o orçamento da Defesa, cuja relatoria é importante para o Brasil. S.Exa. pôde contemplar, na medida do possível, no seu orçamento, todos os Estados brasileiros.

Então, quero aqui parabenizar esse jovem, que tem um futuro brilhante aqui nesta Casa.

Diga-se de passagem, com todo o respeito, Senador Marcelo Castro, o relatório dele foi melhor do que o de V.Exa.

Parabéns, Deputado Castro Neto! (*Risos.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Continua em discussão o relatório da Defesa, apresentado pelo Deputado Castro Neto.

Tem a palavra a Senadora Professora Dorinha Seabra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Quero reforçar, acho que não com a espiritualidade do Deputado Gaguim, a intenção em atender as necessidades.

Eu queria, inclusive, ter falado sobre a questão da área da Agricultura. Eu acho que o pior Ministério em execução, em que nós estamos enxergando uma falta de transparência e a necessidade de uma área estratégica para o País inteiro, é, de longe, do ponto de vista do peso econômico para o Brasil, o da Agricultura.

De igual forma, há a questão da área da Defesa. O investimento significa segurança para um País como o nosso, que tem fronteiras expostas, problemas muito sérios, e, na verdade, atende a diferentes ações, tanto da Aeronáutica, da Marinha e do Exército quanto de toda a estrutura de defesa e de segurança realizada pelas diferentes Forças. Eu sei que há limitação orçamentária. Eu já fui Relatora Setorial, sei o quanto o cobertor é curto; mas, ao mesmo tempo, houve boa vontade em atender as necessidades.

Só tenho a agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agradeço muito a V.Exa.

O SR. GILVAN MAXIMO (Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Gilvan Maximo.

O SR. GILVAN MAXIMO (Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Presidente, quero parabenizar o Deputado Castro Neto, que tem *pedigree*. É por isso que S.Exa. faz um relatório como esse.

Parabéns pelo belíssimo relatório! Eu não poderia deixar de parabenizá-lo. Também com esse pai que V.Exa. tem, só tem que ter muita responsabilidade mesmo. A responsabilidade é grande de ser filho de um ícone da política, como o nosso Senador.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Obrigado a todos.

Não havendo mais quem queira discutir o relatório, declaro encerrada a discussão.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 166 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as Emendas nºs 50270003 e 50010008, indicadas pelo Relator no seu voto.

O Relatório Setorial da Área Temática XIII - Defesa está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado na Câmara.

O relatório está em votação no Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero esclarecer um ponto sobre as emendas de bancada.

Ontem, um Parlamentar pediu em plenário ao Relator da Área Temática XIV — Trabalho e Previdência, o Deputado Carlos Veras, que acatasse um destaque solicitado para que se colocasse uma quantia mínima em todas as emendas RP-2 de bancada. O Relator acatou o pedido. Entretanto, de acordo com a Consultoria de Orçamento das duas Casas, esse pedido não se justifica, uma vez que à emenda com parecer pela aprovação parcial o Relator-Geral pode acrescentar recursos, mas não pode acrescentar recursos em emendas rejeitadas, conforme o art. 67 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Comunico ao Plenário que, tendo em vista acordo firmado no Colégio de Líderes, proponho a inclusão na pauta do Relatório do CAE ao Projeto de Lei nº 4, de 2023.

A proposta é incluir na pauta tanto o Relatório do CAE quanto a LDO.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de votação dessa proposição, a despeito do previsto no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 dias úteis de sua distribuição.

Em deliberação a inclusão na pauta e a quebra de interstício para a votação do relatório apresentado.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estejam de acordo permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado na Câmara.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Então, está incluído na pauta o relatório do CAE e a LDO.

Apreciação do relatório apresentado pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE sobre o exame de admissibilidade das emendas apresentadas ao PLN 4/23 — Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, conforme o disposto no art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. Autor: Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE. Coordenador do CAE: Deputado Júnior Mano.

V.Exa. será Relator *ad hoc*?

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

Então, tem a palavra o Deputado Vicentinho Júnior, Relator *ad hoc*, no lugar do Coordenador Júnior Mano.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - É bom ver V.Exa. nesta cadeira, Presidente. Tenho saudade de seus tempos também, com todo o respeito à nossa Presidente Daniella.

O Coordenador do CAE, na verdade, é o competente Deputado do Estado do Ceará Júnior Mano, que fez seu relatório muito bem amparado pela Consultoria da Casa, especialmente da CMO. Nós somos membros também do mesmo Comitê. Tendo em vista que o relatório já consta no sistema há alguns dias, peço para ir direto ao voto.

"Diante do exposto" — do que está colocado em relatório no sistema do Congresso Nacional —, "propomos que sejam consideradas admitidas todas as emendas apresentadas ao texto do PLDO 2024 e ao respectivo Anexo de Prioridades e Metas, exceto quanto às emendas que constam do Anexo I ao presente relatório."

Esse é o voto do Coordenador, o Deputado Federal Júnior Mano.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Perfeito. Muito obrigado, Deputado Vicentinho Júnior. Esse foi um relatório relâmpago.

Então, o relatório do CAE está em discussão.

O prazo de destaque será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

O relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estejam de acordo permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Submeto-o à votação no Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O relatório do CAE apresentado ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024 está aprovado.

Apreciação da LDO 2024 — a LDO mais longa da história do Congresso Nacional. (*Risos.*)

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 4, de 2023, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências. Relator: Deputado Danilo Forte.

Foram apresentadas 673 emendas ao Anexo de Metas e Prioridades e 1.599 emendas ao texto da lei — só mesmo a capacidade do Deputado Danilo Forte para dar conta de tanta emenda —, totalizando 2.272 emendas.

Voto: relatório favorável, nos termos do substitutivo apresentado. Quanto às 2.272 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela aprovação de 100 emendas, pela aprovação parcial de 1.181 emendas, pela rejeição de 981 emendas e pela inadmissibilidade de 10 emendas.

Passo a palavra ao nobre Relator, o Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Senador Marcelo Castro. Sem sombra de dúvidas, esta foi uma longa história, uma longa estrada de debates, mas, em compensação, fizemos a LDO mais democrática do Brasil. E a cada dia presenciamos fatos que nos surpreendem, quando aproximamos o Orçamento da República brasileira do seu povo.

Este evento, aqui, hoje, conduzido pela nossa Presidente, a Senadora Daniella Ribeiro, em que, pela primeira vez, nós temos efetivamente recursos do Orçamento federal para o combate à violência contra as mulheres, é uma demonstração muito clara de que valeu a pena a caminhada, valeu a pena ter esperado para que pudéssemos construir uma LDO consolidada na vontade, na ansiedade do povo brasileiro, com princípios. Também, pela primeira vez, nós vamos ter uma política integrada de apoio e assistência às crianças com deficiência. Nós estamos colocando as crianças com deficiência e as mulheres no Orçamento federal. E isso será, sem sombra de dúvida, o grande legado dessa LDO para 2024.

Aqui agradeço a confiança em mim depositada pela Presidente da Comissão, a Senadora Daniella Ribeiro, e pelo Presidente da Casa, o Deputado Arthur Lira, que me indicou para essa função. E agradeço a todos os colegas. Em todos os momentos em que fui solicitado, sempre tive a preocupação, o zelo, o cuidado de buscar o entendimento e de aprender.

Aprendi com o Deputado Vicentinho, do Tocantins, que quanto mais escutamos, menos erramos. Esta foi, de fato, uma LDO sobre a qual ouvimos muito e debatemos muito. Fomos à exaustão em alguns temas.

Em alguns momentos eu vi, inclusive, uma certa arrogância, uma certa prepotência daqueles que querem impor sua vontade não com o diálogo, não com o consenso, mas, muitas vezes, pela força da agressão ou do constrangimento. Em nenhum momento nós nos deixamos levar por isso. Nós sempre tivemos os princípios democráticos do diálogo, da construção de consenso. Eu mesmo fui obrigado, em alguns momentos, a recuar em ideias que eu tinha para o Orçamento, porque vi que não havia o necessário consenso para aquela formatação.

Espero que possamos conduzir este trabalho, ter êxito e dar ao Brasil, neste momento, um Orçamento digno, factível, o mais real possível, transparente, com previsibilidade para garantir aquilo de que o Brasil mais precisa hoje.

O que o Governo brasileiro mais precisa hoje é de credibilidade. Somos uma Nação riquíssima, de um potencial extraordinário, e o que nos está faltando para a retomada dos investimentos, para o crescimento econômico consolidado, para construir uma política de distribuição de renda é credibilidade na gestão. Nessa gestão, cada vez mais, o Congresso Nacional afirma-se na sua autonomia, afirma-se na sua harmonia com os outros Poderes, afirma-se na construção da sua credibilidade perante a população, quando traz para dentro do Orçamento políticas em defesa das mulheres e das crianças; quando traz junto consigo a preocupação de ouvir o máximo possível os Estados e as Comissões Temáticas da Casa; e quando buscamos exatamente, nessa construção, a garantia de que o Brasil é um país sério e tem condições de fazer uma política capaz de melhorar a vida do seu povo.

O pior dos mundos neste momento é postergar a aprovação do Orçamento. O Orçamento precisa ser aprovado. O Brasil precisa recuperar a credibilidade, a confiança para ter a retomada dos investimentos. E qualquer postura que possa, em algum momento, tentar fazer com que nós não consigamos, até o final da semana que vem, entregar o Orçamento de 2024 à sociedade brasileira será, sem dúvida, de fracasso, de falência da relação política entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Será exatamente dar no Brasil descrédito aos seus representantes eleitos, ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo.

Eu busco e sempre busquei, dentro desta construção, a maior harmonia possível. Por isso, todas as vezes que fui chamado para reuniões do Poder Executivo, seja na área da fazenda, seja na área de relações institucionais, fiz-me presente, sempre confiante em que éramos capazes de construir uma solução que atendesse não homogeneousmente a um lado ou a outro,

mas atendesse fundamentalmente à necessidade do Brasil, que hoje tem de ter um Orçamento que seja compatível com as necessidades do nosso povo, diante da realidade econômica que nós vivemos.

O momento não é fácil. O momento é difícil; é um momento de transição econômica; é um momento de transição energética; é um momento de mudança de Governo, de mudança de postura na administração pública. E todo mundo aqui sabe do meu compromisso, desde o início, e da transparência e da participação neste Orçamento.

Eu acho que o Brasil se aproximou muito da preocupação do povo brasileiro em ver como o seu Orçamento é usado e é feito, a partir do momento em que o Congresso Nacional teve a coragem, no ano passado, de votar, pela primeira vez na história, uma lei para baixar impostos. E nós vimos o grau de felicidade do povo brasileiro, quando viu baixar o preço da gasolina, quando viu baixar o preço da energia, quando ouviu que sobrava mais dinheiro no bolso da família brasileira. E isso aumentou o poder de compra, ativou o crescimento econômico e as atividades econômicas do ano passado, deu inclusive um rebate no processo inflacionário e ofertou uma condição de crescimento econômico para o Brasil.

Desde o dia 2 de janeiro, o discurso da área econômica tem se prendido muito a aumento de impostos, tem se prendido muito a uma insegurança com relação a que tributo as empresas vão pagar daqui a 1 mês, daqui a 3 meses, daqui a 1 ano, daqui a 5 anos. E é por isso que o Brasil teve uma queda abrupta de investimentos de longo prazo. Os investimentos de longo prazo simplesmente pararam no Brasil. Por quê? Porque não há segurança jurídica e tributária necessária para um planejamento por parte das empresas. E, automaticamente, isso diminui a oferta de emprego, diminui a oportunidade de crescimento econômico.

Nós precisamos retomar tudo isso, e a retomada de tudo isso passa também pela construção de um orçamento participativo, de um orçamento factível, de um orçamento real e de um orçamento que dê credibilidade à governança no Brasil.

Eu vou iniciar pelo resumo do relatório para a leitura para que todos tenham a compreensão do todo, do que foi o trabalho do relatório da Comissão, e, posteriormente, pela complementação do voto, que inclusive está disponível no sistema da Casa. Desde a última quinta-feira, esse relatório foi colocado à disposição de toda a sociedade brasileira, dos Srs. Deputados, das Sras. Deputadas, dos Srs. Senadores, das Sras. Senadoras, dos que fazem parte da Comissão, dos que não fazem e de qualquer pessoa que pudesse acessar livremente o *site* da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. E de lá para cá eu tenho convivido com muito debate.

É natural que haja preocupações, acertos. Correções precisam ser feitas, e algumas delas, como uma vírgula, uma grafia, podem mudar um contexto, uma interpretação, Deputado Luiz Fernando. O Deputado é o grande Relator da Medida Provisória nº 1.185 e está num momento importante de votação de matérias que fundamentarão, inclusive, a base arrecadatória do ano que vem.

Nessa construção, nós procuramos exatamente entender e ouvir todos. E, ontem, inclusive, fizemos uma reunião com todo o Colégio de Líderes da Câmara dos Deputados — apenas um partido não estava presente, que era o NOVO, todos os demais estavam presentes —, onde foi consenso o relatório que eu passo a ler neste momento.

"Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Sras. Senadoras, Srs. Deputados e Srs. Senadores, foi com enorme satisfação que aceitamos o convite da Presidente Daniella Ribeiro para relatar matéria de tamanha importância como o Projeto de Lei nº 4, de 2023-CN — PLDO 2024, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o próximo ano.

Agradecemos aos ilustres pares por nos confiarem esta nobre missão de realizar a análise inicial da matéria de significativa importância para o planejamento governamental, do qual os orçamentos públicos fazem parte.

Na elaboração do substitutivo que ora apresentamos, procuramos acolher muitas das valorosas contribuições que nos chegaram na forma de emendas apresentadas e resgatar dispositivos que constam da LDO vigente, bem como incorporar novos aperfeiçoamentos às diretrizes orçamentárias.

No curso do trabalho, participamos de audiências regionais e setoriais e de reuniões com diversas entidades da sociedade civil e autoridades dos Poderes Judiciário e Executivo, diálogo que se estendeu também aos Líderes das Casas dos quais recebemos relevantes subsídios para a elaboração de nosso substitutivo.

Metas Fiscais e Teto de Gastos

A LRF dispõe que a LDO deve estabelecer metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício financeiro a que se refere e para os dois seguintes. A meta de resultado primário para 2024 está estabelecida nos arts. 2º e 3º do projeto da LDO e os demais dispositivos são apresentados, de forma indicativa, no Anexo IV.1 — Anexo de Metas Fiscais Anuais, integrante do projeto de lei encaminhado pelo Congresso Nacional.

Para 2024, a meta de resultado primário para o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social será de resultado zero. Por força de inovação do Novo Arcabouço Fiscal, contudo, a meta será considerada cumprida caso eventual déficit não ultrapasse

R\$ 28,756 bilhões, devido à adoção de intervalo de tolerância para o resultado primário correspondente a 0,25% do PIB, para mais ou para menos.

Para as empresas estatais federais (Programa de Dispêndios Globais), a meta será de déficit primário de R\$ 7,3 bilhões. Neste valor estão desconsiderados os grupos PETROBRAS e ENBPar (Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional). Poderá haver compensação entre as metas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e as das empresas estatais federais, hipótese cuja eficácia depende da manutenção do voto ao art. 11 da Lei Complementar nº 200 — Novo Arcabouço Fiscal, que retira da LDO a prerrogativa por excluir despesas primárias da apuração da meta de resultado dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

A LC 200/2023, que instituiu o novo marco fiscal, foi sancionada após o envio do PLDO 2024, motivo pelo qual o projeto precisou passar por uma série de ajustes e adaptações. O novo limite de gastos terá como base as despesas primárias orçadas em 2023, corrigidas pelo IPCA, mais ganho real de no mínimo 0,6% e de no máximo 2,5% ao ano. O ganho real aplicável às despesas será limitado a 70% do crescimento real da receita ou a 50% do crescimento real da receita em caso de descumprimento da meta primária do exercício anterior.

Dispositivo encaminhado no PLDO 2024 por meio de mensagem modificativa prevê a possibilidade de o projeto de lei orçamentária conter despesas discricionárias condicionadas à abertura de crédito adicional em decorrência de diferença na base de cálculo do IPCA, sendo este valor desconsiderado na apuração do novo teto de gastos. Acatamos a inovação para não causar problemas à tramitação do PLOA 2024, até porque o mérito das despesas condicionadas poderá ser oportunamente referendado quando forem propostos os créditos adicionais correspondentes.

Despesas Obrigatorias

O controle do crescimento das despesas obrigatorias é considerado um dos principais desafios da política fiscal brasileira, dado que estas representam atualmente mais de 90% das despesas primárias. Uma vez criadas, as despesas obrigatorias devem necessariamente ser orçadas, dado que decorrem de lei material específica que cria obrigação de pagamento pela União.

Existem diversas regras a observar e mecanismos a adotar, dispostos na legislação fiscal (CF, LRF e LC 200/2023), com o objetivo de tentar controlar o crescimento de despesas obrigatorias. Como exemplo, destaca-se que o novo marco fiscal prevê o acionamento de medidas de contenção de tais despesas em caso de descumprimento da meta de resultado primário no exercício financeiro anterior. No mesmo sentido, outros mecanismos de controle devem ser empregados quando verificado que as despesas primárias obrigatorias superem 95% (noventa e cinco por cento) do total de despesas primárias.

De qualquer forma, há de se ter sensibilidade para avaliar a pertinência das despesas obrigatorias. Algumas políticas públicas sensíveis se baseiam em normas que precedem a elaboração das peças orçamentárias anuais. Destacam-se, nesse sentido, as despesas relativas aos benefícios previdenciários e assistenciais, mas também aquelas atinentes aos gastos com pessoal e encargos sociais, fundamento da atuação do Estado no provimento de serviços públicos essenciais, como a atenção em saúde, o ensino formal, a segurança pública ou a prestação jurisdicional.

Prioridades e Metas da Administração Pública Federal

Assim como em anos anteriores, o projeto enviado pelo Executivo não lista as metas e prioridades em anexo específico. Em vez de abrigá-las, informou que as prioridades e metas seriam estabelecidas na Lei do Plano Plurianual para 2024-2027.

Nosso substitutivo (art. 4º) esclarece, em primeiro lugar, que o atributo 'prioridade' aplica-se apenas às despesas discricionárias, isto é, após o atendimento das despesas obrigatorias, mas também daquelas que, embora discricionárias, são consideradas fundamentais ao funcionamento da administração pública.

Buscamos acolher todas as propostas como forma de valorizar o exercício da prerrogativa constitucional do Legislativo na definição de prioridades que melhor atendam às demandas da sociedade brasileira.

Este substitutivo esclarece que as prioridades e metas da administração pública federal para o exercício de 2024 consistem nas ações constantes do Anexo de Prioridades e Metas (Anexo VII), bem como nas seguintes: ações integradas de saúde e educação para crianças com deficiência, especialmente aquelas com transtorno do espectro autista; incentivo ao uso de energias renováveis; combate e erradicação da fome; incentivo ao empreendedorismo feminino; apoio à educação de pessoas com altas habilidades; promoção de salas exclusivas de atendimento especializado em delegacias para mulheres e meninas vítimas de violência doméstica ou sexual; e no apoio e estruturação de políticas de autonomia, segurança, treinamento, inovação, pesquisa, desenvolvimento e capacitação e defesa feminina, prevenção, conscientização e combate à violência contra a mulher — Antes que Aconteça, esse programa lançado aqui pela nossa Presidenta, a Senadora Daniella Ribeiro. Importa destacar que a lista de ações constantes do Anexo de Prioridades e Metas foi construída a partir das sugestões dos eminentes pares, das Comissões Permanentes e das bancadas estaduais, que, em diversos casos,

corroboraram demandas da sociedade apresentadas nas audiências públicas regionais e setoriais realizadas ao longo do processo.

Como exemplo dessa dinâmica, cito o pedido exposto em audiência pública realizada no Rio de Janeiro por representantes de Municípios da Região dos Lagos, com o objetivo de adequar espaços de interesse turístico, com intervenções no entorno da lagoa hipersalina de Araruama. Nesse sentido, consta do Anexo de Metas e Prioridades a priorização de 63 projetos a serem realizados por meio do programa 2323 — Turismo, Esse é o Destino, na ação 10V0 — Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística. Trata-se do instrumento apropriado para o desenvolvimento do turismo nos Municípios brasileiros, financiado com recursos do Orçamento Fiscal da União, para a adequação da infraestrutura turística de forma a permitir a expansão das atividades e a melhoria da qualidade do produto para o turista.

Para confecção do referido anexo, foram apresentadas 673 emendas, das quais 30 de bancada estadual, 125 de Senadores, 384 de Deputados, além de 134 provenientes das diversas Comissões das duas Casas e do Congresso Nacional, o que revela ampla participação das representações no Congresso para elaboração da peça.

Das 673 emendas apresentadas, 651 foram aprovadas total ou parcialmente. Dentre as propostas não incorporadas, 12 foram rejeitadas por inexistir ação específica e 10 foram inadmitidas com base no item 2.3.5 do parecer preliminar, pois pretendiam acrescer meta em ação orçamentária de natureza obrigatória — RP 1. Ao fim, 67 programas e 235 ações passaram a compor o Anexo de Prioridades e Metas, constante do substitutivo que ora apresentamos.

Transferências voluntárias a Municípios, Estados, DF e entidades privadas

A relevância do tema para o Legislativo é reforçada diante da elevada demanda dos entes públicos locais e das entidades privadas por transferências discricionárias, o que influencia o destino final das programações. Para exemplificar, do total dos recursos acrescidos por emendas — todas as modalidades — que foram empenhados em 2022, cerca de 90% foram destinados a Municípios, Estados, Distrito Federal ou entidades privadas, restando apenas 10%, aproximadamente, empenhados em aplicações diretas.

Nos termos do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, cabe à Lei de Diretrizes Orçamentárias dispor sobre *"demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas"*. Assim, as regras sobre transferências de recursos estabelecidas pela LDO para um determinado exercício financeiro funcionam como normas complementares ao regramento permanente da matéria.

Dentre as inovações propostas em relação ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, resgatamos disposição que afasta a obrigatoriedade de que os Municípios com população inferior a 50 mil habitantes estejam adimplentes com o Governo Federal no Serviço Auxiliar de Informação para Transferências Voluntárias — CAUC (art. 89, § 4º). Com essa iniciativa, reconhecemos as dificuldades de gestão dos pequenos Municípios, que igualmente concentram demandas de comunidades em maior situação de risco, e, para não prejudicar o interesse público primário em favor do formalismo fiscal, permitimos que essas comunidades sejam beneficiárias de empenho, celebrem convênios ou instrumentos congêneres e finalmente recebam os recursos financeiros correspondentes.

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, promovemos aperfeiçoamentos na redação que fixa condições e exigências para realização de transferências de recursos a entidades privadas. Como exemplo, ampliamos a possibilidade de atendimento de entidades sem fins lucrativos com recursos de capital para permitir a construção, ampliação ou conclusão de obras, principalmente de instituições filantrópicas. Aqui faço uma ressalva importante às Santas Casas, que são fundamentais no apoio ao atendimento da rede SUS.

Quanto às transferências fundo a fundo no âmbito da saúde, preservamos o teto do Município-sede dos consórcios municipais nas transferências de recursos oriundos de emendas parlamentares que adicionarem valores aos tetos do SUS. Neste caso, serão transferidos aos fundos de saúde dos entes subnacionais, inclusive do Governo de Estado que integre a entidade, e repassados aos respectivos consórcios, não ficando sujeitos aos limites fixados para repasses aos Municípios-sede do consórcio. Nós não vamos ficar presos ao limite do Município em que está instalada essa entidade ou a instituição que vai receber o recurso do SUS.

Transferências Especiais

As transferências especiais previstas no art. 166-A da Constituição representam uma modalidade peculiar de transferência voluntária que tem atraído volume crescente de emendas individuais, veiculando mais de R\$ 7 bilhões na LOA 2023, o que corresponde a cerca de 66% do montante de livre aplicação (exceto saúde).

Em seu aspecto positivo, possibilitam elevada taxa de execução orçamentária e financeira, ao menos em relação ao Orçamento da União. Isso porque, para que as dotações orçamentárias sejam executadas (empenho, liquidação e pagamento), basta o mero repasse do Tesouro Nacional para o beneficiário indicado pelo autor da emenda. E a transferência

ocorrerá logo que forem informados, no Transferegov.br, os dados da conta bancária utilizada na movimentação dos recursos, o que explica a eficiência do mecanismo.

De outra parte, recebemos diversas demandas que externam a preocupação com a eficácia das transferências especiais. Não basta o envio dos recursos ao cofre do ente beneficiado: é preciso garantir a aplicação desses recursos no interesse da população. Logo, acolhemos sugestões que visam propiciar ao Congresso Nacional meios para acompanhar se, em esfera local, estão sendo tomadas as providências para a entrega de bens e serviços à sociedade.

As transferências especiais miram, em última instância, o atendimento tempestivo e célere das necessidades da população. Neste sentido, o § 2º do art. 166-A da Constituição Federal prevê a obrigatoriedade de os entes recebedores aplicarem os recursos transferidos em programações finalísticas de responsabilidade do Poder Executivo, e ao menos 70% em investimentos.

Diante disso, acatamos as emendas ao art. 82 do PLDO 2024 que propõem ampliar o controle político e social sobre as transferências especiais. Deverá o ente recebedor aplicar os recursos com vistas à provisão de serviços públicos ou à realização de investimentos tendentes a expandi-los ou aperfeiçoá-los, e atestar tempestivamente que o fez no objeto indicado no portal Transferegov.br, sob pena de vedação a novas transferências especiais enquanto perdurar o descumprimento, sem prejuízo da responsabilização administrativa, cível e penal do gestor.

Para fins de controle da aplicação dos recursos da União repassados aos demais entes por meio de transferências especiais, estimulamos a celebração de acordos de cooperação entre as cortes de contas da União e as responsáveis pelo controle externo sobre cada ente beneficiário: os Tribunais de Contas dos Estados, os dos Municípios ou o Tribunal de Contas do Município, onde houver.

Contribuições a que se refere o art. 240 da Constituição Federal — Sistema S

As contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários a que se refere o art. 240 da Constituição Federal, todas elas, são tributos federais, instituídos por lei federal. O fruto da arrecadação só se torna privado no exato momento do ingresso no caixa da entidade privada, não antes. Enquanto não recolhidos aos cofres dos serviços sociais, são recursos públicos, que devem se sujeitar às normas de direito financeiro.

Neste sentido, propomos, no nosso substitutivo, que estas contribuições compulsórias sejam integralmente arrecadadas, fiscalizadas e cobradas pela Receita Federal do Brasil, e que constem no orçamento fiscal. Os recursos, então, seriam transferidos às entidades constituídas sob a forma de serviço social autônomo, constituindo receita destas e despesa da União.

A inclusão dessa arrecadação no Orçamento da União prestigia o princípio da universalidade (arts. 3º e 4º da Lei nº 4.320, de 1964 — Lei Complementar de Finanças), que estabelece que todas as receitas e despesas públicas devam constar no Orçamento, para fins de controle social. O que a sociedade sabe sobre a aplicação dos recursos oriundos de tais contribuições compulsórias?

A nossa proposta atende, também, ao princípio do orçamento bruto (art. 6º da Lei nº 4.320, de 1964): todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções. Destina-se, mais uma vez, a promover a conveniente e necessária visibilidade da atividade financeira do Estado.

Por fim, a proposta obedece ao princípio da unidade de tesouraria, impedindo recursos secretos, obscuros, financiando atividades sobre as quais a sociedade não tem controle. O caixa único do Tesouro e a unidade orçamentária são meios caros ao Estado Democrático de Direito, justamente por romper com prática velada dos anos 1980, em que a sociedade em geral e o Parlamento em particular não tinham conhecimento de gastos irresponsáveis, de desequilíbrios monetários e de destinações de recursos que não transitavam pelo então OGU — Orçamento-Geral da União, mas que condenaram o País ao seu financiamento por mais de uma geração.

Julgamos fundamental repudiar a alegação de que isso importaria controle sobre as despesas do Sistema S. As entidades já se submetem ao controle finalístico" — e é bom ressaltar o que é controle finalístico: é o que é feito só no final da ação — "pelo TCU, por força do que confirmou o STF, e assim seguirá. Não é honesto aludir à diferença da natureza jurídica das organizações, pois fizemos questão de reforçar que as despesas do Sistema S financiadas com recursos federais seguirão fora do orçamento, nos termos do inciso V-A do art. 6º.

Relativamente à obrigatoriedade da transferência para as entidades, aqui há consenso: os recursos que de fato são delas sempre serão integralmente repassados, ressalvado o contingenciamento por força do que já assegura o art. 9º, da LRF — obrigações constitucionais e legais do ente não são passíveis de contingenciamento" ou seja, o Sistema S está fora de qualquer contingenciamento do orçamento federal.

"Não haverá, portanto, prejuízo algum, e nem tampouco isso caracteriza razão para excluir os recursos do orçamento, que, aliás, abriga outro sem-número de despesas obrigatórias ou, por outro regramento, igualmente ressalvadas de contingenciamento. Tomem-se como exemplo as transferências a Estados e Municípios por meio do FPE e do FPM. Os recursos dos outros entes políticos, endossados constitucionalmente, transitam pelo Orçamento Fiscal da União. O tratamento conferido às contribuições pertencentes ao Sistema S não seria diferente.

E nem consideramos válido alegar prejuízo a despesas primárias submetidas ao teto dos gastos, pois o necessário ajuste na contabilização das despesas levaria à ampliação da base para a projeção do teto do Poder Executivo. E, assim, estaríamos contribuindo para aumentar de maneira significativa a transparência no orçamento público nacional.

Entretanto, a política é a arte de fazer convergir aquilo que é aparentemente inconciliável. Dito isso, e mesmo mantendo firmes nossas convicções técnico-jurídicas, reconhecemos que a matéria merece reflexão e, principalmente, preparação para sua adoção a partir do debate que iniciamos. Em vista dessas ponderações, e por acordo dos líderes firmado ontem para propiciar a tramitação do PLDO 2024, concordamos em retirar a inovação destas diretrizes orçamentárias e voltar a discutir esta questão quando estivermos estabelecendo as diretrizes orçamentárias para os exercícios financeiros de 2025 em diante."

Eu tenho convicção clara de que os recursos do Sistema S são recursos públicos, porque são coletados pela Receita Federal; são cobrados pela Procuradoria da Fazenda Nacional; quando inadimplentes, fazem parte do contencioso da Dívida Ativa da União; e, quando o empresário ou aquele devedor quer renegociar essa dívida, ele se socorre do REFIS. Mais orçamento público que isso, impossível. Em sendo orçamento público, aplica-se a minha máxima, que todo mundo conhece: onde há orçamento público, tem que haver transparência e fiscalização. Contudo, diante do impasse político que foi gerado, humildemente, retirei esse texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, e, com certeza, para o ano, voltaremos com esse debate.

"Emendas parlamentares.

A participação do Legislativo na apreciação do projeto de lei permite engrandecer as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos da União. Na mesma linha, as diretrizes exaradas não podem deixar de dispor sobre as emendas ao projeto de lei orçamentária, bem como sobre a forma como devem ser executadas as dotações criadas ou ampliadas por iniciativa parlamentar.

Estabelecemos, em primeiro lugar, que os autores das emendas tenham prerrogativa de indicar o beneficiário e pormenorizar o objeto durante a execução. Nesse encargo, observarão a compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, a legislação aplicável à política pública a ser atendida e, sempre que possível, a população e o índice de desenvolvimento humano — IDH do ente da Federação destinatário dos recursos, bem como os critérios próprios de cada política pública.

As indicações e a ordem de prioridade, em caso de necessidade de contingenciamento, serão respeitadas também quando as emendas incluírem ou acrescentarem programações identificadas como RP 2 ou RP 3. No caso de o autor não promover a competente indicação ou de fazê-lo em desconformidade com os planos e as políticas públicas, configura-se impedimento técnico para execução da programação.

No atual modelo de emendamento, as emendas individuais relacionam-se essencialmente com ações de interesse local. As emendas de bancada estadual visam ao atendimento de projetos estruturantes de interesse do Estado ou do Distrito Federal, ou a um plano integrado voltado a superar dificuldades que impeçam o adequado desenvolvimento econômico e social de cada unidade da Federação.

Nesta oportunidade, propomos alterações (art. 81) nos procedimentos e prazos para viabilizar a execução das dotações ou programações incluídas por emendas impositivas, com o objetivo de aumentar a impessoalidade e fortalecer a independência do exercício da atividade parlamentar", ou seja, diminuir a possibilidade do "toma lá, dá cá", na linguagem popular.

"Emendas de Comissão.

De outra parte, as emendas de Comissão Permanente têm o propósito de prover políticas públicas de abrangência nacional, como previsto no inciso III do art. 44 da Resolução 01/06-CN, observada a competência temática de cada colegiado. Tais emendas, a despeito da relevância regimental para a definição de prioridades nacionais, perderam importância ao longo do tempo, provavelmente em razão de não vincularem a execução.

Nosso substitutivo estabelece que constarão da Lei Orçamentária de 2024 programações oriundas de emendas de iniciativa de Comissão Permanente, identificadas com RP8, em montante equivalente a ao menos 0,9% da RCL, com contingenciamento proporcional e endereçamento das medidas para viabilizar a sua execução.

Ressalvas ao contingenciamento

Para bem cumprir seus objetivos, o ideal seria que não houvesse a necessidade de a União adotar a limitação de empenho e movimentação financeira (contingenciamento) das programações incluídas nos orçamentos fiscal e da seguridade social. Contudo, esse procedimento se impõe, quando necessário, como forma de cumprir a meta de resultado primário. De todo modo, verifica-se que o Anexo III do projeto de lei não apresenta rol de programações discricionárias que devem, com fundamento na LRF, ser protegidas do contingenciamento. Por essa razão, propusemos no substitutivo a criação da Seção III no Anexo III para suprir essa omissão. Dentre as despesas que passam a estar protegidas da limitação de empenho e movimentação financeira, destacam-se as relativas a: (i) pesquisa e desenvolvimento e transferência tecnológica pela EMBRAPA; (ii) defesa agropecuária; (iii) educação de pessoas com altas habilidades; (iv) despesas com ciência, tecnologia e inovação; (v) prevenção à violência contra crianças e adolescentes; (vi) despesas com apoio e estruturação de políticas de autonomia, segurança, treinamento, inovação, pesquisa, desenvolvimento e capacitação e defesa feminina, prevenção, conscientização e combate à violência contra a mulher — Antes que Aconteça.

Temas especiais

O plano plurianual 2024-2027 proposto contempla as chamadas agendas transversais. Em harmonia com esse propósito, estamos incluindo na LDO várias disposições que permitem melhor acompanhar a alocação nas programações relacionadas com as agendas e a sua execução, destacando-se: plano orçamentário específico para recursos com crianças e adolescentes; categoria de programação específica para despesas com centros especializados no atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista; educação de pessoas com altas habilidades; implantação e equipagem de salas para atendimento de mulheres e meninas vítimas de violência doméstica ou sexual; e apoio e estruturação de políticas de autonomia, segurança, treinamento, inovação, pesquisa, desenvolvimento e capacitação e defesa feminina, prevenção, conscientização e combate à violência contra a mulher — Antes que Aconteça.

Abrimos a possibilidade da destinação de recursos da União (art. 18, IV, alínea 'c') para a construção e manutenção de vias e obras rodoviárias estaduais e municipais destinadas à integração de modais de transporte ou ao escoamento produtivo.

Em outra ponta, acolhemos pedido do Ministro Luís Roberto Barroso, constante do Ofício 987/23/PRESI/STF, e limitamos a indenização de despesas com deslocamentos a serviço, no território nacional (diárias), ao valor constante da LDO 2016, atualizado monetariamente pelo IPCA acumulado. O teto é aplicável a qualquer agente público, servidor ou membro de quaisquer dos Poderes e órgãos de estatura constitucional, até que lei disponha sobre valores e critérios de concessão de diárias e auxílio-deslocamento.

Em linha semelhante, atendemos a pedido formulado pela Liderança do Governo no Congresso Nacional para permitir o pagamento de passagens aéreas entre Brasília e o local de residência de origem de membros do Poder Legislativo e Ministros de Estado. No mérito, a medida tende a promover economia no emprego de recursos públicos, uma vez que as passagens adquiridas junto às companhias comerciais, em geral, apresentam valores sensivelmente inferiores aos custos incorridos com a utilização de aeronaves da Força Aérea Brasileira", ou seja, sai muito mais barato pagar a passagem do que deslocar um avião da FAB ou um jatinho para levar um Ministro a seu Estado.

"De forma a tornar a execução orçamentária mais transparente, determinamos que, na hipótese de limitação de empenho e movimentação financeira, as dotações indisponíveis para empenho sejam evidenciadas no SIOP e no SIAFI, classificadas por unidade e programação." Ou seja, nós estamos dando transparência a todas essas ações que constarão no SIOP e no SIAFI.

"Quantidade de emendas apresentadas e proposta de voto

Ao todo, de 2.272 proposições, acolhemos integralmente 100 no relatório original e 1.181, parcialmente. Fruto das composições necessárias à tramitação e aprovação, outras tantas emendas acabaram incorporadas na complementação de voto que ora oferto à apreciação do colegiado.

O quadro a seguir mostra o resumo das emendas apresentadas e correspondentes pareceres, constantes no relatório original. Promoveremos os ajustes nos pareceres de demais emendas, para contemplar os acordos entre as Lideranças para submeter este relatório à votação."

Então, está aqui o quadro-resumo das propostas com os pareceres a todas as emendas — pela aprovação, pela aprovação parcial, pela rejeição, pela inadmissão — e o total geral de emendas.

"É o Relatório.

II. Voto

Diante do exposto, propomos a aprovação do Projeto de Lei nº 4, de 2023-CN, nos termos do substitutivo, bem como dos pareceres às emendas apresentadas.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2023.

Deputado Danilo Forte."

(Manifestação na plateia: "Zero por cento eu não aguento! Eu quero ver o servidor no Orçamento!)

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Esta matéria foi tratada. Inclusive, eu recebi mais de 20 categorias, todas as que me procuraram, representadas por sindicatos, federações, confederações, inclusive a FENASPS, e tive a preocupação de fazer esse debate com a área econômica do Governo.

O que me foi repassado? Que cada segmento, cada setor, cada categoria seria tratado por lei específica. Já estava sendo, inclusive, conduzido pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, da Ministra Esther Dweck, um tratamento específico por categoria. E o Governo assumiu o compromisso de, no início do próximo ano, apresentar esses projetos de reajuste e de planos de carreiras, cargos e salários de cada uma das categorias, conforme aquilo que lhes é específico.

Esse foi o acordo feito pelo Governo, no sentido de que não tratássemos individualmente de nenhuma das categorias.

Eu tenho todo o respeito e todo o carinho pelos servidores públicos do meu Brasil. Sem os servidores públicos do Brasil, com certeza, este País não funcionaria. E sei que entre eles há muita gente responsável e comprometida.

Eu sou servidor público federal. Sei da responsabilidade que cada um tem diante da sociedade brasileira, que tanto precisa de serviços públicos. Podem ter certeza de que eu tratei do tema e o levei ao Governo, e, infelizmente, a resposta que recebi foi a de que em vez de haver um tratamento geral, para todas as carreiras, o tratamento seria específico para cada carreira. E aí eu não posso passar por cima de quem deve ter a iniciativa, porque a iniciativa de tratar de política de salário, de política de cargos e salários do Governo Federal é do Poder Executivo, e não do Poder Legislativo.

(Manifestação na plateia: "Zero por cento eu não aguento! Eu quero ver o servidor no Orçamento!)

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Peço silêncio, por favor, para o Relator finalizar o relatório.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Está bom, vamos lá.

Aproveito para parabenizar todos os servidores públicos, na pessoa dos consultores da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, pela competência, principalmente os que me acompanharam, o Wagner, o Otávio, o Rafael, que estiveram comigo nesse longo período de debate sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e solidários com servidores e com a FENASPS.

Complementação de voto.

"Relatório ao PLN nº 4, de 2023 — PLDO 2024.

1) No art. 4º, inciso VIII:

Onde se lê:

VIII - na promoção de salas exclusivas de atendimento especializado em delegacias para as mulheres e meninas vítimas de violência doméstica ou sexual (combate à violência contra as mulheres).

Leia-se:

VIII - na promoção de salas exclusivas de atendimento especializado em delegacias para mulheres e meninas vítimas de violência doméstica ou sexual.

2) Inclua se no art. 4º o seguinte inciso IX:

IX - no apoio e estruturação de políticas de autonomia, segurança, treinamento, inovação, pesquisa, desenvolvimento e capacitação e defesa feminina, prevenção, conscientização e combate à violência contra a mulher no programa Antes que Aconteça.

3) Suprima-se o inciso V-A do art. 6º."

Este é aquele em que há aquela ressalva. Espera aí. Cadê o outro texto? Há um erro na referência. Então é:

3) Suprima-se o inciso V-A do § 1º do art. 6º. Não é todo o art. 6º, é apenas o § 1º do art. 6º.

"4) Suprima-se o § 4º do art. 6º.

5) inclua-se, no art. 12, o seguinte inciso XXIX:

XXIX - despesas com apoio e estruturação de políticas de autonomia, segurança e treinamento, inovação, pesquisa, desenvolvimento e capacitação e defesa feminina, prevenção, conscientização e combate à violência contra a mulher — programa Antes que Aconteça.

6) No artigo 18, § 7º:

Onde se lê:

§ 7º Somente serão concedidas diárias e adquiridas passagens para servidores ou membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria pública da União no estrito interesse do serviço público, inclusive no caso de colaborador eventual, compreendido o transporte entre Brasília e o local de residência de origem dos membros do Poder Legislativo, Ministros do Supremo Tribunal Federal e Ministro de Estado, leia-se — fizemos uma restrição aqui, é importante ver isso —:

§ 7º Somente serão concedidas diárias e adquiridas passagens para servidores ou membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União no estrito interesse do serviço público, inclusive no caso de colaboradores eventuais, compreendido o transporte entre Brasília e o local de residência de origem de membros do Poder Legislativo e Ministros de Estado.

7) Inclua-se no art. 18 o seguinte § 9º-A:

§ 9º-A. As vedações quanto à concessão ou ao reajuste de auxílio-moradia referidas nos incisos X e XIV do *caput* e no § 9º não se aplicam aos dirigentes estatutários das empresas estatais federais dependentes, desde que aprovado em Assembleia-Geral.

8) No art. 83-A:

Onde se lê:

Art. 83-A. Constarão da Lei Orçamentária de 2024 programações oriundas de emendas de iniciativa de Comissões permanentes da Câmara dos Deputados e de Comissões permanentes do Senado Federal, para a execução de políticas públicas de âmbito nacional, em montante equivalente ao menos a 0,9% (nove décimos por cento) da Receita Corrente Líquida — RCL do ano de 2022, sendo dois terços do valor para programações de emendas das Comissões permanentes da Câmara dos Deputados e um terço para as de emendas das Comissões permanentes do Senado Federal.

§ 1º Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida no art. 2º, os montantes das programações de que trata este artigo poderão ser reduzidos em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas primárias discricionárias.

§ 2º Para viabilizar a execução das dotações ou programações incluídas por emendas de Comissão, serão observados os seguintes procedimentos e prazos:

I - as indicações e a priorização pelos autores terão início após 5 dias contados da data de publicação da Lei Orçamentária de 2024, sendo realizadas por meio de ofício encaminhado diretamente aos Ministérios, órgãos e entidades responsáveis pela execução das programações;

II - até 90 dias para que os Ministérios, órgãos e unidades responsáveis pela execução das programações realizem a divulgação dos programas e das ações, análise e ajustes das propostas e registro e divulgação de impedimento de ordem técnica por ofício encaminhado ao autor, e publicidade das propostas em sítio eletrônico, contados da indicação;

§ 3º Do prazo previsto no inciso II do § 3º deverão ser destinados, no mínimo, 10 dias para o cadastramento e envio das propostas pelos beneficiários indicados pelos autores das emendas.

§ 4º Não constitui impedimento de ordem técnica a classificação indevida de modalidade de aplicação ou de GNDs.

§ 5º Inexistindo impedimento de ordem técnica ou tão logo o óbice seja superado, os órgãos e as unidades deverão adotar os meios e as medidas necessários à execução das programações, observados os limites da programação orçamentária e financeira vigente.

§ 6º Na hipótese do parágrafo anterior, os órgãos e unidades responsáveis pela execução deverão:

I – empenhar a despesa até 30 dias contados do término do prazo previsto no inciso II do § 2º; e

II – realizar o pagamento integral até 30 de junho de 2024, no caso das programações que adicionarem recursos a transferências automáticas e regulares a serem realizadas pela União a ente federativo, nos termos do § 5º do art. 48.

§ 7º Aplica-se o disposto nos §§ 3º a 6º aos Ministérios, órgãos e unidades responsáveis pela execução das programações que utilizem sistemas próprios para viabilizar a execução.

Leia-se: "

Ou seja, a substituição, como ficará o texto.

"Art. 83-A. Constarão da Lei Orçamentária de 2024 programações oriundas de emendas de iniciativa de Comissões permanentes da Câmara dos Deputados e de Comissões permanentes do Senado Federal, para a execução de políticas

públicas de âmbito nacional, em montante equivalente ao menos a 0,9% (nove décimos por cento) da Receita Corrente Líquida — RCL do ano de 2022, sendo dois terços do valor para programações de emendas das Comissões permanentes da Câmara dos Deputados e um terço para as de emendas das Comissões permanentes do Senado Federal.

§ 1º Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida no art. 2º, os montantes das programações de que trata este artigo poderão ser reduzidos em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas primárias discricionárias.

§ 2º Para viabilizar a execução das dotações ou programações incluídas por emendas de Comissão, as indicações e a priorização pelos autores serão realizadas por meio de ofício encaminhado diretamente aos Ministérios, órgãos e entidades responsáveis pela execução das programações.

§ 3º Não constitui impedimento de ordem técnica a classificação indevida de modalidade de aplicação ou de GNDs.

§ 4º Inexistindo impedimento de ordem técnica ou tão logo o óbice seja superado, os órgãos e as unidades deverão adotar os meios e as medidas necessários à execução das programações, observados os limites da programação orçamentária e financeira vigente."

Ou seja, foi retirado o cronograma de execução das emendas de Comissões.

"9) No art. 126, § 15:

Onde se lê:

§ 15. Os financiamentos do BNDES à exportação de bens e serviços de engenharia de empresas brasileiras somente poderão ser concedidos para a sua realização em países adimplentes com obrigações anteriores com o banco e mediante seguro e garantias mitigadoras de risco soberano ao país que sedia a obra de engenharia.

Leia-se:

§ 15. Os financiamentos do BNDES à exportação de bens e serviços de engenharia de empresas brasileiras somente poderão ser concedidos a países adimplentes com as obrigações anteriores com o banco — ou seja, não haverá empréstimo para países inadimplentes —, mediante seguro ou garantias mitigadoras de risco soberano do país devedor."

Por vezes, o financiamento não é só para obra de engenharia; ele pode ser para outros programas. Isso é importante para fortalecer a exportação de serviços e obras do Brasil.

"10) No art. 147, inciso I:

Onde se lê:

I - aos membros do Congresso Nacional, aos servidores indicados por membros do Congresso Nacional, bem como aos servidores lotados nas Consultorias de Orçamento e Legislativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, para consultas aos sistemas ou às informações a que se referem os incisos II e IV do caput do art. 146 e ao Laboratório de Informações de Controle — LabContas, nos maiores níveis de amplitude, abrangência e detalhamento existentes, e por iniciativa própria, a qualquer tempo, aos demais sistemas e cadastros; e

Leia-se:

I - aos membros do Congresso Nacional, aos servidores indicados por membros do Congresso Nacional, bem como aos servidores lotados nas Consultorias de Orçamento e Legislativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e na Instituição Fiscal Independente, para consulta aos sistemas ou às informações a que se referem os incisos II e IV do *caput* do art. 146 e ao Laboratório de Informações de Controle — LabContas, nos maiores níveis de amplitude e abrangência e detalhamento existentes; e, por iniciativa própria, a qualquer tempo, aos demais sistemas e cadastros; e".

Isso é muito importante para a transparência e para o acompanhamento e a fiscalização do Parlamento brasileiro, do Congresso Nacional, da execução orçamentária.

"11) Inclua-se o seguinte artigo:

Art. 175- C. A execução das dotações consignadas ao Programa Moradia Digna deverá complementar, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos recursos para Municípios de até 50 mil habitantes."

Ou seja, destina-se este artigo aos pequenos Municípios, para também terem segurança de que terão recursos para os programas de moradia digna, ou seja, do Programa Minha Casa, Minha Vida.

"12) No Anexo III, Seção 3, inciso IX:

Onde se lê:

IX - despesas relativas à articulação e estruturação de políticas de acolhimento das mulheres vítimas de violência;

Leia-se:

IX - despesas com apoio e estruturação de políticas de autonomia, segurança, treinamento, inovação, pesquisa, desenvolvimento, capacitação e defesa feminina, prevenção, conscientização e combate à violência contra a mulher — programa Antes que Aconteça.

13) Inclua-se o seguinte inciso na Seção 3 do Anexo III:

XIII - execução de programas, projetos, planos, atividades, iniciativas e ações aprovadas pelo Conselho Gestor do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações — FUST, instituído pela Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000.

14) Inclua-se o seguinte inciso na Seção 3 do Anexo III:

XIV - despesas relativas à aplicação das receitas da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais — CFEM a que se refere o inciso II do art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990.

15) Inclua-se o seguinte inciso na Seção 3 do Anexo III:

XV - despesas relativas ao Programa 5126 — Esporte para a Vida."

Isso é muito importante para a juventude brasileira. E aqui fazemos uma homenagem à Senadora Leila, que estimulou uma geração inteira à prática do esporte saudável.

"16) Inclua-se o seguinte inciso na Seção 3 do Anexo III:

XVI - despesas relativas à aplicação das receitas provenientes da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, destinadas ao Ministério do Esporte.

17) Inclua-se o seguinte inciso na Seção 3 do Anexo III:

XVII - concessão de benefício ao Bolsa Atleta (Lei nº 12.395, de 2011)

18) Ajustem-se os pareceres às emendas em conformidade com as alterações da presente Complementação de Voto."

Ou seja, essas alterações de voto modificam o relatório anterior.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 2023. Deputado Danilo Forte, Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024.

Quero fazer um atendimento especial ao Deputado Bohn Gass, que brilhantemente relatou o PPA — Plano Plurianual, no que diz respeito ao embasamento dos indicativos para a construção da Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como para, posteriormente, da Lei Orçamentária Anual.

Decidimos aprovar, parcialmente, o Destaque nº 75, de autoria do Deputado Bohn Gass.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, V.Exa. pode pedir silêncio, por favor? Eu gostaria muito de ouvir o Relator. Está realmente com muito ruído.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - E são os assessores lá atrás.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Por gentileza, peço silêncio para que possamos prestar atenção ao Relator. Os Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras precisam ouvir o relatório.

Obrigada.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigada, Deputada Adriana Ventura, sempre muito gentil comigo. Passou o fim de semana todo lendo o relatório.

"Decidimos aprovar parcialmente o Destaque nº 75, de autoria do Deputado Bohn Gass, para incluir o seguinte inciso do art. 4º, que constará com a seguinte redação:

Art. 4º As prioridades e as metas da administração pública federal para o exercício de 2024, atendidas as despesas obrigatórias e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integrarão os orçamentos fiscais e de segurança social, consistente nas ações constantes do Anexo VII desta lei.

X - em caráter indicativo, naqueles constantes do Plano Plurianual 2024-2027, durante a elaboração, a aprovação e a execução do Orçamento."

Obrigado, Deputado Bohn Gass. Acho que eu cumprí a minha tarefa.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Eu é que lhe agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Nós combinamos na reunião de Líderes que, a partir das 18 horas, iniciaríamos as discussões e a votação. Então, respeitando os Líderes que avisaram aos Deputados e Deputadas e Senadores e Senadoras, eu vou suspender a reunião por 15 minutos para cumprirmos o nosso acordo.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Foi acordado isso.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - Antes, Sr. Presidente, eu queria só fazer uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não, Deputado.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - Eu apresentei a Emenda nº 2.768, que cria uma ação orçamentária específica em relação ao câncer, que é fundamental, inclusive em face do que aprovamos agora, a nova política de enfrentamento ao câncer no País. Além de a emenda ter sido rejeitada de forma absurda — eu até vou apresentar por escrito toda a minha indignação —, eu faço uma questão de ordem técnica.

Foi publicado o produto errado, de forma absurda. Eu queria uma justificativa. Eu apresentei a emenda para a unidade apoiada, de acordo com o Regimento. Por isso, apresentei o destaque de acordo com o art. 138, incisos I, II e III. Sabe como foi publicado? Colocaram "aeroporto". O que isso tem a ver com aeroporto? Eu queria entender.

Quero aproveitar e pedir apoio a todos os Deputados e Senadores...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Deputado...

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - É bom verificar, porque a assessoria está dizendo que essa emenda sua foi para o PLOA e não para a LDO.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Isso, foi para o PLOA, não para a LDO.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - Não, não. Foi para a LDO, eu estou aqui com o espelho aqui em mãos.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - No texto da LDO, há a oncologia...

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - Eu estou aqui inclusive com o espelho na mão. Houve um equívoco inclusive da assessoria da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Deixe-me pedir à assessoria para recolher...

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - Estou com o espelho aqui em mãos.

E quero apresentar a minha indignação, porque, no ano passado, nós apresentamos a mesma emenda, e ela foi aprovada. Infelizmente houve veto do Presidente da República.

O câncer já é uma das doenças que mais matam, e é a realidade do seu Estado do Ceará, que tem 184 Municípios. O que mais mata crianças e jovens no Ceará e no resto do País é o câncer. A cada 30 minutos, morre uma mulher com câncer de mama; a cada 38 minutos, morre um homem com câncer de próstata. Infelizmente, os pacientes com câncer não têm acesso à prevenção, ao diagnóstico, à cirurgia, à quimioterapia, à radioterapia, ao cuidado paliativo, ao acompanhamento psicológico.

Nós só estamos criando uma ação orçamentária para que possamos sonhar com a possibilidade de conseguir aprovar um fundo nacional, para que tenhamos recursos, e não haja desculpas de que o problema do combate ao câncer é a falta de verbas.

O tratamento do câncer depende de tempo. Nós apresentamos a emenda de forma correta, obedecendo a todos os critérios, mas, infelizmente, houve esse equívoco.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Peço a palavra, Sra. Presidente.

É um debate importante. Pode ter havido algum equívoco de encaminhamento, mas eu não tenho dúvida de que a comissão técnica formada pelos nossos assessores da Comissão Mista de Orçamento é uma das mais preparadas do Congresso Nacional. Pode haver algumas desinformações.

A oncologia já consta do plano de metas e prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias, e já existe despesa específica para esse fim dentro da Ação Orçamentária nº 8.535 do Ministério da Saúde.

Se houver algum equívoco, antes de agredir ou adjetivar a postura das pessoas que trabalharam exaustivamente para fazer este trabalho, encaminhem o que está em desacordo. Nós vamos ler todas as solicitações, uma por uma, sem nenhum problema. Eu li todas as emendas com a comissão técnica. Passamos o fim de semana inteiro aqui trabalhando.

É natural que, dentre 2.272 emendas, algumas tenham passado ou tenham tido interpretação não tão fundamentada como seria o necessário. Eu peço desculpas antecipadamente. Mas eu não vou deixar que sejam agredidos os servidores da Câmara dos Deputados, porque eu sei do trabalho que tiveram com esse relatório. Ficaram longe de suas famílias e passaram o fim de semana aqui conosco para preparar esse texto.

Então, vamos com calma, com cautela. O nosso espírito aqui é de harmonia, e não de agressão. O nosso objetivo é buscar construir consenso. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Passo a palavra para o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - Eu fui citado.

Com todo o respeito, Presidente, eu não agredi ninguém — de maneira nenhuma.

Eu estive várias e várias vezes com o Deputado Danilo para tratar desse tema. Enviei, no mínimo, umas 200 mensagens para ele. Ele garantiu, inclusive, que a nossa emenda seria contemplada, pela importância do tema.

É o momento adequado, de acordo com o art. 138 — e eu estou apresentando minha solicitação —, para fazer correções. O produto está errado. Colocaram na publicação "aeroporto". O que tem a ver com aeroporto? Isso é uma loucura!

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O Deputado já se colocou à disposição para tratar da questão.

Passo a palavra ao Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. ARNALDO JARDIM (Bloco/CIDADANIA - SP) - Muito obrigado, Presidente Daniella Ribeiro. Vou falar muito rapidamente.

Deputado Danilo, V.Exa. sabe que eu sou Relator, nesta Casa, do projeto que cria debêntures de infraestrutura, de iniciativa do Deputado João Maia. Foi aprovado de maneira quase unânime na Câmara. No Senado, está como uma pauta prioritária e deverá ser aprovado nas próximas sessões. Então, há necessidade de previsão, num dispositivo, do benefício às debêntures. Permitam-me passar isso ao Relator. Trata-se de um ajuste para guardar compatibilidade com aquilo que deverá ser instituído pelo Plenário.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada.

Tem a palavra o Deputado Guilherme Boulos.

O SR. GUILHERME BOULOS (Bloco/PSOL - SP) - Obrigado, Presidente Daniella.

Quero parabenizá-la pela condução dos trabalhos.

Trago três questionamentos ao Relator, Deputado Danilo Forte, que estava ontem na residência oficial da Presidência da Câmara, onde nós fizemos um acordo de Líderes, também com a presença do Relator-Geral do PLOA, o Deputado Motta. Nesse acordo de Líderes, ficou ajustado que as emendas de Comissão RP-8 não seriam impositivas, como o texto original previa, tampouco teriam cronograma de pagamento.

Qual é o problema, meu caro colega Deputado Danilo? O art. 83-A da LDO, com uma redação de alguma forma ambígua, sugere a possibilidade, como interpretação, que essas emendas sejam impositivas. Não foi isso que foi acordado ontem.

Então, o que eu quero propor para o Relator, em nome desse acordo e da busca de consenso, é a supressão completa do art. 83-A, porque, na prática, apenas a parte do cronograma foi retirada. A supressão do artigo daria conta de parte do acordo. Rapidamente passo aos outros dois pontos, Senadora Daniella, Deputado Danilo.

Nós nos atentamos agora para a inclusão, no art. 100-B do texto final do relatório entregue, de gastos no FUNDEB que hoje não são por ele atendidos. A educação pública já é um problema grave no Brasil. Se forem incluídos no FUNDEB gastos com uniforme e outros, como permite esse artigo, vão ser ainda mais comprimidos os investimentos em educação. Então, queremos pedir ao Relator encarecidamente que reveja isso.

Ainda, o art. 175-C, que veio na complementação, envolve, Deputado Danilo, um tema que é estranho à LDO e que deveria ter sido de algum modo contemplado nos diálogos para a aprovação do Programa Minha Casa, Minha Vida. A definição é que 30% dos recursos de habitação devem ir, obrigatoriamente, para cidades com menos de 50 mil habitantes. Esse debate não compete à LDO e não reflete a composição do déficit habitacional brasileiro, que está focado nas metrópoles, nas cidades médias e grandes. Então, queríamos também sugerir essa retificação.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Eu vou pedir, conforme falei anteriormente...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Eu garanti que nós só começaríamos as discussões a partir das 18 horas. Minha palavra tem que ser mantida.

O SR. GUILHERME BOULOS (Bloco/PSOL - SP) - Perdão, Senadora. Eu não estava presente. Desculpe-me.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Tudo bem.

Eu peço ao Relator, assim que nós começarmos...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Vou suspender a reunião por 10 minutinhos, só para eu cumprir minha palavra. Quando reiniciarmos a reunião, o Relator responderá. Está bem?

Obrigada a todos e todas pela compreensão.

A reunião está suspensa por 10 minutos.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Está reiniciada a presente reunião deliberativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional para a votação da matéria constante da pauta.

Estamos em discussão.

Eu vou passar a palavra para o Relator responder os Deputados que deixaram aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Tenho. Está inscrita, Senadora Leila Barros.

Para responder as perguntas que ficaram do Deputado Weliton Prado e do Deputado Guilherme Boulos, tem a palavra o Relator Danilo Forte.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Primeiro, quero parabenizar mais essa brilhante iniciativa do grande Parlamentar Arnaldo Jardim. Sem sombra de dúvida, o Deputado Arnaldo Jardim é um mestre para todos nós que compartilhamos com ele a tarefa de discutir e debater os temas importantes para o Brasil.

Essa é uma emenda propositiva que não gera despesa e programática no que diz respeito a se ampliar a possibilidade de investimentos na área de infraestrutura no Brasil. E se há uma coisa de que o Brasil está precisando hoje é de investimentos na área de infraestrutura, porque geram empregos e diminuem a possibilidade, inclusive, de atrofia da nossa economia. Além disso, esse é um setor no qual hoje o Brasil tem muito a fazer. Então, agradeço a S.Exa. a proposta. Com certeza, se não houver nenhuma objeção por parte do Plenário, nós a acataremos de ofício.

Com relação ao que foi colocado pelo Deputado Guilherme Boulos, nós cumprimos fielmente o que foi acordado ontem no almoço do Colégio de Líderes, do qual todos participaram, com exceção do Partido Novo — até brinquei hoje com a Deputada Adriana Ventura dizendo que todos os velhos estavam presentes. Lá foi feito um acordo. E, nesse acordo, foi retirada a impositividade...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Um minuto, Deputado.

Peço silêncio aos assessores que acompanham os Parlamentares e ao Plenário para que possamos ouvir o Relator Danilo Forte.

Devolvo a palavra a V.Exa., Deputado Danilo.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Então, nós estamos cumprindo fielmente o acordo preestabelecido, exatamente no sentido de viabilizar a votação.

Todo mundo sabe que eu faço as minhas coisas com muita convicção. Eu tinha uma convicção muito forte de que a sociedade brasileira precisava conhecer os recursos que vão para o Sistema S. Neste ano, o Sistema S recebeu algo em torno de 26 bilhões de reais até outubro, podendo chegar a mais de 30 bilhões de reais até o fim do ano.

Nós não estamos aqui questionando a excelência dos serviços do Sistema S. O que nós estamos querendo e podemos questionar é a possibilidade de haver transparência na execução orçamentária, para que tenhamos conhecimento dessa execução, inclusive em razão de levantamentos que foram feitos pelo próprio Tribunal de Contas de centenas de irregularidades na aplicação desse dinheiro. Da mesma forma que nós lutamos contra o orçamento secreto no Parlamento brasileiro, nós temos que lutar também contra o orçamento secreto nas instituições e nas entidades.

Então, todo o discurso, toda a movimentação feita foi na busca e na iniciativa de dar transparência a esse recurso, que é custo do trabalhador brasileiro. As empresas pagam esse custo em função dos seus trabalhadores com carteira assinada. Isso, inclusive, é mais um custo para o Brasil. Isso aumenta o Custo Brasil e diminui a competitividade e é um orçamento que hoje tem uma expressão muito grande. Fui vencido, e, sendo vencido, eu disse, automaticamente, que estava ali para viabilizar a votação do Orçamento, porque o que nós não podemos, em momento algum, é criar alguma condição para que esse Orçamento não seja votado. O Brasil precisa do Orçamento. O Governo precisa do Orçamento. A sociedade precisa do Orçamento. A Nação precisa de credibilidade, que vai ser dada pelo Orçamento público.

Então, o que foi acordado, Deputado Guilherme Boulos, nós estamos cumprindo fielmente.

Apenas há uma interpretação com relação ao § 4º, porque, quanto ao cronograma que foi fruto do debate do acordo, ele foi sempre sendo retirado. No § 4º, todas as emendas parlamentares, emendas de bancada e emendas de Comissão que não tiverem impedimento de ordem técnica ou nenhum óbice, seja com relação a uma indicação equivocada, a uma GND equivocada, a um objeto equivocado, têm que entrar na programação para a execução — todas. Aqui eu não estou diferenciando o que são as emendas de Comissão das demais. Estou só colocando, inclusive, um texto que já existe, tanto na resolução normativa do Congresso Nacional, como também na Constituição brasileira, no art. 165, § 10º.

V.Exa. pode até observar, Deputado Boulos, na Constituição, o art. 165, § 10º, que fala das emendas do Congresso Nacional, que esse texto está coincidentemente lá.

No que diz respeito à questão da inovação relativa às despesas de fardamento escolar, transporte escolar e merenda escolar, fizemos um grande e bom debate na Comissão Permanente de Educação da Câmara dos Deputados. Foi lá que me colocaram isso. Eu inclusive achava que essa despesa já fazia parte do FUNDEB. Fui examinar essa questão. Tive uma conversa com o Ministro da Educação, Senador Camilo Santana, que apoiou a ideia porque as Prefeituras, principalmente as Prefeituras dos pequenos Municípios, estão com muita dificuldade orçamentária. Essa despesa fora do FUNDEB era uma despesa a mais no orçamento das Prefeituras. E está aí o clamor dos Prefeitos em nível nacional para fortalecerem os seus orçamentos.

E também é importante perceber que essa medida vem num momento em que, apesar de todas as dificuldades que o Brasil está enfrentando, o recurso do FUNDEB vai aumentar em torno de 20 bilhões de reais para o ano de 2024, em referência à receita em que ele está embasado. Então, há um crescimento do recurso do FUNDEB. E há uma despesa que não estava ali constituída.

Se quisermos manter um transporte escolar de qualidade — já estamos vendo que em muitas cidades o transporte escolar está sucateado —, se quisermos que os estudantes pobres possam ter fardamento escolar digno, se podemos garantir uma merenda de qualidade, não há por que não usarmos esse recurso. Por isso, no nosso entendimento, essa questão foi atendida, inclusive de forma consensual.

Posso dizer a V.Exa., com toda a segurança, Deputado Guilherme Boulos, que V.Exa. foi o primeiro Deputado, a primeira pessoa que me fez esse questionamento com relação à inclusão desses itens no FUNDEB.

Com relação à questão do programa de habitação, todo mundo viu agora a partilha que foi feita no Programa Minha Casa, Minha Vida. A grande maioria dos Municípios contemplados foi de Municípios com população acima de 50 mil habitantes, o que é um número reduzido. Inclusive, há Estados que não têm nenhum Município no interior com 50 mil habitantes. A maioria dos Estados que eram territórios não tem Municípios grandes. No Nordeste, o Estado do Maranhão mesmo só tem quatro Municípios com mais de 50 mil habitantes.

Cria-se, então, uma categoria privilegiada e discrimina-se a categoria dos pequenos Municípios, que também têm déficits habitacionais. Não há só déficit habitacional nas grandes cidades nem nas grandes metrópoles, não. Eu fico muito triste quando eu ando no centro de São Paulo e vejo como está a cidade a que cheguei para trabalhar quando jovem, adolescente, como todo bom cearense vai trabalhar em São Paulo, para aprender o que é a vida e as dificuldades que ela nos impõe. Hoje eu vejo o centro de São Paulo tomado por levas enormes de maltrapilhos, de pessoas sem teto, ali despejadas na rua, como verdadeiros molambos humanos.

Compreendo a angústia e a vontade de V.Exa. de dar abrigo a essas pessoas que não têm casa para morar nas grandes cidades, mas o mesmo pobre do meu Itapajé, de Canindé, de Irauçuba ou de Cajazeiras, na Paraíba, é o mesmo pobre de São Paulo. Ele é tão brasileiro quanto os outros. E ele também tem direito a ter um abrigo, uma casa, um acesso ao Programa Minha Casa, Minha Vida.

Atendi a essa solicitação, que me chegou pelos Prefeitos. As associações de Prefeitos fizeram-me essa deliberação. Foi encontrado um consenso também com relação a criar um espaço no orçamento do Programa Morada Digna, que,

no popular, é conhecido como Programa Minha Casa, Minha Vida, para esses pequenos Municípios. Então, isso foi o preestabelecido e também já está acordado com relação a essa questão.

Alguém mais? Foram só os dois Deputados, o Deputado Arnaldo e o Deputado Boulos, não é?

Então, com relação a isso, está respondido.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pela ordem, tem a palavra a Senadora Leila Barros.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - Peço a palavra pela ordem, Presidente.

O Relator não me respondeu quanto ao meu primeiro questionamento.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O Relator vai responder V.Exa. neste instante.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Eu queria pedir desculpas ao Deputado Weliton Prado, porque realmente não há o menor sentido. Deve ter sido algum erro. No meu tempo, chamava-se erro de datilografia, mas agora, que é um tempo mais moderno, chama-se erro de digitação. Deve ter havido um erro de digitação com relação a essa questão.

Essa ação está dentro do programa de metas. Ela faz parte do escopo dentro do Ministério da Saúde. Não há uma excepcionalidade. Se o Deputado quiser excepcioná-la, ele pode fazer um destaque para isso. Eu sou um homem de consenso. Acho prudente que essa ação seja fortalecida, apesar de reconhecer que já há uma ação no orçamento do Ministério da Saúde com relação à questão da oncologia.

Lá no Ceará, inclusive, estamos com um programa integrado com o Governo do Estado do Ceará para fazer um grande programa de atendimento oncológico. E quase metade das emendas dos Deputados do Ceará foi destinada exatamente para esse tratamento de oncologia.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - Presidente, permita-me fazer um esclarecimento.

Deputado Danilo Forte, quero apenas fazer um esclarecimento. Na fala anterior de V.Exa., em relação ao Sistema S, V.Exa. pediu transparência. E o nosso objetivo com esta emenda é justamente ter transparência. O câncer já é uma das doenças que mais mata no nosso País.

O PIB do nosso País, em 2022, foi de 10 trilhões de reais. Sabe quanto disso foi para enfrentamento do câncer? Exatamente 0,045%. Sabe qual o percentual do orçamento do Ministério da Saúde gasto com enfrentamento do câncer? Pouco mais de 2%, sendo que o câncer hoje é uma das doenças que mais mata e daqui a 6 anos vai ser a doença que mais causará mortes.

O que acontece hoje? Está tudo misturado. Para saber que foram gastos entre 2% e 3% com o enfrentamento do câncer, foi preciso fazer uma pesquisa enorme, porque não há uma ação orçamentária específica para o câncer.

Vou dar um exemplo. No passado, havia uma ação específica para os Municípios realizarem mamografias. O número de mamografias em mulheres era muito grande, porque os Prefeitos utilizam o recurso específico. Quando acabou essa ação orçamentária, o que aconteceu? Pararam de fazer mamografias, e aumentou o número de mortes de mulheres por câncer de mama.

Então, é muito importante haver uma ação específica para fazermos acompanhamento, para fazermos fiscalização e, inclusive, seguindo a fala de V.Exa., para haver transparência. Nós temos que saber o que é gasto de fato com enfrentamento do câncer, além de haver a possibilidade de alocarmos outros recursos também num fundo, com a aprovação da política para o enfrentamento do câncer, e assim haver recursos suficientes para essa ação.

Nós já apresentamos o destaque da nossa emenda. E essa nossa emenda é vital, é fundamental para salvar vidas. Sem essa emenda, nós não vamos conseguir aprovar no futuro um fundo para ter recursos para uma ação específica de enfrentamento do câncer, um fundo de combate ao câncer. É necessário haver essa ação específica. Podemos pegar, por exemplo, recursos dos Bitcoins apreendidos do crime organizado, dos acordos judiciais de todas as esferas do Poder Judiciário, em primeira, segunda e terceira instâncias, dos acordos internacionais e nacionais, de doações.

Essa ação orçamentária não cria nenhuma despesa, garante transparência e dá um sopro de esperança aos pacientes que têm câncer.

Segundo o INCA, há no Brasil em torno de 700 mil novos casos de câncer por ano. Em 4 anos, haverá quase 4 milhões de novos casos de câncer, a metade dos habitantes do Estado de V.Exa., o Ceará, que tem mais de 8 milhões de habitantes. Daqui a 6 anos, nos 184 Municípios do Ceará, a causa número um de mortes no Ceará será o câncer. E, em muitos dos 184 Municípios do Estado, o câncer já é a doença que mais mata.

Então, essa ação orçamentária é a esperança para termos transparência e para lutarmos para haver mais recursos para o enfrentamento do câncer, porque é a doença que mais mata e tem apenas 2% de recursos do orçamento.

Por isso, eu faço um apelo a todos os Deputados e Deputadas. Isso não aumenta despesa, apenas cria uma ação específica para o câncer. Essa emenda é muito importante ser acatada. Nós apresentamos o destaque dela, e eu peço o apoio de todas e de todos.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Passo a palavra à Senadora Leila Barros.

Eu vou peço que, neste bloco de ida e volta, nós possamos estabelecer 3 minutos por orador, com 3 minutos para o Relator responder. Pode ser assim? (Pausa.)

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG) - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Com relação aos destaques, eu gostaria de retirar alguns e explicar o motivo. Peço a V.Exa. que me conceda a palavra no momento adequado, apenas para fazer esse registro.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Eu vou escrever aqui para não esquecer. V.Exa. pode aguardar.

Tem a palavra a Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) - Obrigada, Sra. Presidente. Cumprimento V.Exa. e o Relator Danilo Forte e agradeço aos dois.

Eu vim correndo do Senado. Todos sabem que a Casa lá está pegando fogo com a sabatina dos indicados ao STF e à PGR, mas eu fiz questão de vir aqui pessoalmente para agradecer a V.Exas. por terem acatado a minha sugestão. Estou inclusive ao lado do coordenador da bancada do Distrito Federal.

Depois de um acordo político, nós conseguimos viabilizar o reajuste para as forças de segurança do Distrito Federal. Agora, com o apoio do Relator e da Presidente da CMO, nós conseguimos ter segurança jurídica para fazer constar no texto da LDO o auxílio-moradia para bombeiros e policiais militares do Distrito Federal.

Claro, essa é uma decisão momentânea. Nós vamos ter que trabalhar por isso. Estou aqui com o coordenador da bancada, e estão aqui também o Deputado Gilvan Maximo e outros Deputados. Nós vamos ter que trabalhar uma solução definitiva para que haja mais segurança jurídica e não tratemos mais dessa demanda histórica dos nossos policiais e bombeiros militares.

Quero, em meu nome e em nome da bancada do Distrito Federal, agradecer humildemente por haverem acatado a minha sugestão e por nos ajudarem nesse auxílio aos nossos policiais e bombeiros militares.

Era isso. Obrigada.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Quero parabenizar V.Exa. pela iniciativa, Senadora.

Esse recurso faz parte do fundo constitucional do Distrito Federal. A iniciativa da Senadora Leila se deu exatamente dentro da abrangência dos recursos do fundo constitucional, com o apoio dos colegas Deputado Rafael Prudente e Deputado Gilvan Maximo. Diante da existência do recurso, da possibilidade, da demanda, e podendo alocar esse recurso para fortalecer uma categoria fundamental no serviço público brasileiro, nós acatamos a emenda com muito agrado, com muito carinho. Parabenizo a Senadora pela iniciativa.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, eu queria de forma muito especial parabenizar a Senadora Leila Barros por sua luta, por sua insistência. Parabenizo também os colegas que fazem parte da bancada do Distrito Federal, mas, de forma muito especial, eu não posso deixar de destacar a atuação da Senadora Leila.

Eu digo isso aqui de cátedra, porque eu acompanhei de perto essa luta, inclusive sendo puxada para achar o Relator e sentar com ele para conseguir fazer com que fosse garantido na LDO esse auxílio para os policiais militares e bombeiros do DF. Então, eu quero dizer que o Distrito Federal deve se orgulhar da sua Senadora e da sua bancada que está presente aqui.

Parabéns, Senadora Leila! É assim que nós conseguimos as coisas. Assim foi com o Antes que Aconteça, na luta. Parabéns!

O SR. GILVAN MAXIMO (Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Presidente, quero aproveitar e parabenizar o Deputado Danilo Forte.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Eu peço a V.Exa. a gentileza de aguardar, pois temos uma lista de inscrições, e já há Parlamentares me olhando.

O SR. GILVAN MAXIMO (Bloco/REPUBLICANOS - DF) - É uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Questão de ordem todo mundo vai ter.

O SR. GILVAN MAXIMO (Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Quero só parabenizar o Deputado Danilo Forte pelo Relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Por gentileza, Deputado. Tenho uma lista aqui para seguir. Daqui a pouco V.Exa. o parabeniza.

A Deputada Adriana Ventura já está ali me olhando e se manifestando. Isso cria um problema para mim. Então, por gentileza, peço a V.Exa. compreensão. O nome de V.Exa. está aqui na lista de inscritos. V.Exa. vai ter direito à sua fala.

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES) - Sra. Presidente, qual é a sequência dos oradores, por favor?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Deputada Adriana Ventura; Deputado Gilson Daniel; Senador Laércio Oliveira; Deputado Alencar Santana; Deputado Carlos Zarattini; Deputado Guilherme Boulos; Deputado Odair Cunha; e Deputado Gilvan Maximo.

Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Presidente.

Eu quero primeiramente parabenizar... Eu vou precisar de mais do que 3 minutos, mas, tudo bem, eu vou seguindo.

Eu quero parabenizar o Deputado Danilo Forte porque achei, sinceramente, que este relatório apresentou muitos avanços. Então, ainda que eu pontue aqui algumas críticas que eu tenho, eu vou elencar esses avanços.

O primeiro ponto a registrar é a questão da transferência especial, que, realmente, acho que foi um grande avanço para a transparência e para o acompanhamento da execução pelos Tribunais de Contas. Isso realmente foi um grande avanço. Eu agradeço bastante a V.Exa. Nós conversamos sobre isso e sei que V.Exa. se debruçou sobre as sugestões, acatou parcialmente algumas emendas, então agradeço a V.Exa. bastante por isso.

O segundo ponto que eu acho que realmente foi um avanço, e eu lhe agradeço o acatamento da minha emenda, é em relação ao BNDES, para não haver empréstimos para países que sejam inadimplentes. Realmente, houve um avanço nesse sentido.

E o terceiro ponto para o qual eu quero chamar a atenção, porque também foi um grande avanço, é a divulgação das atas de reunião da JEO. Sabemos que é importante dar transparência, então a questão da divulgação das atas, repito, foi um grande avanço.

Eu quero agora, Deputado Danilo, falar de alguns pontos que realmente me preocupam bastante. Eu acho que V.Exa. já sabe quais são quase todos.

A primeira questão é em relação à meta fiscal e ao contingenciamento. Do jeito que ficou no relatório, independentemente do tamanho do gasto, do não cumprimento da meta, o crescimento da despesa está garantido. Eu sei que aprovamos isso. No arcabouço, há uma tolerância para 29 bilhões de reais, não é? Então, esse déficit zero, essa meta zero é uma utopia. O fato é que aqui não estamos buscando o equilíbrio fiscal, na minha visão. E os princípios de gestão fiscal da Lei de Responsabilidade Fiscal, na verdade, a partir do momento em que se permite gastar, em que se permite fazer crescer o gasto, independentemente da situação, evitando-se o contingenciamento, nós temos um problema. Esse era o primeiro ponto de que eu queria falar, principalmente, Deputado Danilo, porque saiu uma reportagem no *Estadão* em que o Líder do Governo disse que tem que gastar, senão não ganha eleição. A preocupação é gastar. Então, isso é realmente uma grande preocupação.

O segundo ponto que quero registrar é em relação às transferências especiais. Faço um elogio, mas com uma preocupação com as emendas de Comissão. E eu tenho dois destaques em relação a isso. São dois destaques que foram colocados para tratar não só do art. 83-A, que acho um grande ponto a ser debatido aqui, como também dos critérios, das atas e da votação na Comissão. Mas isso eu vou detalhar mais na defesa do meu destaque. Então, vamos ter tempo para falar disso depois, até para eu não roubar o tempo dos outros agora.

Como terceiro ponto eu quero falar só dos privilégios e já vou encerrar. Na minha visão, tivemos muito retrocesso em relação a privilégios para a elite do funcionalismo público. Eu sei que V.Exas. sofrem muita pressão de todos os lados, mas o que vemos... V.Exa. falou das passagens. "Ah, passagens! É muito melhor avião de carreira do que avião da FAB." Eu concordo inteiramente com isso. Estamos alinhados nisso. Só que aqui não estamos falando disso, estamos falando de passagens que não são para trabalho. Estamos falando do fato de que passagens estão autorizadas, mesmo não sendo para trabalho. Além disso, diárias foram aumentadas e vários auxílios criados. Então, quanto a isso, realmente, estou com uma divergência e gostaria que V.Exa. comentasse.

Por último, é preocupante para mim a execução financeira. O que vemos é uma mistura de exercícios fiscais. Há restos a pagar de 2023 sendo usados em 2024, ações de 2023 que podem ser executadas em 2024. Isso gera bagunça e falta

de controle. Como eu sei do comprometimento de V.Exa. com a transparência e com deixar tudo claro, quero dizer que me preocupam essas misturas.

Ainda que isso esteja previsto em lei, nós estamos tornando isso um hábito. Qualquer pessoa que tenha algum conhecimento sabe que misturar um ano com outro começa a dificultar o controle e a transparência.

Esses são, então, os meus pontos de preocupação. O resto resolvemos nos destaques.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Tem a palavra o Deputado Gilson Daniel.

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES) - Sr. Presidente, Sr. Relator Danilo Forte...

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - Eu sou o primeiro Deputado inscrito.

Isso é brincadeira, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - Não, eu estava fazendo questão de ordem. Eu estava na questão de ordem. Não passaram a palavra para mim pela inscrição. Eu sou o primeiro Deputado inscrito.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Não! Não é, não!

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - Sou.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - V.Exa. não é. V.Exa. falou antes dos inscritos.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - Verifiquem para mim quem é o primeiro Deputado inscrito, por favor? Solicito à Mesa que informe quem é o primeiro Deputado inscrito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - Não. Peça-me desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Um minuto, Deputado.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu peço desculpas desde que V.Exa. diga o artigo. V.Exa. já falou...

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Foi passada a palavra a V.Exa., e V.Exa. usou 1 minuto. Então V.Exa. tem mais 2 minutos.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Não, ele não falou por 1 minuto. Ele falou por 3 minutos.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - Eu estava fazendo questão de ordem.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Qual era o artigo que embasava a questão de ordem? Desculpe-me.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - O art. 138, incisos I, II e III, os incisos inclusive que usei para apresentar o destaque.

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES) - Pode conceder a palavra a ele, Sr. Presidente. Pode conceder a palavra a ele e seguir a sequência de inscritos. Pode conceder a palavra a ele.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Tem a palavra o Deputado Weliton Prado.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - O câncer é uma doença emergencial. Por isso, é necessário haver uma ação orçamentária específica para tratar dele.

Essa emenda foi fruto de muito trabalho da Comissão Especial de Enfrentamento ao Câncer, de muitas reuniões e audiências públicas. Nós aprovamos a primeira Política Nacional de Enfrentamento ao Câncer, e essa ação orçamentária específica não existe. Não existe hoje uma ação orçamentária específica para o câncer no Ministério da Saúde. A nossa proposta não vai aumentar nem em 1 centavo os gastos. Nada! Nós só estamos criando uma ação orçamentária específica no Ministério da Saúde. Para quê? Para saber qual é o valor gasto com enfrentamento do câncer no nosso País.

Depois de muito estudo e de muito trabalho, nós investigamos o orçamento e descobrimos que, para o enfrentamento do câncer no País, uma das doenças que mais mata, não se gastam nem 3% do orçamento. Nós só queremos transparência. Nós só queremos uma ação orçamentária no Ministério da Saúde para podermos acompanhar, fiscalizar e saber qual é o valor que está sendo gasto para o enfrentamento do câncer no Brasil. Isso é muito importante, é muito pertinente, é fundamental,

porque, com essa rubrica, com essa ação específica, podemos criar depois um fundo nacional de enfrentamento do câncer, para colocar mais recursos.

Vou dar um exemplo. Eu destino 100% das minhas emendas para o enfrentamento do câncer. Isso é muito importante. Já foram mais de 140 milhões de reais nisso. Eu sempre digo que o câncer é uma doença que tem cura, principalmente se houver diagnóstico na fase inicial.

Já existiu uma ação específica no nosso País para mamografias. Quando ela acabou, o que aconteceu? Os Prefeitos pararam custear mamografias, e aumentou o número de mortes de mulheres por câncer de mama, porque não há recursos específicos para isso. Havia recurso para fazer mamografia, e todo mundo acompanhava e fiscalizava. Hoje isso acabou. Infelizmente, diminuiu-se o número de mamografias do País, e a cada 30 minutos morre uma mulher por câncer de mama no Brasil.

Hoje nós temos um déficit de equipamentos para fazer radioterapia muito grande. Há equipamentos que fazem radioterapia com bomba de cobalto, que queimam o paciente todo. Eles têm que ser substituídos até 2030. São necessários 300 novos equipamentos. Não há recursos para essa substituição. Essa ação orçamentária é uma esperança que nós temos para salvar vidas. Por isso, eu faço um apelo a todos os Deputados e Senadores para aprovarem a nossa emenda — eu apresentei um destaque —, porque nós temos uma esperança de haver transparência e recursos suficientes para garantir que o câncer seja tratado como uma doença emergencial no nosso País.

Muito obrigado, Relator. Eu conto com o seu apoio para que nós possamos aprovar esse destaque.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Tem a palavra o Deputado Gilson Daniel.

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES) - Sr. Presidente, quero parabenizar o Deputado Danilo Forte pelo relatório, pelo trabalho que fez durante todo esse tempo na LDO, ouvindo todos, dialogando com os Deputados.

Eu queria parabenizá-lo também, Deputado Danilo, pela inclusão no FUNDEB da merenda escolar, do transporte escolar e do uniforme escolar. Eu fui Prefeito por 8 anos. E era uma dificuldade não poder aplicar os recursos do FUNDEB nesses itens, principalmente a merenda escolar. Nos Municípios, há deficiência na merenda escolar por não se poder utilizar os recursos do FUNDEB para isso.

Eu senti falta da inclusão também do *kit* escolar. Eu acho que seria importante a inclusão do *kit* escolar no FUNDEB. Na minha cidade, quando eu fui Prefeito, eu entregava o *kit* escolar todo ano. É uma cidade pobre. Então, era preciso que os nossos alunos tivessem acesso ao *kit* escolar. A possibilidade de inclusão do *kit* escolar no FUNDEB seria também muito importante. Mas parabenizo V.Exa. por essa ação.

Também queria agradecer a V.Exa. o acatamento das três emendas que eu apresentei.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Explique o que é o *kit* escolar, Deputado Gilson.

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES) - *Kit* escolar é o material escolar: caderno, lápis, borracha, dados aos alunos no início do ano. Muitos pais têm dificuldades para comprar o material básico escolar. Nós chamamos isso de *kit* escolar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES) - Uniforme o Relator já incluiu. Merenda, uniforme e transporte escolar foram incluídos. Eu só estou sugerindo a possibilidade de inclusão desse material escolar que é entregue diretamente ao aluno.

Também quero agradecer a V.Exa., Deputado Danilo, o acatamento de três emendas que eu apresentei. Uma delas é para a construção do IFES de Muniz Freire e Jaguaré, cidades do Espírito Santo que precisam desse instituto. Nós estamos trabalhando isso no Ministério da Educação, e essa inclusão na LDO ajuda no diálogo com o Governo Federal sobre a possibilidade de se concretizar o IFES de Muniz Freire e Jaguaré.

Também foi acatada uma emenda sobre telefonia rural. A telefonia hoje no País é uma dificuldade enorme, e a telefonia rural no meu Estado tem uma importância muito grande. Muitos Municípios não são atendidos por telefonia móvel. Então, a inclusão disso na LDO faz com que o Governo tenha atenção também a essa pauta.

Para finalizar, sou defensor da prevenção de risco de desastres neste País. Por isso apresentei uma emenda para gestão de risco de desastres, e ela foi acatada parcialmente. Eu agradeço a V.Exa. por ter aceitado essas três emendas.

Parabéns pelo trabalho que V.Exa. executou durante todo esse tempo e, de forma especial, por essa mudança no FUNDEB, que vai atender todos os Prefeitos do Brasil, principalmente com relação à merenda, ao transporte e ao fardamento, o uniforme escolar. Reforço que a inclusão do *kit* escolar também seria de uma importância muito grande. Parabéns!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Tem a palavra o Senador Laércio.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (PP - SE) - Boa tarde, Sr. Presidente. Cumprimento todos os que compõem a Mesa, os meus colegas Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas e todos os que estão nos acompanhando nesta Comissão.

Na verdade, Deputado Danilo, a minha palavra para V.Exa. era tão somente de agradecimento pela sua compreensão com referência à discussão que nós fizemos, uma discussão agradável, por sinal, pelo nível de política que V.Exa. faz e pela boa relação de amizade que nós construímos nesses anos todos aqui, enquanto Deputados Federais.

Eu pedi a palavra apenas para agradecer a V.Exa. a retirada do artigo que alcançava os recursos do Sistema S, mas eu fui informado de que V.Exa. fez uma fala aqui, há pouco, e alguns comentários que, na minha opinião, estão longe da sua postura de equilíbrio, do nível da política que V.Exa. faz. E eu quero, mais uma vez, pela amizade que tenho com V.Exa., me colocar a sua disposição para oferecer a V.Exa. todas as informações de que precisar sobre o Sistema S.

Foi-me informado que V.Exa. vai continuar, no próximo ano, com a tese — porque não está convencido do contrário — de que os recursos do Sistema S são recursos da União, ou seja, não são recursos privados. No próximo ano, eu prometo que procurarei estar mais perto de V.Exa. para que conversemos, à luz não só da Constituição, mas também da prática quotidiana no Sistema S. E digo isso em nome de todas as confederações, porque conheço de perto esse trabalho.

Fui Vice-Presidente, por exemplo, da Confederação Nacional do Comércio e Presidente da Federação do Comércio do Estado de Sergipe. Portanto, eu tive uma relação muito próxima não só com o Tribunal de Contas da União, quando este exigia alguma informação, mas também com o Conselho Tripartite, o que todo o Sistema S no Brasil tem. No meu caso, a formatação do Conselho Nacional do SESC e do SENAC é tripartite, então tem o Governo, os trabalhadores e a classe empresarial.

É importante deixar claro aqui para todos os colegas que o Sistema S é, sim, fiscalizado e que os recursos do Sistema S são recursos privados. E o alcance que o Sistema S tem em relação à sociedade é algo extraordinário, reconhecido por todos. Pelo Brasil inteiro, vemos pesquisa atrás de pesquisa validando a importância do Sistema S, e isso pode ser testemunhado por muitos que aqui estão.

É bom lembrar que temos um exemplo aqui dentro da própria Casa, do próprio Congresso Nacional, na Câmara e no Senado. Vejam o nível dos restaurantes do SENAC na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Esse é um pequeno exemplo da eficiência do Sistema S, do que, eu tenho certeza, V.Exa., Deputado Danilo, não duvida sob hipótese alguma, porque sei que a sua linha de ação é tão somente com referência aos recursos. V.Exa. quer incluí-los no orçamento. Infelizmente, não vai ser possível conversarmos hoje, mas eu lhe agradeço a compreensão e mais uma vez me coloco à disposição para conversar com V.Exa. a qualquer momento sobre esse assunto.

Quero apenas agradecer a V.Exa. Faço esse esclarecimento pelo comentário que V.Exa. fez. Pelo grau de amizade que nos une, eu me permito voltar ao assunto, mas sem me furtar de apresentar a V.Exa. a minha gratidão pela compreensão de V.Exa. quanto a retirar do texto a questão que fazia referência ao Sistema S.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o Relator Danilo Forte e todos os colegas Deputados e Senadores.

Sr. Presidente, nós gostaríamos de fazer algumas observações, em nome da Liderança do Governo no Congresso Nacional, acerca do relatório.

Em primeiro lugar, nós vimos que houve um esforço do Relator no sentido de estabelecer um cronograma de pagamento das emendas, sejam individuais, sejam as de bancada. Esse cronograma é muito bom, mas há uma dificuldade operacional.

A proposta do Relator exige que, em apenas 6 meses, sejam pagas todas as emendas individuais e de bancada, o que, evidentemente, gera um problema para os Ministérios na operacionalização da programação normal. Então, essa é uma questão operacional complicada. O Governo quer ponderar a esta Comissão a dificuldade de realizar tal cronograma.

Também quero dizer que houve, da parte do Relator, um compromisso de retirar do seu texto original a impositividade das emendas de Comissão Temática. No entanto, no texto resta o § 4º no art. 83-A, mantendo essa impositividade. E, ao mesmo tempo, no *caput* desse artigo há uma determinação...

Peço só um pouquinho da atenção de todos. Sr. Presidente, eu estou falando, mas está difícil. Nem eu estou me escutando aqui.

Então, eu queria dizer que a questão da impositividade foi mantida, apesar de o Relator ter retirado o cronograma de pagamento dessas emendas de Comissão.

E está lá também um percentual da receita corrente líquida. Nós gostaríamos de ponderar ao Relator que colocasse isso em valor. Existe um consenso aqui de esse valor ser pouco mais de 11 bilhões de reais. Do número exato agora eu não me recordo, mas concordamos que haja uma colocação em termos de valores.

Também nos preocupa, Sr. Presidente e Sr. Relator, a retirada do inciso III do art. 3º. Esse inciso III permitiria a excepcionalização dos investimentos das estatais no PAC dos limites do novo arcabouço fiscal. Isso é muito importante, porque nós precisamos garantir esses investimentos. E estabelece um limite: 5 bilhões de reais. Então, nós gostaríamos também que esse inciso voltasse ao artigo.

Só para completar a fala, agradeço se V.Exa. me der mais alguns segundos, Sr. Presidente.

Também foi retirado todo um artigo que tratava da possibilidade de os Deputados e Senadores colocarem recursos em projetos do PAC. Eu não vejo nenhum problema nisso. Acho que há muito mais garantia para todos aqui se investirem seus recursos em programas do PAC, que vão ter uma execução acelerada. Acho que seria uma possibilidade boa e não vejo por que isso não foi colocado.

Então eu queria aqui, em nome da Liderança do Governo, deixar essas ponderações ao Relator, e espero que ele acate-as devidamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Tem a palavra o Deputado Guilherme Boulos.

O SR. GUILHERME BOULOS (Bloco/PSOL - SP) - Obrigado, Presidente. Peço que some ao meu tempo o tempo de Líder, por favor.

Eu quero dialogar aqui com o Relator, Deputado Danilo Forte, sobre novamente o acordo que foi feito ontem na residência oficial da Presidência da Câmara dos Deputados. Parte do acordo o Deputado Danilo cumpriu quando retirou o Sistema S, que havia sido incluído no Orçamento da União. A outra parte do acordo não foi cumprida quando se manteve a impositividade das emendas de Comissão, que hoje não são impositivas, jamais foram impositivas. E, no texto inicial, que, lamentavelmente, perdurou após o acordo, tornam-se impositivas.

Para que não haja dúvida, eu vou ler aqui como está, neste momento, o § 4º do art. 83-A: *"Inexistindo impedimento de ordem técnica ou tão logo o óbice seja superado, os órgãos e as unidades deverão adotar os meios e as medidas necessárias à execução orçamentária"*. Não é "poderão", é "deverão". Quando se fala "deverão", você está colocando uma imposição. Então, essa redação não corresponde ao acordo que foi feito ontem.

Isso é muito ruim, porque, quando se descumprem acordos, geram-se mais destaques, mecanismos de obstrução. Todos nós queremos votar a LDO. Mas isso precisa ser feito mediante a construção de consensos, sem atropelos.

E o que está como pano de fundo nesse processo é a disputa sobre a relação entre poderes. Eu sei que muitos dos meus pares no Senado ou na Câmara — eu sou um deles — não concordam e se insurgem quando, por exemplo, o Poder Judiciário toma prerrogativas do Legislativo. Isso está errado. Isso revela uma disfunção institucional. Da mesma forma, não cabe ao Legislativo tomar prerrogativas do Executivo.

A definição do Orçamento é nossa, e esta Comissão é o local disso. A execução do Orçamento é do Executivo, que foi eleito para isso. Definir cronograma e ainda tornar impositivas as emendas de Comissão, contrariando um acordo de Líderes, não é aceitável. Não é aceitável.

Eu queria aqui complementar e retomar o debate — o Deputado Danilo mencionou — sobre o tema do programa de moradia. Nós temos aí dois problemas, um de método, outro de mérito.

O problema de método é que não cabe à Lei de Diretrizes Orçamentárias entrar numa definição específica de distribuição interna de um recurso de um determinado programa habitacional, para qual cidade vai o recurso. Isso está na MP do Minha Casa, Minha Vida, que se transformou em lei, aprovada pelas duas Casas. E ninguém colocou esse debate naquele momento. Esse é o problema de método.

Há também o problema de mérito. Ninguém aqui quer desprestigar os Municípios com menos de 50 mil habitantes, que, aliás, são a enorme maioria dos Municípios brasileiros. Não se trata disso. Trata-se de se ter uma compreensão de onde está concentrado o déficit habitacional brasileiro. E o déficit habitacional brasileiro — isto não sou eu que estou dizendo, são dados do IBGE, são dados da Fundação João Pinheiro, são dados da FIPE, são dados da FGV — está essencialmente concentrado nas grandes metrópoles, capitais e cidades médias. Então, você vai prender 30% do recurso do programa habitacional em cidades que muitas vezes têm déficit inexpressivo.

Déficit habitacional está relacionado à população em situação de rua, mas também está relacionado à favela, que muitas das cidades com menos de 50 mil habitantes não têm; está relacionado à falta de urbanização.

Então, não adianta nós fazermos algo aqui de afogadilho, porque alguns Prefeitos pediram, às vezes na boa intenção, e prejudicar uma política pública que vem dando certo. Então eu quero fazer um apelo a esta Comissão. Já apresentamos isso como destaque. Mas, antes, reforço esse apelo ao nobre Relator, para que reveja esse tema do art. 175-C no relatório. E, por fim, há o tema do PAC. Olha, gente, nós não podemos aqui tentar atuar na contramão de um programa que foi eleito nas urnas. O povo brasileiro fez uma opção em outubro do ano passado. De um lado, havia uma posição política dizendo: mais cortes. De outro lado, havia uma posição política dizendo: mais investimentos. E a posição de mais investimentos foi vitoriosa, com mais de 60 milhões de votos dos brasileiros.

Esses 5 bilhões de reais do PAC, independentemente de qual foi a opção eleitoral de cada um de nós, estão em empresas públicas. Não faz sentido eles serem submetidos ao teto do arcabouço fiscal, que se refere ao Orçamento. Então, faço também esse apelo sobre esses 5 bilhões de reais de investimentos relacionados ao PAC, à infraestrutura, ao setor de mobilidade, o que é bom para o Brasil inteiro. Isso não é apenas programa social. É infraestrutura, para melhorar a competitividade e a produtividade nacional. É bom para o empresariado que produz aqui. Não há por que nós tirarmos isso. É geração de emprego e renda na veia. Então, reforço esse apelo, já feito aqui pelo Deputado Zarattini, para que se retomem os 5 bilhões de reais de investimento das empresas.

Presidente Daniella Ribeiro, Deputado Danilo Forte, colegas da Comissão Mista de Orçamento, eu acho que nós podemos chegar hoje aqui a um entendimento e conseguir votar a LDO, conseguir cumprir o cronograma de votação da LOA na semana que vem, encerrar o ano com os nossos deveres cumpridos. Mas, para que isso aconteça, não pode haver inflexibilidade. Precisa haver cumprimento de acordos feitos e precisa haver razoabilidade, bom senso, capacidade de diálogo, para escutar e dialogar com as demandas que foram colocadas aqui, em nome da Liderança do Governo, e que estão sendo colocadas por um conjunto de partidos não só da base, mas também da própria Oposição — é o caso do art. 83-A —, para que possamos chegar a um bom termo, chegar a um consenso, e votar a LDO no prazo devido.

Reforço esse apelo, Deputado Danilo Forte, para que cheguemos a um entendimento hoje.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Com a palavra o Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Parlamentares, quero apenas registrar que, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara, nós vamos retirar os Destaques nºs 49 a 73, para facilitar a votação nesta noite, mas pedimos a atenção de V.Exa., do Deputado Danilo Forte e dos demais pares no sentido de apoiarmos os Destaques nºs 108 e 123, assinados pelo Deputado Carlos Zarattini, pela Liderança do Governo, por entender, Sra. Presidente, que, em que pese todo o esforço que o Deputado Danilo Forte fez para produzir uma peça que compreendesse os interesses do Brasil inteiro, ainda restam dois pontos que são extremamente preocupantes para um acordo devido para votarmos o texto sem nenhum tipo de destaque nesta noite.

Quanto a essa questão da não obrigatoriedade de execução das emendas de Comissão, a reserva de 0,9% da receita corrente líquida para as emendas de Comissão, que dá um recurso de 11 bilhões de reais, a nossa compreensão é a de que nós apoiamos o movimento para que esses recursos sejam colocados nas emendas de Comissão, mas sem que essa regra esteja expressa na LDO, porque ela acaba, por si, a induzir uma execução obrigatória.

Nós compreendemos que a emenda constitucional já estabeleceu quais são as emendas cuja execução deve ser obrigatória. Sra. Presidente, nós compreendemos que é possível, sim, estar na LDO um cronograma de execução para as emendas que são impositivas constitucionalmente. A execução dessas emendas cuja impositividade está consagrada na Constituição nós entendemos como adequada. Agora, para as emendas de RP8, nós compreendemos que é necessária essa retirada.

Também entendemos que não faz nenhum sentido, Deputado Danilo, nós excetuarmos os 5 bilhões de reais de investimentos das estatais, que impactam o primário. Isso não faz sentido, porque esses não são recursos oriundos de tributo. São recursos de capital próprio dessas empresas. Por isso, nós solicitamos a V.Exa. a retomada do texto original. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Então, estão retirados os Destaques nºs 49 a 59...

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG) - Os Destaques nºs 49 a 73.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - ...49 a 59, o Destaque nº 61 e os Destaques nºs 63 a 73. É isso?

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG) - Eu estou sem os destaques aqui. Então, vou dizer de outra maneira: todos os destaques que estão assinados pelo Deputado Odair Cunha.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Perfeito. Obrigada, Deputado.

Com a palavra o Deputado Gilvan Maximo.

Antes, eu queria só fazer um registro. O Deputado Weliton Prado estava inscrito aqui. Ele foi o primeiro inscrito. Quero deixar isso consignado.

Deputado Gilvan Maximo, V.Exa. está com a palavra.

O SR. GILVAN MAXIMO (Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Quero parabenizar o nosso Deputado Danilo Forte, esse craque, competente, que trabalhou com maestria nesse relatório da LDO.

V.Exa. ajuda muito a nossa Polícia Militar e o nosso Corpo de Bombeiros. Traz segurança jurídica neste momento difícil. Nesta Comissão, nós aprovamos o aumento — eu fui o Relator — das forças de segurança do Distrito Federal. Agora, nós encerramos o ano com chave de ouro, Deputado Danilo Forte, Presidente Daniella, porque V.Exas. foram sensíveis colocando no relatório essa segurança jurídica para a nossa Polícia Militar e para o nosso Corpo de Bombeiros.

Portanto, muito obrigado, Deputado. Brasília te agradece. A Polícia Militar, o nosso Governador e a nossa Vice-Governadora, Celina Leão, acabaram de me ligar para agradecer ao senhor e à nossa Presidente Daniella.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado.

Com a palavra o Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Sra. Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Sras. e Srs. Parlamentares, eu venho aqui também para parabenizar o Relator da LDO, o Deputado Danilo Forte, que sempre tem honrado o nosso partido, e o honrou ainda mais na Relatoria da LDO, pela sua sensibilidade, pela sua competência e, sobretudo, pela maneira como soube ouvir todos os colegas e fazer um relatório não a duas mãos, mas com as mãos de todo este colegiado.

Agradeço-lhe, Deputado Danilo Forte, pelo acolhimento das nossas emendas apresentadas. Aqui quero destacar a do Sistema S. Eu tenho certeza de que V.Exa. entendeu bem qual é o alcance do Sistema S, tanto no treinamento de profissionais quanto na assistência social, na consultoria, pesquisa e assistência técnica. Tem melhorado e muito o nível da assistência técnica no nosso País.

Portanto, eu tenho certeza, meu caro amigo e Senador Laércio Oliveira, de que o Deputado Danilo Forte será totalmente convencido de que o Sistema S é muito importante e vai continuar da forma como está hoje, com transparência, com projetos totalmente discutidos com as classes que ele pretende atender.

Por isso, meu caro colega Deputado Danilo Forte, eu parabenizo V.Exa. e sei do seu convencimento depois de ter se debruçado sobre essa matéria na sua relatoria.

Quero também, ilustre Presidente, parabenizar o Deputado Danilo Forte, em nome do Deputado João Leão, meu colega baiano, por ter atendido às solicitações das emendas do Deputado João Leão para duplicação da Ponte do Funil. Isso será importante para complementar o projeto da construção da Ponte Salvador-Itaparica e também da duplicação das BRs que se seguem a essa ponte.

Portanto, a pedido do Deputado João Leão, faço esse agradecimento ao Deputado Danilo Forte pela compreensão e, com certeza, por contribuir — e muito — para a melhoria da infraestrutura viária do nosso Estado, especialmente a ligação com a Capital Salvador.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado José Rocha.

Tem a palavra Deputada Daniela Reinehr.

A SRA. DANIELA REINEHR (PL - SC) - Obrigada, Presidente.

Caros colegas, eu apresentei também um destaque referente ao Seguro Rural em relação à ressalva à limitação de empenho, pois a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural é um dos pilares da política agrícola brasileira, sendo componente fundamental do Plano Safra, divulgado anualmente pelo Governo Federal.

Isso se explica pelo fato de que a atividade agropecuária está sempre sujeita aos efeitos das adversidades climáticas, como temos visto nos últimos tempos, especialmente nos Estados do Sul, como também nos outros Estados. No Sul, chuvas, inundações, secas e geadas têm prejudicado as lavouras nos últimos anos.

O Seguro Rural é o mecanismo mais eficiente para compensar o agricultor pelas perdas decorrentes dessas intempéries especialmente e para oferecer garantia na segurança alimentar. Esse Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural tem como objetivo auxiliar financeiramente o produtor rural na aquisição de apólice de seguro na sua atividade na lavoura, garantindo, assim, o pagamento das obrigações financeiras em caso de quebra de safra.

Vale ressaltar que duas outras despesas similares já estão incluídas no Anexo III da LDO, como as indenizações e restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária — PROAGRO e contribuição ao Fundo de Garantia-Safra. Também se encontra nesse anexo a subvenção econômica no âmbito das operações oficiais de crédito, nas quais está incluída a subvenção de crédito rural.

Portanto, essa proposta busca retomar dispositivo já constante na LDO de 2023, ao mesmo tempo em que se confere à subvenção ao Seguro Rural o mesmo tratamento orçamentário que já é dado a outras políticas públicas similares de apoio ao setor rural.

Por isso, Presidente, eu peço que não seja feito o contingenciamento do Seguro Rural na LDO.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputada.

Tem a palavra o Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Presidenta, colegas Deputadas, Deputados, Relator da LDO, Deputado Danilo Forte, eu queria colocar aqui duas questões em especial, mas falando do momento político que nós vivemos.

Deputado Danilo Forte, primeiro, eu acho que este é o momento em que a política brasileira volta a ter um espaço de destaque. Eu estou falando da possibilidade de diálogo, da possibilidade de se construírem, a partir de divergências, posições consensuais ou pelo menos as mais próximas possíveis, dentro do debate realizado entre quem pensa de maneira A, de maneira B, de maneira C, e assim por diante.

E por que eu digo isso? Porque esse exercício tem que ser entre nós no Parlamento, tem que ser entre o Parlamento e o Executivo. E o Executivo tem demonstrado isso, ao longo de 2023, de uma maneira muito clara. O Presidente Lula tem se postado assim. O seu Governo também tem se postado dessa maneira, dialogando com o Parlamento, construindo, mesmo eventualmente recuando.

E alguns acordos também foram feitos nessas conversas que envolvem a LDO. O calendário foi estipulado, o cronograma para as emendas individuais, para as emendas de bancada. E é importante destacar que a impositividade já existe para esses dois tipos de emenda. Mas, ao estipularmos a impositividade para emenda de Comissão, rompendo um acordo, eu acho que nós quebramos o espaço da política, do diálogo entre as bancadas, entre os Líderes e seus liderados, entre o Parlamento e Executivo.

Por isso, defendemos o voto favorável ao destaque apresentado, para supressão desse dispositivo que está imposto, ao estipular o 09, mas que na redação estabelece a impositividade também à emenda de bancada.

Em segundo, ressalto o projeto de desenvolvimento do País, que o Presidente Lula trouxe novamente, com programas essenciais como o Minha Casa, Minha Vida, mas também com o PAC. E o Brasil precisa de um reforço. E, ao colocarmos os investimentos das estatais em até 5 bilhões dentro da meta, comprometemos isso. Não comprometemos o Executivo, mas nós comprometemos o País, a geração de emprego, a política econômica, a política de desenvolvimento.

Por isso, nós também pedimos apoio aos demais colegas para que suprimamos esse dispositivo, que, de certa maneira, joga contra a política de desenvolvimento que este País retoma, tão necessária para geração de emprego, inclusão social e tantas outras políticas e ações decorrentes.

Por essa razão, destacamos esses dois pontos a serem alterados no relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado.

Tem a palavra o Deputado Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - Presidente Senadora Daniella Ribeiro, minha conterrânea, meu amigo Deputado Danilo Forte, amigo de movimento estudantil, eu confesso que estou muito preocupado com esse relatório. Eu acho que é como se estivéssemos mudando o regime de Governo sem plebiscito. Estamos instituindo uma espécie de parlamentarismo orçamentário.

Primeiro, Danilo, nós já temos as emendas impositivas. Se criarmos essa emenda de Comissão de mais de 11 bilhões, chegando a totalizar quase 50 bilhões, faço a seguinte pergunta a V.Exas.: de onde saem esses 11 bilhões? Saem do Poder Executivo, saem do PAC. O Deputado Danilo Forte conhece as contas. Nós já vamos ter um contingenciamento

muito grande de obras do PAC. Além do contingenciamento, nós vamos tirar mais 11 bilhões? Agora, o Parlamento quer executar?

Nós temos emendas impositivas de bancadas, individuais. Este cronograma para nós, para o Governo, para o Poder Executivo, é uma afronta, é uma afronta. Para que o Parlamento vai definir um cronograma de pagamento? Já tem que pagar todo ano, minha Presidenta Daniella. As emendas são impositivas. Nós estamos entrando na atribuição concreta do Poder Executivo, meu professor Mauro Benevides Filho.

Nós já vimos isso. Em 1993 houve um plebiscito neste País para decidirmos entre parlamentarismo e presidencialismo. E nós tivemos votações. Para mudar, tem que ser assim. Eu quero fazer um apelo. Desse jeito, há um esvaziamento total do Poder Executivo. De que vai ser vir ser Presidente da República? Ser só RH e pagar pessoal?

Eu falo: com essa emenda de bancada associada ao contingenciamento, meu Relator Danilo Forte — e V.Exa. sabe fazer conta —, o PAC vai virar ficção. E eu quero fazer outro apelo em relação a esses 5 bilhões das estatais. Eu recebi uma ligação agora do Ministro Silvio. Outros estão... Isso aqui vai pegar investimentos de estatais que podem ser muito importantes para a retomada do crescimento econômico, que estavam fora das regras fiscais, minha Presidente. Se as regras fiscais se aplicarem a esse caso, essas obras não vão sair.

V.Exas. sabem que, desde o começo, eu fui muito crítico da meta de déficit primário zero porque eu acho que o PAC tem que andar, a economia tem que crescer. Então, eu faço aqui este desabafo, confiando no diálogo com o nosso Relator, Deputado Danilo Forte, para que possamos mexer nisso. Nós vamos ter as votações das emendas agora. Mas eu volto a dizer que nós estamos entrando em atribuições do Poder Executivo.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Lindbergh Farias.

Tem a palavra o Deputado Vicentinho Júnior.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Sra. Presidente, eu gostaria que V.Exa. apensasse o tempo do PP à minha fala.

A graça de poder falar por último e ouvir tantas verdades aqui neste plenário é que vamos formando um novo pensamento. Eu inicio, nobre Relator Danilo Forte, fazendo a defesa de um destaque que apresentei, não apenas encaminhado pela nossa FPA, mas pelo agronegócio brasileiro, no que toca à questão do Seguro Rural.

Hoje, o agricultor brasileiro, como falei mais cedo — e repito —, para manter a alimentação, a segurança alimentar do Brasil, acordando de madrugada e dormindo de madrugada também, sabe o que passa.

E, por mais que estudemos o mercado financeiro e as previsões econômicas do País no futuro, não damos conta de saber que dia chove mais, que dia chove menos, que dia haverá mais sol, que dia haverá menos sol, que dia a arroba de um boi custará mais de 350 reais e depois cairá para 180 reais, como aconteceu no começo deste ano, que dia uma saca de soja custará 220 reais e no outro dia cairá para 120 reais. E o Seguro Rural é o que dá condição ao produtor de não quebrar e não cometer a falta do cumprimento aos seus compromissos financeiros, às instituições financeiras.

Por isso, apresentamos, junto com o Deputado Sergio Souza, com o Deputado Giacobo e outros membros da FPA, um destaque pedindo de fato esse não contingenciamento do Seguro Rural ao produtor brasileiro — e tenho certeza da sensibilidade de V.Exa.

Começo analisando a fala do colega que me antecedeu. Eu prefiro acreditar no parlamentarismo orçamentário — e vou dizer por quê. É muito mais fácil a um Congressista que faz o que V.Exa. fez, Relator, que anda pelo Brasil, como andou na nossa cidade de Palmas, em Tocantins; é muito mais fácil à Senadora Daniella, quando volta da sua Paraíba; é muito mais fácil ao Deputado Gaguim, quando volta do mesmo Estado que eu, ouvindo as comunidades de todos os tipos: indígenas, quilombolas, tradicionais, agrovilas, cidade do interior, capital; saber qual é a necessidade do momento. E já quero falar ao Deputado Guilherme Boulos para corrigir uma teoria que há aqui no Congresso.

Repto sempre: orçamento é cobertor curto para frio muito. Tudo é prioridade, mas o Governo Federal, Deputado Lindbergh Farias, erra menos quando escuta o Congresso Nacional, que sabe o que é necessário naquele momento: se é uma ambulância ou se é um hospital, se é um remédio ou o combustível da ambulância, se é uma escola ou um kit educação. Então, eu prefiro o parlamentarismo orçamentário — e não foi bem essa a citação respeitosa que devia ter sido dada a esta Comissão que está o ano inteiro trabalhando pelo orçamento do Brasil.

Respeite um pouco mais a rotina do Relator, um pouco mais a rotina dos seus colegas e pares desta Comissão, porque nós não estamos aqui para usurpar a atividade do Governo Federal, que paga, mas paga atrasado, que paga sob liminares judiciais, que paga uma creche, como ocorre em Muricilândia, Presidente, com 40% da obra levantada... Nesse caso, o GMC do Município perdeu o prazo por 2 dias, e o FNDE disse: *"Se vire, não podemos mais pagar"*. E o Prefeito hoje

fica sem saber o que fazer com a obra da creche, que foi iniciada mas está sem a garantia financeira do mesmo FNDE. Vamos ter que descobrir uma forma de concluir-la.

Então, eu digo, mais uma vez, que o Governo erra menos quando escuta mais o Congresso Nacional. E é por isso que eu faço aqui justiça ao trabalho do Relator Danilo Forte, que não é o dono da verdade.

Deputado Danilo, eu vi V.Exa. fazer grandes debates, não só em Palmas, mas com Líderes partidários, com Líderes aqui nesta Comissão, com membros desta Comissão, como a diligente Presidente Daniella Ribeiro, para corrigir o texto. Às vezes, as nossas verdades não são as verdades que o mundo quer ver, Presidente — e aqui eu vejo tantos donos da verdade.

Vejo uma teoria — e quero estar errado, Deputado Boulos. Já estou há 10 anos no Congresso Nacional. No meu primeiro mandato, alguém um dia me disse: *"Vicentinho, cuidado com o que vem de São Paulo, porque, às vezes, o que é bom para São Paulo não é sempre bom para o Brasil em matérias legislativas"*. O direito à habitação, que é um direito do um paulistano, é o mesmo de um tocantinense. O direito a orçamento de um programa habitacional de São Paulo, que, ao longo da história, não conseguiu organizar e controlar o seu crescimento urbano, não pode penalizar os nossos pequenos Estados do Brasil. A minha Capital Palmas e os Municípios tocantinenses gritam pela mesma habitação por que grita e merece um cidadão paulistano.

Eu fico feliz. Falei mais cedo, em sua ausência, Presidente, quando vi sentado nessa cadeira o Senador Marcelo Castro, que outrora foi também Presidente desta honrosa Comissão, que levou com maestria os trabalhos. E ao final também entregamos, Senador Marcelo, um Orçamento que não servia apenas ao seu Piauí, ao meu Tocantins ou muito menos a São Paulo; servia a todo o Brasil e a todos os brasileiros. E eu não tenho dúvida, Presidente, de que, ao final do seu trabalho, nós vamos entregar juntos esse Orçamento.

Vi aqui mais cedo o programa de atenção e prevenção à violência contra a mulher. Nós vamos entregar nesta Comissão um Orçamento, e não um parlamentarismo orçamentário — que ridícula essa fala! —, mas um trabalho orçamentário feito com muito afinco.

Vi aqui o Relator do PPA, o Deputado Bohn Gass, que tem o meu respeito, dizer que ficou trabalhando aos fins de semana para entregar um PPA bem entregue. Vejo aqui o Deputado Luiz Carlos Motta fazer da mesma forma na LOA. E não foi diferente, Deputado Danilo, com o relatório de V.Exa. da LDO. Pode não ser o melhor, mas é o mais possível para atender a um Brasil, que, não é de hoje, clama por várias necessidades orçamentárias.

Quero registrar isso mais uma vez. Um Parlamentar de um pequeno Estado, do meu querido Tocantins... Esses dias, brincando, na Presidência, alguém falou para mim e para o Deputado Gaguim que os Deputados do Tocantins são valentes. Eu falei: *"Valentes, não. Nós somos corajosos porque é marca tocantinense a coragem"*. Se não tivéssemos coragem, Deputado Gaguim, talvez ainda fôssemos norte-goianos, diga-se de passagem. Então, a coragem de defender o que é do meu Estado, Tocantins, não nos faltará, mas o respeito ao trabalho deste Congresso Nacional e de seus membros, por quem trabalha por todos os nossos rincões do País, também não me falta.

Parabéns à nossa Presidente. Parabéns a um Relator que trabalha pelo Parlamento, mas que trabalha pelo Brasil e assim o fez no relatório. E peço um pouco mais de consideração de quem, às vezes, vem a esta Comissão fazer discurso para lacrar em rede social em vez de ficar aqui, de manhã até à noite, como nós estamos, para de fato entender o que está acontecendo, não ser injusto com os membros desta Comissão e muito menos com todos os brasileiros.

Parabéns a todos os envolvidos.

Eu não tenho dúvidas de que vamos entregar um Orçamento que irá servir ao Parlamento brasileiro, ao Governo Federal, ao Tocantins, a São Paulo e ao nosso Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Vou passar a palavra, pela Liderança, ao Deputado Kim Kataguiri, e eu vou encerrar as inscrições. Temos ainda...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente Daniella...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O Deputado havia pedido a palavra primeiro.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - O Deputado Kim está aqui?

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) - Estou aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O Deputado Kim está atrás de V.Exa.

Com a palavra o Deputado Kim Kataguiri.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) - Sra. Presidente, Sr. Relator, eu tive 34 emendas rejeitadas pelo Relator, mas quero chamar atenção aqui desta Comissão, do Relator e de V.Exa., Presidente, para somente quatro, porque tratam

de questões de bom senso. Não é uma questão ideológica. Não é uma questão para prejudicar ninguém. Não é uma questão contra o Governo ou a favor do Governo. É bom senso.

Uma emenda que eu quero focar é sobre criar uma rubrica no Orçamento para pesquisas de vacinas contra substâncias psicoativas. Essa emenda não tem 1 centavo de impacto fiscal. Ela apenas um instrumento no Orçamento para que o Deputado que queira, a bancada que queira, o Governo que queira encaminhe recursos para pesquisarmos vacinas contra drogas.

Eu tive a oportunidade de conhecer de perto a vacina que está sendo desenvolvida pela Universidade Federal de Minas Gerais contra o *crack* e contra a cocaína. Alguém é contrário a se pesquisar vacinas contra o *crack* e contra a cocaína?

Não sei, Deputado Danilo, se o *crack* é um problema no Estado do Ceará, mas certamente é um grande problema no Estado de São Paulo. Há mais de 260 cracolândias no nosso Estado. Na cidade, há a pior de todas, com fluxo de traficantes e usuários de drogas que não têm mais consciência de si próprios.

Daqui aproveito e já encaixo outra emenda apresentada, que é sobre internação compulsória — um tema polêmico, eu sei. Quando propus, e ainda proponho e defendo, que, na cidade de São Paulo, fosse internado compulsoriamente o sujeito que não tem mais discernimento, que não tem mais consciência, que não responde mais pelos próprios atos, assim como prevê a legislação, fui chamado de higienista, fui atacado por diversos setores do Governo e das Esquerdas. Agora o próprio Prefeito do Rio de Janeiro, apoiado pelo PT, por boa parte das Esquerdas, está defendendo e implementando uma política de internação compulsória.

Esse é um problema gravíssimo da cidade de São Paulo, do Estado de São Paulo, do Rio de Janeiro e de outros Estados. O Brasil é o país que mais consome *crack* no mundo inteiro. E temos a oportunidade, mais uma vez, como estou ressaltando, de criar uma rubrica — não há nenhum problema técnico, não há nenhum problema formal, não há nenhum impacto orçamentário — para quem queira destinar e financiar vacinas contra drogas, vacinas que ajudam no tratamento de quem sofre hoje com o vício em drogas.

Há outra emenda — essa tem impacto financeiro, mas é um impacto financeiro plenamente justificável — para garantir recursos no combate ao crime organizado, no combate aos crimes contra o patrimônio, que têm acontecido com muita frequência na cidade de São Paulo. São 380 mil furtos e roubos. O Orçamento não precisa nem aumentar. Eu só estou pedindo que não haja corte. Só estou pedindo hoje algo que se refere ao principal problema do brasileiro, que é a segurança pública. Peço que não haja corte no Ministério e nas ações voltadas para o combate à criminalidade, porque o Governo enviou o projeto do Orçamento a esta Casa com corte real, sem reajuste da inflação. Eu estou pedindo para que haja o reajuste da inflação, só isso.

É a minha avaliação. Se eu fosse do Governo, se eu fosse Ministro de Segurança Pública, se eu fosse Presidente da República, eu mandaria um projeto com aumento, mandaria um projeto com aumento real, porque nós precisamos, sim, de mais orçamento para a segurança pública, para o Sistema Único de Segurança Pública — SUSP, que é muito mal implementado, muito mal executado no Brasil pelo Governo Federal. Mas não é nem isso o que estou pedindo. Não peço nem que haja aumento real.

A emenda que apresentei é só para garantir que haja correção pela inflação, que seja preservado o Orçamento que nós aprovamos no ano passado para este ano, que seja o mesmo para o ano que vem, porque o que há hoje de previsão do Governo é corte na segurança pública.

Eu estou aqui defendendo alguma loucura, alguma coisa que não é razoável, alguma coisa que deve ser desconsiderada pela Presidência da Comissão, pelo Relator da Comissão? Se eu tenho dúvidas em relação ao problema do *crack* em outros Estados, eu não tenho dúvida em relação ao problema de segurança pública, furto, roubo e homicídio em outros Estados. Esse é um problema do Brasil inteiro, inclusive do Estado do Ceará. O Brasil inteiro sofre com a epidemia de furtos, de roubos e de homicídios. E nós não vamos votar nesta Comissão para garantir à segurança pública nem o reajuste pela inflação, que é o básico, o mínimo?!

Há dinheiro para o fundo eleitoral, há dinheiro para aumentar repasse para a emenda parlamentar de Deputado que fizer o apontamento em Comissão, mas não há dinheiro para reajustar o orçamento da segurança pública pela inflação? Nós vamos cortar recurso da segurança pública e garantir a impositividade de emenda de Comissão? O que é mais prioritário do que combater a onda de violência e de criminalidade que vivemos hoje no País? Isso não é razoável, nobres colegas, não é razoável!

Outro ponto que eu coloquei também como emenda à LDO é a garantia de orçamento para urbanização de favelas, para que, em Parelheiros, no Parque de Taipas, na Cidade Tiradentes, haja o mínimo de dignidade de regularização fundiária com a reforma de residências precárias que hoje estão lá à beira do esgoto. E nós não vamos garantir orçamento mínimo,

básico, para isso!? Eu não estou nem entrando no valor específico, algo que vamos discutir na LOA. Mas quero saber se nós não vamos nem criar uma trava na LDO para garantir a quem hoje mora numa favela o mínimo de infraestrutura urbana, para garantir que colocaremos lá uma UBS, uma creche.

Hoje, os bairros que não têm regularização fundiária nem sequer são considerados para estatística. Então, nós podemos ter 100% de saneamento básico na cidade de São Paulo. Ainda assim, o Parque de Taipas não vai ter saneamento, porque ele não conta, não existe no mundo do direito, não existe para o mundo formal, não existe no papel para a Prefeitura. Nós não vamos garantir recurso para isso, para regularizar propriedade de pobre? Pobre não tem direito à propriedade? Pobre não tem direito à moradia digna? Pobre não tem direito a saneamento básico?

Deputado Lindbergh, como até V.Exa. colocou, há dinheiro para aumentar o repasse das emendas parlamentares, mas não há dinheiro para melhorar a vida de um sujeito que mora no extremo sul da cidade de São Paulo? Não há dinheiro para renovar um colete vencido que o policial militar está usando?

Pelo amor de Deus, isso não é minimamente racional! Não interessa se é um Parlamentar de direita ou se é um Parlamentar de esquerda. Achar que está o.k. aumentar o repasse de emenda parlamentar e garantir o recurso do fundo eleitoral para nós políticos fazermos campanhas, mas não reajustar pela inflação o orçamento do Ministério de Segurança — desculpem-me —, é, sim, uma insanidade! Isso é coisa de gente que está vivendo numa bolha, de gente que não está pisando nos seus Estados, nas suas cidades, nas suas bases eleitorais, de gente que está presa aqui em Brasília, que tem o maior IDH do Brasil, de gente que, por não ver o problema do vício em *crack*, não vê a oportunidade de financiar uma pesquisa que vai nos colocar na ponta, vai nos colocar na fronteira do conhecimento, como essa pesquisa que está sendo desenvolvida pela Universidade Federal de Minas. Outras universidades podem pesquisar também vacinas contra drogas. E nós vamos abrir mão disto, de um recurso para uma vacina de ponta a ponta, com 40 milhões de reais? Nós não temos esse mínimo de recurso, que representa a emenda que um Parlamentar tem? Isso é o que tem um Parlamentar da Oposição, porque nós sabemos que um Parlamentar do Governo tem mais do que isso. Com o valor de que dispõe um Parlamentar nós não garantimos uma vacina de ponta a ponta no nosso País. Mas, repito, há dinheiro para o fundo, há dinheiro para o aumento de emenda parlamentar.

Então, eu quero fazer um apelo a esta Comissão e ao Relator, o Deputado Danilo Forte, para que reavaliem as emendas que eu apresentei, porque são apenas coisas razoáveis, senso comum. Ao se perguntar a opinião de qualquer cidadão na rua, de esquerda, de direita, de centro, ele vai falar "*Eu concordo, acho razoável, não quero brigar em relação a isso*". Se o cara votou no Lula, no Bolsonaro ou nulo, ele vai concordar com isso.

É esse o apelo que faço à Presidência e ao Relator. Os destaques 89 e 90 a Deputada Adriana fez a gentileza de apresentar.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Tem a palavra o Deputado Alberto Mourão.

O SR. ALBERTO MOURÃO (Bloco/MDB - SP) - Obrigado, Presidente Daniella.

Relator, Deputado Danilo, eu queria chamar atenção para a sua fala. Eu acho que V.Exa. tem razão quando tenta, pelo menos, colocar o holofote no Sistema S. Nós sabemos muito bem que o recolhimento é feito através da guia da Previdência. Na hora em que se recolhe, está lá.

Então, há uma confusão na cabeça das pessoas de que aquilo é mais uma carga tributária. Alguém falou aqui que, não é, que é uma receita deles. Se é uma receita deles, teria de haver uma guia separada, uma guia voluntária. Aí, sim, nós diríamos que eles têm autonomia. Quando se coloca isso dentro do sistema de arrecadação pública, automaticamente deve haver uma fiscalização mais profunda.

Mas o tema não é só esse, Deputado Danilo. Eu entendo a sua preocupação. Fui Prefeito e sei que, quando se pega o SENAC ou o SENAI para fazer um curso nas cidades pequenas, o Município paga por aquilo, não recebe de graça. Então, essa história de que se faz tudo para formação e atualização profissional é entre aspas.

Outro aspecto, Deputado Danilo, que me deixava chateado é que algumas entidades em alguns Estados viraram plataformas de campanhas eleitorais para Governador. Isso também me deixava extremamente chateado.

Eu queria dizer a V.Exa. que talvez nós devamos fazer uma emenda dizendo que eles têm que prestar contas à Comissão de Orçamento e à Comissão de Controle do Congresso, para que consigamos saber quantos alunos eles atendem, qual é a qualidade desse ensino efetivamente. O custo por aluno tem que ser detalhado para nós, assim como o valor que cobram das Prefeituras e dos Estados para prestarem o serviço, a fim de entendermos o que está acontecendo com 30 bilhões de reais.

Não é nada contra eles. Trata-se efetivamente de entender o custo-benefício que está sendo entregue à sociedade com o uso do recurso. No meu Estado, sempre há um discurso: "*Olhe, o Governo está gastando muito*". Mas, na realidade, ele ficava sentado durante 20 anos em cima de uma entidade, usando recurso para fazer campanha para Governador. Isso aqui era um horror. Então, nós precisamos colocar os pingos nos is nessa questão.

Outro aspecto, Deputado Danilo, é que eu coloquei uma emenda aqui. Aliás, eu queria lhe agradecer por ter atendido três emendas, uma do câncer, parcialmente; uma da questão da dragagem, para evitar as calamidades públicas; e uma em relação à questão do abandono das ferrovias nos trechos das grandes cidades, das pequenas cidades, que, não sendo utilizadas, viram um gueto para ser invadido. Então, nós precisamos administrar isso.

Eu apresentei uma emenda para que seja feito um relatório por parte do Governo analisando a gestão dos gastos públicos, não os programas finalísticos, mas os programas de gestão, que são aqueles bilhões e bilhões de reais gastos e que, na realidade, ficam no automático na máquina pública ao longo de 4 anos, de 5 anos, 6 anos. No fim, o funcionário fica fazendo a mesma coisa. Só que, ao se analisar 5% disso, já dá 30 milhões de reais, 40 milhões de reais. Então, nós precisamos entender se esses programas de gestão estão cumprindo também o seu papel.

O objetivo da emenda era obrigar que esse relatório fosse encaminhado à Comissão de Orçamento e à Comissão de Fiscalização desta Casa, para que nós, no processo de fiscalização, e que o Congresso, na Comissão de Orçamento, tivéssemos a oportunidade de entender o Orçamento do ano seguinte. Por isso, eu coloquei para o exercício de 2025, porque, neste Orçamento, já não dá para fazer esse mandamento. Mas, colocando-o aqui, ele fica obrigatório para o ano que vem. Automaticamente, eles vão ter que fazer um relatório para entendermos onde cortar nessas despesas a fim de gerar dinheiro. Senão, vamos continuar sempre querendo aumentar impostos e nunca fazer gestão neste País.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Alberto Mourão.

Tem a palavra o Deputado Sergio Souza.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/MDB - PR) - Senadora Daniella, primeiro, eu quero parabenizá-la pela condução dos trabalhos. Nós percebemos que V.Exa. sempre quer buscar uma convergência para evoluirmos nas votações nesta Comissão.

Também quero parabenizar o Deputado Danilo Forte, que já teve o privilégio de estar no meu partido. Quando eu cheguei ao Congresso, nós éramos colegas de bancada. E eu o conheço não só pela convivência na bancada, mas também pela competência de relatar matérias importantes como essa.

Aqui nesta Comissão, outras vezes, nós já vimos o seu trabalho, Deputado Danilo. Eu sei da luta que V.Exa. fez para chegar a esse texto, que consolida a lei que vai dirigir o orçamento de um país que é uma das grandes economias do planeta e que passa por um momento de dificuldade de desenvolvimento. Nós temos que ordenar onde é que vamos gastar aquilo que vai se arrecadar. E é isso que V.Exa. tem como responsabilidade.

Aqui, Deputado Danilo, nós temos muitas pautas. Eu falo em nome do meu partido, o MDB, do meu Líder, o Deputado Isnaldo Bulhões, mas também em nome da bancada que represento aqui no Congresso Nacional, que é a bancada ruralista.

Eu já ouvi a Senadora Daniella, o Deputado Vicentinho e outros Deputados falarem a respeito do seguro rural. Nós precisamos prestar atenção. O Brasil vive um momento de instabilidade enorme no campo, talvez um dos momentos de maiores dificuldades pelas intempéries climáticas.

Não há mais, Senador Marcelo Castro, seca só no Nordeste. Há seca no Rio Grande do Sul, no Paraná. Agora, há excesso de chuva. Perdem-se lavouras pelo granizo, pela seca no Norte. Estamos tirando uma lavoura do campo para plantar outra, porque já não há mais salvação.

Bacelar, V.Exa. é da Bahia, um Estado onde também há seca e chuva de mais.

Qual é o apelo que eu faço, Deputado Danilo Forte? Já falei com o Líder do Governo de que há a possibilidade, Deputado Carlos Zarattini e Deputado Odair Cunha, de nós buscarmos um acordo com o Relator. É uma emenda que não tira nem coloca recurso. Ela só diz para não contingenciar o seguro rural. O recurso que já está no Orçamento é insuficiente. Precisamos do dobro desse recurso que veio na informação do Governo.

Nós gostaríamos aqui de acatar as nossas emendas, para que não haja contingenciamento. Eu apelo a V.Exa., nobre Relator, num acordo que construímos com o Governo e com os demais partidos da base — também já falei com o Deputado Giacobo, do PL —, para construirmos um acordo. Se V.Exa. acatar essas emendas, não há necessidade de votarmos em separado.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado.

Tem a palavra o Deputado Mauro Benevides Filho.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Cumprimento a Sra. Presidente e o Sr. Relator Danilo Forte, que, com certeza, fez um trabalho muito grande para chegar a esse estágio.

Quero que V.Exa. me permita fazer dois comentários sobre algo que foi reproduzido de maneira totalmente equivocada sobre os 5 bilhões de reais em investimentos de estatais ao se dizer que isso teria sido retirado do texto porque afrouxaria o resultado primário do Governo central. Isso não é verdade, não é verdade! A meta de resultado primário é exclusivamente para o Governo central. Isso é o que está no arcabouço, é o que está na LDO. Portanto, isso não tem nada a ver. Esses 5 bilhões de reais serão investimentos das empresas estatais — e, portanto, de seu recurso próprio — ou de operações de crédito que essas empresas façam e terão os seus 5 bilhões de reais destinados para os investimentos do PAC.

A informação que está sendo prestada na CMO de que foi retirado porque era um afrouxamento da meta de resultado primário é, portanto, uma falácia. Eu precisava fazer essa correção aqui, neste exato momento, e devolver ao texto essa possibilidade de o Governo gastar esses 5 bilhões de reais fora. Isso, meu caro Senador Marcelo Castro, não tem nada a ver. Como se diz lá no Piauí e no Ceará, não confundam alhos com bugalhos. Uma coisa é uma coisa, as empresas estatais; outra coisa é outra coisa, a apuração do resultado primário em relação ao Governo central. Esse é o primeiro ponto para se tornar claro na avaliação das Sras. e dos Srs. Deputados.

O segundo ponto é algo que quero ponderar ao meu amigo. Aliás, meu caro Lindbergh Farias, eu era pequeno e já ouvia falar na grande liderança que era Danilo Forte lá no Ceará. (*Risos.*)

Infelizmente, a minha emenda que limitava a suplementação por decreto da despesa financeira do Governo Federal não foi acatada pelo nobre Relator. Eu a destaquei para discuti-la no momento oportuno. A informação que eu tenho da área técnica é a de que isso deveria ir para a Lei Orçamentária. Não há esse impedimento, no meu entender. Obviamente, comprehendo o que a área técnica está dizendo. Mas esse é um privilégio que o sistema financeiro tem, porque se limita a despesa primária em até 20%, mas, quando se vai para a despesa financeira, o céu é o limite. O aumento vai ser de 380 bilhões de reais de juros no Orçamento para 700 bilhões de reais de juros reais. E o Governo, Deputado Eunício Oliveira, faz isso por decreto, e ninguém toma conhecimento. É verdade que ele publica no *Diário Oficial*, mas nem a sociedade, nem o Parlamento tomam conhecimento. Ou o Congresso Nacional toma uma posição sobre essa questão, regula isso, ou vamos ficar discutindo 1 bilhão de reais, 2 bilhões de reais, ridículamente, e vão aumentar de 380 bilhões de reais para 700 bilhões de reais, ou seja, 310 bilhões de reais a mais, e o Congresso vai ficar entregue a essa discussão minúscula de fazer 1 bilhão de reais ou 2 bilhões de reais a mais ou a menos.

Portanto, eu vou pedir aos Parlamentares que, na hora da votação do destaque desta emenda, possamos refletir melhor sobre essa questão do processo de alocação de recursos do Orçamento da União, porque o Congresso Nacional se recusa a discutir os 2 trilhões e 700 bilhões de reais para a despesa financeira. Aqui é limitado a 2 trilhões e 100 bilhões de reais da despesa primária, porque a financeira, o Congresso Nacional está proibido de discutir essa questão.

Era só.

Muito obrigado, Sra. Presidente, pela oportunidade que me dá.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Mauro Benevides.

Com a palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim, o último inscrito.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Sra. Presidente, pela experiência que o meu querido Deputado Danilo tem, só engrandeceu o tema.

Quero reafirmar as palavras do Deputado Vicentinho, do nosso Estado. Quero dizer que o nosso Deputado Danilo esteve no Tocantins, em audiência pública, a nosso convite. Dos 139 Prefeitos que havia lá, compareceram 130, e quase 800 Vereadores, em audiência pública. Houve pessoas do Ministério Público, do Governo do Estado, o Vice-Governador, o Presidente do Tribunal de Justiça e a Defensoria. Esse foi o maior evento feito no nosso Estado do Tocantins. Tive a honra de convidar o Deputado Danilo, juntamente com o Senador Eduardo, a Deputada Professora Dorinha, o Deputado Vicentinho e o Senador Irajá.

Quero dizer que nós nos sentimos honrados em ter sido atendidos em algumas partes. Houve três emendas nossas de desenvolvimento sustentável, outra emenda para a atenção básica da saúde para o Estado, uma emenda da aquisição de transporte coletivo para a área da saúde nas comunidades indígenas e quilombolas, que foram rejeitadas, mas foram atendidas em outros setores pelo nobre Relator da LDO.

Deputado Danilo, V.Exa. cumpriu e ainda está cumprindo o seu papel. Foram ao Tocantins e prometeram 50 bilhões de reais de PAC. Esse PAC não existe. Não há esse dinheiro.

Quero dizer que, quando fui Governador do Estado, em 2009, em 2010, prometeram mais de 300 milhões de reais do PAC para o Tocantins, e não se resolveu nada do PAC. O que resolve são emendas de Comissão, discutidas nessas Comissões, emendas de bancada, emendas setoriais, que são discutidas com a Câmara, com os Deputados aqui desta Casa. Então quero reforçar o meu apoio a isso.

Meu querido Kim, quando V.Exa. for Prefeito de São Paulo, vai ver a importância de emenda de bancada, a importância de emenda de Comissão para dar segurança, para levar recurso para a saúde, para levar recurso para a Polícia Militar, que é nas bancadas que colocamos. Então, quando for Prefeito de São Paulo — se Deus quiser, vai ser —, V.Exa. vai vir aqui à Câmara pedir apoio a este Parlamentar para dar conta de governar a Prefeitura de São Paulo.

Danilo, concordo com V.Exa. com relação ao Sistema S. Eles têm que prestar contas do que estão fazendo, porque eu represento quase 48 Prefeitos. Há Prefeituras lá que têm mais de 70 aldeias indígenas, mais de 70. Na cidade de Tocantínia, eu nunca vi um trabalho do Sistema S dentro dessas aldeias. Em Aparecida do Rio Negro, temos uma comunidade quilombola, que também não é atendida pelo Sistema S. Então, V.Exa. está certo, está correto. O que V.Exa. for propor com relação ao Sistema S, pode contar com o Deputado Gaguim para fiscalizar, para fazer com que o dinheiro do Brasil, o dinheiro do Sistema S seja realmente investido na nossa população.

Parabéns, Presidente, pelo seu trabalho! Eu estou há muito tempo nesta Comissão. Eu não falei a 1 dia de sessão aqui nesta Comissão. Deputado, para poder falar, tem que estar aqui, participar 24 horas, como esta Comissão participa e debruça-se sobre os problemas do Brasil.

Então, parabéns, Presidente!

Parabéns, Deputado Danilo!

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Gaguim.

Agora passo a palavra ao Relator.

Vou pedir silêncio aqui. O microfone está baixo? (*Pausa.*)

Podem aumentar o volume deste microfone aqui, por favor.

Agora eu vou pedir silêncio, por gentileza, ao Plenário.

Com a palavra o Relator, Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, para mim é uma alegria muito grande ver o Congresso com tanta efervescência. É por isso que eu gosto desta Comissão. Eu não tenho dúvida de que esta Comissão é onde ocorrem os debates mais exacerbados desta Casa, é onde há um planejamento de Brasil, é onde cada um traz a visão do seu Estado, a visão da sua comunidade e, ao mesmo tempo, a preocupação que todos têm aqui, neste momento, de afunilarmos para construirmos um consenso, o mais razoável possível, dentro da previsibilidade, da transparência, que é aquilo que sempre nos norteou na construção deste Orçamento.

Então eu queria aqui tecer alguns comentários, agradecer à Deputada Adriana pelas palavras elogiosas com relação à nossa situação. No que diz respeito à meta fiscal, o que nós fizemos foi exatamente remeter para a legislação em vigor. A meta fiscal, o contingenciamento, a gasto do Governo são obrigações que o Governo tem de prestar contas junto à Lei de Responsabilidade Fiscal e à lei do arcabouço. Nós procuramos preservar e fortalecer o que foi definido no arcabouço fiscal, e não delimitar, não aceitar nenhuma imposição com relação a contingenciamento, apesar de haver uma preocupação muito grande com relação a isso.

A elaboração das emendas de Comissão, inclusive, traz consigo — ninguém atentou para isso — uma diminuição de valores abrupta com relação ao que aconteceu no exercício deste ano. Quando foi feita a PEC da Transição, para garantir a governabilidade, houve um aumento considerável com relação às emendas, algumas aportadas, as famosas RP9. Depois, com a mudança feita pelo Supremo Tribunal Federal, foram readaptadas e redistribuídas em Emendas de Comissão e RP2. Então, se formos considerar o valor em que elas estavam, algo em torno de 17 bilhões de reais e 18 bilhões de reais, e formos considerar que nós estamos falando agora de 0,9%, que dá algo em torno de 11 bilhões de reais, nós fizemos um corte com relação a esses valores. Esses recursos voltaram automaticamente para a discricionariedade do Poder Executivo.

Então, houve uma diminuição com relação a essa questão, e os critérios foram ali estabelecidos. Nós não estamos aqui criando nenhuma situação de falta de transparência na sua execução. Muito pelo contrário, nós estamos dando muito mais transparência.

Com relação à questão dos privilégios — a Deputada Adriana é quem colocou —, é muito mais barato e é muito melhor para a transparência pública do que ver Ministro criando evento no final de semana para ir para o seu Estado em avião da FAB. Se considerarmos que um deslocamento em um avião da FAB daqui para o Ceará custa mais de 100 mil reais e que uma passagem aérea de ida e volta custa 5 mil, é muito melhor legalizar uma situação de 5 mil do que uma de mais de 100 mil reais. Então, o que nós estamos fazendo aqui é dar transparência. Toda essa despesa da viagem, inclusive, vai ter que estar documentada e autorizada, conforme a legislação, e colocada nos sistemas de informação do Governo.

Com relação aos restos a pagar, eu acho que a pior coisa do mundo é obra começada e não concluída. Agora, há a possibilidade de as Sras. e os Srs. Parlamentares poderem aportar suas emendas para a conclusão de obras que estão paradas, causando prejuízos à sociedade, feitas com o Orçamento de antes da pandemia, a grande maioria delas. Houve uma inflação com relação aos custos dessas obras, e precisamos resgatar esses investimentos. Então, a conclusão das obras e a possibilidade de os Parlamentares poderem colocar os seus recursos, eu acho benéfico para sanar um problema passado, como também a atualização desses investimentos.

Com relação ao Deputado Weliton Prado, nós, inclusive, já pedimos aqui as devidas desculpas a S.Exa. com relação à resposta. Houve um problema no sistema. Eu acho que houve uma falha na nossa inteligência artificial em algumas respostas, quando misturou os assuntos.

Pode ter certeza, Deputado Weliton Prado, de que, de bom grado, eu acho que a inclusão do câncer, da oncologia, dentro do relatório, não vai modificar em absolutamente nada. Só lhe digo que criar rubrica nova agora, neste momento, não faz mais nenhum sentido, porque a LOA já está em andamento e está sendo feita com base nas emendas que já vieram predestinadas. Então, eu não posso aqui dizer-lhe que criar uma nova rubrica para isso teria eficiência de investimento.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - O Relator da LOA já assumiu o compromisso de acatar também — já conversei com ele —, se V.Exa. acatar.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Mas não tem no sistema. Eu só posso criar depois de uma lei do Congresso. Nós não estamos votando no Congresso, nós estamos votando na Comissão. Quando for votar no Congresso, a LOA já estará pronta, entendeu? Então, isso dificulta a sua iniciativa, mas será colocada e ressalvada a sua prioridade.

Deputado Gilson Daniel, parabéns pela sua fala! Fiquei muito sensibilizado com o que V.Exa. colocou. As iniciativas do municipalismo são isso que V.Exa. realmente reconheceu. Eu acho que com relação à questão do *kit* escolar, também não há dificuldade nenhuma, porque faz parte da complementação do material escolar. Só é preciso explicar, colocar com transparência o que é *kit* escolar, para não haver depois uma distorção, e uma mochila da Louis Vuitton ser *kit* escolar. Então, nós temos que ver o que realmente é *kit* escolar, para poder fazer esse acolhimento, que acho importante.

Meu querido amigo e irmão Senador Laércio Oliveira, eu tenho uma visão muito clara — isso eu já disse e repito, eu não tenho nenhuma dúvida com relação a isso — de que, onde há dinheiro público, tem que haver fiscalização. A sociedade é feita por pessoas do bem e pessoas do mal. Em todos os setores da sociedade, há gente com dignidade, há gente séria, há gente honesta, como também há o outro lado da moeda. Eu vi — não foi ninguém que me disse — várias e várias denúncias de manipulação equivocada de recursos do Sistema S. Eu vi a dificuldade tanto do Supremo Tribunal Federal como do Tribunal de Contas de averiguar essas investigações, porque a única remissão que há com relação à fiscalização do Sistema S é na ação finalística. É muito fácil fiscalizar a ação finalística: o dinheiro é para ensino, ensinou.

Agora, como foi feita essa conta, como muito bem colocou aqui o Deputado Alberto Mourão, nós não temos relação com isso. Como são feitas as contratações, quem são os fornecedores, se isso está ou não enquadrado no que nós Parlamentares e, principalmente, o Poder Executivo Municipal, Estadual e Federal têm como premissa, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal e a lei de licitações públicas, não há nenhum parâmetro com relação a isso.

Eu tenho uma convicção clara com relação a isso. E aqui agradeço ao Senador Eunício Oliveira, que fez uma publicação nas redes sociais, inclusive ofertando o seu apoio e a solidariedade à minha decisão tomada de fazer essa investigação. Também quero deixar muito claro que houve um recuo, em nome do acordo, do consenso que foi criado para essa votação. Por isso, foi retirado, o que não impede o Parlamento, como Casa do Povo, de fazer o debate sobre uma nova legislação, sobre as leis que possam incidir ou não sobre o controle desses recursos, para que, doravante, isso possa ter maior transparência. É do Poder Legislativo a iniciativa inclusive de propor leis no País. Graças à democracia, nós podemos propô-las, podemos discuti-las e podemos votá-las.

Então, esse é um debate que foi aberto. Cumprí um primeiro objetivo, que foi dar clareza, jogar luz sobre um Orçamento de 38 bilhões de reais, que é Orçamento público, que é obrigatório, porque é feito pela Receita Federal, porque tem o abrigo da Procuradoria da Fazenda Nacional, porque vai para a dívida ativa quando há inadimplência, e ainda se beneficia do REFIS, quando a empresa está inadimplente, ou seja, mais público que isso, impossível.

Agora, a sociedade brasileira tem o direito... Lamento, lamento, que, muitas vezes, alguns dirigentes dessas instituições, de forma agressiva, desrespeitando a democracia, tenham tentado inclusive impor um conceito que, muitas vezes, não é de agrado nem de respeito para com as pessoas. Em momento algum nós falamos em diminuir recursos do Sistema S. Em momento algum nós falamos em mudar os objetos dos recursos do Sistema S. Em nenhum momento foi cogitada qualquer possibilidade de contingenciamento, até porque esse recurso não é contingenciável. Já está na lei que ele não pode ser contingenciado. Ele está fora da meta fiscal.

Então, infelizmente houve várias distorções com relação a isso. Mas eu continuo firme no propósito de que, onde houver dinheiro público, tem que haver fiscalização e tem que haver transparência.

Um abraço ao meu amigo Laércio, que é uma pessoa a quem eu quero muito bem!

Deputado Zarattini, a operacionalidade do calendário — e aqui já emendo no comentário do meu amigo Deputado Lindbergh Farias — é uma discricionariedade do Parlamento. Inclusive está aqui definido pela Constituição Federal, no art. 166, § 14: *"Para fins de cumprimento do disposto nos §§ 11 e 12 deste artigo — os que são referentes às emendas individuais e às emendas de bancada — os órgãos de execução deverão observar, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias — ou seja, na lei que nós estamos votando aqui hoje —, cronograma para análise e verificação de eventuais impedimentos das programações e demais procedimentos necessários à viabilização da execução dos respectivos montantes"*. Ou seja, quem pode definir o cronograma de execução das emendas individuais e das emendas de bancada é o Parlamento brasileiro, conforme a Constituição, no seu art. 166. Então, quanto à questão da operacionalidade, aqui nós não estamos usurpando o poder de ninguém, porque a Constituição nos está colocando essa premissa.

Com relação àquele artigo da impositividade das emendas de Comissão, primeiro, o que estava acordado na reunião do almoço ontem era retirar todos os artigos referentes aos cronogramas da comissão de execução. Foi isso que foi acordado. Também é importante ressaltar que o art. 165, § 10, da Constituição Federal, coloca: *"A administração tem o dever de executar as programações orçamentárias — e nós colocamos lá no inciso do art. 83-A 'deverão'; então, o que nós fizemos foi só repetir o que estava na Constituição —, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade"*. Ou seja, "deverão", "deverá", "deve", está tudo aqui com base no artigo da Constituição.

Mas eu acho que, para não criarmos tumulto e construirmos um acordo o mais rápido possível, trocar "poderão" por "deverão" não vai gerar problema, não vai macular o processo em canto nenhum. Então, eu estou disposto a construir esse consenso com relação a essa substituição.

Sobre o percentual das emendas de Comissão eu já falei, que, inclusive, reduziu em relação ao que era quando havia a RP9.

Quanto aos investimentos do PAC, a discussão da meta fiscal já exclui a PETROBRAS e a IBEPAR, que é o setor da energia no que diz respeito à Eletronuclear, no que diz respeito à Itaipu e às empresas da IBEPAR.

Há uma discussão sobre os 5 bilhões de reais. É importante que fique bem claro aqui para todo mundo — eu não tenho problema em fazer voltar esse texto — que, na hora em que voltar o texto, pode aumentar o contingenciamento no que diz respeito às emendas parlamentares e ao resto do PAC. Nós criamos uma rubrica exclusiva para o PAC, que está preservada. Não há nenhuma vedação para que Deputados, Senadores, Deputadas ou Senadoras coloquem suas emendas no PAC. Não há nenhuma vedação. Se se quiser explicitar isso, não há problema. Nós podemos também explicitar isso. Agora, na hora em que voltarem esses 5 bilhões de reais, eles vão aumentar a possibilidade de contingenciamento.

A mesma coisa é a questão do Seguro Rural. Eu acho correto...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - Deputado Danilo, é justamente aí...

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Deixe-me concluir, Deputado. Eu deixei todo mundo falar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - Está bem, tranquilo.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Meu amigo de longa data, meu colega de movimento estudantil, deixe-me concluir. Depois V.Exa. fala à vontade.

Então, com relação a essa questão, eu não tenho problema nenhum. Agora, é uma responsabilidade que vai ser compartilhada com todos os Srs. Parlamentares, porque, na hora em que se tira despesa da meta fiscal, aumenta-se o espaço de contingenciamento.

Com relação à questão do Seguro Rural, Deputado Vicentinho, eu sou defensor de não contingenciar o Seguro Rural, porque sei que a safra tem prazo, mas também há o mesmo argumento: na hora em que se descontingencia o recurso do Seguro Rural, aumenta-se o espaço para se contingenciar nas emendas parlamentares e nos investimentos do Governo.

Então, vale a pena isso? Se o Plenário topar, eu estou dentro, até porque acho que o setor rural é quem sustenta o Brasil hoje. O Brasil deve a sua economia ao agro. O Brasil só não entrou em insolvência financeira por causa do agro, tanto é que eu acatei, no que diz respeito ao descontingenciamento dos recursos da EMBRAPA e acatei no descontingenciamento dos recursos da assistência rural, que pega, inclusive, o pequeno produtor, a turma do PRONAF. Esse recurso está garantido sem poder ser contingenciado. O único que ficou fora foi o do Seguro Rural, porque o volume é maior.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Uma questão de ordem, Sr. Relator: o que distingue o descontingenciamento da EMBRAPA e dos demais que V.Exa. falou do descontingenciamento do Seguro Rural?

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - É o volume. O da EMPRAPA e o do SENAI são muito pequenos. O do Seguro Rural é um volume mais expressivo, mais de 1 bilhão de reais.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Eu vou pedir para o Relator continuar, senão vamos abrir precedente para todos falarem.

Obrigada.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Eu não tenho problema em fazer o acordo, da mesma forma como topo fazer o acordo também com relação aos 5 bilhões de reais do PAC.

Prof. Guilherme Boulos, quanto à impositividade das emendas de Comissão, eu já falei.

Quero só ressaltar uma coisa para V.Exa., grande Deputado Guilherme Boulos, excelente Parlamentar. No Nordeste, pode não haver o índice de questão habitacional que há em São Paulo, mas, no Nordeste, ainda há muita casa de taipa. Então, o mesmo direito que tem o povo pobre de São Paulo, que mora lá em cima do Morro do Jaraguá, onde eu coloquei água, quando eu estava na FUNASA, para a população indígena, é o mesmo direito que tem o povo do Nordeste de ter acesso ao Programa Minha Casa, Minha Vida. Na discriminação que foi feita, privilegiaram-se os Estados ricos. Por quê? Porque são os Estados ricos que têm mais cidades com populações acima de 50 mil habitantes. Então, resguardar um terço desse valor seria até uma solidariedade com o povo das regiões mais pobres do Brasil.

Então, eu peço a compreensão de V.Exa. com relação a isso e lhe digo mais: eu sou um homem de acordo. Tudo que foi acordado ontem eu cumpri, no que diz respeito à questão da residência dos dirigentes das estatais, no que diz respeito à questão da retirada do Sistema S, que era algo precioso para mim, porque coloquei a minha cara à exposição pública com relação a esse assunto, e no que diz respeito à questão da impositividade das emendas de Comissão que foi discutida. Tudo foi cumprido.

Deputado Odair Cunha, obrigado pelas suas palavras, obrigado pela sua sensibilidade de diminuir o número de destaques, mas isso ainda não é suficiente para que possamos agilizar a votação hoje à noite. Então, se V.Exa. puder contribuir para que façamos um grande acordo e sejam retirados todos os destaques, com a paciência mineira que V.Exa. tem, com certeza, isso vai contribuir muito conosco.

Deputado Gilvan Maximo, meu amigo e irmão, o que eu fiz aqui foi apenas justiça com relação a esse segmento do setor de segurança de Brasília. E esse recurso não é da União, mas do Fundo Constitucional do DF. Esclareço para depois não dizerem: "Ah, deu para um Estado e não deu para o outro". Isso está dentro do espaço do Fundo Constitucional do DF. Inclusive, a Vice-Governadora esteve aqui conosco. O Governador Ibaneis também foi solidário com essa proposição. A Senadora Leila esteve aqui conosco. O Deputado Rafael e o Deputado Gilvan Maximo também participaram desse debate. Era um dinheiro do próprio GDF. Isso foi necessário apenas porque nesse setor a decisão é por parte da lei orçamentária federal.

Deputado José Rocha, meu amigo, irmão, a assistência rural foi privilegiada com o não contingenciamento com relação aos recursos do agro, e sobre a questão do Sistema S eu já falei.

Deputado João Leão, foi garantido aqui o seu projeto de prioridade.

Deputada Daniela, que não é a Senadora — há um excesso de Daniela aqui na nossa bancada —, com relação ao seguro rural, eu já falei. Se houver um grande acordo para todo mundo deixar descontingenciado o seguro rural, por mim, não há problema. Eu acho que é importante para a economia do Brasil e sei que a safra tem prazo, tem data para plantar, tem data para acolher. E, se Deus quiser, há data para chover no Nordeste brasileiro.

Meu amigo Deputado Alencar Santana, já respondi às duas questões, inclusive estou disposto a construir esse acordo.

Deputado Lindbergh Farias, eu sou parlamentarista, e eu sou parlamentarista porque tenho uma convicção muito clara de que as crises cíclicas do Brasil só são resolvidas quando nós tivermos no Brasil o parlamentarismo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - Vamos fazer um plebiscito.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Não. Vamos fazer um debate.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Mas, quando o Bolsonaro era Presidente, ele era parlamentarista também. (Risos.)

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Eu sempre fui parlamentarista, eu e meu velho professor Antonio Paes de Andrade, porque no Parlamento é onde está a Casa do Povo brasileiro, é onde as crises se resolvem mais facilmente. Vai acabar a compra de apoio político. A compra de apoio político por troca de cargo, por liberação de emenda acaba com o parlamentarismo, porque vai juntar aves da mesma plumagem, gente que pensa parecido. O Governo do Lula propôs ao Brasil uma grande frente ampla. Eu torci muito para que essa frente ampla fosse construída em cima de programa de Governo. Infelizmente, a tônica não foi essa. Se tivermos espaço para debater e para discutir um programa de Governo, incluindo o potencial que nós temos lá no Nordeste de energia renovável, que é um compromisso inclusive do Governo Lula, eu não teria problema de participar da frente ampla. Agora, é preciso parar com essa prática de querer comprar Deputado e Senador em troca de cargo ou de emenda. Eu não tenho nenhuma indicação do Governo do Presidente Lula, nem quero.

Agradeço muito a V.Exa. pela sua contribuição.

Então, o parlamentarismo tem a obrigação constitucional de fazer o Orçamento. O cronograma está na Constituição.

Com relação à questão da preocupação com o PAC, nós também abrimos espaço para que os Parlamentares pudessem colocar as suas emendas no programa.

"Quanto mais eu escuto, mais aprendo e menos erro." Meu querido amigo Vicentinho Júnior, nunca mais me esqueço dessa frase. Então, eu estou disposto a fazer a composição com relação à questão do seguro rural.

O Deputado Kim Kataguiri fez 34 emendas programáticas. Eu acho que ele está trabalhando muito em função do seu projeto político de ser Prefeito em São Paulo e colocou o seu programa de saúde pública todo na LDO, e não cabe! Eu, inclusive, disse isso para ele e estou aqui repetindo para vocês. A mesma coisa que eu disse para o Deputado Weliton: criar agora título e subtítulo na LOA não dá mais tempo para empenhar, não dá mais tempo para fazer operacionalidade, porque já está todo mundo com as emendas, inclusive, alocadas. Todo mundo já destinou as suas emendas. O prazo para a apresentação das emendas já foi cumprido. Então, você não pode cumpri-lo, nem abrir novas reservas. Agora eu acho que, por exemplo, em colocar como uma prioridade pesquisa para vacina contra drogas, acho que todo mundo é unânime. Eu não vou ser contra isso nunca. Agora, eu não posso dizer aqui que vamos conseguir colocar recurso para isso, porque o tempo já não o permite. Por último, liberal como ele é, propor reserva de receita para garantir aumento linear na segurança pública é engessar mais o Orçamento. Isso vai contra os princípios do liberalismo econômico em qualquer lugar do mundo. Eu fico aqui com essa preocupação, até porque todo mundo reclama que o orçamento brasileiro já é muito engessado e que a parte móvel do orçamento, que nós estamos discutindo aqui, é menos de 6% do orçamento. Então, não tem sentido engessar mais ainda o orçamento, obrigando a ter transferência de recursos para setor A, B ou C.

Deputado Alberto Mourão, muito obrigado pelas suas palavras. Fico aqui lisonjeado com o seu apoio à nossa luta por transparência no orçamento público. Acho que vamos ter condições de fazer um excelente debate no ano que vem. Neste, agora, nós temos só que fechar essa LDO e essa LOA e voltar para casa.

Deputado Sergio Souza, meu amigo, irmão, que saudade de V.Exa., de nossos grandes debates. A mesma coisa eu falei para os outros sobre o seguro rural: eu topo fazer um acordo, não tenho dificuldade nenhuma, mas com a consciência de que na hora em que se descontingencia para um lado se descontingencia mais para o outro.

E meu mestre, meu professor de latim no Colégio Cearense, Deputado Mauro Benevides Filho, a limitação das despesas financeiras tem que ser tratada na LOA, porque ela diz respeito à disponibilidade dos pagamentos e ao bloqueio ou não dos pagamentos. Inclusive, eu levantei duas questões suas, com muito respeito e carinho que tenho por V.Exa. Uma foi essa questão da limitação e a outra foi buscar o financiamento público das campanhas nos recursos da despesa financeira. Todas as duas foram vetadas porque elas são tratadas por leis específicas com relação a essa destinação.

Então, a LDO não tem condições de redefinir o que é tratado por lei específica. E a lei específica define que essa questão das despesas financeiras será tratada na Lei Orçamentária Anual, que é a LOA.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Mas V.Exa. está de acordo com a LOA?

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Se o debate for propício... E eu acho que V.Exa. tem razão, porque 46% do Orçamento para pagar a conta financeira é um problema.

Agora, o País precisa recuperar a credibilidade, porque é um absurdo que quase metade do nosso orçamento seja para pagar juros, amortização e renegociação de dívidas. Nós estamos expostos a uma situação muito grave. Temos um País rico, um País que tem um histórico de bom pagador. O Brasil secularmente sempre foi um País bom pagador de suas contas. O mundo todo aumentou durante a pandemia sua dívida interna, superior, inclusive, à produção do PIB. Houve um desequilíbrio total no mundo. E para nós é imposta uma responsabilidade fiscal e financeira, que, muitas vezes, sacrifica e empobrece o povo brasileiro.

Então, eu acho que o Deputado Mauro Filho tem razão com relação a isso. Ocorre que o endereço é outro. Por último, meu amigo, irmão, Deputado Gaguim, guerreiro, lutador, a quem quero bem... Fui lá ao Tocantins com ele. Eu acho que nós temos que continuar a nossa luta, firmes e fortes, para dar transparência ao orçamento público brasileiro. Conte com o seu amigo velho.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Danilo.

Eu vou passar a palavra para o Deputado Boulos, que está pedindo uma retirada de destaque. (Pausa.)

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Eu posso fazer uma questão de ordem?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pode sim.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - É só uma questão de ordem.

Acho que seria hora de termos uns 15 minutos a 18 minutos na sala de reunião com a Liderança para definirmos esses temas macro e sensibilizar os colegas.

Eu estou disposto, não tenho problema nenhum. Eu só tenho compromisso agora no dia 24 de dezembro, que é a noite de Natal, com meus meninos. Então, eu topo ficar aqui a noite toda. Mas se pudéssemos fazer uma equalização com relação ao destaque, seria muito melhor.

O SR. GUILHERME BOULOS (Bloco/PSOL - SP) - Senadora, a senhora me permite um comentário de 30 segundos?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - É claro.

O SR. GUILHERME BOULOS (Bloco/PSOL - SP) - Eu concordo com a proposta do Relator de nós buscarmos esse acordo. Acho que é o melhor para todos. Eu só queria deixar consignado, para que não fique injusto, em homenagem à Senadora Daniella — com muito orgulho, sou filho de uma mãe paraibana de Campina Grande...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Da minha terra.

O SR. GUILHERME BOULOS (Bloco/PSOL - SP) - Tenho o maior respeito pelo povo nordestino, e não se trata no debate habitacional de disputa regional, mas sim do cumprimento do Orçamento de acordo com o déficit habitacional brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Não tenho dúvida disso. Obrigada, Deputado.

Vamos suspender a reunião para...

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Presidente, não precisa suspender.

Se eu bem entendi, o Relator concordou em trocar "deverão" por "poderão"; concordou em retornar aqueles 5 bilhões de margem para as estatais; concordou em voltar a possibilidade de os Deputados fazerem emendas ao PAC...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Não, mas em incluir o texto.

O Relator também concordou com o seguro rural, proposto pelo Deputado Sergio Souza, pelo Deputado Vicentinho e pela Deputada Daniela.

Ficou uma pendência, colocada pelo Deputado Guilherme Boulos, em relação àquele artigo que prevê pelo menos 30% nas cidades com menos de 50 mil habitantes. Ele está sugerindo que sejam pelo menos 15%.

Acho que, se fechássemos o acordo em torno disso, todo mundo retiraria os destaque e nós poderíamos aprovar por consenso. Pelo menos 15% não quer dizer que serão 15%, quer dizer que podem ser mais do que 15%.

Eu queria ver se há essa sensibilidade. Como nós estamos buscando um acordo, poderíamos avançar nesse sentido.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Podemos fazer propostas ao microfone aqui?

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/MDB - PR) - Senadora Daniella, eu queria fazer um encaminhamento. V.Exa. poderia ouvir os partidos.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Só um instante, deixe o Relator se pronunciar.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Deputado Zarattini, eu sou nordestino. Eu não passei fome, mas vi muita pobreza...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Fale ao microfone, Senador Eunício.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu não concordo com o acordo, quero deixar claro.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/MDB - CE) - Eu só quero deixar clara uma coisa: eu não consegui entender, até hoje, que grandes cidades, como Fortaleza, que já estão inchadas, que já não têm mobilidade urbana, ainda atraiam mais pessoas da sua Itapajé e da minha Lavras da Mangabeira, Deputado Danilo. Eu não entendi isso até hoje, e minha posição é muito clara. Não entendi que um Governo de esquerda — eu sempre votei no Presidente Lula —, um Governo que diz que representa os pobres deste País, apresente um projeto para que nenhuma cidade com menos de 50 mil habitantes... Nossa Ceará tem 184 cidades. No Brasil, 84% das cidades têm menos de 50 mil habitantes. Ou não querem atender ninguém, ou querem atender as grandes cidades, que já têm todas as condições de geração de emprego, de renda, de incentivo, de financiamento, de tudo! E as pequenas cidades? A minha cidade Lavras da Mangabeira não pode receber 100 casas populares porque tem menos de 50 mil habitantes.

Eu entendo que isso é um absurdo. Essa é minha posição parlamentar clara e objetiva, porque 84% das cidades brasileiras, Deputado Danilo Forte e Senadora Daniella Ribeiro, nossa Presidente, têm menos de 50 mil habitantes. Meu Deus do céu! Sr. Relator, Deputado Danilo, acho que 30% é uma concessão que V.Exa. está fazendo no relatório. Para mim, tinha que ser o inverso. Tinha que ser o inverso!

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Justamente.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/MDB - CE) - Porque a regra é essa.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Presidente, então é melhor suspender, já que não entramos num acordo.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Concordo.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Não, não. Pelo que eu estou entendendo...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Nós vamos suspender ou posso usar o tempo para fazer outras perguntas?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Peço só um instante. Eu vou passar a palavra.

Pelo que estou entendendo...

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Fale, Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Olhe, eu concordo plenamente com a posição do nosso colega Senador Eunício em relação a essa questão. Os 84% dos Municípios com menos de 50 mil habitantes somam um volume talvez até maior do que os 16% com mais de 50 mil habitantes.

Estou plenamente de acordo com as colocações do Deputado Eunício Oliveira.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Deixem-me só fazer uma pergunta...

O SR. GUILHERME BOULOS (Bloco/PSOL - SP) - Presidente, se me permite...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu estou na fila.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada.

Na verdade, eu esperei os colegas fazerem suas considerações até para não ficar chovendo no molhado. Ainda há alguns pontos, Deputado Danilo Forte, que eu gostaria de levantar, já que vamos lá para a salinha encaminhar. Talvez eu tire alguns destaques. São só alguns pontos.

Sobre o primeiro eu já falei um pouco, mas quero reiterar, é a história dos Restos a Pagar, a questão de troca de credor, de troca de beneficiário, misturando anos. V.Exa. sabe, até pela transparência que V.Exa. tanto preza, que isso prejudica o controle e a fiscalização. Até o nosso passado é incerto. A lei geral de finanças públicas, que diz que para cada empenho há uma nota de empenho, que tem o nome do credor, a especificação e tal... Se começa essa mistura, eu fico assustada, porque tudo vai ser incerto, e tudo pode ser qualquer coisa. Isso dá margem inclusive para mais problema.

São cinco pontos, está bem?

O segundo ponto é sobre a exclusão da vedação de transferência de recurso de evento para o Ministério do Turismo. Havia uma vedação expressa a empresa fazer *show*. Agora está dispensada a licitação, estamos falando de dinheiro público... Eu queria saber por que isso ocorreu e gostaria que retornasse a vedação.

O terceiro ponto é o prazo de 36 meses que foi colocado para o atendimento de cláusula suspensiva de convênio. Eu acho esse prazo um absurdo, porque todo mundo, quando recebe dinheiro público, tem que apresentar certidão, tem que resolver suas pendências. Já existe um prazo razoável de 6 meses. Até a metade do ano seguinte já é um prazo razoável. Agora, 36 meses?! Temos que considerar troca de Prefeito, um monte de eleição que acontece no meio do caminho... Isso é realmente para as finanças, para a transparência, para o controle.

O quarto ponto é a dispensa de adimplência para Municípios de até 50 mil habitantes. Estamos dizendo com isso que Município pequeno não presta conta. É assim que eu estou lendo. Vamos lembrar que os Municípios pequenos são 87% dos Municípios brasileiros. Eu queria entender esse direcionamento, porque, se fica dispensada a adimplência para Municípios, estamos falando de emissão de empenho, de assinatura de instrumento de transferência. Temos um problema sério aqui. E o outro ponto é que há uma prorrogação de convênio até 2024 no âmbito da FUNASA. Como eu sei que V.Exa. conhece bem esse assunto, eu queria que V.Exa. explicasse um pouco essa prorrogação.

Esses são meus cinco pontos. E quero deixar claro aqui, Presidente, que eu discordo muito desses R\$ 5 bilhões das estatais. Estamos falando de dinheiro público, e de dinheiro público que vai ser torrado. Vão usar as estatais, fazer populismo e comprar a eleição de 2026. Sou radicalmente contra. Acho um escárnio pedirem para isso retornar.

E o meu último ponto é até um elogio. Corroboro a fala do Deputado Mourão. Eu acho, sim, que nós temos que discutir a transparência do Sistema S, porque ele propõe muita coisa boa, mas estamos falando de dinheiro público, estamos falando de um tributo, obrigatório, não estamos falando de contribuição facultativa. Nós já tivemos inúmeros problemas com transparência. Eu lembro que, quando eu entrei aqui, no meu primeiro ano, nós conversamos sobre esse assunto, sobre como dar mais transparência, até porque eles prestam conta de forma independente, cada um do seu jeito. Fica tudo muito difuso. Precisamos colocar luz sobre isso. Esse é um debate que precisa ser feito. Não se trata de acusação. Ninguém precisa ficar na defensiva. O debate é necessário. V.Exa. conta com o meu apoio.

É isso, Presidente.

O SR. GUILHERME BOULOS (Bloco/PSOL - SP) - Presidente, eu havia pedido a palavra logo após a Deputada Adriana.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não, Deputado.

O SR. GUILHERME BOULOS (Bloco/PSOL - SP) - Eu acho que nós estamos muito perto, meu caro Relator Danilo Forte, de chegar a um entendimento.

E quero reconhecer aqui, publicamente, o seu gesto de substituir, naquele famigerado art. 83-A, "deverão" por "poderão". Acho que isso resolve a diferença que estava instalada. Reconheço também o seu gesto de aceitar a retomada dos R\$ 5 bilhões das empresas públicas para investimento fora do teto do arcabouço. Reconheço o conjunto dos seus gestos aqui.

Eu só queria fazer uma última ponderação, para que nós conseguíssemos viabilizar o entendimento. Isso implicaria, naturalmente, a retirada dos nossos destaques, portanto faríamos a votação hoje, sem mais óbices.

Sobre esse caso da habitação, eu queria dialogar de maneira muito tranquila com os meus colegas. A enorme maioria da população brasileira, seja no Sudeste, seja no Nordeste, seja no Sul, em todas as Regiões, está em cidades com mais de 50 mil habitantes. Essas cidades, justamente por causa dessa urbanização precária que o Deputado Eunício relatou aqui com precisão, justamente por causa dessa forma caótica de desenvolvimento das nossas metrópoles, elas têm hoje a maior parte das mazelas, favelas, áreas de risco, áreas precárias. O Programa Minha Casa, Minha Vida tem sido utilizado, desde o seu princípio, para fazer provisão habitacional, não para aumentar a população de uma cidade. Quando falamos em construir mais habitações do Minha Casa, Minha Vida em metrópoles, não é para receber mais gente nessas cidades. Aliás, as grandes metrópoles brasileiras estão com a população estabilizada há 10 anos, há 15 anos. Cito o caso de São Paulo, que eu conheço melhor. O crescimento em São Paulo é vegetativo. Não há crescimento populacional na cidade. O Minha Casa, Minha Vida é utilizado, por exemplo, para realocar pessoas removidas de uma favela, de uma área de risco. Essas áreas estão essencialmente nas grandes cidades, então precisamos construir conjuntos habitacionais para realocar as pessoas removidas. O Minha Casa, Minha Vida tem sido sistematicamente utilizado para contenção de risco, que é um dos principais critérios de prioridade adotados no programa, e para a remoção de famílias fruto de urbanização de favelas. Então, essa construção não é para adensar as grandes cidades, é para resolver esses problemas.

As cidades com menos de 50 mil habitantes merecem toda a atenção da política pública. Não estamos disputando a preferência por umas cidades ou por outras. Isso seria incoerência, seria falta de bom senso da nossa parte. Temos que analisar onde está concentrado o déficit habitacional. Dados públicos, do IBGE e da Fundação João Pinheiro, mostram que o déficit habitacional brasileiro está concentrado essencialmente em cidades com mais de 200 mil habitantes, particularmente nas grandes metrópoles.

Concluo fazendo um apelo para que nós cheguemos a um meio-termo, senão vamos chegar a uma situação em que o programa não vai conseguir rodar, porque em determinadas cidades não vai haver a demanda e em outras cidades vai faltar recurso. A demanda dos Prefeitos é legítima, mas sem — eu diria — o devido respaldo em estudos técnicos do déficit habitacional brasileiro.

Só sugiro que encontremos uma solução de meio-termo, Relator Danilo, e cheguemos a 15% como mínimo. Hoje, não há nada carimbado para cidades com menos de 50 mil habitantes. Na lei do Minha Casa, Minha Vida não existe esse carimbo. Façamos um carimbo, que não seja aquele que pode de fato criar prejuízo para o andamento do programa. Assim resolvemos isso, votamos logo a LDO e vamos todos felizes embora.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Deputado, eu queria aproveitar, mesmo estando na Presidência, levando em conta o bom senso e esse espírito de unidade que todo mundo está construindo, para lembrar que, de cinco pontos que foram pedidos, o Relator atendeu quatro. Eu queria dizer a V.Exas. que, no meu Estado da Paraíba, de 223 Municípios, apenas seis têm mais de 50 mil habitantes.

Como estamos falando sobre isso, eu queria fazer o contrário, para mediar. Eu queria pedir a V.Exa. que fizesse o gesto, já que o Relator atendeu quatro pontos. Sejamos sensíveis. Apenas um ponto ele não está acatando.

Eu estou querendo ponderar para que com esse espírito possamos chegar à finalização, com a votação da nossa LDO. Não tenho dúvida de que V.Exa., por ter família na Paraíba, por toda a história, não queira que alguém tenha em detrimento de outro. Mas de fato a realidade no País é bem diferente na maioria dos Estados. Eu faço este apelo contando com a compreensão de todos.

Peço ao Deputado Zarattini e ao Deputado Odair que, por gentileza, entrem nessa conversa, para que possamos... É um único ponto.

O SR. ALBERTO MOURÃO (Bloco/MDB - SP) - Presidente, eu falei com o Deputado Zarattini e acho que temos uma alternativa. Eu sou de São Paulo. Fui gestor municipal por muitos anos, então entendo o problema. São Paulo também tem cidades pequenas. Das 645, mais de dois terços são pequenas, de 5 mil habitantes, 7 mil habitantes. Também acho que é justo colocar 30%.

Eu conversei com o Ministro Jader outro dia. A dificuldade é viabilizar a questão burocrática para as pequenas cidades. Hoje ele está lançando um programa para cidades com população abaixo de 50 mil. Ele está lançando um programa só para elas. E parece que o recurso vai ser desburocratizado e ponto, que o dinheiro vai fundo a fundo, do Fundo Municipal de Habitação.

Então, Deputado Danilo, sugiro colocar o mandamento de que os 30% fiquem fixos, desde que seja feito o chamamento no primeiro momento. Então, no primeiro semestre, no primeiro chamamento, os Municípios de menos de 50 mil habitantes. Depois, não aparecendo a quantidade, vêm os 20% da verba, e o que sobrar vai para os outros, senão vamos chegar ao fim do ano sem executar o Orçamento. E ficam 30% com o primeiro chamamento. Inverte-se o que aconteceu este ano. Certo? Resolve-se o problema.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Presidente...

O SR. GUILHERME BOULOS (Bloco/PSOL - SP) - Presidente, a proposta do Deputado contempla e nos permite fazer o acordo. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Em votação.

Havendo acordo, sem destaques...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Alô! Ele quer falar, Presidente.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Presidente, só para...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não, Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Eu queria agradecer a compreensão do Relator, de V.Exa. e de todos os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras. Acho que avançamos.

Quero só ressaltar aqui...

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Deixe-me falar...

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Deputado Danilo, só um pouquinho.

Na minha primeira fala, eu ressaltei aqui a dificuldade operacional que o Governo já apontou em relação a cronograma, não à questão política em si, mas à questão operacional com as demais rubricas do Orçamento, com as demais programações do Orçamento. Portanto, essa questão do calendário...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Deputado, é bom o senhor ouvir, para não ficar...

Só quero dizer que o Governo não tem compromisso em relação a essa questão do calendário. Quero deixar isso claro, porque foi feito ontem um acordo partidário, e isso ainda depende de uma verificação operacional em relação à execução do Orçamento.

Era isso o que eu queria deixar claro aqui.

Muito obrigado.

Parabéns a todos!

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - A Deputada Adriana não retirou os destaques. Vamos deixá-la...

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Não, eu vou falar.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Com a palavra V.Exa.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Primeiro, quero deixar claro aqui que a proposição do Deputado Weliton Prado nós vamos acatar, a inclusão da oncocerose e do câncer.

Segundo, quero dizer à Deputada Adriana que eu tenho uma vivência no Poder Executivo. Sofri muito lá. Aqui é melhor, vou logo lhe avisando. A obra parada muitas vezes passa pela mudança de quem está executando. A empresa ficou inadimplente... O Deputado Marx Beltrão sabe o que é isso lá no interior das Alagoas, foi nosso Ministro do Turismo. Muita gente abandona a obra, simplesmente nem se acha mais o construtor. Com medo de problema, ele desaparece, e tal e tal e tal. Isso acontece principalmente com obras pequenas. Se você regula isso dando como parâmetro da regulação a Lei de Licitações, você pode fazer a previsão dentro do pagamento de Restos a Pagar, mesmo que em alguns momentos mude o credor daquele crédito de Restos a Pagar, para salvar o interesse público, que é a obra. Acho que nisso aí nós nos entendemos.

Com relação às transferências de eventos do turismo, tudo isso tem que obedecer à Lei de Licitações. Em nenhum momento nós estamos passando por cima da Lei nº 8.666. Não estamos passando por cima disso. Então, para as contratações de eventos nós não estamos criando uma legislação específica. Em nenhum momento nós estamos criando legislação específica para isso.

O prazo de 36 meses foi previsto inclusive pelo Poder Executivo. Eles acham que, diante da situação atual, esse prazo seria o razoável para a regularização. Eu não aprofundei esse debate, vou lhe ser muito sincero.

A adimplência dos Municípios abaixo de 50 mil habitantes não é para todos os programas, nem para todos os convênios, é para convênios específicos, em algumas áreas. Os da área da saúde já são abaixo de 50 mil. Nós não estamos fazendo aqui um "liberou geral". A outra coisa é que essa situação é para o empenho, não é para pagamento. Para pagamento o Município tem que estar adimplente. Isso aqui é só para empenhar. Para pagar, o Município tem que estar adimplente. Se ele estiver inadimplente, não recebe o dinheiro. Ele assina o contrato, mas não recebe. Entendeu?

E há a prorrogação da FUNASA, a minha gloriosa e amada Fundação Nacional de Saúde, instituição a que eu devo muito. A FUNASA me deu a oportunidade de conhecer o Brasil inteiro. Lutei muito para que ela não fosse extinta. Acho que esse foi um dos erros do Governo, Deputado Zarattini, até porque errar é humano. Dentro disso, eu acho que esse momento de recuperação da FUNASA foi difícil. Esse ano...

(A Sra. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Esse foi um ano atípico. Inicialmente, no primeiro semestre, ela estava extinta. Foram cometidos alguns absurdos, como, por exemplo, na questão da melhoria habitacional para quem tem a doença de Chagas, que é transmitida pelo barbeiro — doença que tem muita incidência em Goiás e no Tocantins; no Ceará

ocorre menos, já está quase erradicada. O que aconteceu? A ação foi para o Ministério da Saúde, e o dinheiro foi para o Ministério das Cidades. Olhem só a bagunça!

Há um rapaz que fez obras em Irauçuba, lá no Ceará — o Senador Cid está lembrando —, e quebrou, porque estava com a medição pronta em dezembro, mas até hoje não recebeu o dinheiro. Em Cajazeiras, na Paraíba, também houve um Prefeito que quebrou, por conta de obras da FUNASA. O que aconteceu? Durante todo esse período, os convênios não foram renovados na vigência, o que é uma norma legal, porque você só pode pagar e executar se o convênio estiver na vigência. E não havia ninguém para assinar o convênio no primeiro semestre, porque ela estava extinta, e, no segundo semestre, botaram lá um Presidente que só sabe o endereço da FUNASA, porque vai lá todo dia, mas não sabe nem como é que funciona aquilo. O cara não tem a menor noção do que está fazendo lá.

Inclusive, eu propus, numa conversa com o Governo, que, se o Governo quer realmente reerguer a FUNASA, a entregue aos servidores da FUNASA, porque há muita gente boa lá, gente preparada.

No nosso momento de FUNASA, eu me lembro de que nós chegamos a executar obras em 3.200 Municípios no Brasil inteiro. Fomos a instituição que mais executou o PAC 1. No tempo em que a saúde indígena era de competência da FUNASA, reduzimos a mortalidade infantil indígena em 50% e recebemos um título da Dra. Zilda Arns. Erradicamos a oncocercose lá em Roraima, lá na terra dos ianomâmis. Hoje os ianomâmis estão abandonados.

Na FUNASA tem muita gente séria. O problema foi que, nas gestões seguintes, a FUNASA foi sendo deixada de lado. Entregaram-na a um delegado de polícia e, agora, a um professor, que não tem a menor noção do que é aquilo. A FUNASA caiu nesse momento.

Então, nesse momento, precisamos dar um prazo para recuperar a vigência da instituição, se o Governo quiser fazer isso, porque até agora também não o quis.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pode falar, Deputada.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, eu sou muito prática. Fiz um monte de destaques. Sei que muitos fizeram acordo e não estou a fim de encher a paciência de ninguém. Não estou mesmo! Não quero que ninguém fique com raiva de mim, não, mas eu tenho 22 destaques, gente. Calma!

O que eu proponho? Se for possível, eu gostaria de 3 minutos com o Deputado Danilo, porque, para mim, há cinco destaques que são muito importantes. Se ele acatar, eu não farei os destaques. Então, o que eu faço? Abro mão da maioria e, desses cinco, faço uma defesa rápida, até porque acho que há alguns que vão concordar, alguns que falaram aqui.

V.Exa. quer que eu fale agora, Deputado Danilo, ou quer que eu vá até aí e lhe mostre as coisas?

Eu acato o que a Presidente falar e o que a Comissão resolver. Está tudo certo.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - É melhor V.Exa. já encaminhar.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Se é melhor já encaminhar, eu tentarei ser o mais breve possível. Abro mão de 17 emendas, 17 destaques que fiz...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - E mantém...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu abro mão. E faço a defesa de cinco emendas, que, para mim, são as mais relevantes. Assim, o Colegiado resolve. Eu faço isso de uma maneira rápida, tudo bem? Vamos uma a uma, e a Presidente e o Relator resolvem.

Todos os demais já abriram mão de todas? Eu sou a única? Jesus! (Risos.)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Então, só para ficar aqui registrado...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Quem abriu mão foi porque o Relator aceitou. V.Exas. abriram mão porque ele aceitou. Eu vou esperar o Relator aceitar as minhas cinco emendas, porque, assim, eu abirei mão.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Deputado Rafael Prudente, V.Exa. está com a palavra.

O SR. RAFAEL PRUDENTE (Bloco/MDB - DF) - Estou com a palavra, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - V.Exa. está com a palavra.

O SR. RAFAEL PRUDENTE (Bloco/MDB - DF) - Sra. Presidente, quero agradecer a V.Exa. e, assim como os demais que me antecederam o fizeram, quero também parabenizar o Relator.

Parabenizo o Deputado Danilo Forte, até porque atendeu uma demanda aqui do nosso DF a respeito das forças de segurança. São recursos que elas já recebem, mas aqui se está deixando a previsão legal na legislação.

Eu quero deixar registrado — também não vou ser óbice — que não apresentei 22 destaques, como fez a Deputada Adriana Ventura, mas eu apresentei dois, que são muito importantes aqui para nós. Eu queria pedir a atenção deste Plenário.

A primeira emenda que nós destacamos é Destaque nº 40. Foi travado aqui ao longo dos últimos dias, semanas, nos bastidores da Comissão Mista de Orçamento, o debate sobre a questão da composição ou recomposição do Fundo Eleitoral. E nós, aqui do Distrito Federal, preparamos uma emenda e achávamos que o Relator poderia acatá-la, de que há uma situação específica para nós aqui, do Distrito Federal, Sr. Relator. Nós não teremos eleição no ano que vem aqui, então, não faz o menor sentido e não é justo que participemos desse rateio.

Eu sei que há divergências, o Relator tem as suas ponderações que respeitamos, mas eu gostaria de fazer um pedido aqui. Nós tivemos centenas de pedidos que V.Exa. abriu seu coração para atender. Então, eu aproveitei aqui que V.Exa., no final, já está com o coração mais amaciado, vamos dizer assim, para que acate também a nossa emenda do DF. Desse modo, o Distrito Federal ficará fora dessa conta dos cortes das emendas de bancada, visto que nós não teremos eleição, não teremos Fundo Partidário.

Então, eu quero fazer um pedido aqui a V.Exa. para essa matéria, que é muito importante. Nós estamos falando aqui de aproximadamente 150 milhões de reais. Então, eu queria pedir aqui a ajuda de V.Exa. para que acate o nosso desejo, o nosso único pedido aqui do Distrito Federal no relatório de V.Exa.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Deputado Rafael Prudente, ficou claro — e no relatório está bem simplesinho — que a questão do Fundo Eleitoral vai ser discutida na LOA. O Deputado Luiz Carlos Motta, que eu vi por aqui, vai ter todo o carinho e zelo ao discutir essa matéria.

O SR. RAFAEL PRUDENTE (Bloco/MDB - DF) - Sra. Presidente, eu posso fazer uma complementação, por só um minutinho?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não, Deputado.

O SR. RAFAEL PRUDENTE (Bloco/MDB - DF) - Eu apresentei outro destaque, Relator, que até comentei com V.Exa. aqui agora há pouco. Nós estamos passando por um problema. Nós estamos falando aqui em todos os momentos de receita, e os servidores da Receita Federal estão em greve. Eles estão em greve porque, no ano de 2016, foi criado um subsídio para pagamento em duas parcelas de renda fixa e variável e, ao longo desse período de 2017, só agora, no ano de 2023, foi regulamentada essa legislação, ou seja, foi feito um acordo, uma publicação de uma portaria, pelo Ministro da Fazenda, em que depois dessa regulamentação constaria, na LDO, a previsão legal de cumprimento dessa legislação.

Então, nós estamos falando aqui de receita, mas não temos condição de falar de receita, sem falar dos servidores da Receita Federal. Não há a previsão orçamentária, não há o orçamento, mas já há o financeiro. Há o FUNDAF, o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização, que hoje tem um superávit imenso e tem condições de bancar essa despesa. Então, deixo aqui a minha sugestão também. Não vou ser óbice aqui, mas eu acho importante esta Comissão se debruçar sobre isso. Há vários servidores nessa situação. Eu sei que V.Exa. já falou sobre essa questão de servidores, mas nós estamos falando aqui de uma questão específica da Receita Federal, que, no seu financeiro, já tem a reserva para fazer esse pagamento.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Os recursos já estão na previsão financeira, no PLOA. Agora, quanto à obrigatoriedade de fazê-lo, essa é uma decisão do...

O SR. RAFAEL PRUDENTE (Bloco/MDB - DF) - Tem um terço do valor, tem um terço.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Então, V.Exa. deve fazer uma emenda no PLOA pedindo para triplicar o valor. É lá que é colocado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Bom, em votação...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Espere aí.

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES) - Presidente, eu preciso só de 1 minuto. Eu tive que ir...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Há votação nominal, viu?

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES) - Há a votação nominal. Falo isso só para o pessoal saber que há votação nominal.

Peço 1 minuto só.

Tive que ir ao plenário, Deputado Danilo Forte, e eu fiz o pedido da possibilidade de incluir o *kit* escolar também, que relatei a V.Exa.

Então, muito obrigado.

Era só isso.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - V.Exa. já vai ser atendido.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Bom...

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Eu só preciso dizer algo sobre as emendas do Deputado João Leão, porque precisa estar documentado que as acatamos. Ficam aprovadas a Emenda nº 32390002 na Ação 7XZ3 e a Emenda nº 32390003 na Ação 7XY7.

São as emendas do Deputado João Leão.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Ficam retirados todos os destaques, com exceção dos destaques da Deputada Adriana Ventura.

É isso? Perfeito?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Deputado Danilo Forte, V.Exa. quer olhar meus destaques e acatar alguns? Daí eu retiro. (*Risos.*)

V.Exa. está aceitando de todo mundo.

Eu vou explicar. Então, eu posso falar?

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - O que V.Exa. não me pede sorrindo que eu não faço chorando?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, V.Exa. me dá autorização para eu falar quais são os meus destaques?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu não sei se nós vamos indo de um a um...

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Vota em globo. Pronto. Requerimento do Deputado Eunício Oliveira.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - É, e eu pinço os meus cinco. Pode votar em globo, e eu pinço os cinco que vou destacar.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Está bem. Beleza. Vamos votar em globo.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Está bem. Então, está bem.

Em votação...

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Tem que votar primeiro o requerimento.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu pincei cinco, cujos números já passei. Eu estou falando dos Destaques nºs 29, 88, 33, 32 e 86.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - São os Destaques nºs 29, 88, 33, 32 e 86.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Já.

Em votação, em globo, pela rejeição de todos os destaques.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado também no Senado.

Agora vamos ao Destaque nº 29, Deputada.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu vou apresentando um a um?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - V.Exa. vai querer falar sobre todos?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Não, mas vai ser muito rápido. Eu acho que é só para objetivarmos. Eu já falei, inclusive, de dois deles.

O primeiro, Deputado Danilo Forte, que é o Destaque nº 29, é só em relação...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Peço só um instante, Deputada...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/MDB - CE) - Presidente, nós acabamos de aprovar a votação em globo.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - É, eu pincei cinco destaques.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/MDB - CE) - Quando engloba, fica um só.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Não, engano de V.Exa.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/MDB - CE) - É claro que sim.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - É lógico que não.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/MDB - CE) - É claro que sim. É claro.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Isso foi combinado antes. Eu lamento, senão, não haveria acordo.

Posso continuar, Deputado Danilo? Serei rápida. Não sei por que tanta...

Deixe-me ganhar tempo, Deputado Eunício. Eu prometo que eu serei rápida.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Espere só um instante. Vamos votar primeiro.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/MDB - CE) - A Presidente aprovou a votação em globo na Câmara e no Senado, a não ser que...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Apreciação dos destaques.

Eu vou...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Foram feitas as ressalvas dos pinçados antes.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/MDB - CE) - Não, não. Sem ressalva!

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Foram feitas. Eu falei inclusive ao microfone.

Não vai fazer diferença.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O relatório apresentado ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e a complementação de voto estão em votação, ressalvados os destaques da Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Com licença. Quero registrar o meu voto contrário.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Aprovados, com o voto contrário da Deputada Adriana Ventura.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados. (*Palmas.*)

Antes de passar a palavra para a Deputada, eu quero parabenizar o Deputado Danilo Forte pela paciência, pelo trabalho, pelo compromisso, por tudo aquilo que os colegas Parlamentares aqui puderam dizer sobre S.Exa. nesta verdadeira empreitada que foi a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Eu quero agradecer aos Deputados e às Deputadas, aos representantes do Governo Federal, a todos os que contribuíram para que nós pudéssemos hoje votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Eu vou passar primeiro...

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Presidente, questão de ordem, só por 1 segundo. S.Exa. me autorizou, a Deputada Adriana.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Quero só uma informação.

Os relatórios setoriais vão ser...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Vão ser votados logo após.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Logo após?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Isso.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Presidente, todos já foram entregues?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Só falta um relatório para ser entregue, do Deputado Wilson Santiago.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Presidente, sem querer criar uma crise no Senado Federal, mas, na época da Presidência do Senador Marcelo Castro, que aqui se encontra, a uma hora desta, após 6 horas de trabalho, já tínhamos cachorro-quente, *pizza*, sanduíche e Guaraná. (*Risos.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - E pão *pizza*!

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O problema é que eu faço dieta, aí, esqueci. Mas S.Exa. está aqui, continua mantendo...

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Eu queria fazer este protesto também: não houve *buffet* aqui. A Presidente da nossa Comissão é muito mão-fechada — mão-fechada.

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG) - Presidenta, há muitas festas para nós irmos por aí.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Está bem, vou levar todo mundo à festa de São João de Campina Grande durante o recesso, 30 dias de festa, aí, num instante vai dar certo. (*Risos.*)

Destaque nº 29.

Com a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Deputado Danilo, será um a um, e, aí, V.Exa. rejeita o... (*Pausa.*)

Então, vamos lá.

O Destaque nº 29, de maneira muito rápida, colegas, é sobre a ressalva de contingenciamento. A questão toda é que todo o Orçamento do nosso País está à disposição do crescimento das despesas. Então ignora a meta fiscal, ignora a saúde fiscal do nosso País. Gastar é mais importante do que ter equilíbrio.

Na verdade, o que nós queremos, ao destacar isso, é: para mim, dos cinco, esse artigo é o mais importante, é o que tem mais relevância, porque é o que vai fazer a sinalização de que nós temos responsabilidade fiscal, que nós estamos preocupados com o equilíbrio, que nós não queremos gastar, gastar, gastar, gastar, gastar para sermos reeleitos em 2026.

Este é o meu destaque, é a minha defesa, feita muito rapidamente, mas muito importante. Inclusive, eu peço apoio aos colegas, porque o nosso País precisa mostrar que tem responsabilidade.

Então, Deputado Danilo, por ordem de prioridades, essa é minha prioridade um.

Encerro minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Passo a palavra ao Relator, Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Deputada Adriana, esse debate foi feito com a presença de todos aqui e da sociedade brasileira. Eu concordo com a senhora. A senhora sabe desde o início que eu acho muito difícil o cumprimento da meta fiscal zero. Eu acho quase impossível. E por isso eu tive a preocupação de discutir com muita clareza o que é contingenciável e o que não é. Tentei controlar ao máximo. Mas a senhora viu que foram aqui acordadas duas situações que vão impor ainda um aumento no contingenciamento, no que diz respeito à questão do seguro rural e no que diz respeito inclusive ao PAC das empresas estatais, porque isso vai refletir no nosso contingenciamento.

O problema é que é preciso remeter para a lei, e as leis que tratam do assunto são a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei do Arcabouço Fiscal. Foi o intervalo para o qual eu remeti no texto.

Então, o texto dá liberdade para o Governo trabalhar dentro do limite da lei. Ele tem essa liberdade. E, em não cumprindo ou cumprindo, equivocadamente, o que acontecerá? Haverá punições, inclusive no Orçamento de 2025, que é o que rege o arcabouço fiscal. Vai ser realizado, não vai? É a aposta que precisamos fazer. Nós vamos estar aqui para cobrar? Com certeza estaremos, tanto eu quanto a senhora.

Sou pela rejeição do destaque.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - O.k. Magoei um.

Vamos para o segundo agora.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Mas tem que votar.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Desculpa.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Presidente, questão de ordem. Falarei rapidamente.

Quero deixar algo bem claro, já que foi me perguntado aqui pelo membro da FPA: a questão do seguro rural está pacificada.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que concordam com o voto do Relator pela rejeição permaneçam como estão. (Pausa.)

O destaque foi rejeitado, com o voto contrário da Deputada Adriana, e não vai ao Senado.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu quero ver se vocês vão me apoiar em pelo menos um. É uma aposta que eu faço, porque eu estou sendo legal. Eu vou fazer um fácil. Eu abri mão de 17. Eu quero ver reciprocidade.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Passamos agora ao Destaque nº 88 e ao Destaque nº 33.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu vou defender os dois juntos porque tratam do mesmo tema, daí iremos mais rapidamente.

Este destaque diz respeito ao artigo — inclusive, já foi falado por alguns Parlamentares aqui — que é o regramento da emenda de Comissão. Então, especificamente o Destaque nº 33 garante — até falaram de colocar valor, fizeram outros questionamentos — 11 bilhões de reais para as emendas de Comissão. V.Exa. colocou lá o percentual da Receita Corrente Líquida — RCL e tudo mais. V.Exa. regrou lá que são 2% para a Câmara e um terço para o Senado.

Com toda transparência, Deputado Danilo, até porque o senhor me conhece muito bem, e eu não tenho papas na língua, eu falo as coisas de maneira aberta e acho que tem que ser assim, eu juntei com o Destaque nº 88, porque aqui nesse regramento existe um problema. Eu sei que o senhor luta por transparência. Nós estamos falando aqui do balcão de negócios da Câmara. Vamos ser muito claros. Isso existe hoje no Senado e está na Comissão de Desenvolvimento Regional. Existe o dinheiro de emenda de Comissão, e não há transparência de critérios e de todo o resto. É o que acontece na Comissão.

O que está acontecendo aqui é que estamos destinando 11 bilhões para emenda de Comissão. Eu coloquei junto com o Destaque nº 88, porque não vou contra o sistema e sei que sou a única aqui que talvez queira isso, mas, de maneira objetiva, o que eu estou pedindo no Destaque nº 88 é minimamente transparência, com regras de indicação de beneficiário.

O que temos aqui? Por que foi escolhido o Município A e não o B? Quais são regras? Esse regramento inclusive está na Constituição. Há objetivos específicos, e nós sabemos como funciona. Não há um regramento claro, e eu não estou falando do destino. Quero deixar isso bem claro, porque falam: *"Ah, a gente sempre sabe para onde foi"*. Não, eu estou falando da origem. Por que o Parlamentar A recebe isso?

Eu quero clareza para pelo menos podermos atender política pública, porque hoje acontece de termos dois Municípios no mesmo Estado, um colado no outro, os dois paupérrimos e com IDH baixo. Um Município recebe milhões, e o outro, que tem IDH menor, não recebe nada. Então, o ponto todo é termos regramento e critério.

Se V.Exas. não acatarem o Destaque nº 33, que é justamente esse que garante 11 bilhões para emendas de Comissão, que pelo menos aprovemos, paliativamente — esse é fácil para V.Exas. —, o Destaque nº 88, que vai garantir transparência, regramento e critério das emendas de Comissão, coisa que hoje nós não temos. Está certo?

Então, Deputado Danilo, é isso.

E eu faço um apelo aos colegas. É fácil essa. Deputado Motta, meu Relator da LOA, meu querido conterrâneo, V.Exa. me acompanha?

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - O Deputado Danilo está com a palavra para dar o parecer sobre o Destaque nº 88 e o Destaque nº 33.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Deputada Adriana, eu acho que, em parte, o seu destaque já está acatado, porque ele tem um regramento interno.

Agora, a senhora também há de convir comigo que nós não podemos passar por cima...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Qual é o regramento interno?

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - A transparência com relação ao beneficiário e à indicação tem que constar. Para onde vai e o objeto dela nós já sabemos.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Critério de destinação parlamentar.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Espere aí, calma! V.Exa. não deixa eu molhar o bico.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Desculpe! Eu só quis deixar claro que é a origem.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Posso concluir? (Pausa.)

Obrigado.

É o seguinte: nas emendas de Comissão, as Comissões têm autonomia na definição delas. É uma autonomia das Comissões esse encaminhamento.

Então, o que eu posso exigir — e já está sendo exigido no projeto — é que o endereçamento do beneficiário, o montante e o objeto da emenda tenham clareza. Agora, a definição do como vai definir, vai priorizar e o montante que vai colocar é responsabilidade da Comissão definir. Eu não posso fazer isso.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Desculpe, Relator! Não, espere um pouquinho.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Então, eu sou pela rejeição do seu destaque.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Espere um pouquinho!

Existe um detalhe importante. Eu entendi a questão do critério, mas, especificamente, no Destaque nº 88, da transparência, o que estamos pedindo é que a Comissão — já que a emenda é de Comissão — vote... Que a destinação da emenda esteja em uma ata de reunião aprovada pela Comissão.

O que acontece? A Comissão tem proporcionalidade partidária, e os Parlamentares da Comissão aceitam ou não.

O que tentamos evitar aqui é que se concentre o poder na mão de uma pessoa só, que o Presidente da Comissão resolva destinar os bens que existem em uma Comissão ou outra de maneira aleatória no balcão de negócios. Eu estou sendo muito clara. O que eu quero é transparência.

Eu quero que a ata da reunião seja votada na Comissão por todos os Parlamentares. Que eles deem anuência. Se derem anuência, tudo bem, fica transparente. Transparência: é só isso que eu estou pedindo.

É isso.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - A senhora não acha que esta Comissão tem autonomia reservada?

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - É uma fala de um lado, e outra de outro. Não há debate. Pelo amor de Deus. Assim não termina isto aqui.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu só estava apresentando a minha emenda de uma maneira rápida. Com licença.

Ele vai falar sobre a ata. Só isso. Depois, se quiser rejeitar, ele rejeite.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Eu acho o seguinte: o Plenário da Comissão é soberano. Então, a Comissão pode fazer uma imposição ou não à sua distribuição. Agora, não cabe a nós dizer como é que a Comissão vai atuar. Eu não vou entrar nessa discussão. Cada Comissão tem uma forma de definir: a Comissão de Educação tem uma forma, a Comissão da Saúde tem outra. Eu não vou poder modelar daqui essa forma.

Eu acato parcialmente o seu destaque — já está acatado —, mas eu sou contra o seu destaque com relação à votação.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Em votação o Destaque nº 88 e o Destaque nº 33. O parecer do Relator é pela rejeição.

Os representantes da Câmara dos Deputados que os aprovam permaneça como estão. (Pausa.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Ninguém, hein?

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Aprovado o parecer pela rejeição, com voto contrário da Deputada Adriana Ventura.

Destaque nº 32.

Com a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Só faltam dois. Eu estou indo bem rápido em respeito ao colegiado.

O Destaque nº 32 eu acho que é importantíssimo, porque aqui estamos burlando uma lei eleitoral e estamos falando de crime eleitoral. Aí, sim, eu digo que não cabe à Lei de Diretrizes Orçamentárias opinar sobre isso. A lei está falando de doação em anos em que há eleição. O que se está falando aqui é:

Art. 100-C. A doação de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública para órgãos públicos e entidades públicas e privadas, durante todo o ano, e desde que com encargo para o donatário, não se configura em descumprimento do § 10, do art. 73, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

O que estamos falando? Estamos autorizando doações de cestas básicas, de tratores, de brindes, de tudo, e isso é compra de votos em ano eleitoral.

Deputado Danilo, eu queria, inclusive, pedir a sua atenção para pelo menos acatar um destaque meu. Você acatou os de todos que estão aqui. Os meus você não acatou. Eu queria que o senhor fizesse esse gesto, já que eu abri mão de 17 destaques em nome do colegiado.

Isto aqui burla a lei eleitoral. Não pode a LDO fazer isso.

Os meus amigos aqui me apoiam. Olhe aqui! Eles me apoiam!

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Eu acho o seguinte. Em nome do consenso e também em nome da transparência do pleito eleitoral e da manipulação que pode acarretar na interferência do processo eleitoral, eu concordo com o seu destaque. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Em votação o parecer do Deputado Danilo Forte na representação da Câmara dos Deputados.

Aqueles que concordam com o Destaque nº 32 permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Aqueles que concordam com o Destaque nº 32 permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Destaque nº 86. (Pausa.)

Foi retirado o Destaque nº 86?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Não.

O Destaque nº 86 eram três, e eu só estou fazendo um.

Eu vou falar rapidamente. Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Com a palavra da Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu não quero ser demagógica, eu não quero falar bobagem, mas faço um apelo.

Eu sei que a discussão do valor do fundão ainda está ocorrendo e vai ser na LOA. Até o Deputado Luiz Carlos Motta estava aqui, e eu já conversei com ele. Eu fiz três destaques: um é fundo zero, que eu sei que não tem cabimento, outro é manter os 900 milhões de reais, que já mencionamos. O que eu destaquei, que o é Destaque nº 86, até porque eu sei que há Parlamentares que concordam, é a possibilidade de nos esforçarmos para fazer campanhas mais baratas usando o valor de 2020. Eu não estou sendo demagógica. O que eu estou falando é que, nas eleições municipais de 2020, nós usamos 2 bilhões de reais. A proposta viável e factível é mantermos os 2 bilhões de reais.

Deputado Danilo, eu sei que isso vai ser debatido na LOA, mas no relatório você garantiu que teremos até o limite de 5 bilhões de reais, que é 4,9 bilhões de reais.

O pedido aqui, até porque temos outras prioridades no nosso País, é que aprendamos a fazer campanhas mais baratas. Isso é justo para todo mundo. Assim, aprendemos a investir mais barato.

Vocês me apoiam? Essa é a pergunta.

O meu destaque é este: 2 bilhões de reais é o valor mantido.

Eu não vou me alongar em respeito aos colegas. O meu pedido é que vocês me apoiem, por favor, Deputado Eunício e Deputado Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Com a palavra o Relator para dar o parecer ao Destaque nº 86.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Deputada Adriana Ventura, já está muito claro para todo mundo, e não é a primeira vez que eu digo: a discussão do fundo eleitoral será na LOA. O Deputado Luiz Carlos Motta terá muito prazer em acolher ou não o seu destaque.

O parecer é pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Em votação o parecer do Relator pela rejeição do Destaque nº 86.

Os representantes da Câmara dos Deputados que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O destaque foi rejeitado, com voto contrário da Deputada Adriana Ventura e da Deputada Daniela Reinehr. O destaque foi rejeitado e não vai ao Senado Federal.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Deputado Danilo, muito obrigada. Você é um super-Relator, muito educado, ouve todo mundo. Parabéns! Eu espero que você seja Governador.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Eu quero parabenizar o Relator Danilo pelo brilhante trabalho, pelo bom senso e, com certeza, por ajudar muito para o desenvolvimento do nosso País.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Eu queria aqui agradecer a todos os Srs. e as Sras. Deputadas, a todos os Srs. e as Sras. Senadoras.

Eu acho que nós mostramos hoje um avanço muito grande na consolidação do papel do Parlamento brasileiro no que diz respeito àquilo que lhe é mais importante, que é a construção da lei orçamentária. Esta LDO, com certeza, vai marcar a história do Brasil porque trouxe para dentro do debate orçamentário problemas sociais profundos, como a questão do combate à violência contra as mulheres, como a questão da inclusão social e uma política pública para tratar as crianças com deficiência, principalmente as com o transtorno do espectro autista, com uma relação de transparência — avançamos com relação a orçamentos anteriores — e, ao mesmo tempo, com a contribuição que está sendo dada para destravar a economia do Brasil.

Eu acho que nós tivemos a preocupação de dar ao Brasil previsibilidade na execução orçamentária. Todo mundo aqui sabe que eu defendo orçamento impositivo. Eu acho que o Brasil tem que evoluir para isso. As grandes nações do mundo têm o orçamento 100% impositivo, porque isso diminui a margem para manobras, diminui a margem para manipulação na relação do Parlamento com o Poder Executivo, e assim avançamos também naquilo que é essencial para a nossa economia, destravando as iniciativas do Governo com relação às obras estruturantes, destravando aquilo que é fundamental para a nossa economia de hoje, que é o setor do agro.

Todo mundo sabe que eu tenho preocupação muito grande em fortalecer o agro, porque eu acho que o agro hoje é a grande base, o grande pilar de sustentabilidade da economia nacional. O Deputado Vicentinho, a Deputada Daniela, a Senadora Professora Dorinha Seabra, todos aqueles que têm um envolvimento mais direto com esse setor tiveram uma participação importante, como também teve o Deputado José Rocha, da Bahia, lá do nosso MATOPIBA, porque era exatamente aquilo que desejávamos. É o Congresso votando, é o Congresso discutindo, é o Congresso debatendo, com respeito, com diálogo.

Os senhores viram que aqui nós não tivemos nenhum momento de intempérie, nenhum momento de agressividade com relação ao debate do mérito da questão. A unanimidade foi construída inclusive para fazer um consenso. Nós tínhamos mais de 200 destaque para serem votados posteriormente à votação global do texto da LDO. Nós conseguimos exatamente diminuir esse espaço, o tempo desse debate e dessa votação, com a construção consensual que foi feita por todas as Lideranças aqui presentes e cumprimos o nosso compromisso e a nossa obrigação.

Viva o Brasil, viva o povo brasileiro e viva o Congresso Nacional!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Parabéns, Deputado Danilo. Sem dúvidas, foi um brilhante trabalho.

Vamos dar continuidade. Antes de começar a votar os relatórios setoriais, quero deixar registrado que o destaque apresentado ao Relatório Setorial da Área V - Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Pesca, a Emenda nº 71270001, era de autoria da bancada de Sergipe e foi rejeitada.

Inclusão na pauta de relatório setorial.

Comunico ao Plenário que, tendo em vista acordo firmado no Colégio de Líderes, proponho a inclusão na pauta dos Relatórios Setoriais das Áreas Temáticas: I - Infraestrutura, Minas e Energia; VIII - Ciência & Tecnologia e Comunicações; e IX - Assistência Social e Família.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de votação dessas proposições, a despeito do previsto no art. 128 da Resolução...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, eu só tenho um questionamento.

Eu não vi esses relatórios, não sei se subiram. Nós estamos incluindo na pauta para votar amanhã cedo? Eu quero só entender, porque eu não li relatório ainda.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Estão todos disponíveis.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Estão todos disponíveis? Estamos votando agora, e o relatório entrou agora. Então, não tem como votar...

(Intervenção fora do microfone.)

É o seu? É rápido? Você dá um tempo para lemos, uns 10 ou 15 minutos? É porque acabou de subir.

(Intervenção fora do microfone.)

Espere só um instantinho. Espere um pouquinho só.

(Não Identificado) - A Mesa poderia informar que horas subiu cada um dos relatórios?

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/MDB - CE) - Deputada Adriana, está pautado e disponível. Se houver dúvida, eu esclareço. (Pausa.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, eu não tenho objeção a que ele leia enquanto nós lemos e analisamos o relatório, mas eu quero saber quais são os outros. Eu gostaria de ter a previsibilidade do que teremos daqui para frente, porque temos o prazo de 2 ou 3 dias. Eu entendo que temos que avançar.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Eu vou passar os horários que nos foram disponibilizados: Saúde, às 15h35; Ciência e Tecnologia, às 20h14; Assistência Social, às 18h24.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Qual é este?

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Assistência Social.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Consulto o Plenário sobre a possibilidade de votação dessas proposições, a despeito do previsto no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 dias úteis de sua distribuição.

Em deliberação a inclusão na pauta e a quebra de interstício para a votação dos relatórios setoriais.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permanecem como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Eunício Oliveira, para a leitura do seu relatório.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/MDB - CE) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, passo a ler:

"Cabe à relatoria da Área Temática IX — Assistência Social e Família examinar a programação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, cujo orçamento equivale a R\$ 281,8 bilhões, sendo R\$ 175,2 bilhões para a administração direta e R\$ 106,5 bilhões para o FNAS.

As principais ações estão relacionadas ao Programa Bolsa Família, a cargo do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e ao Programa de Proteção Social pelo SUAS, sob responsabilidade do FNAS.

O Programa Bolsa Família conta com uma dotação de R\$ 168,6 bilhões, sendo que R\$ 21,2 bilhões constam na proposta orçamentária como despesas condicionadas à variação do IPCA, conforme permissivo proposto pelo PLDO 2024, sendo que R\$ 15 bilhões também se relacionam com receitas condicionadas à aprovação de medidas legislativas em tramitação.

A dotação em questão do PLOA é de aproximadamente R\$ 62,8 bilhões superior ao valor proposto na proposta orçamentária para 2023, e R\$ 3,5 bilhões inferior ao valor autorizado em 2023, considerados os montantes do Bolsa Família de R\$ 70,9 bilhões e do extinto Programa Auxílio Brasil, de R\$ 101,2 bilhões.

Tais recursos destinam-se ao pagamento de transferência de renda para 20,8 milhões de famílias beneficiárias e é suficiente para pagar um benefício médio mensal de R\$ 676,39 por família.

Relativamente ao programa de proteção social pelo SUAS foram alocados R\$ 103,2 bilhões, sendo que R\$ 97,5 destinam-se ao pagamento do Benefício de Prestação Continuada e da Renda Mensal Vitalícia para idosos e pessoas com deficiência.

Além disso, não se pode deixar de falar do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome, que abrange, entre outras, as ações referentes ao Auxílio Gás, à aquisição e distribuição de alimentos da agricultura familiar para a promoção da segurança alimentar e nutricional, o PAA. Neste programa foram alocados R\$ 4,8 bilhões, sendo que as ações mencionadas consomem 85% dos recursos.

Juntos, os três programas citados representam 98,5% dos recursos alocados para a programação do órgão Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Na Área Temática IX, foram apresentadas 530 emendas, sendo que 503 individuais e 27 emendas coletivas. Entre as coletivas, há uma emenda de remanejamento. As emendas individuais foram aprovadas integralmente, no montante de R\$ 657 milhões de reais.

As emendas coletivas de apropriação classificadas como discricionárias, RP 7, foram atendidas parcialmente com recursos disponibilizados pela Relatoria-Geral, em conformidade com a regra estabelecida no art. 57 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, no montante de R\$ 45,9 milhões, acrescido de recursos oriundos de cancelamento autorizado no Item 23.1 da parte dispositiva do parecer preliminar, no valor de R\$ 22,5 milhões, que totalizaram R\$ 68,4 milhões.

Quanto à emenda de remanejamento, ela foi atendida parcialmente.

Em face da escassez de recursos e dada a magnitude dos valores envolvidos, muitas demandas deixaram de receber dotações compatíveis com a sua importância, razão pela qual indicamos ao Relator-Geral a necessidade de reforçar tais dotações. Além disso, pedimos à relatoria-geral a recomposição dos valores do corte prévio autorizado pelo parecer preliminar, bem como do cancelamento realizado por esta relatoria para atendimento de outras emendas.

Quanto aos critérios especiais e extraordinários aprovados ou em tramitação nos últimos 4 meses de 2023, identificamos a MP 1.188, de 19 de setembro de 2023, no valor de R\$ 123,5 milhões em favor das unidades orçamentárias do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e a MP 1.194, de 13 de novembro de 2023, no valor de R\$ 300 milhões.

II. Voto

Diante do exposto, propomos que esta Comissão Mista aprove o Projeto de Lei nº 29, de 2023-CN, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente, relativamente à programação orçamentária da Área Temática IX."

É este o relatório, Sr. Presidente, que submeto aos colegas Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - O relatório e a complementação do voto estão em discussão.

A discussão e o prazo para a apresentação de destaque estão encerrados.

Não foram apresentados destaques.

O Relatório Setorial da Área Temática IX — Assistência Social e Família está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório foi aprovado por unanimidade.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/MDB - CE) - Sr. Presidente, eu agradeço a V.Exa., aos Deputados e às Deputadas, aos Senadores e às Senadoras.

Está aprovado o relatório. Boa noite a todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Parabéns, Deputado Eunício!

Relatório Setorial da Área Temática II — Saúde.

Relator-Setorial: Senador Marcelo Castro.

O Relator-Setorial está com a palavra para apresentação do relatório.

O prazo de destaque será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

Passo a palavra ao Relator.

O SR. MARCELO CASTRO (MDB - PI) - Sr. Presidente, senhoras e senhores membros da CMO, eu vou ler o nosso relatório da Área Temática II — da Saúde.

"I. Relatório

A Presidência da República submete à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 433, de 2023, o Projeto de Lei nº 29, de 2023, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024.

Por designação da Presidência da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, coube-me a missão de relatar a proposta orçamentária relativa à Área Temática II – Saúde, que compreende a programação do Ministério da Saúde, respectivas unidades orçamentárias a ele vinculadas direta ou indiretamente, e agências reguladoras com atuação na Área Temática da Saúde.

Programação para a área da saúde.

No âmbito do orçamento da Seguridade Social, a proposta de orçamento para 2024 consigna valores no Ministério da Saúde na ordem de R\$ 231,3 bilhões. Desse montante, R\$ 159,6 milhões estão condicionados à abertura de crédito adicional, na forma do art. 23-A do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias — PLDO para 2024.

Constam ainda no PLOA 2024, vinculados ao Ministério da Saúde, no Orçamento de Investimento, R\$ 162,1 milhões, relativos à HEMOBRAS.

Piso de aplicação em saúde.

Para o exercício de 2024, a aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde deve corresponder a 15% da receita corrente líquida do exercício, nos termos do art. 198, § 2º, I, da Constituição Federal. Assim, o valor mínimo de aplicação em saúde para 2024 é da ordem de R\$ 218,4 bilhões.

Das emendas.

Considerações Gerais.

Não só devido à obrigatoriedade de se destinarem pelo menos metade do valor das emendas individuais a ações e serviços públicos de saúde, como também em razão da evidente necessidade de recursos para a área, do total das 7.934 emendas à despesa apresentadas ao orçamento, a Área Temática II — Saúde recebeu 2.693 delas (33,4% do número total de emendas apresentadas).

Das emendas apresentadas, 2.687 foram de apropriação e seis coletivas de remanejamento. Dentre as de apropriação, 2.585 são emendas individuais de Parlamentares da Câmara ou do Senado, 92 de autoria de bancadas estaduais e 10 de Comissões.

Admissibilidade das emendas.

De acordo com o art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, cabe ao Comitê de Admissibilidade de Emendas propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas ao PLOA 2024. O comitê sugeriu ajuste em diversas emendas e, no último relatório, considerou todas admitidas, com exceção da Emenda nº 50080007.

Até a entrega do presente relatório, não havia ocorrido a votação do relatório do CAE. Entretanto, em consonância com o citado documento, consideramos que, após os ajustes promovidos pelos autores, as emendas atendem às disposições constantes da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e estão em consonância com as orientações do relatório de atividades do CAE, ressalvada a Emenda nº 50080007 acima mencionada.

No que diz respeito às emendas individuais (...) considero que, após os ajustes promovidos pelos autores e por este Relator, todas as emendas individuais apresentadas a esta Área Temática adequaram-se à legislação vigente e às orientações constantes do Relatório de Atividades do CAE.

5.3 Recursos para atendimento de emendas

No atendimento das emendas individuais e coletivas, foram mobilizados R\$ 17,38 bilhões, dos quais R\$ 16,84 bilhões advieram da Reserva de Recursos e R\$ 0,54 bilhão, de remanejamento de programações passíveis de utilização pela relatoria setorial. Do montante total disponível, R\$ 17,08 bilhões foram aplicados no atendimento de emendas de apropriação, e R\$ 0,30 bilhão, no atendimento de emendas de remanejamento.

Os recursos levantados na fase setorial foram obtidos a partir do cancelamento seletivo de dotações, que buscou preservar as programações afetas a institutos e hospitais específicos do Ministério, bem como a de suas agências, de modo a realizar cancelamentos proporcionalmente menores em programações mais volumosas.

5.3.1 Emendas Individuais

No que diz respeito às emendas individuais, todas foram aprovadas, o que implicou a utilização de R\$ 13,03 bilhões.

5.3.2 Emendas Coletivas.

5.3.2.1 Emendas de bancada com obrigatoriedade de execução (RP 7)

(...) No âmbito da Saúde, houve 87 emendas, que receberam recursos específicos da ordem de R\$ 3,64 bilhões.

5.3.2.2 Demais Emendas Coletivas.

Para atender aos demais pleitos de apropriação das bancadas e Comissões, foram utilizados R\$ 412,23 milhões. Mesmo diante da escassez de recursos, busquei ouvir a todos que me procuraram e distribuir os recursos segundo mérito das propostas, sempre perseguindo o equilíbrio e a justiça nas alocações.

Nessa tarefa, ao custeio da atenção especializada foram destinados R\$ 266,00 milhões, enquanto que para o custeio da atenção primária, R\$ 75,02 milhões. Os investimentos na atenção especializada também mereceram uma atenção especial desta relatoria, para os quais foram destinados R\$ 56,17 milhões.

No mais, dentro das limitações de recursos existentes, buscamos atender a todas as emendas apresentadas. Às emendas com menor atendimento, destinamos R\$ 10,00 mil, possibilitando aos seus autores buscar reforço de dotações.

Por fim, aprovamos ainda as emendas de remanejamento apresentadas pelas Comissões Temáticas do setor, com atendimento parcial dos pleitos formulados. Para esses atendimentos foram destinados R\$ 300,01 milhões, sendo R\$ 175,01 milhões ao custeio da atenção especializada, R\$ 75,00 milhões à estruturação da atenção especializada e R\$ 50,00 milhões à estruturação da atenção primária.

(...)"

Piso da saúde após emendas.

"Com o atendimento de emendas, os recursos em programações computáveis para fins de atendimento do piso constitucional somam R\$ 215,28 bilhões. Esse montante está R\$ 3,15 bilhões abaixo do piso constitucional da saúde estimado para 2024, da ordem de R\$ 218,43 bilhões.

(...)

5.5 Correções e ajustes em emendas por solicitação do autor ou para adequação técnica

Diversas alterações em emendas apresentadas foram consideradas no parecer em atendimento à solicitação de autores, tanto para atender às recomendações do CAE, quanto para corrigir erros, imprecisões, ambiguidades ou lacunas em elementos de programação orçamentária identificadas posteriormente. Tais solicitações foram registradas no mesmo sistema SISEL.

(...)

6 Outras informações exigidas por normas internas

6.1 Créditos adicionais abertos nos últimos 4 meses"

Houve dois créditos especiais abertos em favor do Ministério da Saúde nos últimos 4 meses de 2023.

"O primeiro deles é o PLN 21/23, em tramitação no Congresso Nacional, que propõe autorizar despesas de R\$ 393,00 milhões no Fundo Nacional de Saúde, com o intuito de viabilizar o acréscimo de participação da União no capital da HEMOBRA, com o objetivo de concluir a construção da unidade fabril de hemoderivados.

O segundo é o PLN 30/23, também em tramitação no Congresso Nacional, que propõe autorizar despesas de R\$ 5,9 mil no âmbito da ANVISA, para benefícios e pensões indenizatórias decorrentes de legislação especial e/ou decisões judiciais.

6.2 Outras informações obrigatórias conforme Resolução nº 1, de 2006-CN

(...) no âmbito do Ministério da Saúde, não há obra em relação à qual foram identificados indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação.

7 Correção de erros e omissões — Emendas de Relator.

Conforme determina a Resolução nº 1, de 2006-CN, os Relatores somente poderão apresentar emendas à programação da despesa com a finalidade de corrigir erros e omissões de ordem técnica ou legal.

A análise da programação do setor apontou as inadequações técnicas descritas abaixo:

7.1 Ajuste de classificador de despesa — ANVISA.

Conforme exposto no item 4.2 deste relatório, a Lei nº 13.848, de 2019, promoveu a desvinculação orçamentária da ANVISA do Ministério da Saúde. Dessa forma, a fim de adequar a proposta orçamentária ao que determina a Lei Complementar nº 141, de 2012, e a citada Lei das Agências Reguladoras (...) apresentamos emendas de Relator (...) para reclassificação do identificador de uso das programações da ANVISA de '6' para '0'.

7.2 Ajustes em descritores de ações da FUNASA

A FUNASA tem competência para atuar em diversas modalidades de saneamento, tanto em áreas urbanas quanto em áreas rurais," sendo que somente parte delas pode ser computada para o mínimo da saúde.

Justamente para oferecer esses casos, "desde 2013, a fundação segregava as ações passíveis de cômputo no piso das demais. Contudo, (...) para 2024, a ação 20AG, que tradicionalmente trata de segmento não computado no piso constitucional (...) passou a abranger saneamento rural, que pode ser computado no piso. Já a ação 21C9, que trata de saneamento rural e de comunidades remanescentes de quilombos (...) deixa de mencionar expressamente as comunidades remanescentes de quilombos" em seu descritor.

Dessa forma, a fim de evitar uma sobreposição entre as ações no que tange ao saneamento rural, bem como garantir a necessária segregação das despesas computáveis no piso constitucional e a objetividade das finalidades das respectivas ações orçamentárias, propomos a manutenção dos descritores das respectivas ações da forma constante dos últimos exercícios.

II. Voto do Relator

Diante de todo o exposto, votamos no sentido de que esta Comissão Mista aprove o Projeto de Lei nº 29, de 2023-CN, no que concerne à Agência Nacional de Vigilância Sanitária — ANVISA, à Agência Nacional de Saúde Suplementar — ANS e às unidades orçamentárias do Ministério da Saúde, com as emendas de Relator e os ajustes de que trata o item 7 deste relatório e as alterações decorrentes das emendas individuais e coletivas aprovadas."

Sr. Presidente, era esse o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - O relatório está em discussão.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Pois não.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Quero parabenizar o nosso Ministro e Senador Marcelo Castro.

O relatório chegou às 15h15min e nós o analisamos profundamente. Então, não poderia deixar de estar nas mãos de quem tem conhecimento por ser ex-Ministro e ex-Relator-Geral nosso. Foi um dos melhores relatórios já apresentado nesta Casa.

Parabéns, Senador Marcelo Castro, pelo brilhante relatório, que vai ajudar muito o Brasil, principalmente nas áreas mais necessitadas do País. Parabéns, nosso Relator, Senador e Ministro Marcelo Castro.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitida a Emenda nº 50080007 indicada pelo Relator no seu voto.

Foram apresentados quatro destaques.

O Relatório Setorial da Área Temática II — Saúde está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os quatro destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Os quatro destaques são da bancada de Sergipe.

Passo a palavra ao Relator para se manifestar sobre os quatro destaques.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) - Sr. Presidente, desculpe-me a interrupção, mas eu queria consultar V.Exa., pois está acontecendo exatamente neste momento a votação do próximo Procurador-Geral da República no plenário do Senado Federal, inclusive o Senador Marcelo Castro deve estar angustiado, precisando correr até lá.

O SR. MARCELO CASTRO (MDB - PI) - Votei no Flávio Dino e corri para cá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) - Pois é, e eu fiz a mesma coisa. Então, eu queria pedir a compreensão para que, se fosse possível, eu possa brevemente fazer a leitura do meu relatório setorial na sequência do Senador Marcelo Castro, para não perdermos essa última votação.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Estamos finalizando o Relatório Setorial da Saúde e, logo em seguida, terá V.Exa. a palavra.

O SR. MARCELO CASTRO (MDB - PI) - Posso dizer, quanto a esses destaques, que as emendas foram parcialmente atendidas. Em uma delas eu coloquei 10 milhões de reais, e é evidente que temos que ter um comedimento. O recurso era de 160 milhões de reais, que o Relator-Geral me concedeu para atender o Brasil inteiro. Todas as pessoas que me procuraram, eu atendi, ou mais ou menos, mas não deixei ninguém sem ser atendido. E Sergipe, surpreendentemente, foi um dos Estados que recebeu um dos valores que foram designados. Então, o que eu posso dizer é que elas estão atendidas parcialmente, e os membros da bancada ainda pode remanejar internamente, se quiserem deslocar de uma emenda para outra.

Então, o parecer é pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Em votação na representação da Câmara dos Deputados o parecer do Relator pela rejeição dos quatro destaques.

Os Deputados que aprovam o parecer do Relator pela rejeição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Foram rejeitados os destaques. Nesse caso, não irá ao Senado Federal.

Relatório Setorial da Área Temática I — Infraestrutura, Minas e Energia.

Relator: Senador Irajá.

O Relator-Setorial está com a palavra para a apresentação do relatório.

O prazo de destaques será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

Com a palavra o Relator.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) - Foram examinadas por esta relatoria 65 emendas apresentadas à programação das unidades orçamentárias pertencentes à Área Temática I, sendo 58 emendas coletivas, divididas em 39 de bancada e 19 de Comissão, e 7 emendas individuais.

"Das emendas individuais, cinco foram destinadas ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT, e duas à Agência Nacional de Transportes Aquaviários — ANTAQ. Com relação às coletivas, 46 foram destinadas ao DNIT (...) três ao Ministério de Portos e Aeroportos (...) uma à Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM, uma à Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL, uma à Agência Nacional de Mineração — ANM e uma à ANTAQ.

I.3.2 Das emendas de Relator

Foram apresentadas por esta relatoria duas emendas. Ao amparo (...) do parecer preliminar, apresentou-se a Emenda do Relator nº 80010001 para operacionalizar o cancelamento parcial das dotações constantes das propostas das unidades orçamentárias que compõem a Área Temática I do PLOA 2024. Já a segunda emenda, de nº 80010002, baseou-se no item 11.IV.b do parecer preliminar, classificada como de 'adequação do orçamento de investimento — inclusão de despesa'. A emenda inclui nova programação no orçamento de investimento da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária — INFRAERO para a construção do Aeroporto de Ariquemes, em Roraima, no valor de R\$ 25 milhões. A proposição foi necessária para viabilizar a emenda impositiva ao Orçamento Fiscal, de número 71230005, da bancada de Roraima, destinada ao aumento de capital da INFRAERO para a construção do citado aeroporto, em igual valor.

(...)"

Para o atendimento das emendas apresentadas, utilizaram-se recursos transferidos pelo Relator-Geral para a aprovação das emendas individuais no valor de R\$ 2 milhões, que representa o montante exato solicitado pelas emendas; recursos transferidos pelo Relator-Geral, no valor de R\$ 171 milhões, destinados às emendas de bancadas estaduais impositivas; recursos transferidos pelo Relator-Geral no valor de R\$ 95 milhões, para o atendimento de emendas coletivas de Comissão Permanente, de bancadas estaduais não impositivas; recursos decorrentes de cancelamento parcial de dotações da proposta orçamentária dos órgãos da Área Temática I indicadas pelas próprias emendas de remanejamento no valor de R\$ 53 milhões; e cortes realizados por esta relatoria no valor de R\$ 324 milhões.

Ressalto que tais cortes foram realizados com muita prudência e parcimônia, de forma a não inviabilizar qualquer programação constante na Proposta de Orçamento 2024.

Portanto, atendemos a todas as emendas impositivas, individuais e de bancada estadual com RP 7 no exato montante solicitado pelos autores.

Já as emendas não impositivas, ou seja, de Comissão Permanente, classificadas como RP 8, e as de bancadas, como RP 2, foram atendidas com R\$ 95 milhões, recebidos pelo Relator-Geral, acrescidos de R\$ 324 milhões, que totalizaram R\$ 420 milhões.

Atendemos a todas as emendas não impositivas, procurando distribuir os recursos de forma equânime entre bancadas e Comissões, e, principalmente, ouvindo os autores. Foi uma tarefa árdua, pois o montante solicitado pelas emendas não impositivas ultrapassou R\$ 12 bilhões, e nós só dispusemos, como mencionei, de R\$ 420 milhões.

Se injustiças foram cometidas, peço, de antemão, minhas escusas aos autores, mas procurei ser o mais justo possível, especialmente diante do prazo exíguo para a análise dos pleitos.

Por fim, passo à leitura do voto:

"II. Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação da parte do Projeto de Lei nº 29, de 2023-CN, relativa à programação das unidades orçamentárias da Área Temática I — Infraestrutura, Minas e Energia, com as alterações propostas neste Relatório Setorial decorrentes das emendas aprovadas por esta relatoria."

Obrigado, Presidente.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitida a Emenda de nº 50240001, indicada pelo Relator no seu relatório.

O relatório está em discussão.

O Deputado José Rocha tem a palavra.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Sr. Presidente, primeiro, eu quero parabenizar o Senador Irajá pelo relatório, atendendo às necessidades de infraestrutura do País, e, particularmente, da Bahia.

Eu queria só fazer um apelo ao Senador Irajá em relação à BR-135, no meu Estado. Foram cancelados os recursos, zerou-se o recurso que veio no projeto do Executivo. Eu dirijo apelo ao Senador Irajá para que reconsidera a dotação que foi alocada para a BR-135, no trecho de São Desidério até a divisa com Minas Gerais.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) - O Deputado José Rocha sabe do carinho e do respeito que eu tenho por S.Exa.

Como eu li no relatório, todas as emendas apresentadas foram admitidas em 100%. Eu não estou compreendendo. Eu acho que nem a...

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Não, houve um cancelamento dos recursos que eram destinados ao trecho da rodovia BR-135. E eu faço um pedido a V.Exa., no sentido de recompor esse cancelamento.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) - Na verdade, nosso técnico, o Luciano, está explicando que havia uma previsão de 40 milhões de reais e foi feito um corte de 3%, ou de 1,2%, e foram preservados 97% dos recursos. É o que está previsto aqui.

Então, eu acho que é melhor reconsiderar essa propositura, porque nós dividimos, inclusive igualitariamente, os valores. Eu peço a compreensão de V.Exa. em relação a isso.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Não zerou, Deputado José Rocha.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) - Isso, Deputado José. Fica parecendo que eu não admiti o seu pedido, da forma como está sendo colocado.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Não zerou.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) - Não. Está 40% menos 1,2%, o que dá 38,8 milhões de reais.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Está o.k.

Eu lhe agradeço, Senador, pela consideração e pelo atendimento.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - A discussão e o prazo para apresentação dos destaques estão encerrados.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Quero parabenizar o Senador Irajá.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Não foram apresentados destaques.

O Relatório Setorial da Área Temática I — Infraestrutura, Minas e Energia está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvadas as obras com indícios de irregularidades graves.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nos termos do art. 70, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, anuncio a votação da obra com indício de irregularidades graves — a obra de construção da BR-040, no Rio de Janeiro —, ressalvados os destaques.

Na representação da Câmara dos Deputados, os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

Relatório Setorial da Área Temática VIII — Ciência e Tecnologia e Comunicações.

O Relator-Setorial é o Senador Efraim Filho.

O Relator-Setorial está com a palavra para a apresentação do relatório.

O prazo de destaques será finalizado ao termo da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

Tem a palavra o Relator.

O SR. EFRAIM FILHO (UNIÃO - PB) - Sr. Presidente, segue o relatório.

"1. Relatório

1.1. Da Proposta do Poder Executivo

A Área Temática VIII abrange a programação orçamentária do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações — MCTI e do Ministério das Comunicações — MCom. Não houve alterações em relação à composição da área em 2023, exceto pela Empresa Brasil de Comunicação — EBC, que passou a fazer parte da Presidência da República.

Ao todo, a área compreende 11 unidades orçamentárias pertencentes ao orçamento fiscal e seguridade social e duas unidades orçamentárias pertencentes ao orçamento de investimentos.

(...)

1.1.1. Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

A programação dos recursos vinculados ao orçamento fiscal e seguridade social das unidades orçamentárias pertencentes à Área Temática VIII, para 2024, soma cerca de 14,4 bilhões de reais.

(...)

1.1.2. Orçamento de Investimento

O orçamento de investimento da Área Temática VIII engloba duas entidades: FINEP vinculada ao MCTI, e ECT, vinculada ao MCom. As despesas de áreas autorizadas são de 1,35 bilhão.

(...)

1.3. Das Emendas Apresentadas

1.3.1. Considerações Gerais

Foram examinadas 119 emendas apresentadas à programação orçamentária da área temática, sendo 21 emendas coletivas e 98 individuais.

(...)

1.3.3. Da Admissibilidade das Emendas

Optamos por considerar inadmissível somente a Emenda nº 71030017. Todas as demais foram consideradas admissíveis.

(...)

1.3.5. Do Atendimento das Emendas

O valor solicitado por emenda de bancada e Comissão de execução não obrigatória somam 6,82 bilhões. Conforme o item 23 do parecer preliminar, o valor passível do cancelamento é de aproximadamente 132 milhões.

(...)

Na busca por uma alocação de recurso o mais eficiente possível, procuramos ouvir os autores das emendas coletivas para identificar aquelas por eles consideradas prioritárias, haja vista a evidente impossibilidade de atender a todas no volume solicitado.

(...)

Das 12 emendas coletivas apresentadas ao orçamento do MCTI, 11 têm parecer pela aprovação parcial, e somente uma foi inadmitida. Todas as emendas coletivas apresentadas ao orçamento do MCom têm parecer pela aprovação parcial.

(...)

Para o atendimento das emendas apresentadas na área temática, utilizaram-se:

a) recursos da Reserva de Recursos de que tratam os arts. 56 e 57, transferidos pelo Relator-Geral com base no item 17, da Parte Especial do parecer preliminar, no valor de 81 milhões de reais, que representa o montante exato para aprovação das emendas individuais.

b) recursos de Reserva de Recursos transferidos pelo Relator-Geral, com base no item 17, no valor de 30 milhões de reais, destinados a despesas objeto de emenda de bancada estadual classificadas com identificador de resultado primário, RP 7, de execução obrigatória, nos termos do disposto do art. 166 da Constituição Federal.

c) recursos de Reserva de Recursos transferidos pelo Relator-Geral, com base no item 18 da Parte Especial do parecer preliminar, no valor de 37 milhões de reais, para o atendimento de emendas coletivas de apropriação.

d) recursos decorrentes do cancelamento parcial de dotações da proposta orçamentária da Área Temática VIII no PLOA 2024 indicadas pelas próprias emendas de remanejamento apresentadas no setor, no valor de 7,5 milhões, para seu atendimento, segundo o que dispõe o art. 38 da resolução.

Adicionalmente, amparada na autorização prevista no item 22 da Parte Especial do parecer preliminar, esta relatoria efetivou o cancelamento parcial de dotações constantes da proposta orçamentária das unidades Ministério das

Telecomunicações e TELEBRAS referentes a despesas com investimentos, classificadas com RP 2 e 3 na fonte 1000, no valor total de 28 milhões de reais.

(...)

Optou-se por preservar o máximo a programação original do setor para colher as emendas, pois procedeu-se ao cancelamento somente de 15% das dotações da proposta orçamentária do órgão, o Ministério das Comunicações, classificadas em GND 4 RP 2 e 3 em fontes de financiamento não vinculadas e compatíveis com as emendas apresentadas.

(...)

2. Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação da parte do Projeto de Lei nº 29, de 2023, relativa à programação das unidades orçamentárias da Área Temática VIII — Ciência e Tecnologia e Comunicações, com as alterações propostas neste relatório setorial decorrentes das emendas aprovadas por esta relatoria."

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitida a Emenda nº 71030017, indicada pelo Relator no seu voto.

O relatório está em discussão.

As discussões e o prazo para apresentação de destaque estão encerrados.

Não foram apresentados destaques.

O relatório setorial da Área Temática VIII, Ciência, Tecnologia e Comunicações, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Finalizamos os setoriais por hoje. Vamos suspender a sessão. Ficam faltando dois setoriais, da área de Cidades, do Deputado Marcelo Álvaro Antônio, e da Justiça e Segurança Pública, do Deputado Wilson Santiago. Esses são os dois setoriais que estão faltando.

Vamos suspender e convocar para que possamos votar amanhã, às 10 horas.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitida a emenda indicada pelo Relator no seu voto, a Emenda nº 50240001.

Está suspensa a sessão.

Amanhã voltaremos, às 10 horas, para analisar os setoriais restantes.

Desde já, agradeço a todos.

Até amanhã.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Declaro reiniciada a presente Reunião Deliberativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional para a votação da matéria constante na pauta. Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Comunico ao Plenário que, tendo em vista acordo firmado no Colegiado de Líderes, propõe-se a inclusão na pauta dos seguintes relatórios: Relatório do CAE, apresentado à LOA de 2024; Relatórios Setoriais das Áreas Temáticas Cidades e Justiça e Segurança Pública e Relatórios do COI nºs 1 e 2.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de votação dessas proposições, a despeito do previsto no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 dias úteis de sua distribuição.

Em deliberação a inclusão na pauta e a quebra de interstício para a votação dos relatórios.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Eu passo a palavra ao Relator do Relatório do CAE, Deputado Júnior Mano.

O SR. JÚNIOR MANO (PL - CE) - Sra. Presidente, primeiramente, eu quero parabenizá-la pela condução do trabalho, pela maestria e pelo cumprimento do prazo que foi dado para a votação dos Relatórios Setoriais da LDO. Hoje, aqui, nós estamos concluindo mais uma etapa para finalizar o nosso trabalho com o grande Deputado Luiz Carlos Motta, do meu partido, o Relator do Orçamento.

Eu quero parabenizar todos os Relatores Setoriais. Agradeço a toda a Consultoria e a minha equipe de trabalho. Este foi um trabalho minucioso, com várias emendas apresentadas — de bancada, coletivas, individuais. Então, foram dias intensos. Nós nos comunicamos com as assessorias e as Comissões para que os ajustes fossem feitos em tempo hábil.

Eu passo à leitura do nosso Relatório.

"I. Relatório

1. Conforme o art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, cabe ao Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas, inclusive as de Relator, ao Projetos de Lei Orçamentária Anual, de Diretrizes Orçamentárias e do Plano Plurianual. Os relatórios de admissibilidade devem ser votados pela CMO antes da apreciação do mérito das respectivas matérias, salvo deliberação em contrário do Plenário da CMO.

2. O exame de admissibilidade de emendas corresponde ao preliminar, anterior ao mérito, que verifica a compatibilidade da proposição com as normas constitucionais, legais e regimentais, nos termos do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. Esse dispositivo determina que a emenda à proposição em tramitação na CMO que contrariar tais normas inadmitida, caso aprovada na CMO a proposta de Comitê de Admissibilidade (arts. 15, XI, e 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional).

3. A Comissão aprovou o Relatório do CAE contendo diretrizes e orientações voltadas ao exame de admissibilidade das emendas ao PLOA 2024. O Relatório permite uma interpretação sistemática do conjunto de normas aplicáveis à matéria (Constituição Federal, Plano Plurianual, LDO, Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e Instruções Normativas da CMO).

4. Do ajuste das emendas. Além de orientar os autores acerca da elaboração de emendas quanto à sua admissibilidade, o comitê analisou previamente aquelas apresentadas e sugeriu soluções, sempre que possível, capazes de sanear os vícios que as tornavam inadmissíveis.

5. Do exame técnico preliminar de admissibilidade das emendas coletivas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2024, foram identificados inicialmente inúmeros casos (175) de inadmissibilidade de emendas coletivas (112 emendas de bancada estadual e 63 emendas de Comissão). Diante disso, foram realizadas várias diligências com os autores, no sentido de possibilitar, quando possível, o ajuste das emendas inadmitidas.

6. Os pedidos de correção efetuados pelos autores (coordenadores de bancadas e Presidentes de Comissões Permanentes) foram efetuados no sistema informatizado da própria CMO (SISEL). A grande parte dos pedidos foi considerada viável depois de suplantadas as inconsistências técnicas e regimentais.

7. No final, encerrados os prazos concedidos pela Comissão e a busca de soluções saneadoras, reduziu-se de forma significativa o montante inicial de emendas coletivas inadmitidas, restando apenas aquelas relacionadas no Anexo I ao presente relatório. Todas as demais emendas coletivas não contempladas neste anexo foram consideradas admitidas.

8. Destacamos, no presente relatório, alguns aspectos da análise efetuada.

9. Competência regimental da Comissão. A inadmissibilidade de parte das emendas de Comissão é atribuída ao fato de este comitê não ter conseguido identificar qualquer afinidade ou compatibilidade entre a programação incluída pela emenda e

a competência temática regimental da respectiva Comissão. Assim, diante da impossibilidade regimental de substituição dessas emendas, conforme norma da CMO, não encontramos outra saída senão sua inadmissão.

10. Emendas de remanejamento. Em relação às emendas de remanejamento, identificamos vários casos onde os cancelamentos (ou parte dos cancelamentos) indicados pelo autor não são compatíveis com o acréscimo proposto. De outra parte, a resolução é peremptória quanto às condições que devem ser atendidas nos cancelamentos indicados. Diante disso, com o intuito de sanear as impropriedades, somente consideramos viável a emenda quando a substituição dos cancelamentos feitos pelo autor tenha sido feita em conformidade com a resolução.

11. Aplicação da regra do art. 47, IV, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. O dispositivo veda emendas de bancadas classificadas como atividades ou operações especiais com modalidade de aplicação que permita transferências a Municípios (códigos MA 40 e 41). Entretanto, há previsão específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO 2024, art. 48, § 5º), que autoriza emendas a adicionarem recursos a transferências automáticas e regulares para todos os entes federativos.

12. Questão semelhante ocorre em relação às emendas de Comissão. A Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional (parte final do inciso II do art. 44 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional), prevê a possibilidade de acrescerem recursos a programações constantes do PLOA, isso mesmo quando destinadas a diversos entes (o que inclui a modalidade 40 e 41). Contudo, a citada previsão das LDOs regula o acréscimo a programações automáticas e regulares para todos os entes.

13. Dessa forma, tendo em vista a citada legislação, consideramos viáveis emendas, notadamente na área da saúde, que adicionaram recursos a transferências automáticas e regulares nos termos da LDO, nos seguintes casos: a) emendas de bancada com modalidade de aplicação 41 (transferências fundo a fundo a Municípios), desde que o Município beneficiado seja identificado/grafado no subtítulo (cf, art. 47, II, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional); e b) emendas de Comissão, nas modalidades 31 (transferências fundo a fundo a Estados) e/ou 41 (transferências fundo a fundo a Municípios), com subtítulo nacional (cf, art. 44, II, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional) 14. Também consideramos razoável a aprovação de emendas de Comissão com modalidade de aplicação 30 e com subtítulo nacional quando inviável do ponto de vista técnico a aplicação direta.

15. Necessidade de repetir emendas de bancadas (obras). No que se refere à necessidade de repetição de emendas de bancada estadual apresentadas aos orçamentos anteriores, este comitê informou previamente às bancadas quais emendas deveriam, em princípio, ser reapresentadas. Informou-se que, a partir da Emenda Constitucional nº 100, de 2019 (emendas ao PLOA 2020 em diante), aplica-se o § 20 do art. 166 da CF quanto à obrigação de repetir emendas impositivas relativas a obras. Considerando-se a inexistência de um registro completo e detalhado acerca do andamento das obras federais no País, a análise do comitê dependeu basicamente da fidedignidade das informações prestadas pelos respectivos colegiados estaduais e do Distrito Federal.

16. Depois de analisados os motivos da falta de apresentação das emendas explicitados na ata da reunião da bancada, o comitê acatou as seguintes justificativas assinaladas pelas bancadas: a) obra não iniciada; b) obra já concluída; c) recursos existentes no PLOA, empenhados ou inscritos em restos a pagar, considerados suficientes para concluir ao menos uma etapa da obra; d) existência de impedimento técnico, devidamente relatado.

17. Não foram consideradas, na análise, as programações incluídas por bancada estadual que se encontram descritas de forma genérica, sem apontar obra específica.

18. Despesas obrigatórias (aumentos de pessoal). O comitê analisou situações em que o autor da emenda propõe alteração de despesas obrigatórias, ou seja, despesas cujos montantes orçados decorrem de norma constitucional/legal anterior que cria obrigação de pagamento da União. A legislação, nestes casos, é que gera direitos e pretensões contra a União. Tratando-se de despesas obrigatórias, as alterações propostas devem comprovar a existência de erro ou omissão. Deve-se também observar que a iniciativa de proposições legislativas relativas a aumentos de pessoal do Executivo é privativa daquele poder.

19. Emendas individuais. O exame da admissibilidade das emendas individuais, como já ocorreu em anos anteriores, encontra-se delegado aos Relatores Setoriais, como consta do Relatório de Diretrizes e Orientações aprovado pela CMO. As propostas de parecer pela inadmissibilidade dessas emendas deverão constar dos respectivos Relatórios Setoriais, conforme art. 70, III, "c", da Resolução.

20. Emendas inadmitidas. Do conjunto de emendas coletivas apresentadas ao PLOA 2024, depois de efetuados os ajustes requeridos pelo CAE, restaram pendentes apenas as emendas de Comissão indicadas no Anexo 1 ao presente relatório."

Como referido, trabalhamos em articulação com setoriais, no sentido de que o parecer de admissibilidade contido em seus relatórios fosse compatível com o resultado do trabalho de ajuste das emendas coletivas para fins de sua conformação com

as normas constitucionais, legais e regimentais. Como vários relatórios setoriais já foram aprovados pela CMO, impõe-se, portanto, quanto a esses setores, o parecer que constou dos mesmos relatórios. Diante disso, o presente relatório contempla tão somente as emendas inadmitidas dos relatórios setoriais ainda não aprovados: Cidades; Justiça e Segurança. II. Voto

Diante do exposto, propomos que, dentre as emendas coletivas apresentadas ao PLOA 2024, sejam consideradas inadmitidas apenas aquelas que integram o Anexo 1 do presente relatório. As demais emendas coletivas devem ser consideradas admitidas, observados os ajustes propostos pelo CAE e solicitados pelos autores no sistema Sisel/CMO." É assim como voto, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O relatório do CAE está em discussão.

O prazo de destaque será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

A discussão e o prazo para apresentação de destaque estão encerrados, já que não há quem queira discutir.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Apreciação do Relatório nº 1/COI/CMO, de 2023, apresentado pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI, que analisa os Avisos nºs 5, 8 e 20, de 2023, do Congresso Nacional, por meio dos quais o Tribunal de Contas da União encaminhou ao Congresso Nacional informações sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves no exercício de 2023. Relator: Deputado Daniel Almeida, Coordenador do COI.

Conforme o disposto no art. 24 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, submeto à apreciação do Plenário o Relatório nº 2/COI/CMO, de 2023, apresentado pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI, que propõe atualização do Anexo VI – Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, integrante de projeto de lei do Congresso Nacional, PLN 29/23 (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024). Relator: Coordenador do Comitê, o Deputado Daniel Almeida.

Com a palavra o Relator.

O SR. DANIEL ALMEIDA (Bloco/PCdoB - BA) - Sra. Presidente, agradeço a V.Exa. pela gentileza de antecipar a apresentação do meu voto e de permitir que os dois relatórios sejam lidos e sejam apreciados em bloco, também pela nossa designação para cumprir essa tarefa de analisar as obras com indícios de irregularidades, que não é uma tarefa fácil.

Eu quero agradecer a colaboração de todos os membros e da assessoria da Câmara e do Senado, que nos ajudaram muito. Vamos ao Relatório nº 1.

"Sra. Presidente, o relatório já foi publicado, e o tempo é precioso nesta Comissão. Peço a sua autorização para uma leitura bastante resumida dos elementos essenciais do nosso trabalho.

Ao longo de cada ano, as mudanças que a Comissão Mista de Orçamento realiza no Anexo VI da LOA vigente no próprio ano, decorrentes de novas informações trazidas pelo TCU que geram bloqueio e desbloqueio de obras, são deliberadas pela Comissão por meio da tramitação de avisos (AVN). Os avisos que não são votados pela Comissão até 30 de novembro são, então, enviados ao COI, para que este proponha uma deliberação conjunta de todos os que ficaram assim pendentes.

Assim, este Relatório nº 1, de 2023, tem por objetivo analisar os avisos pendentes de votação na CMO em 2023, ou seja, as modificações que a CMO pode fazer ainda na lei orçamentária vigente em 2023. As deliberações para a lei orçamentária de 2024 são tratadas no Relatório nº 2, de 2023.

A Comissão recebeu a esse título três avisos. Com a detalhada fundamentação contida no relatório publicado, o comitê propõe:

- o desbloqueio, nos termos do projeto de decreto legislativo anexo a este parecer, da execução física, orçamentária e financeira das obras de ampliação de capacidade da BR-290/RS na LOA de 2023, arquivando o AVN nº 5, de 2023, e o AVN nº 20, de 2023;

- a manutenção do bloqueio da execução física, orçamentária e financeira das obras de construção da BR-040/RJ — Termo Aditivo nº 12, de 2014, ao Contrato de Concessão PG-138/95-00, subtítulo que já integra o Anexo VI da LOA de 2023, arquivando o AVN nº 8, de 2023."

Esse é o Relatório nº 1.

Passo, então, ao Relatório nº 2.

"As propostas se fundamentam nas informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União — TCU ao Congresso Nacional, bem como nos esclarecimentos prestados pelos gestores por meio de ofícios e na audiência pública promovida pelo COI em 28 de novembro passado.

O relatório traz uma avaliação do trabalho consolidado de fiscalização apresentado pelo TCU, do qual decorrem várias recomendações à Comissão e aos órgãos do Executivo. Integram ainda este relatório dois anexos. O Anexo 1 discute exaustivamente a deliberação sobre cada obra examinada, e o Anexo 2 contém a proposta de atualização do Anexo VI para a lei orçamentária de 2022.

I. Voto

Considerando as informações prestadas pelo TCU, pelos gestores, bem como as obtidas em audiência pública, e levando em consideração a metodologia de trabalho do COI e as determinações sugeridas pelo projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2024, propomos o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira da seguinte obra, limitado exclusivamente aos empreendimentos, contratos, convênios, editais e outros elementos semelhantes nominados na coluna 'objeto' (em qualquer programa de trabalho orçamentário), conforme abaixo especificado:

Órgão/empresa: 39250, Agência Nacional de Transportes Terrestres — ANTT;

Obra/serviço: obras de construção da BR-040/RJ;

Objeto: Termo Aditivo nº 12, de 2014, de 30 de dezembro de 2014, ao contrato PG-13 8/95-00, de 31 de outubro de 1995, obras de implantação de novo trecho da BR-040-RJ para a subida da Serra de Petrópolis, Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora, Rio.

As razões para inclusão do elemento acima especificado encontram-se detalhadas no Anexo I a este relatório.

De outro lado, propomos que não seja incluído no Anexo VI da LOA 2024 a obra/serviço abaixo especificada, que também foi discutida neste relatório:

Órgão 39250 — Agência Nacional de Transportes Terrestres. Obras de ampliação de capacidade da BR-290/RS. Termo Aditivo 13 ao Contrato PG-016/97-00, que inseriu conjunto de obras na BR-290/RS - Concessionária da Rodovia Osório Porto Alegre.

Diante do exposto, votamos pela aprovação deste relatório, com proposta de atualização do Anexo VI do PLN 29/23, do Congresso Nacional (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024), nos termos do Anexo 2 a este relatório, e o submetemos à apreciação do Plenário desta Comissão, na forma prevista no art. 24 da Resolução 1, de 2006, do Congresso Nacional, com as seguintes propostas de providências adicionais, que resumo a seguir:

I - para minimizar o problema de descontinuidade do Orçamento em obra já em andamento, reiterar a recomendação à Comissão Mista de Orçamento, já apresentada em 2021, no sentido de incluir nas futuras LDOs as exigências de que:

a) todas as emendas que destinem tenham que contemplar a identificação da obra ou projeto no Cadastro Unificado de Projetos de Investimento mantido pelo Governo Federal;

b) todos os Relatores demonstrem em seus relatórios que foram alocados os recursos para manutenção e projetos em andamento antes da abertura de novas obras, na forma exigida pelo art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

II - comunicar ao Presidente da República a posição da Comissão no sentido de que uma estruturação normativa definitiva da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), contemplando a definição dos fundamentos da Política Nacional de Geoinformação, a obrigação dos órgãos federais e subnacionais de compartilharem as informações por ela abrangidas, e o desenho em caráter permanente das competências de normatização, gestão e operação, revela-se medida imprescindível e insumo estratégico para elevação da eficiência na gestão de políticas públicas e nos investimentos públicos e privados;

III) alertar o Presidente da República para a preocupação que suscita a fragilidade atual da capacidade técnica de fiscalização de engenharia do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS e a necessidade de prover os meios compatíveis para a gestão das suas obras em andamento e da manutenção e segurança das obras instaladas;

IV) alertar a Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados e a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, instâncias competentes para a fiscalização de mérito do tema, que as informações recebidas do TCU indicam que

as atuais indefinições de natureza regulatória quanto à inserção da energia da Usina Termonuclear de Angra 3 no sistema elétrico nacional, bem como as lacunas e inconsistências nas estimativas de investimentos, comprometem a avaliação da viabilidade do projeto e o aproveitamento dos recursos públicos federais já investidos na obra e nos equipamentos da Usina, ao tempo em que tais incertezas prejudicam a decisão de alocação de recursos federais para a obra, sendo que a escassez orçamentária daí decorrente pode conduzir à paralisação ou redução do ritmo das obras, com graves implicações como aumento de custos e elevação da tarifa de energia associada ao empreendimento;

V) solicitar ao Tribunal de Contas da União que execute, com a máxima brevidade, ação específica de fiscalização no Edital de contratação integrada RDC 90/2022 do DNIT, do qual resultou o Contrato 277/2022 (Lote Único), relativo à construção do trecho Manga/Itacarambi na BR-135/MG, tendo por objetivo verificar a adequação do anteprojeto licitado da obra às condições atuais do seu entorno urbano e geográfico, avaliando assim se ocorreram inconsistências que comprometam a execução contratual decorrente da licitação nele embasada, e dando conhecimento imediato dos resultados a esta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional."

São esses, Sra. Presidente, os dois relatórios que o COI produziu, dos quais peço a aprovação.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O relatório está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, a discussão está encerrada.

Em votação os Relatórios nºs 1 e 2 do COI na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Os relatórios foram aprovados.

Parabéns, Deputado Daniel Almeida, pelo seu trabalho e seu comprometimento à frente dessa área tão importante para o nosso País. Obrigada.

Agora passamos para a relatoria setorial da Área Temática VI — Cidades, cujo Relator é o Deputado Marcelo Álvaro Antônio, a quem eu passo a palavra para a apresentação do seu relatório.

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO (PL - MG) - Bom dia a todos.

Presidente, primeiramente quero parabenizá-la pelo brilhante trabalho à frente da mais importante Comissão do Congresso Nacional. Nós chegamos ao final do trabalho com a sensação de dever cumprido. Sabemos da nossa contribuição para com o Brasil, e a Presidente, a Senadora Daniella, realmente conduziu os trabalhos de uma forma muito democrática, muito competente. Senadora, parabéns pelo trabalho.

Parabenizo também todos os Relatores Setoriais, que também se esforçaram ao máximo para entregar o melhor resultado possível ao nosso Brasil.

E vamos lá para a leitura do relatório.

"Por designação da Presidência da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), coube-me a missão de apreciar, como Relator-Setorial, a proposta orçamentária relativa à Área Temática VI, que abrange o Ministério das Cidades (MCID) e unidades orçamentárias a ele vinculadas.

Foram apresentadas nesta área temática 42 emendas coletivas e 61 emendas individuais. O Comitê de Admissibilidade de Emendas (CAI) indicou a inadmissibilidade de cinco emendas do setor. Trata-se das Emendas nº 50030005; nº 50030008, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; nº 50310004, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, e nºs. 60000005 e 60000006, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Visando ao atendimento das emendas de apropriação, realizamos o cancelamento em programações do Ministério das Cidades, preservando algumas programações constantes no projeto de lei. As programações objeto de corte foram reduzidas em até 5%. O atendimento das emendas de remanejamento, por sua vez, resultou no cancelamento de 310 milhões em investimentos na GND 4 e 6,1 milhões em outras despesas decorrentes, GND 3, observadas as programações indicadas pelos autores das respectivas emendas.

Ao alocar recursos, priorizamos o atendimento de emendas destinadas à implantação e qualificação viária nos Municípios. Uma parcela significativa dessas alocações foi destinada às emendas de Comissões, devido a maior probabilidade de execução dessas programações, em virtude da proteção contra o contingenciamento proposta pelo Substitutivo ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024 — PLDO 2024.

Considerando as limitações de atendimento de emendas impostas aos Relatores Setoriais, sugiro ao Relator-Geral o atendimento adicional das emendas apresentadas. As emendas individuais e as parcelas impositivas das emendas de bancada estadual apresentadas a esse setor foram atendidas no valor total solicitado. Foram apresentadas nove emendas de remanejamento no âmbito desta área temática. Dessas, quatro receberam o parecer pela inadmissão. As demais foram atendidas parcialmente, tendo por fonte os cancelamentos indicados nas respectivas emendas.

Com relação às obras com indícios de irregularidade no âmbito do Setor VI, não figura a programação com recomendação de interrupção de contrato ou parcela da obra.

Ante o exposto, voto pela aprovação da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2024 no que concerne às unidades orçamentárias constantes na Área Temática VI, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas."

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O relatório está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, está em votação o Relatório Setorial da Área Temática VI — Cidades na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não, Deputado Gaguim.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Eu só queria parabenizar o Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Então, deixe-me só concluir a votação aqui e passo para V.Exa. Em votação na representação do Senado Federal.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, ressalvados os destaques.

Tem a palavra o Deputado.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Quero parabenizar o nosso Relator, que tão bem conduziu uma área importante, que é a habitação em todo o Brasil.

No ano passado, tive o prazer de ser Relator também, e era Integração, Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Tive a oportunidade de destinar, naquela época, 82 milhões de reais a casas populares em todo o Brasil, o que elevamos, junto com o Senador Marcelo Castro, que foi o nosso Relator-Geral, para 10,5 bilhões de reais, mas, infelizmente, muitas dessas casas ainda não foram concluídas. Eu tenho certeza de que agora, com o planejamento que V.Exa. fez, vamos chegar ao nosso objetivo, que é destinar casas a pessoas humildes e carentes, que tanto precisam.

Parabéns!

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO (PL - MG) - Obrigado, Deputado Gaguim.

(*Pausa prolongada.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Temos quatro destaques, dois da bancada do Tocantins e dois da bancada de Sergipe.

Eu passo a palavra para o Relator, para que ele possa se manifestar.

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO (PL - MG) - Presidente, o voto é pela rejeição dos quatro destaques apresentados em função da ausência de orçamento para atendê-los, tendo em vista que, na próxima fase, a da relatoria geral, podem ser alocados os recursos necessários para atendê-los, tanto os da bancada de Sergipe quanto os da bancada do Tocantins.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Presidente, eu sei que o relatório já está fechado, mas, se possível, gostaria que deixasse os destaques para que o Relator-Geral possa contemplá-los.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Foi o que o Relator disse aqui.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Em votação os destaques, pela rejeição.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Os destaques foram rejeitados e não serão apreciados na representação do Senado Federal.

Obrigada, Deputado Marcelo Álvaro. Parabéns pelo trabalho e pela contribuição ao País!

Relatório Setorial da Área Temática XV — Justiça e Segurança Pública.

O Relator-Setorial é o Deputado Wilson Santiago, meu conterrâneo, paraibano, que está com a palavra para a apresentação do seu relatório.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Sra. Presidente Senadora Daniella Ribeiro, demais integrantes da Comissão de Orçamento e funcionários da Casa, segue o relatório:

"Da Relatoria da Área Temática XV — Justiça e Segurança Pública, sobre o Projeto de Lei nº 29, de 2023 - CN, que 'estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024', na parte referente ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

(...)

1. Relatório

1.1 Introdução

Nos termos do art. 165, *caput* e § 5º, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 29, de 2023 - CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024.

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), coube a esta relatoria a missão de apreciar a proposta orçamentária da Área Temática XV - Justiça e Segurança Pública, que trata do programa de trabalho do Ministério da Justiça e Segurança Pública, conforme consta do Anexo I da Instrução Normativa nº 1, de 2023, aprovada por esta Comissão, e propor relatório setorial incorporando as emendas à despesa apresentadas em favor da programação do referido órgão.

Neste relatório, examinamos a execução orçamentária recente, conforme disposto no art. 70, inciso I, alínea 'b', da Resolução nº 1, de 2006 - CN, e no item 38 da Parte Especial do Parecer Preliminar. Ademais, fizemos constar outros aspectos obrigatórios definidos pelos normativos vigentes, a exemplo dos efeitos de créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos 4 meses do exercício de 2023.

1.2. Análise da Proposta Setorial e da Execução Orçamentária Recente

1.2.1. Informações gerais

A Proposta Orçamentária para 2024 consigna dotação total de R\$ 20,4 bilhões para o Ministério da Justiça e Segurança Pública, objeto de análise da Área Temática XV."

Sra. Presidente e Srs. membros, relacionamos no parágrafo seguinte a sequência do orçamento do Ministério da Justiça e Segurança Pública, de 2019 até o proposto para 2024. Identificamos que o orçamento do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em 2019, foi de R\$ 17.769,8 milhões; em 2020, R\$ 17.060 milhões; em 2021, R\$ 18.315,4 milhões; em 2022, R\$ 18.104,8 milhões; em 2023, R\$ 18.856,1 milhões; e, em 2024, serão destinados R\$ 20.417 milhões.

É bom frisar, Sra. Presidente e Srs. membros da Comissão, que, diante do que se tem falado e comentado, na imprensa nacional, está sendo proposto para o Ministério da Justiça e Segurança Pública para o orçamento de 2024 um aumento de quase R\$ 1 bilhão. O aumento é superior, em termos proporcionais, a todos os anos anteriores. Portanto, é de significativa importância para a segurança pública deste País, especificamente, esse acréscimo de quase R\$ 1 bilhão no orçamento do Ministério da Justiça e Segurança Pública para o exercício de 2024.

"No atendimento dos pleitos foram utilizados especialmente os critérios de prioridade ao combate à criminalidade, necessidades setoriais e regionais e a expectativa de execução de cada ação. Desta forma, as ações que visam apoiar os investimentos na área de segurança pública receberam especial atenção, considerando os esforços do Ministério na integração das esferas federal, estadual e também municipal.

As ações que receberam maior número de emendas foram a 21BM — Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade, com 115 emendas, e a Ação 2723 — Policiamento, Fiscalização, Enfrentamento à Criminalidade e Corrupção, com 135 emendas.

1.3.1. Emendas Individuais

As emendas individuais apresentadas foram integralmente aprovadas, atendidas por meio de repasses advindos de reserva própria de recursos, em montante de R\$277.185.351,00."

As emendas coletivas somaram R\$95.825.771,00 para as emendas coletivas não impositivas apresentadas ao setor. Para atendimento das programações em RP 7 (emendas impositivas de bancada), foi utilizada parcela de reserva própria no valor global de R\$488.521.080,00.

Nos remanejamentos discriminados no próprio relatório, tivemos também valores totais de atendimento, ou seja, os valores totais de atendimento foram, portanto, de R\$ 861.882.202,00.

Efetuando o parecer preliminar, a programação no somatório total do próprio Ministério da Justiça e Segurança Pública passou de R\$20.417.124.563,00 no projeto de lei orçamentária, para um total de R\$21.262.748.335,00.

Vale também, a título de registro, Sra. Presidente e Srs. membros, visto que ainda em apreciação, mencionar a existência de dois projetos de lei de crédito especial ainda em tramitação aqui no Congresso Nacional, que somam R\$3.143.559,00.

Gostaríamos ainda, Sra. Presidente, de citar a Emenda nº 50010003, da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, para salientar a importância desta emenda, que trata da questão de atualização salarial dos funcionários da segurança pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, nós encaminhamos e sugerimos ao Relator-Geral que considere a possibilidade de aprovação da própria emenda pela sua importância.

Portanto, Sra. Presidente e Srs. Parlamentares, este é o nosso relatório, mas referindo-o, ou até citando e registrando mais uma vez, para diminuir os comentários que se propagam pelo Brasil inteiro da redução da proposta orçamentária do Ministério da Justiça, não é verdade. Está havendo um acréscimo no orçamento do Ministério da Justiça e Segurança Pública de quase 1 bilhão de reais. Comparado aos anos anteriores, foi o maior aumento nos orçamentos propostos pelo Governo ao Congresso Nacional para a Área XV, de Justiça e Segurança Pública.

Era só, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Wilson Santiago. O relatório está em discussão.

Tem a palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim, para discutir.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Do Tocantins, acho que há um destaque da Senadora Professora Dorinha Seabra Rezende. Parece que publicou agora, por isso não deu tempo. Foi publicado quando o seu relatório?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Há um destaque em defesa dos direitos da mulher, da Deputada Lêda Borges.

A discussão está encerrada.

O Relatório Setorial da Área Temática XV, Justiça e Segurança Pública, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Temos um destaque.

Passo a palavra para o Relator.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Sra. Presidente, o destaque entendo como importante. Porém, nós atendemos a todas as emendas de todas as bancadas do País inteiro dentro das condições de se atender, já que os recursos são mínimos. Foi feita uma distribuição, contemplamos todas as bancadas de todos os Estados, fizemos indicativos para a Relatoria Geral, para que o Relator-Geral tivesse condições de, baseado nesse indicativo do setorial, atender às demais emendas dos futuros destaque que serão apresentados na Relatoria Geral.

Portanto, não dispomos de mais recursos. Se assim tivéssemos, Presidente, teríamos plenamente o prazer de atender a emenda da Deputada Lêda Borges. Infelizmente, não há recursos mais suficientes para esse atendimento.

Propomos a rejeição do mesmo destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O voto Relator é pela rejeição do destaque.

Aqueles que o acompanham permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Presidente, só esse destaque tem que ser no mínimo de 200 mil reais, e só tem 100 mil reais para poder atender a Emenda 21BM.

Eu preciso que seja acrescido pelo menos 100 mil para poder ser atendido.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - V.Exa. está falando desse destaque ou está falando do destaque da Senadora Professora Dorinha Seabra?

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Destaque de quem?

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Desculpa.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - É outro destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Não houve destaque. Esse é outro destaque.

Rejeitado na Câmara, não vai ao Senado.

Obrigado, Deputado Wilson Santiago.

Parabéns pelo seu trabalho à frente dessa importante relatoria.

Passamos agora para a suspensão da reunião, e convoco a sua continuação para o dia 19 de dezembro, terça-feira, às 14h30min.

Obrigada a todos.

Está encerrada a presente reunião.

(*A reunião é suspensa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Declaro reiniciada a presente reunião deliberativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional para votação da matéria constante da pauta.

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Solicito ao Plenário autorização para que os acréscimos de valores de RP 2 realizados pelas bancadas estaduais, previstos no item 18.II e no anexo III.D do parecer preliminar ao PLOA 2024, relativos aos 25% do saldo da reserva de recursos, independam do RP e do valor originais da emenda, conforme autorização concedida nos últimos 2 anos.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Na representação do Senado, as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunico ao Plenário que, tendo em vista acordo firmado no Colegiado de Líderes, proponho a inclusão na pauta do relatório final apresentado à LOA 2024 e dos relatórios apresentados aos PLNs 27, 30, 31 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39 e 41. Consulto o Plenário sobre a possibilidade de votação dessas proposições, a despeito do previsto no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 3 dias úteis de sua distribuição.

Em deliberação a inclusão na pauta e a quebra de interstício para a votação do relatório.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 37, de 2023, do Congresso Nacional, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Saúde e do Meio Ambiente e Mudança do Clima, crédito suplementar no valor de R\$65.037.000,00 para reforço de dotações constantes da lei orçamentária vigente. Nova ementa após mensagem modificativa.

Relator: Deputado Odair Cunha.

O Relator está com a palavra para apresentação do seu relatório.

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, indago se posso ir já à análise do projeto das emendas, visto que o parecer já está entregue. Vou pular apenas o relatório.

"Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, uma vez que objetiva reforçar categoria de programação constante da Lei Orçamentária em vigor.

Observa-se, ainda, que a proposta está em conformidade com os diversos diplomas jurídicos que regem a matéria: Constituição Federal, Lei nº 4.320 e Lei nº 14.436.

Encontram-se particularmente satisfeitas as disposições do art. 167, incisos V e VI, da Constituição Federal. Citados dispositivos constitucionais vedam: a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem a indicação dos recursos correspondentes; e a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.

As prescrições constantes do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964, foram também obedecidas, pois os recursos indicados para fazer face às suplementações objeto deste crédito são provenientes de anulação de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II do Projeto.

As disposições pertinentes à LDO 2023, em especial as constantes de seu art. 52, restam cumpridas, considerando que o crédito: restringe-se a um único tipo de crédito adicional; contém, em exposição de motivos, justificativa referente à necessidade das novas dotações, indicando que a programação objeto do cancelamento proposto não sofrerá prejuízos em sua execução; e declara que as alterações decorrentes de sua abertura não afetam a obtenção do resultado primário fixado para o ano de 2023.

Vale mencionar, no que concerne às disposições do Regime Fiscal Sustentável, instituído pela Lei Complementar nº 200/2023, em substituição ao Teto de Gastos estabelecido pela Emenda Constitucional nº 95/2016, que a presente proposição não amplia as dotações orçamentárias sujeitas aos limites individualizados das despesas primárias estabelecidas para o ano corrente, uma vez que materializa mero remanejamento entre despesas dessa natureza.

No que se refere à compatibilidade da proposta com o PPA vigente, o crédito não contraria os dispositivos do Plano Plurianual 2020-2023.

Assim, as informações prestadas, ao lado da análise aqui exposta, indicam haver coerência dos termos do crédito suplementar em exame com as disposições da legislação orçamentária em vigor, bem assim denotam a correspondente adequação e compatibilidade com a LDO 2023 e com o PPA 2020-2023.

Quanto às emendas apresentadas, ambas buscam alocar recursos para o custeio dos serviços de assistência hospitalar e ambulatorial nos Estados mencionados, valendo-se da redução dos 60 milhões de reais inicialmente propostos pelo Poder Executivo, montante que originalmente visava abranger todo o País. Sob a perspectiva regimental, não identificamos qualquer falha de admissibilidade. No entanto, propomos a rejeição de ambas as emendas, com o objetivo de garantir a prestação de serviços em todo o território nacional, atendendo às particularidades de cada região.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 37, de 2023, do Congresso Nacional, na forma proposta pelo Poder Executivo, encaminhada pela Mensagem Presidencial Modificativa nº 568, de 30 de outubro de 2023, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2023."

É o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Odair Cunha.

O relatório está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, a discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Parabéns, Deputado. Obrigada por sua contribuição.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 36, de 2023, do Congresso Nacional, que abre ao orçamento de investimento da União em favor da Autoridade Portuária de Santos S.A., da Companhia Docas do Rio de Janeiro e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, crédito especial no valor de R\$70.917.827,00, para os fins que específica.

Relator: Deputado Alberto Mourão.

Com a palavra o Relator para apresentação do seu relatório.

O SR. ALBERTO MOURÃO (Bloco/MDB - SP) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o projeto de lei tem o objetivo de suplementar o Orçamento da União em R\$70.917.827,00.

O objetivo deste projeto, primeiramente, é destinar R\$50.000.000,00 de recursos da própria Autoridade Portuária para o início do projeto de concessão do túnel ligando Santos e Guarujá; R\$2.929.901,00 usando caixa da empresa para a Sinalização Náutica do Porto de Itaguaí; e R\$17.987.926,00 para a implementação e complementação das obras de diversos aeroportos, em especial, Altamira, Carajás, Jacarepaguá, Montes Claros, Santarém, Uberaba, Uberlândia, Campo Grande, Corumbá, Macapá, Ponta Porã e Campo de Marte, recursos esses que estão no próprio orçamento da empresa.

Tendo em vista que este projeto não aumenta o déficit público e está em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023, sou pela aprovação do presente projeto.

Queria sinalizar também que o investimento de 50 milhões de reais na Autoridade Portuária de Santos, com recursos próprios — aliás, ela tem capacidade de geração de recursos de caixa de 600 milhões de reais por ano —, vai propiciar a construção de uma obra importante que há mais de 50 anos se espera. Um investimento de aproximadamente 6 bilhões de reais ao longo de 2024 e 2027, em que se necessita inicialmente de 50 milhões de reais para elaboração de projetos executivos para fazer a concessão do túnel e aportar recursos da União que estão previstos no orçamento do PPA de 2024 a 2027. Investimento importante que, se perdermos o prazo este ano, possivelmente não cumpriremos o PPA de 2024 a 2027.

Era o que eu tinha a relatar.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O relatório está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Muito obrigada, Deputado Alberto Mourão.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 30, de 2023, do Congresso Nacional, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, da Saúde e das Comunicações, crédito especial no valor de R\$387.140,00, para os fins que especifica.

O Relator *ad hoc* é o Deputado Luciano Amaral, que está com a palavra para a apresentação do relatório.

O SR. LUCIANO AMARAL (Bloco/PV - AL) - Bom dia, Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Relatório da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 30, de 2023 (PLN 30/2023), que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, da Saúde e das Comunicações, crédito especial no valor de R\$387.140,00, para os fins que especifica.

Autor: Poder Executivo. Relatora: Senadora Ana Paula Lobato.

"I. Relatório.

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 513/2023, na origem, o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 30, de 2023 (PLN 30/2023), que

'Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, da Saúde e das Comunicações, crédito especial no valor de R\$387.140,00, para os fins que especifica'.

Conforme a Exposição de Motivos, EM nº 00073/2023 MPO, o crédito visa a inclusão de novas categorias de programação no orçamento vigente em favor dos mencionados órgãos, a fim de viabilizar:

- a) na Presidência da República, o atendimento de despesas com a ação de “Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes”, relativas a servidores em exercício no exterior; e
- b) nos Ministérios da Educação, da Saúde, e das Comunicações, o custeio da ação de “Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais”, a fim de regularizar a execução dessas despesas em suas respectivas unidades orçamentárias.

Não foram apresentadas emendas ao projeto de lei.

É o relatório.

II. Análise

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo está articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, ou seja, crédito especial, haja vista pretender alocar recursos em programação não prevista na lei orçamentária vigente.

Observa-se que a proposta está formulada em conformidade com o disposto no Plano Plurianual 2020-2023 (Lei nº 13.971, de 2019), na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 (Lei nº 14.436, de 2022), na Lei Orçamentária Anual para 2023 (Lei nº 14.535, de 2023), na Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF (Lei Complementar nº 101, de 2000) e na Lei nº 4.320, de 1964.

O pleito em referência será viabilizado à conta de anulação de dotações orçamentárias. As alterações não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, uma vez que se referem a remanejamento entre despesas primárias obrigatórias, não alterando o seu montante.

Conforme a Exposição de Motivos, EM nº 00073/2023 MPO, no que tange aos limites individualizados para as despesas primárias e demais operações que afetam o resultado primário, menciona-se que o crédito em questão está de acordo com o § 1º do art. 12 da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, por não ampliar as dotações orçamentárias sujeitas aos mencionados limites. Ressalta-se que, com a sanção da citada lei, ficou revogado o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — ADCT, conforme dispõe o art. 9º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, aplicando-se, em 2023, os limites vigentes no momento da publicação da LOA 2023, relativos ao respectivo Poder ou órgão, segundo o estabelecido no *caput* do art. 12 da Lei Complementar nº 200, de 2023.

A EM ressalta que as alterações em comento decorrem de solicitações formalizadas por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento — SIOP e, de acordo com os órgãos envolvidos no presente ato, as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, pois os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do exercício atual, inclusive no que diz respeito ao cancelamento no âmbito de Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento e Orçamento — MPO, uma vez que se referem a dotações da reserva do MPO destinada ao custeio de Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais.

III. Voto do Relator

Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, votamos pela aprovação do PLN nº 30, de 2023, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão Mista, dezembro de 2023."

Deputado Luciano Amaral.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O relatório está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Obrigada, Deputado Luciano Amaral.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 27, de 2023, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de 185 milhões 200 mil reais para o fim que especifica.

Alteração proposta pela Mensagem Presidencial nº 672, de 2023.

A Relatora é a Deputada Dani Cunha.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - A Deputada Dani está chegando.

Enquanto isso, eu posso usar a palavra, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pode sim, Deputada Adriana Ventura.

V.Exa. está com a palavra.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Muito obrigada, Presidente. Eu agradeço a palavra.

Quero realmente expressar o que eu gostaria de saber. O relatório da LOA entrou nesta madrugada. Ele precisa ser analisado, porque sabemos que muitas questões precisam ser somadas, organizadas. Há vários pontos que ficaram em aberto na LDO. Fui realmente tomada de surpresa, porque esta reunião estava suspensa por acordo das partes, inclusive da minha. Realmente eu me sinto incomodada porque foi quebrado o interstício de um relatório que acabou de entrar. Duvido que alguém tenha análise disso, a não ser o Relator. Não adianta ler na frente, porque há coisas que precisam realmente de análise técnica. Fui tomada pela surpresa porque abriram a reunião, quebraram interstícios e vão votar a LOA.

Então, eu indago a V.Exa., que preside esta Comissão, como podemos fazer uma análise adequada deste relatório como se deve, porque, regimentalmente, 3 dias úteis existem para que seja analisado. Não é para votar qualquer coisa a trancos e barrancos. Então, meu pedido, Presidente Daniella, é que possamos ter tempo.

Eu perguntei aqui que horas vai ser votada a LOA. *"Ah, vai ser votada, provavelmente, na sessão das 14 horas."* Eu indago aqui se minimamente podemos votar às 16 horas. Como havia um acordo, inclusive feito no Colégio de Líderes e feito aqui, e eu pedi várias vezes que precisaríamos de tempo para a análise de relatório, mas esse acordo foi quebrado, pelo que estou entendendo aqui, quero saber qual vai ser o procedimento.

Vou esperar o Deputado Motta chegar. Também vou questioná-lo. Senão, não deixaria a sessão suspensa para ter tempo. Quebrar o interstício sem acordo prévio, sem saber que vai ser quebrado, sem avisar no grupo porque está em uma sessão suspensa, estão colocando um monte de itens com uma pauta automaticamente republicada em série com a maioria do Colegiado, eu não acho correto, Presidente.

Então, eu indago a V.Exa. se minimamente podemos apreciar o relatório às 16 horas, no mínimo, para não falar amanhã. Eu sei que amanhã está corrido. Estamos correndo porque o urgente deveríamos ter feito antes. Já que não conseguimos fazê-lo, eu indago se nós podemos analisar o relatório da LOA hoje às 16 horas e não às 14 horas, porque às 14 horas é brincar de faz de conta e vamos votar qualquer coisa.

Esse é o meu pedido, o que eu estou indagando. Eu me sinto lesada, porque abriram a sessão, quebraram interstícios sem avisar exatamente qual seria o cronograma.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Sra. Presidente...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Desculpem-me, eu estou falando e estou no meu tempo. Depois V.Exas. podem falar à vontade.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pode concluir, Deputada.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Não, eu vou concluir.

Então, eu sei que há um acordo, sei que pode ter maioria. Eu concordo inteiramente com as coisas, mas acho que devemos ter minimamente um regramento e uma previsibilidade do que se está votando aqui. É isso.

Passo a palavra para a Sra. Presidente, com estima, respeito e consideração. Mas eu realmente estou indignada.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputada.

Antes de passar a palavra ao Deputado Vicentinho, o Deputado Carlos Zarattini pediu a palavra anteriormente.

Pedi a palavra o Deputado Zarattini antes de V.Exa.

Então, o Deputado Zarattini tem a palavra. Peço silêncio para o Plenário.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Obrigado, Presidente.

Só para manifestar aqui a nossa posição. Nós somos favoráveis a esse pleito da Deputada Adriana de, em vez de realizarmos a reunião às 14 horas, realizarmos a reunião às 16 horas, porque, de fato, haveria esse tempo para melhor acomodação de opiniões sobre o relatório.

Então, nós estamos de acordo com essa proposta.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Com a palavra o Deputado Vicentinho Júnior.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Se o Governo está de acordo, então, eu me reservarei aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Deputada Adriana Ventura, na realidade, tanto com relação aos horários como com os procedimentos, assim como V.Exa. colocou, que nós, em reunião de Líderes combinamos, notadamente esta Comissão não vai se furtar a discutir até a hora que necessitar o relatório do Relator Luiz Carlos Motta, que estará conosco à tarde. Mas, se houver acordo entre os colegas Deputados e Senadores, eu não tenho problema algum de estar aqui a partir das 16 horas para iniciarmos as discussões.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Sra. Presidente, até por questão de transparência e de respeito aos nossos mandatos, por mais que haja o acordo — e acordo neste Plenário sempre foi respeitado —, eu preciso deixar alguns pontos colocados aos is aqui.

Não houve, por parte da Presidência, nenhuma quebra de acordo com relação à continuidade da sessão desta Comissão.

O Relator do Orçamento, o Deputado Luiz Carlos Motta, colocou em momento apropriado o horário que foi avençado na última reunião que seria feita, que foi no dia de ontem, ao final da tarde. Então, houve tempo suficiente para que nós fizéssemos as apreciações, até porque se esvaíram por muitos dias com afínco as discussões necessárias. Tiramos dúvida, inclusive concomitantemente, entre a votação e a apreciação da LDO, como também tiramos da LOA. Registro aqui, a acessibilidade muito grande e a compreensão por parte do Relator, o Deputado Luiz Carlos Motta.

Então, que fique muito claro: não houve quebra de acordo e não houve a possibilidade que membros desta Comissão, inclusive da minha valorosa e querida amiga Deputada Adriana... Eu observo muito a sua fala, porque ela é uma professora que vai muito aos detalhes do que está escrito. Muitas vezes, tirei minhas dúvidas nas suas interpelações.

Por isso que eu coloco, Deputada Adriana, de forma muito respeitosa, apenas essa pequena correção.

Havendo o acordo, o Plenário respeita. Mas digo também que não houve a quebra de acordo pretérito nem pela Presidência desta Comissão, muito menos pelo Relator Luiz Carlos Motta.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Vicentinho Júnior.

Para que esses trabalhos possam caminhar como têm caminhado até agora, graças a Deus, nós temos tido uma excelente relação respeitosa, baseada na confiança da palavra.

Passo para a apreciação. (*Pausa.*)

Acordado por todos, então, fica para 16 horas a reunião, Deputada Adriana.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Muito obrigada, Presidente. Agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Por nada.

Fica para 16 horas o início da discussão e votação do PLOA.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 32, de 2023, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e do Trabalho, e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$5.087.628,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Relator: Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O Relator está com a palavra para a apresentação do relatório.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Sra. Presidente, bom dia a todos.

"Parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o Projeto de Lei nº 32, de 2023, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e do Trabalho, e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$5.087.628,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."

Eu vou direto ao voto, pois o projeto já está no sistema.

"II - Voto do Relator

A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, por objetivar o reforço de dotação já constante da Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023) e ser formulada de acordo com o que determina o art. 52 da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022 (LDO/2023).

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais órgãos legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN 32/23-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Deputado Carlos Henrique Gaguim."

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Gaguim.

O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 35, de 2023, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor do Banco da Amazônia S.A., da Petróleo Brasileiro S.A., da Petrobras Internacional Braspetro B.V., da Petrobras Biocombustível S.A., da Indústrias Nucleares do Brasil S.A., da Companhia de Entrepótos e Armazéns Gerais de São Paulo, da Companhia Docas do Ceará, da Companhia Docas do Pará e da Companhia Docas do Rio Grande do Norte, crédito suplementar no valor de R\$398.100.272,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Relator: Deputado Paulo Litro.

O Relator está com a palavra para a apresentação do relatório.

Vou pedir um pouco de silêncio por parte do Plenário para que possamos ouvir a leitura do relatório.

O SR. PAULO LITRO (Bloco/PSD - PR) - Obrigado, Presidente.

Passo direto ao voto:

"II - Voto do Relator

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, uma vez que objetiva a alocação de programações já previstas na Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023).

Observa-se ainda que a proposta guarda conformidade com os diversos diplomas jurídicos de regência da matéria: Constituição Federal, Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022 (LDO-2023).

Encontram-se particularmente satisfeitas as disposições do art. 167, incisos V e VI, da Constituição Federal. Citados dispositivos constitucionais vedam: (i) a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem a indicação dos recursos correspondentes; e (ii) a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.

As prescrições constantes do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964, foram também obedecidas, pois os recursos indicados para fazer face às suplementações objeto deste crédito são provenientes de anulação de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II do projeto.

As disposições pertinentes à LDO-2023, em especial as constantes de seu art. 52, restam cumpridas, considerando que o crédito:

- restringe-se a um único tipo de crédito adicional (especial, § 1º);

- contém, em exposição de motivos, justificativa referente à necessidade das novas dotações, indicando que a programação objeto do cancelamento proposto não sofrerá prejuízos em sua execução (§ 3º); e

- declara que as alterações decorrentes de sua abertura não afetam a obtenção do resultado primário fixado para 2023 (§ 4º). No que se refere à compatibilidade da proposta com o PPA vigente, o crédito não contraria os dispositivos do Plano Plurianual 2020-2023.

Assim, as informações prestadas, ao lado da análise aqui exposta, indicam haver coerência dos termos do crédito especial em exame com as disposições da legislação orçamentária em vigor, bem assim denotam a correspondente adequação e compatibilidade com a LDO-2023 e com o PPA 2020-2023.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN 35/23-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo."

Seria isso, Presidente.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Paulo Lito.

O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 33, de 2023, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, e da Integração e do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R\$3.143.559,00, para os fins que especifica.

Relator: Senador Laércio Oliveira.

O Relator está com a palavra para apresentação do seu relatório.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (PP - SE) - Sra. Presidente, bom dia. Bom dia a todos que estão aqui na nossa CMO.

É um prazer muito grande fazer essa relatoria.

Eu queria pedir autorização de V.Exa. para ir direto para a análise e para o voto, já que o relatório foi distribuído por meio eletrônico para todos os membros desta Comissão.

"II - Análise

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo está articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, ou seja, crédito especial, haja vista pretender alocar recursos em programação não prevista na lei orçamentária vigente. Observa-se, ainda, que a proposta está formulada em conformidade com o disposto no Plano Plurianual 2020-2023 (Lei nº 13.971, de 2019), da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 (Lei nº 14.436, de 2022), da Lei Orçamentária Anual para 2023 (Lei nº 14.535, de 2023), da Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF (Lei Complementar nº 101, de 2000) e da Lei nº 4.320, de 1964.

A exposição de motivos que acompanhou o projeto declara que o crédito em questão decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos, segundo os quais as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, já que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

O pleito em referência será viabilizado à conta de anulação de dotações orçamentárias (em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com o art. 167, inciso V, da Constituição Federal).

Também cumpre destacar que as alterações propostas no presente ato não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, uma vez que se referem a um remanejamento entre despesas primárias discricionárias (classificadas no Identificador de Resultado Primário RP 6 — Emendas individuais, de execução obrigatória), não alterando o seu montante.

O projeto proposto afeta de forma positiva o cumprimento da 'Regra de Ouro' (prevista no inciso III do art. 167 da Constituição Federal), devido ao cancelamento de despesas classificadas no Grupo de Natureza de Despesa — GND

3 'outras despesas correntes' que não afetam a 'Regra de Ouro' e à aplicação de despesas classificadas no GND 4 'investimentos' que afetam positivamente essa regra, o que, na prática, resulta na ampliação da margem para contratação de operações de crédito da ordem de R\$2.293.898,00.

No que tange aos limites individualizados para as despesas primárias e demais operações que afetam o resultado primário, a Exposição de Motivos nº 00071/2023 esclarece que o crédito em questão está de acordo com o § 1º do art. 12 da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, por não ampliar as dotações orçamentárias sujeitas aos mencionados limites.

Ademais, em cumprimento ao § 18 do art. 52 da LDO 2023, a exposição de motivos apresenta o demonstrativo de desvios de valores cancelados que ultrapassam 20% das dotações das respectivas ações."

A tabela com o demonstrativo de desvios está no texto para conhecimento de todos.

"III - Voto do Relator

Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, somos pela aprovação do PLN 33/23-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo."

É o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Senador Laércio Oliveira.

O relatório está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 41, de 2023, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Turismo e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$405.538.500,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O relator *ad hoc* é o Senador Izalci Lucas.

O Relator está com a palavra para a apresentação do relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Obrigado, Presidente.

"I - Relatório

Nos termos do art. 61, § 1º, inciso II, alínea 'b', da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 524, de 11 de outubro de 2023, na origem, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 41, de 2023-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Turismo e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$405.538.500,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O art. 2º do PL dispõe que os recursos necessários à abertura do crédito decorrem de anulação de dotações orçamentárias conforme indicado no Anexo II do PLN.

A Exposição de Motivos nº 00076/2023 MPO, de 10 de outubro de 2023, da Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento, que acompanha a proposição, informa que o crédito tem por objetivo:

a) no Ministério do Turismo: a realização de despesas no âmbito da ação 10V0 — 'Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística', relacionadas à contratação de obras e serviços de infraestrutura turística, tarifas de serviços prestados pela Caixa Econômica Federal e complementação de empenho parcial para cumprimento de decisão judicial; e

b) em Operações Oficiais de Crédito - Recursos sob Supervisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/ INCRA-MDA: na ação 0427 — 'Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas', o atendimento a 5.711 famílias que ingressaram no Plano Nacional de Reforma Agrária — PNRA mediante procedimentos de editais de seleção em 124 projetos de assentamentos, criados e em fase de criação, ressaltando-se que o montante solicitado já está de acordo com

os novos valores do crédito nas modalidades Apoio, Fomento e Habitacional, conforme o Decreto nº 11.586, de 28 de junho de 2023.

A tabela a seguir apresenta os órgãos/unidades orçamentárias do crédito em pauta no que se refere à aplicação e à origem dos recursos.

Quadro I - Aplicação e Origem dos Recursos do PLN 41/23.

Órgão/Unidade Orçamentária:

- Ministério do Turismo, aplicação de R\$100.000.000,00.

- Operações Oficiais de Crédito, R\$305.538.500,00.

(...)

- Recursos sob supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional e do Ministério da Fazenda, origem dos recursos, R\$305.538.500,00

- Ministério das Cidades, origem dos recursos, R\$100.000.000,00.

Total: R\$405.538.500,00.

A referida exposição de motivos informa ainda que:

I) o pleito em referência será viabilizado à conta da anulação de dotações orçamentárias, observado o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964, em conformidade com as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição;

II) em relação ao que dispõe o art. 52, § 4º, da Lei nº 14.436, de 2022, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 — LDO-2023, as alterações propostas não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, uma vez que:

a) R\$100.000.000,00 referem-se a remanejamento entre despesas primárias, não alterando o seu montante;

b) R\$305.538.500,00 referem-se a despesa financeira, não incluída no cálculo da referida meta;

III) no que se refere aos limites individualizados para as despesas primárias e demais operações que afetam o resultado primário, o crédito em análise está de acordo com o § 1º do art. 12 da Lei Complementar nº 200, de 2023, por não ampliar as dotações orçamentárias sujeitas aos mencionados limites. Ressalta ainda a EM que, com a sanção da citada LC, ficou revogado o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), conforme dispõe o art. 9º da Emenda Constitucional nº 126, de 2022, aplicando-se, em 2023, os limites vigentes no momento da publicação da LOA 2023, relativos ao respectivo Poder ou órgão, segundo o estabelecido no *caput* do art. 12 da mencionada LC 200/23;

IV) quanto ao disposto no inciso III do art. 167 da Constituição Federal, "Regra de Ouro", a alteração proposta reduz gastos com investimentos (GND 4) sem a correspondente redução da estimativa de receitas com operações de crédito, afetando negativamente o cumprimento da regra. Nesse ponto, esclarece a EM que, após a redução do total das despesas condicionadas nos termos do § 3º do art. 23 da LDO 2023, não restaram mais receitas e despesas condicionadas na LOA 2023, o que afasta a aplicação do disposto no § 1º do art. 62 da LDO 2023, devendo-se, portanto, observar o § 2º do mesmo art. 62, o qual dispõe que eventual diferença entre as receitas de operações de crédito e as despesas de capital deverá ser adequada até o encerramento do exercício;

V) em atendimento ao § 18 do art. 52 da LDO 2023, é apresentado anexo o demonstrativo dos valores cancelados que ultrapassam 20% da dotação da respectiva ação;

VI) as alterações decorreram de solicitações formalizadas por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento — SIOP, e, de acordo com os órgãos envolvidos, as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do exercício atual.

II - Das emendas apresentadas

Foram apresentadas 7 emendas ao projeto de lei em exame pelos seguintes Parlamentares: João Carlos Bacelar (01); Wilson Santiago (02); Gilson Daniel (03 a 05) e Rogerio Marinho (06 e 07).

III - Voto do Relator

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO 2023, do Plano Plurianual — PPA 2020-2023 e à sua conformidade com a Lei Orçamentária Anual — LOA 2023.

Da análise das emendas apresentadas, verificamos que devem ser declaradas inadmitidas:

- a) a emenda 02 por conflitar com o art. 109, III, 'a' da Resolução nº 1, de 2006-CN, ao propor programação nova (não constante da LOA-2023) em projeto de lei de crédito suplementar;
- b) as emendas 01 e 05 que, ao proporem cancelamento em programação caracterizada como despesa financeira (RP 0) e correspondente acréscimo em despesa primária (RP 2), implicam aumento do montante das despesas primárias, o que afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida no art. 2º da LDO 2023;
- c) as emendas 06 e 07 por: (i) conflitarem com o art. 109, III, 'a' da Resolução nº 1, de 2006-CN, ao proporem programação nova (não constante da LOA 2023) em projeto de lei de crédito suplementar; e (ii) ao proporem cancelamento em programação caracterizada como despesa financeira (RP 0) e correspondente acréscimo em despesa primária (RP 2), implicarem aumento do montante das despesas primárias, o que afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida no art. 2º da LDO 2023.

Diante de todo o acima exposto, somos pela inadmissibilidade das Emendas nºs 1, 2, 5, 6 e 7 e pela aprovação do Projeto de Lei nº 41, de 2023-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Relator, Deputado Marx Beltrão."

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as Emendas nºs 1, 2, 5, 6 e 7 indicadas pelo Relator no seu voto. Obrigado, Senador Izalci Lucas.

O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação na Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 27, de 2023, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$185.200.000,00, para o fim que especifica.

Alteração proposta pela Mensagem Presidencial nº 672, de 2023.

Relatora, Deputada Dani Cunha, que está com a palavra para a apresentação do seu relatório.

A SRA. DANI CUNHA (Bloco/UNIÃO - RJ) - Bom dia, Presidente. Bom dia a todos os demais membros.

Entendendo o trâmite que vem sendo adotado aqui, vou passar direto ao voto. Qualquer objeção, estou à disposição.

Não houve emendas apresentadas.

"III - Voto do Relator

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, uma vez que objetiva exclusivamente incluir categoria de programação na Lei Orçamentária Anual vigente — LOA 2023 para fins de instituição da poupança de incentivo à permanência e conclusão escolar para estudantes do ensino médio de resarcimento dos recursos das contas referentes aos patrimônios acumulados relativos aos Programas de Integração Social — PIS e de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PASEP.

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO 2023 do Plano Plurianual — PPA 2020-2023, e à sua conformidade com a LOA 2023.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 27, de 2023-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo."

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Obrigada, Deputada Dani Cunha.

A SRA. DANI CUNHA (Bloco/UNIÃO - RJ) - Obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 39, de 2023, do Congresso Nacional, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$784.013.628,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Relator, Deputado João Carlos Bacelar, a quem passo a palavra para a leitura do seu relatório.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Sra. Presidente, Senadora Daniella Ribeiro, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, vou direto ao voto.

"IV - Voto do Relator

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, uma vez que objetiva exclusivamente reforçar categoria de programação na Lei Orçamentária Anual vigente — LOA 2023.

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO 2023 do Plano Plurianual — PPA 2020-2023 e à sua conformidade com a LOA 2023.

Quanto às emendas apresentadas, votamos pela inadmissão das Emendas nºs 4, 5, 6, 8, 11, 13, 18 e 19, pela aprovação da Emenda nº 7, pela aprovação parcial das Emendas nºs 12, 20, 21 e 22 e pela rejeição das Emendas nºs 1, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 39, de 2023, do Congresso Nacional, na forma de substitutivo. Além das Emendas nºs 7, 12, 20, 21 e 22, o substitutivo incorpora parcialmente a solicitação de alteração do PLN apresentada pelo Ministério do Planejamento, por meio do Ofício SEI nº 5204/2023/MPO, majorando, assim, o crédito suplementar em R\$85.000.000,00, como também incorpora integralmente a solicitação de alteração apresentada por meio do Ofício SEI nº 5700/2023/MPO, que não provoca mudanças quantitativas no crédito. Com a aprovação do substitutivo, o crédito suplementar passará de R\$784.013.628,00 para R\$869.013.628,00."

Esse é o voto, Sra. Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as Emendas nºs número 6, 8, 11, 13, 18, 19, indicadas pelo Relator no seu voto.

O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O relatório está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Obrigada, Deputado João Carlos Bacelar.

Fica faltando apenas o PL 38, que nós votaremos agora à tarde.

Eu suspenso a presente reunião e convoco a sua continuação, conforme acordado, para hoje, às 16 horas, neste plenário.

Obrigada, senhoras e senhores.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Boa tarde a todos e a todas.

Declaro reiniciada a presente reunião deliberativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional para votação da matéria constante da pauta.

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Passo a palavra, pela ordem, ao Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Eu lhe agradeço, ilustre Presidente.

Quero me dirigir aos nossos pares para dizer que estamos prestes a votar aqui um Orçamento que vai viger no ano subsequente. E eu quero fazer duas considerações rápidas, até porque imagino que todo este colegiado quer ter a possibilidade de votar e, em seguida, ir para o plenário.

A primeira se refere a uma preocupação, eminente Presidente, como cidadão, no sentido de que estamos novamente debruçados sobre algo que inclusive tem impedido o término da deliberação da Comissão de Orçamento. É o tal do PAC.

O Governo apresenta pela terceira vez — este Governo do PT repete os erros de antigamente — um Programa de Aceleração do Crescimento de 1 trilhão e 300 bilhões de reais sem que a LDO tenha sido votada, sem que o Orçamento tenha sido votado e sem que o PPA tenha sido votado. Trata-se claramente de uma jogada de *marketing*, de cortina de fumaça. Nós sabemos o que aconteceu quanto aos PACs anteriores, o que aconteceu há pouco tempo. Dessa quantia de 1 trilhão e 300 bilhões de reais, somados os dois PACs, menos de 30% foi efetivamente empenhado e menos de 15% foi efetivamente liquidado. Este foi o saldo: milhares de obras abandonadas e um prejuízo enorme para a Nação brasileira.

Estamos vendo o Relator fazer um trabalho hercúleo juntamente com V.Exa. e os membros desta Comissão para tentar acomodar aqui as sandices do Governo do PT. Certamente, os cortes vão ser anunciados pelo Relator.

Dito isso, vou fazer a segunda consideração, Sra. Presidente.

Eu quero elogiar o trabalho do Relator, em especial sua preocupação com a questão hídrica do Nordeste.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Senador, eu só vou pedir silêncio ao Plenário.

Em respeito ao orador, peço silêncio ao Plenário, por gentileza. Sei que hoje o ambiente está bem animado, mas é importante ouvirmos as falas dos colegas e os respeitarmos.

Pode continuar, Senador.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) - Obrigado, Presidente.

Eu quero elogiar a preocupação e a sensibilidade do eminentíssimo Deputado Luiz Carlos Motta, o nosso Relator do Orçamento.

Chega agora o Deputado Danilo, que também é Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Quero dizer a S.Exa. que o Nordeste lhe agradece. O Governo do PT deixou uma herança ruim, obras abandonadas na área hídrica, e nós tivemos a necessidade e a possibilidade de retomá-las. Muitas delas foram concluídas no Governo anterior, mas algumas obras continuam, como a do Ramal do Apodi, que teve início em 2021, e a Adutora do Seridó, que foi iniciada em 2022. Essas obras são importantes para aquela região, como o Ramal do Salgado, no Ceará, para a Paraíba de V.Exa. e para o nosso Rio Grande do Norte.

Agradeço a sensibilidade do Relator, especialmente em relação a uma obra sobre a qual o PAC falou e não colocou no Orçamento, Sra. Presidente, Sr. Relator, que é a da Adutora do Agreste do Rio Grande do Norte. O PAC é uma enganação. A Adutora do Agreste do Rio Grande do Norte, que beneficiaria mais de 500 mil norte-rio-grandenses, não estava consignada na peça originária do Governo Federal. Isso demonstra que o Governo faz propaganda e engana a população brasileira.

Nós tivemos a oportunidade, na bancada, de apresentar uma emenda, e V.Exa. a suplementou, com a sensibilidade que tem. Então, temos aí 45 milhões de reais.

A população do Agreste, da Região do Trairi, de Nova Cruz, de São Bento do Trairi, de São José do Campestre e de Santa Cruz terá, em março, abril, com a conclusão do projeto, que inclusive está sendo feito pela CODEVASF com recursos assegurados na administração passada, a possibilidade de fazer a licitação para acabar com a sede de mais de 500 mil norte-rio-grandenses que tinham sido enganados pelo Governo do PT. O Governo anunciou o PAC, e não alocou recursos no Orçamento. Era obra para inglês ver.

Então, quero agradecer a V.Exa. a sensibilidade. Esperamos ter uma boa votação.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigado, Senador Rogerio Marinho.

Tem a palavra o Deputado Weliton Prado.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - Eu queria cumprimentar a Sra. Presidente, a Senadora Daniella Ribeiro, e o Deputado Luiz Carlos Motta, o Relator.

Eu sou Presidente da Comissão Especial da Câmara dos Deputados sobre o Combate ao Câncer no Brasil. Infelizmente vemos que não há recursos no nosso País para o enfrentamento do câncer, que já é uma das doenças que mais matam. Hoje, é a segunda. Em muitos Municípios brasileiros, já é a primeira. O Instituto Nacional de Câncer — INCA e a Organização Mundial da Saúde preveem que, daqui a 6 anos, vai ser a primeira causa de mortes no nosso País.

Lamentavelmente, o câncer não é considerado como prioridade. Não temos recurso para prevenção, não temos recursos para o diagnóstico precoce, para o rastreamento, que é tão importante.

Em relação ao câncer, eu sempre digo: quem procura acha, quem acha encontra, quem encontra trata e se cura! Mas, infelizmente, em relação a grande parte dos diagnósticos que são feitos no nosso País, a doença já está em estado avançado. Se, em 70% dos casos de câncer, houvesse diagnóstico precoce, poderiam ser resolvidos apenas com cirurgias. Mas isso não acontece.

Além de a tabela ser totalmente deficitária, faltam medicamentos para quimioterapia. Estima-se que, nos últimos anos, mais de 100 mil pessoas perderam a vida por falta de acesso a radioterapia. Existe a necessidade de 300 novos equipamentos de radioterapia até 2030, ou seja, daqui a 6 anos. Muitos Estados ainda têm equipamentos de radioterapia com bomba de cobalto, que queima o paciente, o que é uma verdadeira maldade.

Não é feito acompanhamento psicológico. Não há atendimento relativo a nutrição especializada, que é tão importante para os pacientes oncológicos.

Quanto aos pacientes que estão em estado paliativo, é uma verdadeira tristeza. Infelizmente, não existem recursos suficientes para a realização de cuidados paliativos.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Deputado, aguarde só um instante, por favor.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - Presidente, eu peço a V.Exa. que, em seguida, recomponha o meu tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Com certeza.

Solicito mais uma vez, por gentileza, às assessorias, à imprensa, aos Deputados e às Deputadas, aos Senadores e às Senadoras que possamos manter um clima de respeito aos oradores. Este é um momento muito importante para nós e para o nosso País. Espero que tenhamos objetividade no nosso trabalho. Podemos aprender e ajudar uns aos outros nesta tarde.

O tempo do Deputado Weliton Prado foi recomposto.

Pode continuar, Deputado.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - Agradeço a V.Exa., Presidente.

Eu me referia à tristeza e à peleja dos pacientes com câncer no nosso País.

O câncer já é uma das doenças que mais matam.

Como eu dizia, os pacientes, infelizmente, não têm acesso a diagnóstico precoce, cirurgia, quimioterapia, radioterapia, cuidados paliativos, acompanhamento psicológico, nutrição especializada. Muitos pacientes com câncer têm dificuldade de se alimentar.

Existe outro problema. Depois que o paciente com câncer faz o tratamento, ele tem que ter acesso à reabilitação. Mas ele não tem acesso à reabilitação, às vezes, física, auditiva, visual.

Portanto, é necessário que se crie uma rubrica única no Ministério da Saúde, um fundo para financiar as ações de enfrentamento do câncer no nosso País.

De forma objetiva, quero dizer ao Relator que apresentei um destaque em que solicitei o acréscimo de uma emenda de bancada para a Santa Casa BH, que mais atende pacientes pelo SUS. É a Emenda nº 711001 (RP 2). Ela foi zerada pelo Relator Setorial. Nós só queremos fazer a recomposição. A Santa Casa é a que mais atende pelo SUS em Minas Gerais. É uma das instituições que mais atende pelo SUS no Brasil. É a que mais atende pacientes com câncer, inclusive crianças, e também realiza transplantes. Então, isso é muito importante.

Eu queria pedir o apoio de todos os Deputados e Deputadas à aprovação do nosso destaque. Refere-se a uma emenda RP 2 da bancada do Estado de Minas Gerais. Faço esse apelo aos Deputados, às Deputadas, aos Senadores e às Senadoras, para que votem a favor do nosso destaque.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado.

Eu vou pedir a compreensão dos colegas para que possamos entrar na discussão da LOA logo após a votação dos dois PLNs que temos ainda para apreciar.

O próximo inscrito é o Deputado Vicentinho Júnior. Se for esse o tema, desde já peço aos inscritos que iniciemos a discussão da LOA em seguida à leitura do relatório feito pelo Deputado Luiz Carlos Motta. Logo após a fala do Deputado Vicentinho, apreciaremos os PLNs.

Tem a palavra o Deputado Vicentinho Júnior.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Boa tarde, Sra. Presidente, nossos colegas aqui presentes.

Eu começo rememorando a solução encontrada por esta Casa, há alguns anos, em relação aos 1.500 concursados da PRF no Governo passado. Naquela época, estava aqui o então Deputado Federal Cacá Leão, do Estado da Bahia, o Senador Marcelo Castro, como um grande lutador por essa causa, e a CMO tomou a decisão.

Hoje estão aqui alguns quadros da PRF. Faço menção aos amigos do Tocantins, ao Jorge, o nosso superintendente, que pleiteiam um destaque do Deputado Sanderson, da Comissão de Segurança.

Nobre Relator Luiz Carlos Motta, na reunião foi dito, e me corrija se eu estiver errado, que V.Exa. fez uma complementação a maior em favor da segurança pública. Eu só queria saber se ação OZ01 chegou a ser contemplada com alguma parte dessa complementação. Ficou essa dúvida.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - A pedido da Senadora, vamos ouvir todas as reivindicações e, depois, em bloco, tentaremos resolver isso.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Trata-se da ação OZ01. Foi o Presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados, o Deputado Sanderson, quem assinou.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Apreciação do parecer apresentado ao Projeto de Lei nº 31, de 2023, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, crédito suplementar no valor de R\$ 10.950.000,00, para reforço de dotação da constante da lei orçamentária vigente.

O Relator, Senador Carlos Viana, está com a palavra para apresentação do seu relatório.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) - Obrigado, excelência.

Vou, na leitura, reclamar do absurdo da distribuição dessas emendas, da discrepância entre as Comissões e do fato de que vários Senadores não puderam ser ali ouvidos pelo Relator, para se tentar pelo menos corrigir um pouco a distribuição dessas emendas. É um absurdo o que estamos assistindo quanto a este relatório neste ano.

Vou passar diretamente à análise, Presidente.

"II - Análise

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo está articulada na modalidade apropriada de crédito suplementar, haja vista pretender ampliar recursos já existentes na lei orçamentária vigente.

Observa-se, ainda, que a proposta está formulada em conformidade com o disposto no Plano Plurianual 2020-2023 (Lei nº 13.971, de 2019), na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 (Lei nº 14.436, de 2022), na Lei Orçamentária Anual para 2023 (Lei nº 14.535, de 2023), na Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF (Lei Complementar nº 101, de 2000) e na Lei nº 4.320, de 1964.

Segundo a Exposição de Motivos (EM) nº 00074/2023 MPO, a realização da despesa objeto desse crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário prevista na LDO 2023 fixada para o corrente exercício, uma vez que se refere a remanejamento entre despesas primárias discricionárias, não alterando o seu montante.

Além disso, a EM afirma que, em relação aos limites individualizados para as despesas primárias e demais operações que afetam o resultado primário, o crédito em questão está de acordo com o § 1º do art. 12 da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, por não ampliar as dotações orçamentárias sujeitas aos mencionados limites. O presente ato tampouco afeta a 'Regra de Ouro', respeitando o disposto no inciso III do *caput* do art. 167 da Constituição Federal.

Registra-se que as alterações em comento decorrem de solicitações formalizadas por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento — SIOP e, de acordo com o órgão envolvido no presente ato, a programação objeto de cancelamento não sofrerá prejuízo na sua execução, uma vez que o remanejamento proposto está de acordo com a solicitação contida no Ofício nº 62/2023 - GDAR, de 17 de agosto de 2023, do Coordenador da bancada estadual do Rio de Janeiro.

III. Voto do Relator

Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, somos pela aprovação do PLN 31/23, na forma proposta pelo Poder Executivo."

É o relatório, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Senador Carlos Viana.

O relatório está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, a discussão está encerrada.

Em votação o relatório na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 38, de 2023, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, da Justiça e Segurança Pública, da Defesa, das Cidades, e de Portos e Aeroportos, crédito especial, no valor de R\$ 573.005.655,00, para os fins que especifica (alteração proposta pela Mensagem Presidencial nº 692, de 2023).

O Relator, o Senador Mecias de Jesus, está com a palavra.

O SR. MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS - RR) - Sra. Presidente, eu gostaria de pedir a V.Exa. e ao Plenário para ir direto à leitura da análise.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não, Senador.

O SR. MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS - RR) - Passo à leitura, Presidente.

"II. Análise

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo está articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, ou seja, crédito especial, haja vista pretender alocar recursos em programação não prevista na lei orçamentária vigente. Observa-se, ainda, que a proposta, no que se refere ao crédito em si, está formulada em conformidade com o disposto no Plano Plurianual 2020-2023 (Lei nº 13.971, de 2019), da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 (Lei nº 14.436, de 2022), da Lei Orçamentária Anual para 2023 (Lei nº 14.535, de 2023), da Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF (Lei Complementar nº 101, de 2000) e da Lei nº 4.320, de 1964.

A Exposição de Motivos nº 99/2023 MPO afirma que, em relação ao que dispõe o art. 52, § 4º, da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022 (LDO 2023), as alterações propostas no PLN não afetam a meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, uma vez que:

a) R\$ 73.005.655,00 se referem a remanejamento entre despesas primárias, relativas a emendas de bancadas, não modificando o seu montante;

b) R\$ 500.000.000,00 se referem à suplementação de despesas primárias discricionárias à conta da incorporação de excesso de arrecadação de Recursos Livres da União.

Importante notar, nesse contexto, que o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5º Bimestre de 2023 indica espaço fiscal frente à meta de primário no valor de R\$ 10,2 bilhões.

Em relação aos limites individualizados para as despesas primárias e demais operações que afetam o resultado primário, vale esclarecer que a proposição em questão está de acordo com o § 1º do art. 12 da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, por remanejar despesas primárias, bem como alocar recursos em dotação relativa à participação da União

no capital de empresa, o que não se inclui nos limites aprovados na LOA 2023, em conformidade com o disposto no inciso IV do § 6º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — ADCT.

Com relação ao disposto no inciso III do *caput* do art. 167 da Constituição Federal, que estabelece limite para operações de crédito (regra de ouro), o PLN 38/23, em sua versão final, afeta positivamente o seu cumprimento.

De acordo com a possibilidade prevista no § 2º do art. 50 da LDO 2023, no projeto de lei está sendo efetuada troca de fontes de recursos no valor de R\$ 25.898.681,00 (vinte e cinco milhões, oitocentos e noventa e oito mil, seiscentos e oitenta e um reais), o que permite utilizar a fonte '3000 - Recursos Livres da União' (integrante do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2022) e reduzir o uso da fonte '1133 - Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal', disponibilizada em decorrência do cancelamento de dotações. Esse procedimento se faz necessário em face da vinculação dos recursos da fonte 1133.

Em relação aos §§ 15 e 18 do art. 52 da LDO 2023, a mensagem envia, em anexo, os demonstrativos de desvios de valores cancelados que ultrapassam 20% (vinte por cento) das dotações das respectivas ações, de excesso de arrecadação de Recursos Livres da União e do superávit financeiro utilizado na mencionada troca de fontes.

No que se refere à nova redação dada pela mensagem modificativa 692/23 ao art. 3º do PLN 38/23, entendemos que existem óbices à sua aprovação.

Como apresentado no relatório acima, o art. 3º autoriza ao Poder Executivo a abertura, por meio de decreto, de créditos suplementares para ampliar as dotações da ação OE54 - 'Participação da União no Capital do Banco do Nordeste do Brasil — BNB'. No entanto, elencamos três questões referentes a essa autorização:

- a) não existe previsão expressa na Constituição Federal para que projetos de lei de créditos adicionais contenham dispositivos estranhos à fixação de despesa com a respectiva fonte dos recursos;
- b) para que se ampliem dotações originalmente previstas em um crédito especial, um novo crédito especial deve ser enviado, na forma de projeto de lei, ao Congresso Nacional; e
- c) o art. 3º em comento não apresenta qualquer limite para a ampliação das dotações da rubrica de que trata. Desse modo, ele se configura como um verdadeiro 'cheque em branco' para o Poder Executivo, em desacordo com o que prevê a Constituição Federal.

Pelas razões apresentadas acima, somos pela retirada do art. 3º do PLN 38/23.

III. Voto do Relator

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN 38/23, na forma do substitutivo anexo."

Esse é o parecer, Sra. Presidente.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O relatório está em discussão.

Para discutir, tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Sra. Presidente, eu queria apresentar um destaque em relação ao art. 3º, que foi suprimido pelo Relator.

Nós somos favoráveis ao retorno, à volta desse art. 3º, porque ele prevê a capitalização do Banco do Nordeste.

Todos aqui sabem, especialmente aqueles Deputados e Senadores do Nordeste, da importância desse banco para o desenvolvimento regional. É um banco que tem exercido uma grande atividade de apoio não só aos Municípios e Estados mas também, principalmente, às empresas que se estabelecem no Nordeste. Esse artigo, então, é importantíssimo.

Já houve outros casos de aprovação, pelo Congresso Nacional, de capitalização. Cito como exemplo o caso da EMGEPRON, que foi capitalizada. Houve uma capitalização bilionária, com o objetivo de levar adiante projetos na área de defesa, especialmente na área da Marinha.

Nós achamos que já existe esse tipo de funcionamento.

Portanto, somos favoráveis à volta desse art. 3º, que prevê a capitalização do Banco do Nordeste.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Ainda em discussão.

Para discutir, tem a palavra o Deputado Bohn Gass. (*Pausa.*)

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Deputado Danilo Forte, tempo de fala.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Pode passar adiante, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Presidente.

Eu não entendi direito o destaque, mas, de qualquer maneira, eu quero inclusive elogiar aqui o Relator, o Senador Messias, porque o que ele está fazendo é o que todo Parlamentar deveria fazer, porque vem uma mensagem, no art. 3º, que é uma mensagem modificativa do Governo, em que estamos dando um cheque em branco para ele remanejar o que absolutamente quiser. E isso é um absurdo, primeiro porque nós entramos naquela outra discussão em que o Governo aumenta a participação estatal. Já é um absurdo ser dono de estatal e não fazer o essencial. O Governo tem que cuidar bem de saúde, segurança e educação; e a educação está péssima, a saúde está péssima e a segurança está péssima. Então, ele já quer ser dono de ação. Isso é um absurdo. E o pior: aumentar aporte? Desculpem-me, mas sabemos muito bem, já vimos esse filme, já vimos para que serve uma estatal para este Governo: politicagem, cargo e afins.

Então, notem bem, eu nem chego a ficar favorável a este projeto, mas eu parabenizo o Relator, porque o que ele fez foi corretíssimo, não dá para darmos cheque em branco. E, quando vem essa mensagem modificativa, o Governo está tirando prerrogativa do Congresso Nacional, tirando prerrogativa de Parlamentar. Isso não podemos aceitar.

Por isso, eu estou com o Relator neste ponto específico em que ele fez a alteração. Eu parabenizo o Relator e voto contra o destaque, se é que existe esse destaque regimentalmente apresentado pelo Deputado Carlos Zarattini.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Tem a palavra, para discutir o PLN 38, o Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, o Banco do Nordeste não pode ser vítima de um capricho unilateral. O Banco do Nordeste é um banco de fomento de uma região populosa do Brasil e sobrevive exatamente em função da atividade que é fundamental para o desenvolvimento da economia da nossa região. Hoje o Banco do Nordeste é o banco que mais estimula, inclusive, o setor das energias limpas, das energias renováveis, de fundamental presença do Brasil inclusive na transição energética mundial.

E, diferentemente do que falou a nobre Deputada Adriana, não fica uma coisa sem pé nem cabeça, nem ao bel-prazer. Está muito claro aqui no texto que a ampliação do apoio das dotações, da participação da União no banco é em função do superávit financeiro, do excesso de arrecadação ou da anulação de algumas dotações orçamentárias, com base na lei fiscal, Lei nº 4.320, de 1964, que é a que regula todo o Direito Financeiro no Brasil. Então, não é uma coisa aleatória, é uma coisa que vem em função de uma necessidade. E não pode, mais uma vez — eu sei que está todo mundo torcendo pelo Nordeste —, o Nordeste ser vítima de discriminação.

Então, se os demais organismos de fomento do Governo Federal têm a liberdade de ter um aumento, e nós, na LDO, já fizemos a previsão de fazer com que o Banco do Nordeste possa alcançar o capital necessário do Acordo de Basileia, nós não podemos, na LOA ou no PLN 38, vetar essa ação. Pelo contrário, já está determinado na LDO inclusive, para quem leu a LDO com cuidado, e fui eu que tive a oportunidade de relatá-la, fizemos a inclusão de um artigo exatamente para que o Banco do Nordeste pudesse participar em igualdade de condições com os demais bancos do Acordo de Basileia. Para isso, precisa de aumento de capital.

Olhem a história se repetindo. Em 2014, vivemos situação muito mais vexatória, Deputada Adriana, porque, naquela época, estávamos saindo de um escândalo administrativo no próprio banco, e fomos capazes de fazer, por meio de entendimento na Comissão de Orçamento, um aumento de capital de 4 bilhões e 100 milhões para o Banco do Nordeste e de 1 bilhão e 100 milhões para o Banco da Amazônia — BASA. O Deputado Priante está por aqui.

Isso demonstra que o Brasil não tem uma visão unilateral. O Brasil tem uma visão de nação. E, dentro de uma visão de nação, faz-se necessário que a Comissão de Orçamento compreenda a importância de se fortalecer o principal banco de desenvolvimento na região que mais carece de investimento no Brasil. Se queremos diminuir a desigualdade regional, temos que fortalecer esse banco de fomento. E esse banco de fomento tem nome, tem raiz no Nordeste, é uma conquista do povo nordestino, independentemente de quem esteja na gestão do País ou na do Banco do Nordeste.

Eu quero ressaltar a belíssima administração feita por Paulo Câmara, que está neste momento à frente do banco. Com muito êxito, ele cumprido todas as normas. Neste ano, fez uma belíssima gestão quanto ao compartilhamento dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste — FNDE.

Acho que precisamos dar condições ao banco para que possa atuar de igual para igual com o Banco do Brasil, com o BNDES, com os demais bancos regionais e, inclusive, ser reconhecido pelo Acordo de Basileia, para receber investimentos internacionais. Hoje, o banco não pode fazer o repasse de investimentos internacionais porque ainda não tem o capital necessário para se manter no nível estabelecido por esse acordo internacional.

Peço a todos, portanto, apoio ao destaque, para que possamos alavancar o desenvolvimento do Nordeste.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Para discutir, tem a palavra o Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Presidenta Daniella Ribeiro, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, eu queria primeiro parabenizar o Senador Mecias por ter trazido a esta Comissão um tema tão importante para o Nordeste, no caso desta mensagem modificativa enviada pelo Governo.

Esse banco vai resolver inclusive, Deputada Adriana, algumas distorções regionais, porque é um banco de fomento da Bahia e de todos os demais Estados do Nordeste. No Norte, temos o BASA. Eu discordo de V.Exa., portanto.

Quero dizer que esta matéria tem o nosso apoio e o dos nossos pares. Ela é muito importante para a Região Nordeste, que merece ser reconhecida pelo potencial de trabalho, conforme disse o Deputado Danilo Forte. Infelizmente, existem algumas desigualdades regionais, que precisam ser resolvidas, e esta Comissão é o lugar ideal para se promover a igualdade entre os Estados e entre as regiões brasileiras.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado.

Não havendo mais quem queira discutir, a discussão está encerrada...

O SR. MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS - RR) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não, Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS - RR) - Sra. Presidente, eu gostaria de me manifestar a respeito do destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não, V.Exa. está com a palavra, Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS - RR) - Sra. Presidente, eu queria primeiro informar ao Plenário da Comissão que o PLN 38, quando me foi designado, só apresentava 73 milhões para os Ministérios da Defesa, das Cidades e de Portos e Aeroportos. Somente no outro dia, depois de o meu relatório estar pronto, o Governo substituiu a mensagem e encaminhou um aditivo, uma outra mensagem, incluindo 500 milhões para o Banco do Nordeste. E, nessa mensagem, veio também o pedido para se fazer essa suplementação sem autorização legislativa, apenas por decreto.

Ora, ninguém do Governo me procurou, ninguém do Governo conversou comigo. Ainda liguei para algumas pessoas do Governo. Liguei para o Líder do Governo no Congresso, e não tive retorno. Liguei para algumas pessoas, e somente hoje, poucos minutos antes desta reunião, depois de o meu relatório ter ficado pronto, foi que eu consegui falar com algumas pessoas do Governo. Se tivessem dado uma explicação no período normal, antes da apresentação do relatório, eu poderia ter entendido isso. Mas não foi o que entendi. Eu entendi simplesmente que estão suprimindo competências do Congresso Nacional para que o Governo possa fazer por decreto o que poderia ter sido feito agora.

Sra. Presidente, eu não tenho absolutamente nada contra o Banco do Nordeste, muito pelo contrário, tanto é que acolhi sem nenhum tipo de contestação a emenda de 500 milhões. A minha contestação foi tão somente a respeito de se fazer suplementação sem autorização do Congresso Nacional. Não me oponho ao destaque. V.Exa. e o Plenário é que devem decidir de que forma se pode prosseguir daqui para frente.

É isso o que tenho a dizer.

Digo ao Deputado Zarattini, ao Deputado Danilo e aos demais Parlamentares que a minha intenção foi somente a de cumprir o meu papel como Relator. Portanto, considerei aquilo como matéria estranha ao meu relatório.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Pela ordem, Sra. Presidente!

Eu quero agradecer a compreensão do Senador Mecias, que inclusive tem família em Iguatu, no interior do Ceará. Pelo que entendi, talvez tenha havido falta de diálogo.

Não estamos dando ao Governo nenhuma prerrogativa ou autorização para que realize isso por decreto. Estamos somente colocando no PLN um dispositivo para que o Governo possa fazê-lo.

Diante dessa compreensão, V.Exa. pode acatar o destaque do Deputado Zarattini. Não há necessidade de se fazer votação em separado do destaque. Faz-se apenas uma votação global.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) - Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Tem a palavra o Senador Randolfe Rodrigues, meu querido colega.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) - Sra. Presidente, vou dizer algo no mesmo sentido do que disse o Deputado Danilo.

Quero até pedir desculpas por eventual desencontro, mas parece que a questão ficou esclarecida. Eu acho que o desencontro era apenas sobre a natureza do destaque que se pretende aprovar. O que se pretende é tão somente voltar a capitalizar o Banco do Nordeste, instituição fundamental para o Brasil, fundada em 1952, representativa da primeira grande ação, na história brasileira, de combate à estiagem no Polígono das Secas, de combate ao efeito climático da seca. A única ideia, a única proposta do Governo quanto a esse PLN é fazer com que volte essa capitalização.

Reitero o pedido de desculpas ao colega Senador Mecias por eventual desencontro. Acho que já se entendeu o sentido do PLN, que não é dar ao Governo nem 1 milímetro a mais de prerrogativa sobre o Parlamento. Acata-se o destaque feito pelo colega Deputado Carlos Zarattini e se encaminha a aprovação do PLN, com os meus cumprimentos ao Senador Mecias.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Vou passar a palavra ao Senador Mecias, para que faça a sua manifestação final. Depois, passaremos à votação.

Tem a palavra o Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS - RR) - Sra. Presidente, continuo a minha fala sobre o pedido feito agora pelo Deputado Danilo. Para que V.Exa. tenha uma ideia, eu tive que ligar para o Ministro Alexandre Padilha para colher informações. Ele me explicou que se tratava de algum saldo que pudesse existir nesse período e que, até o final do ano, até 31 de dezembro, pudesse haver necessidade de se transferir mais recursos ao Banco do Nordeste. Também soube disso após uma conversa com o Presidente do banco, o Dr. Paulo Câmara.

Sra. Presidente, com o devido respeito aos Deputados e aos Senadores, acato no meu relatório o destaque do Deputado Zarattini. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório, com o destaque, na representação da Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com o voto contrário da Deputada Adriana Ventura.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Obrigada, Senador Mecias.

Passamos à apreciação do relatório final e da complementação de voto apresentados ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29, de 2023, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024.

Eu queria pedir silêncio. Este não é o lugar ideal para quem quiser conversar ou tratar de outros assuntos. O que estamos fazendo neste momento é tratar de temas relacionados à LOA.

Parabenizo o Relator por ter realizado esse trabalho, por ter enfrentado esse desafio. Todos nós acompanhamos o seu esforço, com a contribuição de todos os colegas Senadores e Senadoras, para que pudéssemos, neste ano tão atípico, com pouco tempo, votar o relatório, a LDO, a LOA, o PPA. Destaco também o trabalho das relatorias setoriais e parabenizo todos aqueles que deram sua contribuição e continuam contribuindo.

Ressalto o trabalho do Governo, nesse contexto de acordo, de compreensão e de interação. Dessa forma aconteceu a votação da LDO, cujo Relator foi o nosso querido Deputado Danilo Forte. Chegamos a um acordo. Isso fez com que houvesse o contentamento de todos os colegas do Plenário.

Sei que o Deputado Luiz Carlos Motta, nesses 15 dias, tem sido procurado de maneira muito forte, muito contundente, e ele tem sido muito simpático, tem ficado à disposição. Eu tenho testemunhado isso.

Então, eu gostaria de parabenizá-lo e lhe agradecer o trabalho pelo nosso País. Ao final, certamente vamos fazer uso da palavra para falar mais a respeito do seu trabalho.

Antes, eu gostaria de destacar a tão importante interação que houve entre nós, entre a Presidente e os nossos Relatores, Deputado Danilo Forte e Deputado Luiz Carlos Motta. Houve sempre muito respeito nessa interação. Foram respeitadas as opiniões, sejam as convergentes, sejam as divergentes. O objetivo foi, acima de tudo, contribuir e construir nesta Comissão.

Quero parabenizar todos os membros da Comissão, tanto no âmbito do Senado Federal quanto no da Câmara dos Deputados.

Vou conceder a palavra ao Relator Luiz Carlos Motta, mas antes aviso que eu não gostaria de ficar interrompendo o Relator para pedir silêncio ao Plenário. Se alguém precisar sair para falar, fique à vontade. Vamos fazer com que o nosso trabalho aqui ande, já que todos estão aguardando este momento tão importante para o País.

Tem a palavra o Deputado Luiz Carlos Motta para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Obrigado, Senadora.

Realmente, nós nos sentimos muito felizes de chegar ao final do ano com essa responsabilidade que nos coube.

Gostaria de agradecer a parceria com a Presidente, a Senadora Daniella, a parceria com o Relator Bohn Gass, a parceria com o Relator Danilo Forte.

Este é um momento de fazer agradecimentos. Agradeço a todos os membros da Comissão, aos Relatores Setoriais, que também contribuíram bastante para que chegássemos a um relatório que fosse transparente e que atendesse aos anseios do Brasil.

Sei que não foi fácil. Como disse a Senadora, nós conversamos com várias pessoas, várias entidades, Ministros, Secretários. Logicamente, não dá para atender a todos, como gostaríamos de fazer, até porque sabemos que, se atendemos aos Deputados e aos Senadores, estamos atendendo à população do nosso País. Não foi fácil, mas avançamos muito. Vamos fazer alguns comentários a respeito de alguns tópicos desse relatório que achamos importantes.

Primeiro, houve a questão do relatório ao orçamento vindo do Presidente da República. Com o trabalho dos Relatores Setoriais e, logicamente, de todos os Parlamentares envolvidos, nós conseguimos aumentar em cerca de 15 bilhões os recursos destinados a investimentos em vários setores do nosso País. Então, acho que isso é uma melhoria importante que vai atingir áreas de infraestrutura, o desenvolvimento urbano, o turismo, os esportes e outras áreas nos Municípios do nosso País. O principal é que isso vai gerar muitos empregos e, logicamente, a melhoria de serviços e a qualidade de vida da população.

Conseguimos também agendas transversais junto ao PPA, relatado pelo nosso amigo Deputado Bohn Gass.

Reconhecendo todo o esforço para a elaboração do Orçamento, marcado por políticas públicas em sua transversalidade, faço menção ao colega Relator Bohn Gass, que, por meio de construção do seu relatório de forma participativa, com a sociedade, reforçou a discussão da importância das agendas de gênero, raça, pessoa com deficiência, desenvolvimento rural, economia solidária, entre outras.

Também quero parabenizar a nossa Presidente, que lançou o Programa Antes que Aconteça, item da pauta da bancada feminina.

Em relação às agendas de gênero, mais especificamente com foco na mulher, destaco justamente a ação Antes que Aconteça, criada pela nossa Presidente, a Senadora Daniella, para investimentos em projetos de prevenção à violência contra as mulheres.

A bancada feminina do Congresso Nacional também atuou de forma determinante para suplementar recursos para as ações de combate à violência contra as mulheres, de incentivo à participação das mulheres em espaços de decisão, de atenção à saúde da mulher e para outros projetos de destaque.

Outro item importante refere-se ao transtorno do espectro autista. O Orçamento de 2024 também destinará recursos específicos para suporte e cuidado às pessoas com transtornos, em consonância com o trabalho realizado pelo Deputado Danilo Forte, Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que cumpriu de maneira excelente a tarefa. Houve contribuição significante do Congresso Nacional na tramitação tanto da LDO quanto do PLOA.

Políticas e programas de proteção e defesa animal também são destaques no orçamento feito pelo Congresso Nacional, com foco na atenção veterinária e no controle populacional de cães e gatos. Essa demanda foi reforçada pela sociedade civil e por ativistas da causa animal e foi contemplada pelos nossos Parlamentares.

Um ponto importantíssimo é o cuidado com as pessoas que têm altas habilidades, o cuidado com os nossos talentos, por meio da criação de ação destinada às altas habilidades e superdotação, com o objetivo de proporcionar educação e suportes necessários não somente às crianças e aos jovens, mas também às mães e a toda a família. Hoje, o Brasil não tem estrutura para cuidar dessas pessoas e, com isso, não dá atenção a um importantíssimo capital humano. Essa ação permite que viremos esse jogo.

Preocupação cada vez maior é a que a nossa população tem com a segurança pública. Por isso, com a contribuição de diversos Parlamentares em diferentes Estados, contemplando todas as regiões do País, o orçamento entregue pelo

Congresso Nacional destina mais de 800 milhões para ações de prevenção e combate à violência e ao crime organizado, incluindo melhorias e equipamentos de estrutura das nossas forças de segurança.

O Congresso também incrementou em mais de 70 milhões os recursos destinados a pesquisa, ciência e tecnologia. Destaco a importantíssima participação dos nossos Parlamentares, que indicaram recurso para a EMBRAPA.

O mercado de carbono é um assunto cada vez mais frequente nas discussões políticas que se referem às mudanças climáticas. O Congresso contribuiu de forma substancial para que tenhamos um olhar atento a essa causa, permitindo a qualificação da infraestrutura e a formação das redes de cooperação e pesquisa, desenvolvimento e inovação para o desenvolvimento de métricas e modelos de balanço de carbono e para a aferição da sustentabilidade da agricultura brasileira.

No que diz respeito a qualificação profissional, destaco a importância das emendas parlamentares que alocaram recurso para a ação de qualificação dos nossos trabalhadores, em articulação com setores produtivos e com as ações de intermediação de mão de obra, de forma a contribuir para a geração de emprego e renda para a sociedade.

Nosso relatório se encontra à disposição no *site* da Câmara.

Peço permissão, Sra. Presidente, para ir direto ao voto.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não, Relator.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Passo então à leitura do voto.

"Em face do exposto, somos pela aprovação do PL 29/23-CN (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024), na forma do substitutivo que ora apresentamos, o qual contempla as alterações decorrentes das propostas de parecer pela aprovação e pela aprovação parcial das emendas apresentadas, nos termos dos demonstrativos anexos.

Sala da Comissão, 21 de dezembro de 2023."

Estamos fazendo a leitura aqui, mas vamos voltar depois com a complementação dos votos para que o relatório seja depois lido integralmente no plenário do Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Deputado Lindbergh Farias, o primeiro inscrito.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Presidente, o sistema está com problema, não está aceitando destaques, não está aceitando emendas. Só consegui incluir dois destaques.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - É a primeira pessoa que está relatando isso, Senadora. Vamos verificar o que está ocorrendo.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Sra. Presidente, eu não entendi. O Relator vai ler a complementação depois ou leu agora?

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Não. Vai ser feita depois a leitura da complementação de voto de várias questões que vamos...

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Depois do debate.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - Não é melhor fazer logo, não, Sr. Relator? (*Pausa.*)

Acho que é melhor fazer logo a leitura.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - A palavra está com o Relator. Acato as sugestões de que, após a...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Presidente, pela lógica, ele poderia ler a complementação de voto. Assim fazemos um debate só.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - É o que estava acabando de dizer. A palavra vai estar com o Relator, acatando a sugestão do Plenário para que ele conclua com a complementação de voto. Depois disso, passamos à discussão.

Tem a palavra o Relator, o Deputado Luiz Carlos Motta.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Já está publicada, Sra. Presidente, a complementação de todos os itens. Agora é entrar na discussão para que façamos o voto no final.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Está feito o esclarecimento pelo Relator.

Para discutir, tem a palavra o Deputado Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - Presidente, eu quero cumprimentá-la e saudar amistosamente os dois Relatores.

Mas já peço perdão ao dizer que não vou dar uma de Poliana aqui. O Governo está querendo reduzir danos. Mas o que está acontecendo aqui é um golpe parlamentar contra o Executivo. Estão querendo, na prática, implantar de fato o semipresidencialismo. Para fazerem isso, têm que fazer um plebiscito, têm que fazer uma PEC depois. Concretamente — eu já disse isto ao meu amigo Relator Danilo Forte —, nós estamos num sistema presidencialista. Lula foi eleito como Presidente da República com um programa. Ele falava do PAC. O que os senhores fizeram aqui esta semana foi tirar 17 bilhões do Executivo, num orçamento já apertado. Todo mundo sabe, é déficit zero. Tiraram 17 bilhões do Executivo na mão grande!

Lula veio ontem a esta Casa para participar daquele ato sobre a reforma tributária, junto com o Presidente Lira, junto com o Presidente Pacheco. Talvez ele não soubesse, mas estavam preparando uma emboscada, afiando os punhais! É isso que estão fazendo aqui, senhores. As palavras são essas. Tiraram 17 bilhões.

Na verdade, os investimentos do Governo vão ser inferiores aos recursos das emendas parlamentares! E não adianta tentar uma saída de última hora, Sr. Relator, com todo o respeito. V.Exa. anunciou ontem o corte de 17 bilhões do PAC. Agora fizeram uma engenharia. São 6 bilhões da Previdência. Tudo bem, caiu a inflação. Mas isto da Tabela 1 é uma loucura! Os senhores estão cortando tudo que é de institutos federais, de universidades, estão cortando 40 milhões de reais do Farmácia Popular, estão cortando 320 milhões de reais da educação, estão cortando 44 milhões reais do auxílio-gás. Lá no Rio de Janeiro há um colégio, chamado Colégio Pedro II — o Deputado Tarcísio é professor de lá —, do qual cortaram 6 milhões de reais. O colégio vai fechar! É um ajuntamento de última hora mal feito, é uma bagunça orçamentária!

Desculpe, Relator, mas isso é uma bagunça orçamentária feita de última hora. Por quê? Porque este Congresso se acha no direito de ter 17 bilhões de reais a mais. De 37 bilhões de reais, o valor foi para 53 bilhões de reais. O que é isso? Trata-se de ajuste zero para os servidores públicos e de 17 bilhões de reais a mais para os Parlamentares! É uma afronta ao Executivo! Eu quero concluir só dizendo — peço mais 30 segundos, Sra. Presidente — que os senhores estão entrando em atribuições do Executivo. É o Executivo que tem que executar o Orçamento.

Meu amigo Danilo Forte, sabe aquele cronograma? O Poder Legislativo quer executar o Orçamento agora! É um golpe parlamentar que está acontecendo aqui contra o Executivo e o Governo do Presidente Lula!

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Lindbergh Farias. Eu não posso deixar de, antes de passar a palavra, dizer que me sinto aviltada pela sua fala, até porque, primeiro, V.Exa. está atingindo todos os colegas Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras. O segundo ponto é que V.Exa. estava ao meu lado — e aqui eu não vou dizer o que V.Exa. disse — quando do lançamento do PAC no Rio de Janeiro. Quando o Governo anunciou o valor, V.Exa. lembra o que V.Exa. me falou? Eu não vou dizer aqui porque não vou expô-lo, como V.Exa. está...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - Para mim, não tem problema nenhum, Presidente. Eu falei que havia ali números da iniciativa privada e que eram números gigantescos. Pode falar!

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - V.Exa. está fazendo aqui um discurso para a plateia, está fazendo um...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - Que plateia? Não!

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Está sim, está fazendo discurso para a imprensa.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - Presidente, V.Exa. quer negar que tiraram 17 bilhões de reais do Executivo?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - V.Exa. disse, naquele momento, sobre o Governo: "*Que absurdo é fazer este anúncio, porque o Governo não tem esse dinheiro!*". Foi o que V.Exa. falou. Então...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - V.Exas. estão tirando mais ainda!

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - V.Exa. disse, em outras palavras, que aquilo seria má-fé. Entendo, eu tenho que falar, porque V.Exa. está atingindo a todo o Parlamento e a mim, como Senadora.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - Por estar falando a verdade, Presidente; por estar falando a verdade.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Eu estou dizendo o que V.Exa. falou.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - Por estar falando a verdade!

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - V.Exa. falou a verdade naquele momento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - É porque V.Exa. não teve nem capacidade de entender o que eu falei naquele momento. (*Apupos.*)

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Respeite a Presidência, rapaz!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - É verdade! Ela sabe que eu estou falando sobre a questão privada, sobre as obras privadas. Foi verdade!

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - V.Exa. nem é membro desta Comissão. Respeite a Presidente, Deputado Lindbergh!

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - V.Exa. pouco vem aqui. Achou ruim que eu expus uma realidade porque fez um discurso aqui para a mídia social, discurso para a população que está desinformada, desrespeitando seus colegas Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, e isso é inadmissível.

Eu disse que não ia falar o que V.Exa. disse a mim, no meu ouvido, lá no Rio de Janeiro, no teatro, quando do lançamento do PAC, mas veja a gravidade do que V.Exa. está dizendo: que os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras estão retirando recursos, quando V.Exa. mesmo disse que não havia recursos para isso, para o que estava se anunciando. Essa é a realidade, essa é a realidade, estava-se contando com o que não existia.

Então, Deputado, vamos deixar deste teatro, porque aqui não dá. Eu, sinceramente, na Presidência desta Comissão, não aceito esse tipo de discurso. (*Palmas.*)

E respeite, por gentileza, a mulher que eu sou. A forma de V.Exa. falar...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - Eu respeito! Eu tenho o maior respeito!

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Eu não permito mais o uso da palavra por V.Exa.

Neste momento, passo a palavra para o Relator. E peço que mantenhamos a ordem aqui neste recinto, como sempre ocorreu, sempre.

V.Exa. nunca esteve aqui, veio duas ou três vezes.

Passo a palavra para o Deputado Luiz Carlos Motta.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Eis o que me admira: as pessoas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Com muito respeito ao Deputado Lindbergh Farias, deixo bem claro que este Orçamento, que veio do Governo, não foi feito por mim, não foi feito pelos Parlamentares, foi feito pelo Governo.

Então, Deputado, se V.Exa. tem alguma dúvida quanto a algum índice que veio, algum valor que veio, V.Exa. tem que reclamar com quem fez o Orçamento.

Quero deixar bem claro que eu sabia, quando eu tive a honra de ser o Relator do Orçamento, que era um desafio, mas um desafio gostoso. O Sr. Lindbergh deve saber as causas que nós temos aqui na Casa para esse valor chegar aos 53 bilhões de reais. São emendas das quais ele faz parte, porque recebe. São emendas de Parlamentares, emendas impositivas, emendas que todos os Parlamentares recebem. Existem as emendas de bancada, que as bancadas de todos os Estados recebem — cada Estado receberia este ano 316 milhões de reais. Existem emendas do Congresso, emendas do Senado Federal. É isso que são os 53 bilhões de reais, não é o Orçamento do nosso País.

As pessoas têm que participar das reuniões da Comissão, porque às vezes vêm aqui falar besteira. Os 17 bilhões de reais foram cortados do PAC porque nós conversamos com a equipe do Governo. Se V.Exa. pegar o relatório que foi publicado hoje, verá que esses valores não foram tirados do PAC. Não foram tirados do PAC. Trata-se de um acordo que foi feito com o Governo, porque não deu tempo de ele mandar, com a Comissão... Estábamos eu, a Senadora Daniella, o Deputado Danilo Forte, Relator da LDO. E nós estávamos construindo de onde íamos tirar. O Governo deveria ter mandado no Orçamento essas emendas, que são impositivas, e não mandou. Então, teve a Comissão que decidir de onde ia tirar esses cortes setoriais.

O Orçamento é muito importante, é uma coisa primordial, e todos os Parlamentares sabem como ele é feito. E nós tivemos a responsabilidade de fazer tudo com transparência, com a participação de todos. Alguns, como disse aqui a Senadora, vêm de última hora. Não pode, Deputado! V.Exa. tinha que participar das reuniões da Comissão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - Eu não sou membro da Comissão.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Então, não podia nem falar.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Peço a palavra pela ordem, Presidente.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Deputado, com todo o respeito que temos por V.Exa... V.Exa. participa também, V.Exa. é Deputado, mas procure ficar mais a par do que está acontecendo, porque do que V.Exa. falou talvez V.Exa. não estivesse sabendo. Desculpe-me, talvez V.Exa. não estivesse sabendo. Mas não foi retirado tudo do PAC. Tivemos muita responsabilidade. Queremos investimento no nosso País.

Eu falei aqui que, de acordo com o que veio do Governo, nós acrescentamos mais perto de 15 bilhões de reais. Jamais íamos tirar tudo do PAC. Jamais vamos tirar da saúde. Jamais vamos tirar da educação, dos servidores. Nós temos que ter responsabilidade. E eu acho que todos os Parlamentares, não só os que estão aqui, mas todos os Parlamentares que fazem parte desta Comissão, incluindo os Senadores, têm muita responsabilidade.

Agradeço a V.Exas. por terem participado deste Orçamento. Eu tenho orgulho de estar fazendo parte da construção dele. *(Palmas.)*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) - Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) - Presidente, vou falar pela Liderança do Governo.

Eu acho que poderíamos dar sequência à dinâmica das inscrições, ouvindo os que estão inscritos para debater.

Conforme o Regimento Comum, assiste a todo Parlamentar a sua livre manifestação nas Comissões, sendo membro dela ou não. Houve a expressão de uma posição por parte do Deputado Lindbergh, mas eu acho que nós temos uma sequência a cumprir. Se nós nos ativermos a uma polêmica colocada, não vamos conseguir avançar no debate na Comissão Mista no dia de hoje.

Então, eu acho que o ideal neste momento é darmos sequência à dinâmica da Comissão e debatermos o relatório do Deputado...

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Mas V.Exa. concorda que ele agrediu a Presidente, agrediu o Relator? V.Exa. concorda, Senador?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Tem a palavra o Deputado Vicentinho Júnior.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Estou ficando, como membro desta Comissão... Quem me conhece no Congresso sabe que eu não gosto de confusão, não gosto de briga, mas não aceito nenhum tipo de desrespeito.

Na última manifestação do Deputado Lindbergh, aqui ao meu lado, ele falou de um orçamento parlamentarista, e eu pedi a ele, naquele momento, certo respeito, porque o vi pela primeira vez nesta Comissão, em todo o ano de 2023, e achei, sinceramente, que ele tivesse entendido a grandeza desta Comissão. Mas, ao vê-lo voltar aqui para criar polêmica e agredir a Presidente, eu começo a me assustar como Parlamentar, até porque ontem eu vi um Parlamentar dar um tapa na cara de um colega. É normal quando é do PT. É normal ver um Deputado do PT, mais uma vez, vir aqui agredir, agora, uma mulher Presidente de uma Comissão.

Então, primeiro, Deputado Lindbergh, tenha a grandeza de se retratar; segundo, com os membros do Governo com que eu tenho falado... Aqui vejo o Deputado Bohn Gass, bem como Deputado Carlos Zarattini, que tem o meu respeito — e tenho certeza de que colocará a verdade aqui nesta Comissão no dia de hoje.

Senador Randolfe, eu não sou a favor de avançarmos 1 minuto nesta Comissão sem antes haver a retratação pública pela agressão feita à Presidência desta Comissão e aos membros dela. Aqui não há menino brincando de discutir o Brasil. Botem o respeito devido aos nossos mandatos para quererem ter o mesmo respeito.

Dessa forma, eu gostaria de ver o Deputado Zarattini colocar a posição do Governo em relação ao que ele vem tratando com os membros da Comissão, os Relatores Setoriais, o Relator da LDO e o Relator da LOA, por gentileza.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Tem a palavra o Deputado Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Sra. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, eu queria pedir a todos que dessemos este assunto como superado para podermos caminhar para a frente.

Logicamente, eu tenho certeza de que o Deputado Lindbergh, nascido na Paraíba, amigo da Senadora, e a Senadora não vão ter maiores problemas pela frente, vão se entender.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Ele mudou para o Rio de Janeiro.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Aqui, nos últimos 2 meses, Sra. Senadora, nós tivemos um trabalho intenso para chegarmos à votação de um relatório que estabelecesse o melhor Orçamento possível para o ano que vem, um Orçamento que garantisse o atendimento das necessidades do povo brasileiro e das necessidades do desenvolvimento. Isso, eu tenho certeza, é muito contraditório. Enfrentamos dificuldades enormes. O Governo tem um foco, o Parlamento muitas vezes tem outro foco, e esses focos têm que ser equilibrados. É isso o que estamos buscando fazer aqui.

Nas últimas horas, estivemos com o Relator e com a Presidente buscando chegar a um texto de consenso. Avançamos muito. Vai haver destaques aqui no plenário, como é natural, mas nós avançamos naquilo que é essencial.

Então, quero dizer, Deputado Lindbergh, diante de todas as suas ponderações, que eu acho que, do ponto de vista da crítica, V.Exa. tem razão em algumas coisas, mas devemos estabelecer essa crítica na forma do debate político. Nós não podemos transformar isto aqui num ringue, porque não é um ringue. Isto aqui é o Parlamento brasileiro, é um lugar de debates, é um lugar de opiniões. Vamos, então, baixar a bola.

Eu peço, Sra. Presidente, que toquemos para a frente o nosso debate, as nossas questões. Vamos avançar, porque o Brasil precisa desse Orçamento para o ano que vem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - Presidente, eu quero pedir...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não, Deputado Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - Presidente, se de alguma forma V.Exa. se sentiu ofendida, eu quero lhe pedir desculpas. (*Palmas.*)

Eu sou paraibano e tenho uma relação quase familiar com a Senadora Daniella.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - É verdade.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - O meu irmão é casado com a prima dela. Sempre tivemos uma relação muito boa. É verdade! É uma relação antiga.

Então, eu não tive a intenção de atingir V.Exa. na minha fala.

Agora, quanto ao conteúdo da minha fala, eu quero manter todo ele. Para mim, tratou-se de um golpe parlamentar contra o Executivo.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada. Está perdoado, Deputado.

Tem a palavra o Deputado Danilo Forte, dando seguimento ao que nós viemos fazer aqui.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Presidente, primeiro, eu quero a recomposição do meu tempo, porque...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Recompomos o tempo de V.Exa.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Deputado Lindbergh, eu fui ao Governo, por diversas vezes, buscar um entendimento. Se V.Exa. acha que há desentendimento na Comissão, saiba que também há muito dentro do Governo. Para fecharmos a meta fiscal, nós fizemos vários debates, porque existiam várias compreensões dentro do próprio Governo sobre o alcance ou não da meta fiscal de déficit zero.

E, dentro das condicionantes que eu coloquei desde o início, até porque eu fui muito procurado pelas senhoras e senhores servidores públicos federais, por quem tenho todo o respeito, havia a minha indignação, porque a peça orçamentária não tratava de reajuste para os servidores públicos do Brasil. Foi orientação do próprio Governo, na formatação da LDO, que essa matéria fosse tratada por lei específica das categorias.

Portanto, se V.Exa. não encontrou abrigo na Lei Orçamentária, para dar o merecido reconhecimento aos servidores públicos do Brasil, é porque o próprio Governo não propôs na peça orçamentária reajuste para os seus servidores. Então, não venha aqui transferir responsabilidade, porque não nos cabe discutir os problemas do Governo.

Segundo, a Constituição brasileira, no seu art. 166, é muito clara. É obrigação do Congresso Nacional votar o Orçamento, o seu planejamento e o seu ordenamento. A Constituição Federal é uma Constituição de base parlamentarista, porque foi esse o sentimento do Congresso de 1988, que fez essa Constituição. Nós estamos apenas cumprindo o que está na Constituição. Não há nenhum deslize, nenhuma ilegalidade na LDO, muito menos na LOA.

Diante do que está aqui esclarecido, que fique muito claro: não existe golpe, porque isso está na Constituição.

A linguagem é chula. Nós já saímos do movimento estudantil faz tempo, muito tempo, e não podemos cometer irresponsabilidades, nem permanecer lá, senão seremos eternamente adolescentes e teremos que ser tratados em uma clínica psiquiátrica.

Sra. Presidente e Sr. Relator, diante do que foi apresentado no relatório... Inclusive, eu fiz alguns destaques e quero aqui já dizer ao Sr. Relator que eu vou retirar o Destaque nº 105 e o Destaque nº 106, de minha autoria, em nome do bom andamento e do disciplinamento desta reunião, mas eu não posso abrir mão do Destaque nº 104. A grande chaga do Nordeste, há 500 anos, é o problema da água. Temos ciclos de bons invernos, como tivemos no ano passado, e temos ciclos de secas, ciclos de falta de água. E o Governo se instrumentalizou exatamente para fazer esse enfrentamento. Eu não tenho dúvida de que todos nós nos irmos aqui em relação à transposição do São Francisco. Inclusive, eu trabalhei no projeto da transposição, em 2005, quando até construímos toda uma proteção de saneamento ambiental para a conclusão dessa obra, que hoje já é uma realidade em alguns Estados do Nordeste e que precisa avançar.

Por outro lado, os Estados também se preparam para esse enfrentamento. No caso específico, nós temos, lá na Bacia do Rio Jaguaribe, uma transposição que vai da comunidade de Nova Floresta até a comunidade de Feiticeiro que está incompleta no canal de irrigação, no canal de uma adutora, de adução de água para essa região. Eu inclusive a priorizei dentro da Lei de Diretrizes Orçamentárias, pelo entendimento de que essa obra é de fundamental importância tanto para o abastecimento humano como para o desenvolvimento agropecuário da região, que tem a sua base exatamente nessa questão hídrica.

Então, eu pediria ao nobre Relator que fizesse uma revisão com relação a esse destaque, porque, dentro dele, também está abrigado o Açude Alvorada, em Itapiúna, que ainda é uma das poucas bacias — é a do Rio Itans — no Estado do Ceará que tem outorga para a construção de barragens. Essa barragem já é sonhada há quase meio século, mas, ano após ano, é postergada a execução dessa obra. E nós sabemos que o Departamento Nacional de Obras contra as Secas, que é uma instituição secular na luta contra a seca e que ajudou muito na formação da engenharia de recursos hídricos em todo o Nordeste brasileiro — e esse é seu talento, sua vocação —, tem condições plenas de fazer a sua execução.

Diante do que está aqui colocado, eu pediria ao nobre Relator, o Deputado Luiz Carlos Motta, que trabalhou com tanto esmero na construção dessa peça orçamentária, que fizesse uma revisão e acolhesse o Destaque nº 104, de nossa autoria, para garantir essa grande vitória do povo nordestino com relação ao acesso à segurança hídrica, ao abastecimento de água. Esse é o meu pedido ao nobre Relator Luiz Carlos Motta.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Com a palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim, para discutir.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Sra. Presidente, parabenizo todos desta Comissão e o nosso Relator pela firmeza e pelo trato com os Parlamentares e o Brasil.

Sra. Presidente, há um destaque da Senadora Professora Dorinha e meu — fui eu, o Deputado Gaguim, que o apresentei aqui, mas era da Coordenadora da nossa bancada — para a recomposição de 22.913.887 reais da dotação orçamentária para a construção da ponte de Xambioá, no Rio Araguaia, na BR-153, entre o Tocantins e o Pará. Já foram gastos 280 milhões de reais nessa ponte. Faltam 22 milhões de reais dos 280 milhões de reais. É uma ponte de 2 quilômetros, na BR-153, que é de fundamental importância para o Pará, para o Tocantins e para toda a região do Bico do Papagaio e do norte. É um pedido da Senadora Professora Dorinha Seabra e do Deputado Vicentinho a recomposição da ponte, porque cortaram 22 milhões de reais dos recursos para terminá-la. Esse é um pedido nosso, é um destaque. Na votação em bloco, estará incluído esse destaque.

Outro destaque, que já foi atendido, é quanto aos animais. Houve um pedido de 200 milhões de reais, mas, na hora, como Relator da área do meio ambiente também, coloquei o valor do ano passado, 500 mil reais, e V.Exa. fez uma recomposição de 25 milhões de reais. É interessante, porque isso valoriza os nossos animais, a proteção deles, dos nossos cachorros, serve para a castração em todo o País. Então, esses dois pontos nesse destaque já foram atendidos.

Quanto ao 135, nós apresentamos à bancada 300 milhões de reais para a CODEVASF de todo o Tocantins, para fazer um aumento lá de 3 milhões de reais para 20 milhões de reais. Era este pedido que nós queríamos fazer, que representa todo o Estado do Tocantins: não é de 300 milhões de reais. Estamos deixando 20 milhões para a CODEVASF de toda a região norte do Tocantins.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Gaguim.

Com a palavra a Senadora Professora Dorinha Seabra. (*Pausa.*)

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Presidente Daniella, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Senador Hiran, é questão de ordem?

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Presidente, eu queria me inscrever como Líder e como coordenador da bancada para defender o Destaque nº 30, que trata da reconstrução e recuperação da BR-174, que é a nossa principal rodovia, que nos liga com o Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Depois que a Senadora Dorinha fizer uso da palavra, V.Exa. falará como Líder.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Com a palavra a Senadora Professora Dorinha Seabra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Sra. Presidente, Sr. Relator, primeiro quero reforçar o que o Deputado Gaguim colocou da ponte de Xambioá. Eu acredito que seja um desenho operacional. Ela está quase pronta. A previsão do Governo era entregar em setembro. Ela liga o Estado do Tocantins ao Estado do Pará. Então, nós apresentamos essa emenda.

Eu apresento também uma emenda de recomposição para o Ministério das Comunicações. No orçamento original, há um corte que vai impedir inclusive o pagamento da folha desse Ministério. O Senador Efraim foi o Relator. Eu estou fazendo aqui o destaque de recomposição desse orçamento do Ministério das Comunicações.

E apresento outro destaque. Infelizmente nós não conseguimos avançar em relação à situação das Comissões. A Comissão de Educação do Senado, infelizmente, ficou só com 7 milhões e 900 mil reais, e não consigo nem apresentar destaque neste caso.

Mas quero deixar esse apelo em relação às comunicações. E vou fazer oportunamente o destaque em relação a uma recomposição no caso da bancada do Tocantins.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Senadora Dorinha.

Com a palavra o Senador Hiran Gonçalves.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Sra. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores desta Comissão, eu queria falar aqui a respeito da importância que tem a nossa BR-174, que nos liga ao Amazonas, até a fronteira com a Venezuela.

Presidente, essa rodovia tem um trânsito muito intenso de caminhões. Para V.Exas. terem uma ideia, nós temos uma usina a gás que funciona com gás que vem de Silves, no Amazonas, e nós recebemos de 40 a 50 carretas tanques por dia nessa rodovia. Além disso, é através dessa rodovia que nós recebemos todos os insumos que precisamos para sobreviver, para subsistir em Roraima.

Além do mais, nós somos o maior fornecedor de gêneros alimentícios para a Venezuela, que é um país que vive numa crise inominável e que nos manda cerca de 600 a 700 venezuelanos todos os dias, que são recebidos por nós na Operação Acolhida.

Veja bem, na nossa relatoria setorial de infraestrutura, ficaram consignados, querido Relator Luiz Carlos Motta, meu amigo pessoal, 580 mil reais para a recuperação da BR-174. Com isso, nós recuperamos 1 quilômetro de mil quilômetros de estrada. Essa é uma estrada vital para nós. Olhem só, nessa estrada está sendo construída a linha que vai nos interligar com o sistema nacional de energia. É uma linha de transmissão que vem de Tucuruí, vai a Manaus e de lá vai a Boa Vista. Ela passa pela Reserva Indígena Waimiri Atroari, num trecho de 120 quilômetros. Essa estrada, em más condições, vai atrasar mais ainda essa nossa obra fundamental para nos interligar com o sistema nacional de energia. É uma obra que já foi, querido Relator, licitada 13 anos atrás, e foi só a partir do Governo anterior que nós conseguimos a licença de instalação para começar a obra. Se nós não tivermos uma solução de continuidade, principalmente por conta das más condições da BR-174, todo o povo de Roraima vai sofrer muito.

Então, eu queria aqui apelar para a sensibilidade de todos e para a sensibilidade de V.Exa., que é um homem que conhece o Brasil, conhece as peculiaridades regionais, pedindo que deixe consignada a aprovação desse nosso Destaque nº 30. É uma proposta em RP2, para que nós deixemos consignado no relatório o valor de 180 milhões de reais para a recuperação e restauração dessa estrada, porque ela está numa situação difícil, o que pode sacrificar a nossa única interligação com o Brasil.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Com a palavra o Deputado José Rocha, para discutir ainda.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero aqui cumprimentar o nosso Relator, o Deputado Luiz Carlos Motta, pelo árduo trabalho realizado. Não é fácil compatibilizar tantos interesses dentro de uma peça orçamentária em que o cobertor é curto para poder cobrir todo o corpo.

Eu venho aqui, Sra. Presidente, Sr. Relator, porque apresentei três destaques em relação a duas BRs do meu Estado, a BR-030 e a BR-135, que são de fundamental importância para o desenvolvimento da Bahia.

E aqui falo em nome da Bahia quanto à importância dessas duas BRs, das quais foram retirados recursos. Se mantida essa retirada, elas não terão condições de ser concluídas neste Governo, e a sua conclusão é de grande importância, tendo em vista que isso já vem se alongando há mais de 20 anos. Esse trecho já deveria ter sido concluído há muitos anos, mas, por falta de dotação orçamentária, não tem sido contemplado.

Portanto, apresento esses três destaques, com uma preferência especial pelo Destaque nº 43, no sentido de que nós possamos ter essas BRs concluídas. Temos o Destaque nº 45, o Destaque nº 49 e o Destaque nº 43.

Sra. Presidente, muito obrigado.

Peço ao nosso Relator sensibilidade para que possa atender ao Estado da Bahia.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado José Rocha.

Com a palavra o Deputado Heitor Schuch. (*Pausa*.)

Com a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Presidente.

Eu quero também parabenizar o Deputado Motta pelo seu trabalho e, principalmente, por sua paciência, por estar sempre atento. Eu queria agradecer mesmo. Temos discordância, mas eu acho que a democracia é isso. Eu lhe agradeço bastante.

Eu fiz alguns destaques. Vou direto aos pontos. Já vou falar dos meus destaques, porque eu acho que assim adiantamos um pouco tempo, além de que eu queria pedir acolhimento.

Primeiro — eu sei que V.Exa. não vai acolher, mas acho que depois resolvemos —, falo daquele remanejamento dos 4 bilhões de reais, sobre o qual há aquela discussão. Trata-se dos Destaques nºs 35 e 36, que estão duplicados. Mas há esse destaque do fundão, de que já falamos.

O meu outro destaque — eu acho que está destacado, mas cabe um esclarecimento seu para que nem façamos o destaque — é o Destaque nº 37. Há uma desinformação, porque está escrito aqui "outras despesas correntes: 200 milhões para o Ministério do Turismo", só que V.Exa. cita na justificativa um ofício para o Ministério do Turismo que não está disponível, não está na página da CMO. Eu gostaria de esclarecimento de V.Exa., Sr. Relator, sobre o que é, o que vai ser feito, porque se diz que é manutenção de contrato de gestão, só que, pela regra, isso deveria vir pelo Ministério do Planejamento. Então, eu gostaria, até pelo valor, que fosse falado do que se trata. Esse é o destaque.

Outros destaques que foram feitos também — estes eu acho que são mais complicados, são os destaques de texto —, que têm o mesmo objeto, são os Destaques nºs 47 e 52, que tratam especificamente do cheque em branco para o Executivo. O que me assusta nisso, e realmente é assustador, é que aqui está dizendo que, depois do quinto relatório, cuja data é 28 de novembro, nos 40 dias finais do ano, há a festa do caqui, na minha visão, o cheque em branco de autorização para o Executivo. As Emendas nºs 47 e 51, especificamente, falam em suprimir a autorização de remanejamento para o que se quiser depois do quinto relatório. Então, o Executivo pode remanejar à vontade. Eu já falei que isso é um *bypass*, na minha visão do Congresso Nacional. Eu ouvi a resposta do Deputado Danilo Forte quando V.Exa. falou daquele ponto, no sentido de que há uma explicação, mas para essa questão dos 40 dias eu queria uma explicação.

O meu Destaque nº 52 trata da mesma coisa, só que dentro do PAC. É dito que se pode remanejar o ano todo, com cancelamento de até 15% de cada obra, mas a suplementação não tem limite. Então, isso eu achei meio assustador.

No mais, Deputado Motta, eu queria chamar a atenção aqui para um fato, até porque sei que vai haver uma sessão do Congresso Nacional longa pela frente, e eu não quero me estender. Esses são os meus cinco destaques, e há um destaque específico. Quanto a esses dois de texto, eu acho que, com um ajuste pequeno ou uma explicação clara, nós fugiremos deles. Agora, em relação à questão dos 4 bilhões de reais, do remanejamento do fundo, que vai ser decidido pelo Plenário, provavelmente — estou sendo muito prática —, eu gostaria só de trazer uma informação: o Congresso, quando aprovou o financiamento público de campanha, fez o compromisso de que não haveria propaganda partidária, cortando na própria pele, e que seriam 30% de emenda de bancada. Hoje existe uma situação: a emenda de bancada aumentou, voltou a propaganda partidária, e o valor do fundo triplicou. Então, nós realmente temos um problema que precisa ser ajustado.

Esse é o meu pedido. Há coisa que vai para o Plenário, eu sei, mas, quanto a essas outras, eu gostaria de ter um esclarecimento.

Obrigada, Sr. Relator.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Essa do turismo eu faço questão de esclarecer. Eu gostaria até que o Deputado Zarattini me ajudasse.

Esse foi um pedido do Governo. Ele não teve condições de criar a EMBRATUR, colocá-la no Orçamento. Então, esses 200 milhões de reais são para a EMBRATUR, que não tinha condições de pagar o salário dos funcionários e aquelas coisas que nós já sabemos. Portanto, foi criado esse espaço no Orçamento para atender um pedido não só do Governo, mas também do Ministério do Turismo, para encampar a EMBRATUR.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Mas a questão é que, se não existe mais emenda de Relator, deveria vir pelo Ministério do Planejamento. Essa foi a pergunta. Eu não vi o ofício, porque não estava disponível. Era só isso. Eu não sei de qual Ministério veio. Estou só esclarecendo.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - A de Relator não existe mesmo. Depois do orçamento secreto, não existe mais emenda de Relator.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu não estou falando de orçamento secreto, não. Estou falando só de V.Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Com a palavra o Deputado Túlio Gadêlha.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Presidente, se fosse possível, por gentileza, gostaria que o próximo orador passasse à frente, porque eu estou terminando de fazer umas anotações aqui.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não.

Com a palavra o Deputado Alencar Santana

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Presidenta, Relator, demais colegas Parlamentares, primeiro eu gostaria de parabenizar o conjunto desta Comissão, em especial a Presidenta e o Relator.

E eu quero aqui, Relator, falar de dois destaques rapidamente.

Um destaque trata do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Do jeito como está o relatório, os recursos ali garantidos estão muito aquém do necessário, inclusive para o seu funcionamento básico, o custeio das suas despesas. Foi feito um destaque para que se pudesse recompor esse orçamento. É o destaque... Só um segundo, Relator. O destaque visa recuperar o orçamento do Ministério recém-criado e inclusive aprovado na semana passada por esta Casa.

Então, pedimos o apoio e a compreensão do Relator, para que possamos garantir a recomposição desse orçamento.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Qual é o número, Deputado Alencar?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Vou falar já. Um segundo.

Da mesma maneira, pedimos apoio para um destaque apresentado pelo coordenador da bancada de São Paulo, o Deputado Antônio Carlos Rodrigues, que trata das universidades federais do nosso Estado, tentando garantir recursos orçamentários de acordo com as emendas que a bancada de São Paulo mandou nos últimos 4 anos para estas universidades federais: a Universidade Federal do ABC, a Universidade Federal de São Carlos e a Universidade Federal de São Paulo. Trata-se de 30 milhões de reais — 10 milhões para cada universidade federal. Os institutos federais já foram contemplados, assim como a UNESP. Então, nós também pedimos o apoio a esse destaque apresentado pelo nosso coordenador.

O destaque anterior, do qual eu falei, sobre o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, é o Destaque nº 134, já apresentado a esta Casa.

No mais, quero dizer, Presidente, colegas Deputados, público que nos acompanha, que este é o primeiro orçamento feito diretamente pelo Governo do Presidente Lula, e nele nós já vemos a política que visa garantir o crescimento, o desenvolvimento, com a disponibilização, por exemplo, de recursos para o PAC, o que lá na ponta, sem dúvida alguma, terá um grande efeito na nossa economia, na geração de emprego, no ciclo econômico como um todo, e, além disso, entregará o serviço público lá na ponta. Isso demonstra uma grande diferença entre este período e o período recente em que a política pública não estava prevista claramente na peça orçamentária.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado.

Com a palavra o Deputado Túlio Gadêlha.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Muito obrigado, Presidente Daniella. Parabéns pela condução do trabalho aqui.

Deputado Luiz Carlos Motta, primeiramente eu o parabenizo pelo texto aqui construído coletivamente. Queria aproveitar esta oportunidade para contar com o seu compromisso — isto não constou na complementação do voto — de termos o programa Periferia Viva na modalidade GND 3, e não GND 4. Havia a expectativa de termos esse programa na modalidade GND 3, mas isso não saiu na complementação do voto. Quero contar com a sua parceria, para que possamos conseguir executar esse programa, que é muito importante para a periferia no Brasil.

Nós apresentamos seis destaques, mas queremos destacar aqui os mais importantes, que são quatro, Presidente.

O primeiro diz respeito ao programa de contenção de encostas. Existia uma supressão orçamentária preocupante de 75 milhões e 346 mil reais. A nossa cidade de Recife é uma das mais vulneráveis às mudanças climáticas. Inclusive, há 1 ano, aproximadamente, morreram 130 pessoas soterradas. Com as mudanças climáticas, com as enchentes e os alagamentos que temos percebido no nosso País, nós precisamos recompor esse orçamento, Relator, e não retirar recursos dele. Por isso, peço a sua sensibilidade para com o nosso Destaque nº 111, que trata das encostas.

Outro destaque, Presidente — e eu acho que este é um compromisso do Presidente Lula —, é para reavermos o recurso do Minha Casa, Minha Vida, na modalidade de FDS. Foi retirado um valor pequeno, que pode ser recomposto. Havia planejamento de um orçamento de 1,47 bilhões de reais, que caiu para 1,12 bilhões de reais. Inclusive o Deputado Boulos me ligou várias vezes alertando sobre o corte nesse orçamento, que é importante para o Minha Casa, Minha Vida, principalmente no que diz respeito àquelas famílias da Faixa 1, que recebem até dois salários mínimos. Então, Relator, eu gostaria de contar com a sua compreensão, para conseguirmos recompor esse orçamento — e nada mais. Nós só queremos de volta o orçamento de 1,47 bilhões de reais para esse programa tão importante, que é um compromisso do Presidente Lula.

Por fim, eu queria aqui, Presidente, pedir compreensão com relação ao Destaque nº 126, que trata do Ministério do Meio Ambiente.

E aí eu peço mais 30 segundos, Presidente, se for possível, para poder expressar aqui um pedido para o Relator, o Deputado Luiz Carlos Motta.

Deputado Luiz, com todo o respeito, o Presidente Lula esteve na COP, e o Brasil hoje é referência internacional na pauta ambiental. Não podemos tirar do IBAMA e do ICMBio recursos fundamentais para a fiscalização e o combate ao desmatamento. Tínhamos uma perspectiva orçamentária, e esse corte de 86 milhões dificulta até o pagamento de servidores e de programas importantes de combate a incêndios, por exemplo.

Então, eu queria pedir a V.Exa. que levasse em consideração o destaque, que não é nenhum valor exorbitante, é só o Ministério que já foi desmontado, e nós sabemos disso, foi retirado o orçamento dele, e nós já sabemos disso. Mas o Ministério do Meio Ambiente não precisa sofrer ainda mais, principalmente agora, com o Presidente Lula assumindo compromisso com a pauta internacional das questões ambientais, e o Brasil se colocando como referência na defesa do meio ambiente no nosso País e no mundo.

Por isso, esses são os destaques que colocamos, Presidente. Agradeço-lhe a oportunidade.

Fizemos destaques aqui de supressão de orçamento do Ministério do Turismo e do Ministério do Esporte. Eu acho que podemos retirar esses destaques, porque vimos que o orçamento cresceu 750%. Por exemplo, o Ministério do Turismo, de 270 milhões foi para 2,3 bilhões, enquanto o do Esporte cresceu de 607 milhões para 2,6 bilhões.

Então, fizemos destaques nesse sentido, mas nós retiramos esses destaques. Sabemos que é importante valorizar o turismo e o esporte, mas queríamos pedir uma atenção especial a esses quatro pequenos destaques.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado.

Tem a palavra Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG) - Sra. Presidente, Srs. e Sras. Parlamentares, quero dizer que nós estamos retirando os destaques que havíamos apresentado e também quero cumprimentar o ilustre Relator, o Deputado Motta, pelo trabalho.

Cumprimento V.Exa. também, Presidente, pela paciência e dedicação ao longo deste ano. Nós sabemos que a função mais importante do Parlamento brasileiro é a aprovação do Orçamento Público. Por isso, toda a atenção está voltada, neste momento, para as aprovações que fizemos ao longo do ano. Aprovamos PLNs, aprovamos o PPA, aprovamos a LDO, e agora, a Lei Orçamentária.

Então, quero complementar V.Exa., Presidente, o nosso Relator e também o Colégio de Líderes, que de alguma forma possibilitou que chegássemos a este momento.

Acho importante a sensibilidade do Relator para estes momentos de ajustes finais. Os Parlamentares já levantaram temas aqui. Eu queria acentuar a percepção dele no que diz respeito à cultura brasileira, à recomposição, tanto quanto possível, do orçamento para o Ministério da Cultura, pois é uma ação importante para o desenvolvimento do nosso País, para formação integral da pessoa.

Enfim, o nosso Relator teve sensibilidade. E é claro que o Orçamento Público é sempre a arte do possível.

Esperamos que logo mais, à tarde ou à noite, possamos aprovar o relatório final no Plenário.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado.

Tem a palavra a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) - Sra. Presidente, Sr. Relator, eu inicio cumprimentando V.Exa., Presidente, pela iniciativa do projeto, eu diria do programa Antes que Aconteça. Acho que é o maior programa com dotação orçamentaria no combate à violência contra a mulher no Brasil.

O que eu destaco, Presidente, é a importância, porque, quando falamos de mulher, temos que falar de prioridade orçamentária da mulher. Por exemplo, na Europa, mais precisamente na Alemanha, e também na América do Sul, vemos que vários países já colocaram travas fundamentais para evitar o contingenciamento e o remanejamento do orçamento da mulher.

Eu acho que a sua iniciativa, como Presidente desta Comissão, é um marco nessa nossa luta histórica brasileira, que é a valorização da mulher e, sobretudo, o combate à violência contra a mulher, porque mais da metade das mulheres brasileiras, infelizmente, já sofreram algum tipo de violência.

Então, meus cumprimentos a V.Exa. e também ao Relator, o Deputado Luiz Carlos Motta.

Eu queria, Presidente, fazer referência a um destaque que, na verdade, é apresentado pelo Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, o Senador Confúcio Moura — a quem eu deixo também os meus cumprimentos —, acerca do fortalecimento do Serviço Geológico do Brasil.

Temos falado muito em mudanças climáticas e agora, exatamente neste momento, nós estamos acompanhando, Relator, um verdadeiro colapso em Maceió, precisamente devido aos investimentos da Braskem. E o Serviço Geológico do Brasil, em 2019, chegou a apontar relatórios que já previam o que, infelizmente, nós estamos acompanhando agora, se não houvesse, na verdade, ações que mitigassem os efeitos e, automaticamente, ações mais enérgicas nesse sentido.

Naquele momento, o Serviço Geológico do Brasil tinha um orçamento diferente do que nós estamos acompanhando hoje no Brasil. E, além de ser um órgão que trabalha a ciência e tecnologia, ele tem um programa muito importante que é voltado para o seu valor social. (Pausa.)

Eu queria muito que o Relator me ouvisse, porque acho que é muito importante. Depois, no destaque, eu não mais farei essa referência. Mas já vou finalizar, inclusive, por conta do meu tempo.

O colega aqui ao lado acaba de destacar, por exemplo, a questão da proteção ambiental brasileira. A seca, que era uma realidade, de forma mais intensa, apenas no Nordeste brasileiro, estamos acompanhando agora no Amazonas. Já temos focos também em várias outras regiões do Brasil. Esse é um retrato claro.

O que o Serviço Geológico faz? Ele faz uma prospecção, ou seja, faz-se a perfuração de poços artesianos onde efetivamente se terá água, não com a profundidade de 600 ou 800 metros numa mesma região, se ali tiver uma fonte de água mais rasa. Isso reduz custos, isso automaticamente traz o resultado mais imediato, sobretudo para populações mais carentes.

Vejam, nós temos lá no meu Estado do Maranhão uma cidade chamada Sucupira do Norte, onde, para perfurar poços — e lá nós não temos ainda uma avaliação técnica mais aprofundada... Um poço que tenham água com vazão suficiente para o atendimento a uma determinada comunidade chega a mais de mil metros. Essa é uma realidade. Se tivermos, por exemplo, uma avaliação técnica mais precisa, talvez se tenha com 300 ou 200 metros. E isso quem diz, na verdade, é essa avaliação técnica do Serviço Geológico.

Então, nós apresentamos um destaque de recomposição desse orçamento do Serviço. Eu queria pedir ao senhor, de uma forma muito especial, que pudesse atender a esse nosso pleito, não com o valor que nós apresentamos, Relator, até porque agora, fazendo uma avaliação, Senadora Daniella, de cada um dos direcionamentos para essas Pastas, eu acredito até que o valor que nós apresentamos não é o valor que deverá, na verdade, ser encaminhado, mas um valor menor.

Então, eu pediria a V.Exa. que pudesse, na verdade, construir conosco um acordo para que retirássemos esse destaque e, ao mesmo tempo, atendêsssemos especialmente a Região Nordeste brasileira, que é a região que mais padece pela falta de água potável. Isso, portanto, atende às famílias mais carentes do Brasil, e não apenas na Região Nordeste, mas em todo todos os Estados brasileiros.

Muito obrigada.

Perdão, Deputado, mas é que eu realmente precisava da atenção do Relator. V.Exa. é muito especial, inclusive.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Senadora Eliziane, também pelas palavras voltadas para o Antes que Aconteça, uma ação de todos nós aqui da Comissão Mista de Orçamento.

Passo a palavra para a Senadora Augusta Brito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (PT - CE) - Obrigada, Presidenta.

Nossa querida Senadora Daniella, quero parabenizar V.Exa. pelo trabalho que vem fazendo, que nos orgulha, como mulher na política, à frente de uma Comissão muito importante, sobretudo hoje também aqui tendo a oportunidade de votar o Orçamento.

Eu quero aqui cumprimentar os Relatores, o Relator da LDO, o nosso querido Deputado Danilo Forte, lá do Estado do Ceará, o nosso Relator Luiz Carlos Motta, que agora está aqui.

Eu quero parabenizar toda a construção que foi feita junto com o nosso Líder no Congresso, o nosso Senador Randolfe, que aqui está.

Quero dizer que retirarei os destaque que eu tinha feito. Fiz oito destaque, sete deles retirarei. Queria dizer que são os seguintes os que vou retirar: 107, 108, 109, 115, 116, 117 e 118. Retiro visto que já foram acatados com a apresentação do novo relatório e do novo voto.

Mas eu queria aqui fazer um apelo. Eu não sei se agora é o momento, mas nós tivemos uma conversa rápida ali na Liderança. Há algumas construções que eu acredito que não sejam muito difíceis. Quero fazer essa defesa, porque eu vi aqui a Senadora Eliziane Gama falando sobre a importância de termos políticas fundamentadas, mas sobretudo com orçamento, para o combate à violência contra nós mulheres.

Então, eu fiz aqui uma emenda, um destaque, no que diz respeito às Comissões do Senado, simplesmente do Senado, fazendo uma proposta no sentido de que possamos retirar pelo menos 20 milhões da Comissão de Comunicação e Direito Digital e botar na Comissão Mista do Combate à Violência contra nós Mulheres, visto que lá só tem 5 milhões. A construção de uma Casa da Mulher Brasileira custa 18 milhões. Não dá para construir nenhuma. E nós temos 19 Estados do nosso País em que não existe nenhum equipamento como a Casa da Mulher Brasileira. O meu Estado do Ceará já tem, não só a Casa da Mulher Brasileira, mas também a Casa da Mulher Cearense, e nos Municípios também já existe; mas há tantos outros Estados do nosso País que também precisam dessa atenção.

Então, faço essa defesa e peço ao nosso Relator que olhe de uma forma, eu diria, mais justa sobre isso para que possamos realocar pelo menos 20 milhões da Comissão de Comunicação e Direito Digital para a Comissão do Combate à Violência contra nós Mulheres.

Era isso, Sr. Relator.

Já volto a parabenizar V.Exa. pela construção que vem fazendo, com muito diálogo, já dizendo que acredito que vamos conseguir também construir com esse remanejamento para a Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Senadora Augusta.

Passo a palavra ao Senador Izalci Lucas. (Pausa.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, eu só queria avisar aos Deputados que está tendo nominal, para eles votarem.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputada Adriana.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Presidente, primeiro, eu quero também parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos e aqui reforçar a fala da Senadora Augusta, da Senadora Dorinha, daqui a pouco do Senador Carlos Viana.

Nós, na Comissão, fizemos há pouco uma reunião com a participação, inclusive, do Líder do Governo, o Senador Randolfe, onde esses Senadores e Senadoras fizeram um apelo para que o Relator acatasse aquilo que foi por nós aqui solicitado. Somos os membros da Comissão do Senado aqui na Comissão. São cinco Senadores que assinaram o documento a respeito desse remanejamento. Não há sentido nenhum na Comissão de Educação ter 7 milhões. Não há sentido nenhum na Comissão de Assuntos Sociais ter zero! Então, do pouco mais de 5 bilhões de reais das emendas, só estão ficando realmente na CCJ, no MDR e na Comissão de Comunicação e Direito Digital.

Então, nós solicitamos a V.Exa. que possa atender a esse documento que foi apresentado a V.Exa. e que nos atenda aqui na representação do Senado presente na Comissão. Esse é o apelo que faço aqui para o Relator.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Senador Izalci.

Tem a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Sra. Presidente, nobre Sr. Relator, Deputado Júnior Mano e demais representantes da bancada cearense, o nosso coordenador, o Deputado Eduardo Bismarck, solicita que nós possamos atender a duas reivindicações da bancada do Estado do Ceará. Assim, foram feitos dois destaques, o Destaque 98 e o Destaque 93.

O Destaque 98 inclusive se encaixa, Deputado Lindbergh, com o programa do Governo no PAC, que é a duplicação das BRs no Estado do Ceará. Há um pedido aqui da nossa coordenação no sentido de que possamos fortalecer essa execução, já que é de fundamental importância agora, com a ampliação do Porto do Pecém e o advento do Projeto de Hidrogênio Verde no Estado do Ceará, que nós tenhamos um reforço na infraestrutura de logística do Estado do Ceará.

E há a duplicação da BR-222, da entrada do Porto do Pecém até o limite da fronteira do Ceará com o Piauí. Inclusive, no primeiro trecho, da entrada do Porto do Pecém até a minha cidade de Itapajé; no segundo trecho, da BR-020, do Anel Viário até a cidade de Canindé, que tem a segunda maior romaria cearense, nas festas de São Francisco no mês de outubro. Também há a execução das obras da duplicação na BR-116, que liga o Ceará ao Rio Grande do Sul, a maior estrada do Brasil, do trecho que vai de Pacajus até a entrada dos Cristais e, dos Cristais, até Tabuleiro do Norte. Essa é uma reivindicação importante, que está no Destaque 98, da bancada do Estado do Ceará.

Outro ponto também importante é a nossa querida e amada Universidade Federal do Ceará, da qual eu me orgulho muito. Como a história se repete, exatamente quando estávamos discutindo o Orçamento de 2014, eu era Relator da LDO para 2015, que nós iniciamos a construção do *campus* do Jardins de Anita, em Itapajé, na minha cidade natal. Hoje, o *campus* do Itapajé tem cursos na área de TI. Dos três cursos ali instalados, dois já alcançaram a nota máxima do MEC.

Essa universidade, inclusive ranqueada como a melhor universidade pública do Nordeste brasileiro, precisa de orçamento para avançar, inclusive distribuindo conhecimento por todo o Ceará. Sem sombra de dúvida, ela é uma grande matriz do conhecimento e da inteligência cearense. Então, o Destaque 93 é de fundamental importância para a ampliação da execução do desenvolvimento da nossa universidade. E agora, na pessoa do Prof. Custódio, tem-se feito um grande trabalho para contribuir na formação de jovens e novos talentos do nosso Estado.

Então, peço a atenção do nobre Relator para essas duas solicitações da bancada cearense, na pessoa do nosso coordenador, o Deputado Eduardo Bismarck, que teve de se ausentar de Brasília, mas me deu a incumbência de aqui representá-lo, pedindo atenção para o Destaque nº 98 e para o Destaque nº 93.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Motta. PL - SP) - Tem a palavra o Deputado Rafael Prudente.

O SR. RAFAEL PRUDENTE (Bloco/MDB - DF) - Sras. e Srs. Parlamentares aqui presentes, quero cumprimentar a todos.

Em primeiro lugar, eu parabenizo, pelo trabalho que desempenhou ao longo das últimas semanas, o Relator Luiz Carlos Motta, que sempre se mostrou muito paciente, muito solícito, avaliando todas as possibilidades para atender ao máximo os pleitos das bancadas de todo o Brasil. Eu falo em nome da bancada do nosso Distrito Federal. Aqui fica o nosso reconhecimento, o nosso agradecimento por diversas concessões.

Eu não poderia deixar de citar a maior delas. Recursos foram garantidos para que ocorra, no ano que vem, a efetiva duplicação da BR-080, que liga a nossa cidade de Taguatinga à cidade de Brazlândia. Quero agradecer ao Senador Irajá, Relator Setorial que também nos ajudou nessa pauta.

O Relator e eu conversávamos há pouco. Eu apresentei duas emendas, que foram acatadas, para resolver um problema. Falamos muito dos servidores nesta semana, por conta da aprovação, sanção e promulgação da reforma tributária. Os servidores da Câmara e do Senado recebem um benefício chamado VPNI, que ficaria prejudicado para o próximo ano. Nós estamos falando de servidores da ativa e também de servidores que estão aposentados.

Quero agradecer então a V.Exa., ao Presidente Pacheco e agradeço também o apoio do Presidente Arthur Lira para que ficasse claro o texto da lei orçamentária, a fim de que não se questione mais no TCU, ao longo dos próximos anos, esse benefício aos servidores, que tanto trabalham para o Brasil.

Apresentei alguns destaques de que, lamentavelmente, vou ter que abrir mão. Contamos com a boa vontade do Relator no sentido de construir soluções, mas não houve, da parte do Poder Executivo, essa boa vontade. Cito uma emenda que apresentamos. Ela visa a garantir a nomeação do maior número de pessoas para as forças de segurança do Distrito Federal. Hoje, o efetivo é menor do que o que havia nos anos 90, tanto no caso da Polícia Militar quanto no da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros. Sugerimos um remanejamento interno, dentro do fundo constitucional, para que avançássemos nas nomeações de mais servidores, mas esse entendimento, infelizmente, não foi o do MGI.

Lamento que não tenhamos conseguido chegar a um consenso com o Governo Federal para garantir, na lei orçamentária, a paridade da Polícia Civil com a Polícia Federal, paridade essa que sempre foi histórica. Elas são entidades irmãs. No Distrito Federal, no passado, policiais civis escolheram ir para Polícia Federal. Hoje, no entanto, há uma disparidade muito grande, disparidade essa que vamos buscar diminuir ao longo dos próximos anos.

Também lamento que não tenhamos conseguido outro apoio. Sabíamos que seria difícil, a bancada do Distrito Federal é pequena, Sr. Relator, mas gostaríamos de ter ficado fora desse cálculo do fundo eleitoral, visto que a nossa cidade não tem eleição no próximo ano. A nossa bancada sofreu prejuízo de aproximadamente 150 milhões de reais. Mas esperamos ser compensados pelo Poder Executivo ao longo do ano, para compensar esse prejuízo que, infelizmente, acometeu o nosso Distrito Federal.

Quanto aos outros temas, agradeço mais uma vez a V.Exa. e o parabenizo pelo trabalho que realizou.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Motta. PL - SP) - Há oradores inscritos ainda, mas não vamos aceitar mais inscrições, para que possamos encerrar a discussão.

Tem a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Há um destaque de autoria da Comissão de Educação, o Destaque nº 136, e da Senadora Professora Dorinha Seabra, para suplementação, em favor da referida Comissão, no valor de 100 milhões de reais. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Motta. PL - SP) - O.k.

É só isso, Senador? Há mais algum?

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Não, além daquele que pedi a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Motta. PL - SP) - Tem a palavra a Senadora Professora Dorinha Seabra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Sr. Relator, coube-me a função de fazer referência, no caso da relatoria do Senador Efraim, a um pedido de recomposição do orçamento inicial. Foram apresentados os Destaques nºs 127, 129 e 130, para recomposição do orçamento inicial do Ministério das Comunicações. Como eu já disse, o corte compromete o funcionamento do Ministério, considerando-se os valores na área de custeio.

O Senador Alan Rick é o Presidente da Comissão de Agricultura do Senado. O valor que ficou para essa Comissão é da ordem de 33 milhões. Então, eu também apresento algumas emendas de recomposição. Quanto ao orçamento da Comissão de Agricultura do Senado, se comparado com o orçamento da Comissão de Agricultura da Câmara, a diferença é gritante.

A respeito das ações apresentadas, apresentamos o Destaque nº 32, que trata de regularização fundiária. Todas as ações são de interesse nacional, pela própria natureza da Comissão.

Eu me refiro também à Emenda nº 601120003, ao Destaque nº 28, que trata de recuperação e ampliação de estradas vicinais.

Já o Destaque nº 29 trata do fortalecimento da defesa agropecuária. (Pausa.)

O Deputado Danilo fica me atrapalhando.

Deputado Danilo, V.Exa. conversa muito. (Riso.)

Faço um apelo, que já foi mencionado pelo Deputado Gaguim. O que apresentamos é sobre a Ponte Xambioá, cuja obra está em andamento. Foi cortada verba de uma ação de programação do DNIT. Refere-se a um pequeno trecho da BR-242. Essa BR é extremamente importante para o Tocantins e para a Bahia. Um pequeno trecho está sem pavimentação, porque existe um problema em relação a uma área de cavernas, a uma questão espeleológica. Foram cortados 4 milhões. Trata-se de duas obras federais. A BR-242 já está praticamente pronta. Falta esse pequeno trecho. Fizemos então o pedido. Trata-se da Emenda nº 002043, que é sequencial. Vou entregá-la à Mesa, fazendo essa solicitação.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Motta. PL - SP) - Tem a palavra o Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) - Presidente, primeiro quero cumprimentar V.Exa. por sua paciência.

Espero que o nosso apelo aqui possa ter uma repercussão positiva, diante do que nós estamos colocando, que está ao alcance do trabalho do Relator. Nós, conforme já disse o Senador Izalci, os cinco Senadores da Comissão de Orçamento, pedimos uma recomposição, uma redistribuição de recursos entre algumas Comissões, para evitar absurdos no relatório. Estamos assistindo a isso. Eu sei que V.Exa. apenas o recebeu da Casa, mas precisamos olhá-lo com muita atenção.

Veja bem, vou citar alguns pontos, e peço apoio aos membros desta Comissão. Por exemplo, a Comissão de Educação e Cultura do Senado ficou, após a finalização, com zero. A Comissão de Segurança Pública do Senado também ficou com zero. A Comissão de Ciência e Tecnologia, da qual tenho muita alegria de ser o Presidente, que neste ano discutiu com muita profundidade o problema do financiamento à área de pesquisa e inovação em nosso País, recebeu 800 mil reais. Isso é algo totalmente fora de sentido. E a Comissão de Direito Digital recebeu 162 milhões, a Comissão de Constituição e Justiça recebeu quase 800 milhões, e a Comissão de Desenvolvimento Regional recebeu 4 bilhões e meio!

Não temos a mínima condição de apoiar qualquer tipo de projeto numa Comissão que ficou com 800 mil reais. Vou citar apenas um ponto, Relator. A Universidade Federal de Minas Gerais tem três vacinas em fase de pesquisa e precisa urgentemente de recursos para terminá-las. Uma é contra leishmaniose, outra é contra a malária. A terceira vacina é uma das grandes inovações no mundo. Se nós não apoiamos a pesquisa, ela vai parar no exterior. É uma vacina que consegue retirar a dependência de cocaína e de crack em seres humanos. A vacina está em estágio adiantado, na fase de teste em pessoas. A universidade precisa urgentemente dos recursos para poder dar sequência à pesquisa. Assim, não perdemos o trabalho.

Imagine, Srs. Deputados que estão aqui acompanhando a reunião, quanto vamos economizar em relação à política referente a moradores de rua no País; quanto vamos economizar no atendimento e tratamento, no âmbito do SUS, de pessoas com dependência química; quanto vamos economizar na Previdência Social relativamente aos afastamentos e impactos nas famílias causados pelas drogas.

Essa vacina brasileira que está sendo pesquisada precisa do nosso apoio. Nós da Comissão de Ciência e Tecnologia empenhamos o nosso compromisso, Deputado Danilo Forte, de ajudar os pesquisadores a terminarem isso o mais rápido possível, e não temos nem 50 milhões para apoiar a pesquisa referente a essas três vacinas.

Então, o pedido dos cinco Senadores da Comissão — acredito que falo em nome dos cinco — é de remanejamento de recursos de duas Comissões que têm valores muito altos, em favor de outras que têm interesse talvez até muito maior, o interesse nacional. Nós precisamos corrigir essa questão, porque isso não tem cabimento. Essa lista é do próprio Senado, mas é de se estranhar este absurdo: uma Comissão de Ciência e Tecnologia tem 800 mil reais, uma Comissão de Segurança Pública não tem um tostão, e uma Comissão de Direito Digital tem 162 milhões. Algo aí não vai bem! Uma Comissão de Constituição e Justiça tem 780 milhões. Isso não vai bem. As coisas não estão equilibradas.

O apelo dos cinco Senadores que apresentaram aqui o pedido de mudança, muito bem assessorados pelo pessoal da Mesa, está nas suas mãos. V.Exa. disse que não pode acatá-lo imediatamente, porque precisa de autorização do Presidente da Casa e do Deputado. V.Exa. é o Relator! Somos cinco senadores aqui pedindo a V.Exa. que acate o nosso pedido. Se isso não for possível, peço pelo menos que considere o meu destaque, o Destaque nº 38, em que solicito apoio à pesquisa, à ciência e à tecnologia nacional, para que possamos dar sequência a essas três vacinas, a fim de que estejam muito brevemente à disposição, e não só do povo brasileiro. Vacina contra a malária é uma vacina que vai se espalhar por toda a América Latina. Vamos poder inclusive ajudar países da África. Esse é o meu compromisso.

O meu pedido, em meio a muitos, é que V.Exa. olhe com atenção o Destaque nº 38.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Senador Carlos Viana.

Tem a palavra a Deputada Daniela Reinehr.

A SRA. DANIELA REINEHR (PL - SC) - Obrigada, Presidente.

Quero cumprimentá-los e parabenizá-los pela condução dos trabalhos até aqui, tanto V.Exa., Presidente, quanto o Relator, o Deputado Motta, que foram muito solícitos, ouvindo sempre as nossas demandas.

Eu quero fazer a defesa da emenda do Senador Esperidião Amin, de Santa Catarina, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Essa emenda foi rejeitada pelo relatório. No entanto, foi aprovada por meio da LDO. Trata do art. 175-A. Agora defendemos a aprovação desse mesmo destaque na LOA. O art. 8º-A diz que, nas hipóteses de transferência de recursos de entes federados para a União executar obras federais com ativos próprios, o valor correspondente será abatido da dívida do Estado com a Federação amparada pelo Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal — PAF ou de outras obrigações contratuais compensáveis com o Tesouro Nacional.

Isto é interessante. Quando fui Governadora interina de Santa Catarina, vetei esse repasse, porque eu queria condicioná-lo à compensação, entre outros fatores. Agora eu tenho, mais uma vez, a oportunidade de defender esse tema aqui.

Solicito o apoio dos nobres colegas à aprovação deste destaque, de acordo com o qual os Estados que arcarem com o seu orçamento — o meu Estado, Santa Catarina, investiu recursos próprios, quase 400 milhões de reais, dinheiro do Estado de Santa Catarina, nas nossas BRs — vão ter essa compensação, agora, no orçamento do Governo Federal.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputada Daniela.

Tem a palavra o Deputado Sanderson.

O SR. SANDERSON (PL - RS) - Só vou esperar que esta espécie de reunião aqui na minha frente acabe, para que eu possa falar. Nem estou conseguindo enxergá-la, Presidente. (Pausa.)

Ilustre Presidente Daniella Ribeiro, abnegada na condução da CMO, fiquei contente em ver sua reação à fala ofensiva de um Deputado. Parabéns pela sua coragem, pela disposição em defender não só esta Comissão, a CMO, mas também o Parlamento como um todo.

Nós temos visto cenas lamentáveis no Congresso Nacional. Ontem mesmo, no plenário da Câmara, vimos uma cena, eu diria, abjeta, quando um Deputado agrediu com uma bofetada outro Deputado. A meu ver, é o fim do mundo alguém achar que pode resolver os problemas com um soco. E ontem um Deputado deu literalmente um soco em outro Deputado.

Cumprimento V.Exa. pela disposição em manter sempre a diplomacia. Nós todos temos diferenças de ideias. Não há problema nisso. Ouvimos aqui até xingamentos. Agora, agressão física, como a que presenciamos ontem, é algo lastimável e inaceitável. Cumprimento de novo, portanto, V.Exa.

Quero cumprimentar o nosso incansável Relator, o Deputado Luiz Carlos Motta, do meu partido, do PL. É um Deputado admirado por todos nós no PL. Somos 99 Deputados Federais no partido, onde todos admiram sua postura, seu equilíbrio na condução de diversos temas que tem conduzido. Como Relator da Lei Orçamentária Anual — LOA, talvez tenha realizado uma das principais tarefas deste ano.

Eu, como Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados, quero dizer algo mais uma vez. Já conversei com V.Exa., Deputado Motta, na semana passada, para que os recursos — sabemos, são curtos — do Orçamento de 2024 sejam recolocados na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. A Presidência da Comissão apresentou a Emenda nº 3, que tem destinação específica, para valorização dos policiais federais. Eu me refiro aos policiais rodoviários federais, aos policiais federais propriamente ditos e aos policiais penais federais. Essa valorização passa pelo Orçamento. Sem dinheiro, não se faz polícia. Sem dinheiro, sem orçamento público, não temos como dizer que a segurança pública no Brasil vai ter um futuro promissor.

Hoje, a segurança pública no Brasil é um problema. Temos visto que muitos brasileiros têm medo de sair às ruas, têm medo de sair de casa, porque não estão certos de que voltarão em paz e com segurança. Vários Estados do Brasil — Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará, o próprio Estado de São Paulo — estão com problemas na área de segurança pública.

Lá na Comissão, os 70 Parlamentares, da Direita, da Esquerda, todos, unanimemente, votaram a favor da referida emenda, a Emenda nº 3, que busca valorizar os nossos policiais da União.

Portanto, pedimos aqui ao Sr. Relator que reconsidera aquela posição que tinha tomado e inclua no seu relatório a Emenda nº 3, da Comissão de Segurança Pública. Em última análise, não havendo essa sua consideração ou esse seu acatamento, solicito aos Parlamentares da CMO que votem favoravelmente ao Destaque nº 3, apresentado pela Presidência da Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados.

Mais uma vez cumprimento o Presidente, o Relator da LDO, o nosso amigo dedicadíssimo Deputado Danilo Forte, todos os Senadores e os Deputados da CMO em 2023.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Sanderson.

Passo a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Serei muito rápido, Presidenta.

Também parabenizo V.Exa. pela condução dos trabalhos. Tive orgulho de ser Relator com o Deputado Danilo Forte, na LDO, com o nosso Deputado Motta, na PLOA. Eu fiquei com a relatoria do PPA.

Agradeço a referência que foi feita. Inclusive, o PPA, o Plano Plurianual, vai ter novidades, no sentido de indicadores — não é uma peça de ficção —, análise e avaliação anual. Isso integrará a LDO e o PLOA. Acho que é muito importante este novo momento, sendo participativo. Menciono a participação do Presidente Lula nessa área.

Eu queria dizer, Relator Motta, que defendi junto a V.Exa. a ampliação dos recursos para o PAA, que é o Programa de Aquisição de Alimentos. Nós queremos tirar o Brasil do Mapa da Fome. É fundamental essa ampliação que nós conseguimos. É claro que desejávamos mais, mas V.Exa. fez a incorporação. Eu registro isso aqui.

Faço também um agradecimento em relação ao tema da economia popular e solidária. Outra emenda que apresentamos pela Comissão de Trabalho foi parcialmente acatada. A EMBRAPA deve ser mencionada. Precisamos de ciência na área da agricultura.

Este debate, Senadora Daniella, nossa Presidente, vai continuar sendo realizado pela sociedade brasileira. Nós precisamos fazê-lo. Diz respeito a reforço ao PAC. Nesse sentido, quero manifestar, quanto ao mérito, concordância com isto que o Deputado Lindbergh levantou aqui. Toda vez que aumentamos os valores das emendas, tiramos recursos dos programas estruturantes do Governo. E todos nós sabemos, o Brasil sabe que o PAC, pela direção do Presidente Lula, tem promovido projetos estruturantes para melhorar a economia deste País. São esses programas que precisam ser amplificados. Esse debate que está posto vai continuar. O Parlamento vai se debruçar sobre ele. A sociedade precisa participar. Particularmente, eu penso também que a elevação que aconteceu engessa os programas estruturantes do Governo. Nós estamos num regime presidencialista e não parlamentarista. Eu queria registrar isso. Acabam sendo retirados recursos, por exemplo, da área ambiental. E o Brasil vai sediar a COP. Foram retirados recursos da área de meio ambiente, foram retirados recursos da área de educação, foram retirados recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida. Isso é preocupante.

Registro, portanto, o meu posicionamento favorável à continuidade do debate, para termos um regime em que o povo passe a participar e em que o Executivo, com programas estruturantes, tenha condições, com certeza, de ajudar ainda mais a economia deste País.

Obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Tem a palavra o Deputado Gilvan Maximo, concluindo a lista de oradores, para, então, passarmos a palavra ao Relator.

O SR. GILVAN MAXIMO (Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Presidente, quero parabenizar V.Exa., pela brilhante condução dos trabalhos aqui na Comissão, e o Relator Motta, que é um craque, pelo relatório e por comandar o nosso Orçamento. Parabenizo também o Deputado Danilo Forte, que foi o Relator da LDO.

Cumprimento os meus amigos e colegas Deputados Gaguim, Rafael Prudente e Vicentinho Júnior, bem como o Senador Izalci, porque foi aqui nesta Comissão, Presidente, que nós conseguimos dar um aumento para as nossas forças de segurança do Distrito Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Deputado, só um instante.

Peço silêncio ao Plenário para que possamos ouvir o Deputado.

Obrigada.

O SR. GILVAN MAXIMO (Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Foi aqui nesta Comissão, Presidente, que nós conseguimos dar o aumento para as nossas forças de segurança do Distrito Federal. Depois de 12 anos sem aumento, aqui na CMO, onde eu fui o Relator do PLN, nós conseguimos, graças a Deus, contemplar as nossas políticas e o nosso Corpo de Bombeiros. Através da LDO, com o Deputado Danilo Forte, nós também conseguimos assegurar o auxílio-moradia à nossa Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Portanto, quero só agradecer. Foi um ano muito produtivo, um ano em que a CMO contribuiu muito para o desenvolvimento do Brasil e do Distrito Federal. Muito obrigado por tudo.

Feliz Natal a todos! Vamos juntos, gente!

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Sra. Presidente, eu só quero dar apoio ao Deputado Vicentinho em relação às forças de segurança. O Tocantins — falo em nome da Senadora Dorinha também — é favorável e apoia o Deputado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Essa bancada do Tocantins é unida e forte. Obrigada.

Passo a palavra agora ao nosso Relator, para que faça seus comentários acerca do que foi colocado aqui pelos colegas Parlamentares.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Nós ouvimos aqui, muito atentamente, as reivindicações muito justas de mais de 32 Parlamentares. Algumas são compreensíveis, e outras eu acho que já foram até atendidas pelos nossos pedidos. E fica muito difícil para mim... Como eu disse no começo, o cobertor é curto. Para o que nós formos atender, nós vamos ter que tirar de algum outro lugar.

A minha sugestão — e eu me coloco à disposição — é que resolvamos de outra maneira, não no Orçamento.

Eu ia sugerir à Presidente que votássemos em bloco todas as reivindicações e os destaques. Como eu disse, alguns casos é possível solucionar fora do Orçamento; para outros, com emendas parlamentares, nós conseguimos, dentro dos Ministérios, alguma solução.

Eu estou com muita dor no coração, porque são todas reivindicações justas, que poderíamos atender. Mas, se eu atender à reivindicação de um e não atender a de outro, sei que nós vamos ter problema.

Então, eu sugeriria à Presidente que fizéssemos a votação em bloco. E, logicamente, não atender nenhuma reivindicação...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Peço silêncio ao Plenário. O Relator está com a palavra.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Eu queria que o Relator ressalvasse os destaques.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Na hora da votação em globo, eu vou dar essa oportunidade.

O SR. TÚLIO GADÉLHA (Bloco/REDE - PE) - Eu não entendi o encaminhamento, Presidente. Desculpe. A sugestão do Relator é construirmos um acordo?

É isso, Relator?

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Sim, é aprovarmos o Orçamento...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Os destaques...

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Não dá para eu atender a todos. Se eu atender a um, eu tenho que atender a todos. Então, não tem condição. O Governo está aqui, como disse muito bem o Deputado Bohn Gass. Não dá para pôr de um lado e não tirar do outro, logicamente. E o Orçamento V.Exas. perceberam como é que está.

(Não identificado) - Então, eu sugeriria que fizéssemos uma reunião.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Relator, as questões dos destaques de texto são só supressão. Eu gostaria que V.Exa. fizesse uma análise. Nós não estamos falando de tirar de um lugar e pôr no outro, pois eu entendo esse desequilíbrio. Eu gostaria só que V.Exa. avaliasse também os de texto, para ver se destacamos ou não.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Nós vamos agora votar primeiro o texto. Não vamos votar os destaques agora.

O SR. ALBERTO MOURÃO (Bloco/MDB - SP) - Quero só fazer uma pergunta ao Deputado Luiz Carlos Motta.

Deputado Luiz Carlos Motta, naquele acordo que foi feito lá em cima, em que foram acertados os remanejamentos dos Ministérios, está tudo acertado?

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Sim.

O SR. ALBERTO MOURÃO (Bloco/MDB - SP) - A recomposição?

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Sim, está. Isso está.

O SR. ALBERTO MOURÃO (Bloco/MDB - SP) - Está bem, então. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Está encerrada a discussão.

Nos termos do parágrafo único do art. 25 — isto vem antes da votação do Orçamento — da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, solicito a autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas de Relator-Geral.

A autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

O Relator precisa ler uma errata.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - A assessoria está pedindo que incluamos aqui o seguinte:

Para cumprimento do § 3º do Artigo 12 da LDO 2024 aprovada pelo Congresso Nacional é necessário que se aumente a dotação da ação 00Q3 – Assunção e Novação de Dívidas do Fundo de Compensação das Variações Salariais em R\$ 10 bilhões. Para custeio dessa despesa financeira será aumentada receita de operação de crédito.

Foi um erro que isso não tenha constado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Foram apresentados 136 destaques.

O relatório final e a Complementação de Voto nº 2 estão em votação, ressalvados os destaques.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Presidente, quero fazer uma questão de ordem.

Antes de ressalvar os destaques, eu indago o Relator sobre o apelo que foi feito pelos cinco Senadores. Não se trata de destaque, mas de remanejamento.

Se V.Exa...

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Como eu falei, essa é uma questão política que nós podemos, depois, resolver.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Presidente, nós vamos votar antes do voto complementar?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Estamos votando o relatório final e a Complementação de Voto nº 2.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Com a complementação?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Com a complementação de voto, ressalvados os destaques.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados, com o voto contrário da Deputada Adriana Ventura.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados no Senado Federal, ressalvados os destaques.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Presidente, V.Exa. me concede 2 minutos?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - V.Exa. tem a palavra, Líder do Governo.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Eu só gostaria de elogiar o nosso Relator, o Deputado Luiz Carlos Motta, lá de São Paulo, meu conterrâneo, que apresentou esse relatório, ao qual votamos favoravelmente. A orientação do Governo é o voto favorável.

Houve uma série de acordos que possibilitam ao Governo executar esse Orçamento. Vamos evidentemente ter problemas em diversas áreas, como todo ano temos, mas vamos buscar superá-los. Nós tivemos uma batalha muito grande para manter os recursos do PAC. O Governo solicitou que o Relator estabelecesse um teto de corte nos recursos do PAC de

6 bilhões de reais. Esperamos que esse teto apareça até menor no relatório e que possamos retomar o crescimento e o desenvolvimento do País.

Então, a nossa expectativa é que todos aqueles acordos feitos de fato apareçam no texto final — e eu tenho certeza que vão aparecer.

Dessa forma, o Governo deu apoio à aprovação desse texto, com esses compromissos que o Relator assumiu.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Passamos à apreciação dos destaques.

Srs. Parlamentares, o art. 139, § 2º, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, estabelece: *"Não será aceita solicitação para votação em separado de destaque, após a aprovação de requerimento para a votação em globo dos destaques"*.

Sendo assim, solicito a autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator.

(Não identificado) - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Sim, Presidenta.

(Não identificado) - Sou contrário.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) - Não, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Por gentileza, solicito que V.Exas. citem no microfone o número do destaque que desejam pinçar.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Deputado José Rocha, Destaque nº 43.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) - Senador Carlos Viana, Destaque nº 38.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Deputada Adriana Ventura, Destaques nºs 51 e 52.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - Deputado Weliton Prado, Destaque nº 50.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Só um instante, para que a assessoria possa...

Eu vou chamando os Parlamentares para que passem os números dos destaques.

Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu vou pinçar os Destaques nºs 51 e 52, os dois de texto, que ele irá aceitar.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Senador Dr. Hiran Gonçalves.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Destaque nº 30, Senadora.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - Deputado Weliton Prado, Destaque nº 50.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Deputado Weliton Prado, Destaque nº 50.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Deputado Túlio Gadêlha, Destaques nºs 110, 111, 112 e 126.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Deputado Danilo Forte, Destaque nº 104.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Só um minuto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) - Senadora Eliziane, Destaque nº 91, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Eu estou pedindo que V.Exas. esperem para que não haja nenhuma falha, porque é superimportante este momento.

Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) - Destaque nº 91 e também Destaque nº 136, da Senadora Dorinha.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Destaque nº 104, Sra. Presidente. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) - Destaque nº 38, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Deputado Sanderson.

O SR. SANDERSON (PL - RS) - Destaque nº 3, da Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Senadora Professora Dorinha Seabra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Destaques nºs 16, 18, 27, 32, 122 e 136.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Deputado Rafael Prudente.

O SR. RAFAEL PRUDENTE (Bloco/MDB - DF) - Eu havia retirado meus dois destaques, mas eu vou manter o Destaque nº 89. Eu achei que iríamos ter um acordo para votar em globo, mas, já que os destaques prevalecerão, quero manter o Destaque de Emenda nº 89.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Destaque nº 136.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Mais alguém quer pinçar algum destaque?

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Destaques nºs 132 e 135.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Presidente...

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Presidente, com o apoio da nossa consultoria...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Antes passar a palavra ao Deputado Zarattini, tem a palavra o Deputado Vicentinho Júnior.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Eu e a Senadora Dorinha estamos com uma dúvida. Queremos saber qual é a numeração do destaque que ela defendeu agora há pouco, que trata sobre a BR-242. Nós não estamos conseguindo ver qual é o número do destaque.

É o Destaque Sequencial nº 2.043?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - A assessoria de V.Exa. não tem como informar isso, por gentileza?
(Pausa.)

Tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Eu gostaria de fazer um apelo a todos os colegas.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Vamos ouvir o Deputado, por gentileza.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Só pelo que eu ouvi aqui, parece-me que há pelo menos uns 30 destaques com pedido de votação. Evidentemente, toda essa situação vai nos arrastar até a meia-noite.

Vejam só, eu acabei de ler na Internet, por exemplo, que uma das questões colocada foi o programa de vacinas. Acho que quem apresentou foi o Senador Carlos Viana. O Governo acaba de assinar a destinação de 386 milhões de reais para o desenvolvimento de vacinas com o Instituto Butantan. A maior parte desses destaques tem o objetivo de fazer o Governo levar adiante obras em rodovias ou programas. Então, evidentemente, nós vamos ter que lutar para que, neste próximo ano, consigamos contemplá-los. A nenhum dos destaques aqui eu vou dizer que sou contrário. No entanto, se for discutirmos e aprovar todos os destaques, nós vamos desorganizar aquilo que foi montado pelo Relator.

Então, eu queria acolher, com a maior simpatia, todos os destaques. Eu ouvi quase todos os que falaram. Mas é necessário que haja aqui certa razoabilidade, vamos dizer assim, no sentido de receber os destaques e, ao mesmo tempo, abrir uma conversa com o Governo em torno dessas questões. Todas elas são importantes, mas eu acho muito difícil viabilizarmos uma votação que mude completamente o Orçamento com essa série de destaques.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Sra. Presidente, eu queria, para finalizar a minha fala, fazer um encaminhamento.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) - Presidente Daniella, eu fui citado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Eu queria passar para o Plenário, para aqueles que...

Só um instante.

V.Exa. pode falar, Senador.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) - Eu quero só colocar o seguinte: o nosso pedido aqui não é mudarmos em nada o Orçamento no que já está estabelecido de teto, de despesa. O nosso pedido — de cinco Senadores — é apenas uma readequação entre as Comissões do Senado, só isso. É o que colocou...

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Sra. Presidente, eu posso fazer um encaminhamento, para finalizar?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não, Deputado Vicentinho Júnior.

Eu queria que quem acatasse a proposta do Deputado Zarattini retirasse seus destaques.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - É disso que eu quero falar.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - A bancada do Estado Tocantins, Deputado Zarattini, vai fazer esse gesto de confiança, até porque, quando JK e Bernardo Sayão desenharam o transbordo leste-oeste do Brasil, eles enxergaram a BR-242 saindo da Bahia, passando pelo Tocantins e seguindo até Mato Grosso, e sabemos de perto a importância disso. No Tocantins, faltam apenas 7 quilômetros para se fazer o entroncamento da BR-242 com o Município de Taguatinga, em função dos tais estudos espeleológicos.

Entendendo que o Governo vai fazer esse esforço por meio do Ministério da Infraestrutura e que a ponte de Xambioá vai ligar de fato o Estado do Pará com o Estado Tocantins, a bancada do Tocantins fará esse gesto e vai retirar os destaques.

A Senadora Professora Dorinha Seabra, o Deputado Carlos Henrique Gaguim e eu confiaremos nesse compromisso e retiraremos o Destaque nº 80, o Destaque nº 81 e o Destaque nº 132. Esses podem ser retirados.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Vicentinho.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Eu também quero retirar um destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Mais alguém quer retirar algum destaque?

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Eu quero retirar.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O Deputado Danilo Forte retira também.

Qual é o número do destaque?

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Em nome do bom andamento da reunião, em face do trabalho exaustivo que o nosso Relator teve de tentar atender ao máximo possível as demandas que aqui foram colocadas, eu, compreendendo que essa atividade hídrica faz parte do plano de governo e também é prioridade dentro da Comissão de Desenvolvimento Regional no que diz respeito à complementação dos perímetros irrigados e à construção de barragens no Semiárido, só peço ao Líder do Governo que, no ano que vem, seja o primeiro a colocar na Comissão de Desenvolvimento Regional, em nome do Governo, os pleitos que aqui foram acertados, para que possamos dar continuidade a esse trabalho.

Eu acho que isso é importante. Quero que esse compromisso seja assumido pelo Deputado Zarattini, Líder do Governo que cumpriu muito bem a sua tarefa. Todo mundo foi elogiado aqui, mas eu acho que o Deputado Zarattini também merece ser elogiado, como o Líder do Governo que mais contribuiu e menos criou problema no encaminhamento das votações na CMO. Eu já participei de algumas; desde 2011, todo ano ímpar eu estou aqui. E, pela primeira vez, eu vi um Líder do Governo tão comportado como o Deputado Zarattini nesse encaminhamento.

Parabéns, Deputado Zarattini.

Parabéns, minha Presidente.

Eu retiro o meu destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Danilo.

Com a palavra o Deputado Túlio Gadêlha.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Presidente, eu não sou tão comportado quanto o Deputado Zarattini, mas eu queria reforçar a importância de cada membro desta Comissão. Esta é uma Comissão disputadíssima na Câmara e no Senado. Cada membro aqui tem que ser escutado. Além de ser escutado, têm que ser levados em consideração os argumentos colocados aqui, Presidente.

Relator, criamos expectativa quando uma assessora de V.Exa. vem aqui pegar os números dos nossos destaques após fazermos a defesa deles. Que tipo de tratamento é esse com o Parlamento, com a Comissão? Como pode um Relator ouvir os membros de uma Comissão desta magnitude, pegar os números dos nossos destaques e depois querer passar o trator por cima de tudo? Com todo o respeito, Relator, eu acho que há destaques aqui que podemos, flexibilizando, retirar. Mas há outros destaques para os quais podemos encontrar espaço no Orçamento, fazendo a defesa deles e incorporando-os no texto.

Eu acho que esta Comissão, Líder Zarattini, tem essa prerrogativa. Não sabemos quais foram os acordos feitos antes desta reunião. Nós estávamos na sala esperando que os acordos fossem construídos, mas chegamos aqui com as coisas prontas. Essa é a percepção que eu tenho. E não podemos nos conformar com acordos que chegam prontos e com o método do "tratoraço", que está se tornando uma moda nas Casas Legislativas neste País.

Então, Relator, com muita educação, eu queria lhe pedir compreensão para os destaques dos colegas que estão aqui. Não são destaques complexos, muito pelo contrário. Como eu falei, compramos briga com nossos partidos, com nossas federações, para estarmos sentados aqui representando-os nesta Comissão, e sermos ignorados dessa forma não é algo razoável.

Então, queria pedir a V.Exa. que levasse isso em consideração e que pudéssemos fazer esse debate.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Quero dizer-lhe que não é bem assim. Nós ouvimos todos os Relatores Setoriais, que tiveram oportunidade de fazer os seus debates. Ouvimos várias bancadas — as que me chamaram eu fui ouvir. Vários Parlamentares foram atrás de mim, e eu conversei com eles. Atendi, atenciosa e pacientemente, todos eles. Ouvi instituições, associações, bancadas, juízes, fui a todos os lugares. E V.Exas. tiveram a liberdade de conversar nas bancadas estaduais, nas Comissões, nos setoriais. Então, isto aqui não é um "tratoraço".

Eu estou com a minha consciência bem tranquila, tranquila mesmo. Conversamos com o Governo. Tive várias reuniões com o Governo. Tivemos conversas entre os Relatores e também com o Deputado Bohn Gass, com o Deputado Danilo Forte e com a Presidente Daniella, a quem eu agradeço muito.

Oportunidades todos tiveram. Todos tiveram a liberdade de falar. Muitos que estão aqui foram contemplados. Muitos que estão fazendo destaques foram contemplados com as suas bancadas, foram contemplados com emendas de setoriais, de bancadas.

Então, nós estamos muito tranquilos, Deputado Túlio. Tenho muito respeito a V.Exa. Se V.Exa. quiser discutir, estamos aqui para isso. Aqui tudo é muito democrático. A Presidente está colocando tudo para ser discutido. Mas V.Exas. tiveram oportunidades, sim. Não falem que não tiveram, porque tiveram.

Deixo claro, Presidente, que todos tiveram oportunidade, tanto nas bancadas... Aonde me chamaram eu fui. Fiz mais de cem reuniões. Portanto, eu estou muito tranquilo com a posição que nós estamos tomando ao apresentar este relatório.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Presidente, eu fui citado. Peço a palavra só para responder ao Relator. Relator, V.Exa. tem uma paciência de Jó. Isso é verdade. Escuta a todos, participa de cem reuniões.

Mas nosso questionamento aqui não é só sobre paciência, é sobre o entendimento da necessidade da construção de alguns acordos em relação, por exemplo, à retirada do orçamento de um programa de encostas quando há pessoas sendo soterradas, todos os anos, por enchentes ou alagamentos; ou à retirada do orçamento do meio ambiente; ou à retirada do orçamento de um programa de moradias, um compromisso do Presidente Lula.

Então, Relator, nosso apelo aqui vem nesse sentido. Não se trata só de escutar, mas também de acatar.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Vamos passar à votação.

Confirmo quem manteve o destaque: Deputado José Rocha, Destaque nº 43, mantido; Deputada Adriana Ventura, Destaques nºs 51 e 52, mantidos; Senador Dr. Hiran, Destaque nº 30, mantido; Deputado Weliton Prado, Destaque nº 50, mantido; Deputado Túlio Gadêlha, Destaques nº 110, 111, 112 e 126, mantidos; Senadora Eliziane Gama, Destaques nº 91, 136 e 124, mantidos; Senador Carlos Viana, Destaque nº 38, mantido; Deputado Sanderson, Destaque nº 94, mantido; Senadora Professora Dorinha Seabra, Destaques nº 16, 18, 27, 32, 122 e 136.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Foram mantidos? No caso de alguns deles, eu estou representando o Líder Efraim Filho e o Senador Alan Rick. Então, eu não me sinto no direito de tirar os destaques deles.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Está bem.

Deputado Rafael Prudente, Destaque nº 89; Senador Izalci Lucas, Destaque nº 136, mantido.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Senadora, posso dar uma sugestão de encaminhamento de um acordo?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Deputado Carlos Henrique Gaguim, Destaques nºs 132 e 135.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - O Destaque nº 132 eu tirei.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Presidenta, por favor, o Destaque nº 96, Deputado Antonio Carlos Rodrigues.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Não foi pedido para ser apensado. A consultoria nos passa a informação agora.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Senadora Daniella, eu gostaria só de fazer uma sugestão de um encaminhamento de acordo.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não, Deputado.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Pegando o ensejo na fala do Deputado Zarattini e no gesto da bancada federal do Tocantins, aos destaques que têm ações continuadas do Governo Federal, sejam elas nas obras, sejam elas nos programas sociais, não daria para a Comissão retirar esses mesmos destaques, nesse gesto de confiança que hoje foi colocado e registrado pelo Líder do Governo nesta Comissão?

Eu falo aqui, Deputado Carlos Zarattini, que, da mesma forma que V.Exa. sugeriu e que a bancada do Tocantins acatou, nos destaques que têm como objeto ações continuadas, como obras, programas sociais e tudo mais, seria feito um acordo de Comissão de que essas ações não seriam penalizadas em função da prioridade do Governo Federal, porque poderíamos derrubar o destaque...

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Peço a palavra pela ordem só para corroborar com o Deputado Vicentinho Júnior.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Tem a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - A Liderança do Governo assume o compromisso, em relação àqueles destaques em cima de obras ou que fazem parte dos programas de Governo, de defendê-los junto às Comissões que vão ter recurso e junto aos programas do próprio Governo, como o PAC, para abrigá-los. Com isso, os Parlamentares retirariam os destaques. Isso ajuda a diminuir muito o número de destaques.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Obrigado pela colaboração, Deputado.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Se eu bem entendi, o objetivo é que a Liderança do Governo em diversas instâncias, Senado e Câmara, nas Comissões, encaminhe essas propostas para que sejam priorizadas?

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Isso.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Então, eu só peço que a Mesa ou que a Presidenta recolha os destaques, e depois organizamos isso no ano que vem.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Eu só queria fazer um aparte aí.

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - A palavra certa não seria "organizar", mas "encaminhar". V.Exa. foi tão firme o tempo todo...

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Eu só queria...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não, Deputado Gaguim.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Eu gostaria que ficasse registrado aqui que, no ano passado, eu participei também como membro e Relator da Cidade e do MDR também... Aliás, no ano retrasado.

Tudo o que acertamos aqui, que havia sido aprovado, não foi cumprido. Há muitos compromissos que estão vencendo agora, nem foram empenhados, nem nada, até os RP-2. Os Ministros fazem do jeito que querem.

As emendas de bancada e de Comissão não foram atendidas. Agora, espero que, com o nosso Relator Danilo na nova relatoria da LDO, isso possa ser cumprido.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - E mudou o Governo também. É bom lembrar. Mudou o Governo. (*Risos.*)

Sobre essa proposta do Deputado Carlos Zarattini, mais uma vez, eu gostaria de consultar...

O SR. DANILÓ FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Deputado Zarattini, gostaríamos de saber o seu posicionamento sobre o que o Deputado Carlos Henrique Gaguim colocou, porque precisamos de um compromisso firme.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Isso.

Deputado Zarattini, V.Exa. gostaria de mais uma vez se manifestar?

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Eu volto a informar que vamos recolher todos esses destaques. Vamos organizar a Liderança do Governo para que se pleiteie junto às Comissões que essas propostas sejam priorizadas. Nós também vamos colocar como reivindicações do Congresso Nacional que o Governo inclua aquilo que for possível, através dos seus projetos e de seus planos.

Então, eu peço, mais uma vez, que a Presidente depois nos passe todos esses destaques, para que possamos encaminhá-los.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Presidente, eu queria só fazer uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Quero só fazer uma sugestão, para nós irmos aos encaminhamentos.

Quem aceita a proposta de retirar, mais uma vez, para este segundo momento, o seu destaque, na confiança da proposta do Líder de acolhimento de prioridades dentro dos programas, de alguns setores e das Comissões?

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Presidente, uma questão de ordem, para encaminhamento do meu destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não, Senador.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - O meu destaque, Líder Zarattini, trata da manutenção da única BR que liga o Brasil, que é a BR-174, que é fundamental, inclusive, para que nós possamos levar energia, levar mantimentos, levar suprimento de gás liquefeito para as nossas térmicas a gás. Ela é fundamental para nós, porque nós estamos fazendo o Linhão de Tucuruí na faixa de domínio dessa BR. Essa BR é fundamental em todos os sentidos, inclusive para nós mandarmos comida para os venezuelanos que passam fome lá naquele país.

Eu queria um compromisso de V.Exa. A manutenção não está no PAC, por pressão ambientalista, indigenista — não está no PAC, apesar da sua importância inquestionável. Eu queria saber se V.Exa. se compromete em nós priorizarmos a manutenção dessa via, para mantê-la em condição de trafegabilidade, para que os roraimenses não foram com a deterioração da BR-174.

Se houver o compromisso de V.Exa., nós retiramos o destaque.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Sem sombra de dúvida. Comprometo-me, inclusive a ir com o senhor até o Ministério dos Transportes conversar com o Ministro — com o apoio, tenho certeza, do Ministro da SRI, Alexandre Padilha —, para que nós possamos fazer justiça ao povo do Estado, que está lá com essa precariedade. Vamos buscar o melhor possível.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Presidente, só para...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Deixe concluir o Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Em sendo assim, Presidente, em nome da bancada — porque esse é um destaque de bancada —, em reconhecimento à credibilidade do Deputado Zarattini e da sua condução, eu retiro o destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Senador Dr. Hiran.

Nesse mesmo sentido...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Presidenta...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Sim, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Da mesma forma, Presidente, os destaques que foram apresentados — tanto o da Senadora Professora Dorinha Seabra, o Destaque nº 136, quanto o meu, o do Senador Carlos Viana e o da Senadora Augusta Brito — referem-se a valores muito maiores.

Se for feito o acordo de acatar essa transferência da Comissão, nós...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Não. O Destaque nº 136. *(Pausa.)*

Não está dentro do destaque?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Então, vamos de destaque.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - O que eu gostaria de comentar — e queria muito a atenção, Líder Randolfe Rodrigues, Relator, Presidente — é sobre o formato.

Primeiro, nós demoramos a finalizar para chegar a este ponto. Nós poderíamos ter amadurecido o diálogo. Hoje nós tomamos um susto quando vemos o valor das Comissões, ao compararmos a diferença entre as Comissões da Câmara e as do Senado.

Ao mesmo tempo, há uma concentração de um debate em que eu me senti desrespeitada na Comissão — não é por V.Exa., é pelo formato —, no qual os recursos das Comissões do Senado estão combinados para ir em duas únicas Comissões. Fica o Relator de mãos atadas, e ficamos nós de mãos atadas.

Eu não me sinto respeitada quando uma Comissão de Educação do Senado termina o seu relatório com 7 milhões e 900. Não há cabimento, é desrespeitoso, quando não olhamos a importância da área, não há nem equilíbrio nem debate com quem não está presente, mas decidiu por nós.

Apresento o Destaque nº 136 para colocar o meu desconforto ao desrespeito numa situação dessa natureza. Sabemos que, nesta Casa, os acordos e os combinados são feitos, só que temos de ser chamados para discuti-los. Se eu estou aqui para representar o meu partido e o Senado e se está sendo formada uma condução para o recurso ser direcionado para três ou quatro Comissões, que isso seja feito de forma transparente comigo. O meu mandado não veio de graça. Eu não estou aqui por acaso, nem devo favor para ninguém. Devo ao meu Estado. Então, eu gostaria de ter sido respeitosamente consultada. Eu não teria nenhum problema de tomar o desenho que foi tomado, mas não é justo com a nossa representação, não é justo com a ciência e a tecnologia. Todos nós que apresentamos estamos falando da violência contra mulher, da educação.

A Saúde recebeu zero de complementação do Relator-Geral. Recebeu zero, porque foi assim acordado com ele, mas não tem cabimento termos a coragem de dizer que, na Comissão de Saúde e Seguridade, o Senado colocou o valor que está colocado, enquanto a educação brasileira, que tem enormes desafios no ensino superior e na educação básica, recebe 7 milhões e 200. Se isso não veio de um combinado, de um acerto, como isso está tratado?

Eu quero manifestar o incômodo. Eu peço desculpas ao Senador Efraim Filho, ao Senador Alan Rick, que são presidentes de Comissão. A Comissão de Agricultura do Senado está ficando com 33 milhões, enquanto a da Câmara está com 351. É como se houvesse Comissão de mais e de menos importância, nível A e nível B. Eu acho que nenhum de nós fica bem olhando esse formato aqui. Do mesmo modo que a Comissão de Educação. Nenhum dos dois lugares está bem atendido. Ao mesmo tempo, eu sei que isso não é vontade do Relator.

Fica uma sugestão: precisamos pensar num encaminhamento que trate as emendas de Comissão. Isso é a mesma coisa que o destaque da Senadora Eliziane Gama, do Senador Carlos Viana, do Senador Izalci. Sentamos com o Líder Randolfe Rodrigues e pensamos num desenho que não comprometeria de nenhuma forma a execução das outras Comissões, mas que seria feita uma redistribuição, porém passamos a vergonha de receber a informação de que é imexível.

Eu não posso ficar calada, desculpem-me.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) - Senadora Daniella Ribeiro, conceda-me a palavra pela Liderança do Podemos?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Senador Carlos Viana, aguarde um momento. Deixa-me passar a palavra para quem a pediu antes.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) - Gostaria de seguir o raciocínio da Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) - Muito obrigado.

Não foi por falta de diálogo anterior nem por tentativa de resolver o problema. Nós fomos informados dos valores ontem pela manhã, quando ficamos sabendo da decisão final sobre as Comissões.

Volto a dizer: Sr. Relator, não estamos pedindo que V.Exa. mude em nada o contexto do Orçamento, mas é inadmissível que cinco Senadores desta Comissão não possam defender o nosso posicionamento. Faço voz ao Deputado Túlio Gadêlha. Nós somos cinco Senadores que estamos presentes defendendo o nosso posicionamento, enquanto membros da Comissão, temos de ter nossa posição respeitada. Não é possível que não possamos rediscutir. A Senadora Dorinha colocou bem: não estamos pedindo que o senhor esvazie nenhuma Comissão do Senado. Estamos pedindo que V.Exa. tire de 5% a 10% de uma e distribua para as outras. Esse é o nosso posicionamento.

Senadora Daniella Ribeiro, obrigado pela paciência. A senhora é Senadora também. Isso é um desrespeito conosco. Então, para que nos juntamos em inúmeras horas de reuniões? Não houve necessidade, então?

Eu peço ao Sr. Relator que faça isso. O Senador Randolfe Rodrigues e outros realizamos uma composição muito respeitosa: 10% das maiores Comissões para atender a todos. Esse é o nosso posicionamento. Queremos ser respeitados, não por V.Exa., desculpe-me. Eu entendo perfeitamente, mas é uma grande decepção recebermos a notícia de que cinco Senadores não têm peso para mexer numa decisão do relatório — com toda a sinceridade.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Senador Carlos Viana.

Tem a palavra o Deputado Alencar Santana.

Logo após, será a Senadora Eliziane Gama.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Obrigado, Deputado Luiz Carlos Motta.

Eu gostaria de reforçar o que nós já dissemos anteriormente sobre o Destaque nº 134, que é sobre o Ministério da Micro e Pequena Empresa. Vou tentar recompô-lo, serão 17 milhões, e sobre as universidades federais do Estado de São Paulo: a Universidade Federal do ABC, a Universidade Federal de São Carlos e a UNIFESP, que também tentam recompor as emendas da nossa bancada, que, dessa vez, não conseguimos enviar, inclusive com uma emenda do coordenador Antônio Carlos Rodrigues.

Aos demais gostaria de parabenizar e de fazer um agradecimento, porque o orçamento garantido ao Departamento de Proteção Animal, considerando-se a proposta inicial, foi aumentada para 25 milhões. É verdade que foi a proposta mais votada no PPA. Merece uma atenção especial desta Comissão, mas o Relator conseguiu garantir os 25 milhões. Isso foi muito importante. O Deputado Carlos Henrique Gaguim também ajudou nisso.

Agradecemos.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Tem a palavra a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) - Presidente, eu fiz o pedido de três destaques, mas um é da Senadora Professora Dorinha Seabra, e eu só reforço. A Senadora Augusta Brito fará referência ao Destaque nº 124. Eu quero me deter ao Destaque nº 91. Falei com o Relator. Na verdade, ele se comprometeu a construir outro valor, que, na verdade, atende ao Serviço Geológico do Brasil em parte.

Presidente, em função desse compromisso do Relator, retiro também o meu destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Qual destaque, Senadora Eliziane Gama?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) - Destaque nº 91.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Destaque nº 91.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Presidente, o que o Deputado Alencar Santana disse com referência ao Ministério da Micro e Pequena Empresa e às universidades, vamos tentar resolver pela bancada do Estado de São Paulo.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Tem a palavra o Senador Randolfe Rodrigues, que falará pela Liderança.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) - Gostaria de informar que o Presidente Rodrigo Pacheco alterou a convocação da sessão do Congresso Nacional para amanhã, às 11 horas. Então, haverá tempo para a Comissão.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Muito obrigada.

Tem a palavra a Senadora Augusta Brito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (PT - CE) - Senadora, depois dessa notícia, vamos aumentar as discussões.

Eu entendo tudo que foi construído. Eu quero assinar em baixo de tudo que a Senadora Professora Dorinha Seabra disse. Realmente ficamos decepcionados em não poder ter em uma Comissão que trata da violência contra nós mulheres — essa Comissão não é só do Senado, mas é mista — o mínimo de orçamento para se construir um equipamento que faça essa defesa.

Eu posso até retirar esse destaque, pelo coletivo, pelo que está sendo discutido aqui. Mas eu apelo ao Relator para que tenha a sensibilidade de fazer esse remanejamento, que não é grande, não vai prejudicar nenhuma Comissão do Senado. Trata-se somente de 20 milhões para que possamos garantir pelo menos dois equipamentos. Esses equipamentos não são especificamente no Estado do Ceará. Eu não estou aqui defendendo só o meu Estado, mas também outros Estados onde ainda não há o equipamento Casa da Mulher Brasileira.

Eu queria muito contar com a sensibilidade do nosso Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Está retirando o destaque, Senadora?

A SRA. AUGUSTA BRITO (PT - CE) - Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Informe o número do destaque, por gentileza.

A SRA. AUGUSTA BRITO (PT - CE) - Destaque nº 124.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Destaque nº 124. É o mesmo que a Senadora Eliziane Gama retirou.

Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Presidente. Na verdade, eu vou ser breve. Eu até pedi o tempo da Liderança, mas não vou usá-lo.

Eu queria apoiar as falas da Senadora Professora Dorinha Seabra e do Senador Carlos Viana, porque eu acho que o grande ponto que estamos discutindo é a falta de critério.

A emenda de Comissão está balanceada não de um jeito técnico, mas de um jeito completamente político, com dinheiro na mão de quem vai comandar o dinheiro. A Comissão temática é o disfarce, infelizmente, Senadora Professora Dorinha Seabra, porque deveria ser a Saúde, e o critério para saber qual Comissão precisa mais ou menos.

A questão é que virou balcão de negócio. Eu acho que temos de ser claros em relação a isso, e a emenda de Relator foi para emenda de Comissão. Isso é claro. Isso é nítido. Todo mundo sabe, até as paredes sabem. Eu entendo essa fala e quero me solidarizar a ela, porque não tem regra. A regra é: em qual Comissão está o fulano? Em qual Comissão está o partido tal? Manda-se o dinheiro e o distribui. Trata-se de compra de apoio, e é critério.

Eu entendo e me solidarizo. Deputado Luiz Carlos Motta, eu sei que V.Exa. é o Relator e tem que atender a demandas. Há coisas que vem de cima, mas eu acho que esta Comissão, até pelos Deputados e Senadores qualificados que a compõem, tem que travar um debate sério. Não sei o que estamos fazendo aqui. Parecemos joguetes.

Temos cinco Senadores pedindo para remanejar. Eles não estão pedindo dinheiro, estão pedindo para remanejar. Eles não têm poder para fazer isso nas suas Comissões? Isso é um absurdo! Sabe o que parece? O dinheiro é do fulano, é do ciclano, eles comandam. Então, danem-se os Senadores, danem-se os Deputados que estão aqui. Todo mundo é palhaço de circo, que está à disposição do Presidente ou da Casa, ou da Comissão, ou do partido tal. Então, quem está mandando neste Congresso hoje são os donos de partido e os Presidentes das Casas. Todos nós podemos pegar nossos mandatos e irmos embora.

Eu sugiro ao Relator, o Deputado Motta — cujo trabalho eu respeito bastante, porque sei que fez o que pôde para acomodar tudo isso —, que possamos discutir critérios. Se vai ser emenda de Comissão, que seja nas áreas temáticas, com as priorizações dos Deputados que a compõem, que têm que votar. Tem que ter uma emenda de transparência, que diz que tem que ter ata de reunião da Comissão para destinação. Hoje parece a festa do caqui: o Presidente manda, e tudo entra no acordão.

Eu estou aqui me solidarizando, porque eles têm razão. Está errado! Isso está errado! Isso é orçamento de balcão de negócio e compra de apoio.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputada Adriana Ventura.

Vamos passar para a proposta para votação em globo dos destaques, ressalvados os que permaneceram.

Deputado José Rocha, Destaque nº 43; Deputada Adriana Ventura, Destaques nºs 51 e 52; Deputado Weliton Prado, Destaque nº 50; Deputado Túlio Gadêlha, Destaques nºs 110, 111, 112 e 126; Senador Carlos Viana, Destaque nº 38; Deputado Sanderson, Destaque nº 94; Senadora Professora Dorinha Seabra, Destaques nºs 16, 18, 27, 32, 122 e 136; Deputado Rafael Prudente, Destaque nº 89; Senador Izalci Lucas, Destaque nº 136; Deputado Carlos Henrique Gaguim, Destaque nº 135; Deputado Alencar Santana, Destaque nº 134.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Deputado José Rocha, Destaque nº 43.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Foi o primeiro que eu disse, Deputado José Rocha.

Tem a palavra o Deputado Túlio Gadêlha.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Presidente, primeiramente eu tenho percebido que os nervos estão ficando à flor da pele. Existe um momento de tencionamento, e os discursos estão ficando mais radicais. Eu acho que esse não é o caminho para uma Comissão de Orçamento. Então, Presidente, eu apelo para a construção de acordos. Estou vendo que caiu muito o número de destaques propostos desde o início. Estão retirando os destaques, e eu também quero retirar um.

Há um destaque meu e do Deputado Guilherme Boulos que tem o maior impacto orçamentário. Nós retiramos o Destaque nº 110 para tentar construir esse acordo. Por que eu digo isso, Presidente? Porque eu percebo que há insistência em ouvir as falas, mas todos nós estamos cansados. Estamos no dia 21 de dezembro, estamos próximos de 4 horas de debate, amanhã haverá sessão.

Eu percebo também, por parte da Mesa, com todo o respeito Presidente, uma tentativa de esvaziamento dos membros da Comissão para que a coisa se resolva e não dê em nada. Eu entendo que existiram acordos construídos, mas me deixe dizer uma coisa que acho muito importante para a reflexão da Mesa e dos membros desta Comissão. O Relator colocou um orçamento de 2 bilhões e 300 milhões de reais para o Ministério do Turismo. Este orçamento é 750% maior do que o do ano anterior. Esse orçamento a mais corresponde a 2 bilhões de reais. A Federação REDE PSOL faz um pedido que não chega nem a 10% disso. Se considerarmos os três que apresentamos, Destaques nºs 111, 112 e 126, a soma não dá nem 200 milhões de reais de recomposição: há a recomposição de Programas de Encostas, recomposição da Periferia Viva, recomposição do Ministério do Meio Ambiente.

Veja, Presidente, o pedido é pequeno se comparado aos acordos que foram construídos sem a presença dos membros desta Casa.

Eu estou percebendo, Presidente, que se formou um bloco aqui também, o bloco dos indignados, que junta direita, esquerda, Senadores e Deputados. Então, eu aproveito esses 20 segundos para pedir aos indignados que permaneçam aqui para construirmos esse acordo.

Muito obrigado. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Marcondes Gadêlha.

Deixo bem claro que nós estamos aqui e ficaremos até a hora que for necessário para discutirmos.

Está com fome, não é? Mas tudo bem. Eu sou acostumada a ficar só no café e na água. Todos nós somos acostumados a isso.

Não há, então, intenção da Presidência e muito menos do Relator no sentido de que não possamos discutir ou mesmo buscar acordo, enfim. Não tenho dúvida alguma sobre isso.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Presidenta...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Só informo que o Deputado Rafael Prudente retirou o Destaque nº 89.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - E eu retirei o Destaque nº 110.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Queria retirar um destaque, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O Deputado Túlio Gadêlha retirou o Destaque nº 110.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Eu queria retirar o Destaque nº 134. Conversei agora com o Relator, que se comprometeu a buscar uma solução. Então, retiramos o Destaque nº 134.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - A proposta para votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade, ressalvados os destaques pinçados.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, ressalvados os destaques pinçados.

Vamos colocar em votação agora todos os destaques que foram retirados e que não foram pinçados. O Relator já deu voto pela rejeição integral.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Há sobre a mesa destaque do Deputado José Rocha.

Tem a palavra o Deputado José Rocha para defender o Destaque nº 43, por 2 minutos.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Eu já tive a oportunidade de defendê-lo, Sra. Presidente. É um destaque que faz apenas remanejamento dentro do próprio Estado, o que não traria nenhum problema para o Sr. Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Relator, manifeste-se.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - O problema do pedido do Deputado José Rocha nós tentamos resolver, mas há uma questão técnica. Há quatro pedidos de rodovias. A sugestão dele era a de que se fizesse algum remanejamento de valores. Faltaria para resolver um problema de uma rodovia que já se tem licitado, o que fica em 40 milhões. Ele precisaria de mais 13 milhões, que poderiam ser tirados de outra licitação dele. Nós passamos isso para a assessoria, que não conseguiu fazer. Por isso é que não o foi atendido.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Coloco em votação o destaque na representação da Câmara dos Deputados.

O voto do Relator é pela rejeição.

Aqueles que votam com o Relator...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - O meu é pela rejeição, porque não houve... A assessoria técnica não...

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Olhe, desculpe-me. V.Exa. acordou comigo que aceitaria esse destaque. Então, V.Exa. me surpreende, Deputado.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Não, espere um pouquinho. Espere um pouquinho.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - V.Exa. me surpreende. V.Exa. me surpreende em colocar...

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Não ponha palavras na minha boca.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Espere aí, não. Não, senhor.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Deputado José Rocha, não ponha palavras na minha boca. Eu atendi o seu pedido. Não foi hoje. Foi ontem que V.Exa. veio aqui à CMO, e eu falei que iria levar para a assessoria. A assessoria disse que não tem condições de fazer isso. Eu vou fazer o quê?

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - A assessoria me confirmou, na vista de V.Exa., que tem.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Então, fala com eles. A assessoria está aqui.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Ele disse...

Então, meu caro amigo, eu sou seu amigo, já fui seu Líder, mas olhe bem, pelo amor de Deus!

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - A assessoria está aqui, Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Não é assim!

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Deputado, vamos seguindo em votação.

O voto do Relator é pela rejeição.

Aqueles que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a rejeição, com o voto contrário dos Deputados José Rocha e Weliton Prado.

Não vai ao Senado.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Sra. Presidente, surpreende-me muito essa posição do Relator agora na hora da votação. Isso me surpreende muito, porque não foi isso que ele acertou comigo e acordou comigo na presença do seu assessor, que concordou e disse que tinha como fazer.

Então, surpreende-me muito, viu, Relator? Fico muito surpreendido com a sua atitude, que não é uma atitude correta! Tenho dito!

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Eu vou pedir a gentileza para que possamos cumprir no rito do Regimento a palavra por 2 minutos para o Autor e 2 minutos para o Relator, e aí passamos para votação.

A Deputada Adriana Ventura tem os Destaques nºs 51 e 52.

V.Exa. dispõe de 2 minutos.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Dois minutos para cada, não é, Presidente? Obrigada.

(**Não identificado**) - Eu quero constar o meu voto favorável ao destaque, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Não foi para o Senado, Senador.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu serei breve.

Pode até marcar o meu tempo, por favor. São 2 minutos para cada destaque. Então, são 4 minutos, por favor.

Sr. Relator, são dois destaques de texto. Eu quero também deixar claro que eu tenho quatro destaques. Tenho um que vamos discutir no Plenário, que é a questão dos 4 bilhões, que saíram das emendas...

(*Desligamento do microfone.*)

Obrigada, Presidente.

São quatro destaques. Um deles vamos discutir depois, que é a questão dos 4 bilhões de reais que foram destinados para o fundão. Há outro que, realmente, eu retirei, porque V.Exa. deu a explicação do ofício, e está tudo certo. (*Pausa.*)

Congela o meu tempo, por favor.

Sou ciumenta, Deputado Motta. Ouça o que eu estou falando. Obrigada.

Os Destaques nºs 51 e 52 tratam da mesma temática. A mesma temática é cheque em branco para o Executivo.

Vou falar primeiro do Destaque nº 51. Eu quero que V.Exa. suprima duas linhas, que falam: "(...) do Poder Executivo, não abrangido pelos demais incisos, devendo os remanejamentos serem efetuados após a divulgação do relatório de avaliação de receitas e despesas primárias, referente ao 5º bimestre de 2024". Estamos falando o quê? Esse quinto relatório entra dia 22 de novembro, o.k.? Então, 22 de novembro é finalzinho do ano. Nós temos até o final do ano 1 mês, 40 dias. Então, aqui está se dando uma autorização total e irrestrita para que o Governo faça um remanejamento e o que quiser após 22 de novembro.

Eu não dou esse cheque em branco e acho que os meus colegas aqui também não, porque isso, na minha visão, inclusive, está fazendo um *bypass* do Congresso Nacional. O Governo não pode remanejar à vontade as verbas, e não podemos dar essa autorização para o Executivo.

Então, esse é o meu Destaque nº 51. Eu vou deixar V.Exa. falar sobre ele depois.

O Destaque nº 52 também vai na mesma linha, só que aqui fala especificamente do PAC. (*Pausa.*)

Congela o meu tempo, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Ah, de mim? Obrigada. Está bom. Boa desculpa. Gostei.

Então, assim, aqui estamos falando do art. 4º, § 3º, inciso III. Dentro do PAC, o Governo pode remanejar o PAC, mas eu acho que temos que ser razoáveis. No texto anterior, ele podia remanejar 15% de cada obra, e não havia limite para a suplementação. Saiu um relatório novo que ficou muito, muito ruim. Piorou o que já estava péssimo. Por quê? O que

está acontecendo? Está falando que o Governo pode remanejar todo o PAC até o montante de 25% de todo o PAC. Isso quer dizer que, se estamos falando de 50 bilhões de reais, ele pode remanejar 12 bilhões de reais. Em um simples ato do Executivo, com uma canetinha, ele pega 12 bilhões de reais e joga para qualquer obrinha em que estava 1 real, 10 reais, 15 reais. Então, o limite passa a ser um percentual da soma total do PAC, e não por ação. Isso devia ser por obra.

Então, estamos dando um cheque em branco. É por isso que eu estou pedindo isso, Relator. Eu queria que V.Exa. suprimisse isso, porque piorou muito mais do que estava.

Este é meu pedido. Vou economizar 30 segundos para V.Exa. acatar esses dois excelentes destaques, os nºs 51 e 52, por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Estou lhe dando os 19 segundos. *(Risos.)*

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Deputada Adriana, o Destaque nº 51 é uma praxe que já vem acontecendo no Governo. Logicamente, vamos pela rejeição.

O Destaque nº 52 é praxe também. É que nós tínhamos diminuído para 15%.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Não. Já eram 25% nos anos anteriores. Está continuando do jeito que está. Nós tínhamos abaixado para 15%. O Governo não aceitou. Então, está continuando do jeito que era. Entendeu?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Está certa a questão do percentual que V.Exa. está falando, mas era por obra e passou a ser do montante total. Se for 50 bilhões de reais, ele vai poder pegar 12 bilhões de reais e fazer o que quiser. Então, aceita o meu destaque, por favor.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Não dá para aceitar. Dá na mesma.

É pela rejeição.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Em votação os dois destaques da Deputada Adriana Ventura, os Destaques nºs 51 e 52, com o voto do Relator pela rejeição.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado o destaque, com o voto contrário da Deputada Adriana Ventura e dos Deputados Weliton Prado e Túlio Gadêlha.

O Deputado Weliton Prado tem um requerimento para votação nominal.

Então, nós vamos, primeiro, colocar em votação esse requerimento para depois passarmos para o destaque.

Tem a palavra o Deputado Weliton Prado, para defender o requerimento.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - Primeiramente, eu queria fazer um apelo para o Relator. Essa é uma emenda de recomposição, é uma emenda RP2 da bancada de Minas. A Santa Casa de Belo Horizonte é como se fosse o hospital da saúde: tem mais de 1.200 leitos, faz mais de 3,4 milhões de atendimentos de saúde anuais. É a que mais atende, a que mais faz cirurgia do coração, a que mais faz radioterapia, a que mais faz quimioterapia, a que mais faz transplante, a que mais atende crianças. É uma verdadeira cidade da saúde.

Essa é uma emenda importante da bancada mineira. A princípio, o valor da emenda era em torno de 30 milhões de reais. O que fez o Relator setorial? Ele reduziu esse valor para zero. Ele zerou esse valor da emenda, infringindo, inclusive, o posicionamento da bancada, porque isso não é justo com um dos hospitais mais importantes, o que mais atende o SUS não só em Minas, mas no Brasil. Ele zerou essa emenda RP2 da bancada de Minas Gerais. O Relator fez uma recomposição no valor de 5 milhões de reais, e falta recompor em torno de 26 milhões de reais.

Então, a nossa solicitação é mais um apelo para o Relator. É uma emenda de RP2, com valor insignificante diante do atendimento tão importante que faz a Santa Casa aos pacientes com câncer, com problema de coração, às crianças. Inclusive faz retinoplastia, que é o câncer nos olhinhos, o que o SUS não cobre. Não há recurso do SUS para isso. Essa é a doença da filha do Tiago Leifert. Este ano a Santa Casa operou e fez os testes preventivos nesse sentido com emendas de minha autoria.

Então, é muito importante a aprovação desse destaque.

Eu solicito a todos os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras para votarem favoravelmente ao meu requerimento, para que a votação seja nominal. Isso é muito importante.

Se o Relator entender, eu solicito que o Relator acate. Senão, eu solicito apoioamento para votação nominal.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

O Relator quer discutir o requerimento?

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - É um assunto que acho que sensibiliza todo mundo.

Eu fico à disposição de V.Exas. Se acharem que deve levar, eu vou levar, e vamos tentar resolver, entendeu? Eu estou sensibilizado.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - Podemos acatar? Todo mundo concorda? (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - V.Exa. é contra ou a favor do requerimento?

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Do requerimento, eu sou a favor.

Então, vamos. (*Pausa.*)

Nós estamos chegando à conclusão aqui com a assessoria que pode ser um valor um pouquinho menor.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - Qual valor?

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Não sei.

Nós já demos 5 milhões de reais para V.Exas.

Pode ser uns 15 milhões de reais? Aumentaríamos mais 10 milhões. Pode ser?

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - O.k., Deputado.

Pode ser. (*Palmas.*)

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Depois eu vou ver com a assessoria de onde vamos tirar.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - Certo. O.k.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) - Começou a melhorar, Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Só um instante, por gentileza.

V.Exa. pode retirar o requerimento?

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - Sim, com o Relator assumindo esse compromisso de acatar nesse valor de 15 milhões.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - E retira o destaque?

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - Retiro o destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Não.

Vamos votar o destaque.

V.Exa. agora defende por 2 minutos o seu destaque. (*Pausa.*)

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Sr. Presidente, um segundo. Quero só solicitar que o Relator, ao acatar essa emenda, faça-o de uma forma que mantenha aquele conjunto, faça um remanejamento dentro das emendas de Comissão.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Eu tenho uma emenda da Comissão do Trabalho por meio da qual eu vou tirar os 10 milhões para pôr para eles.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - É emenda de Comissão?

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - De Comissão.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Está bom, obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Não vai mudar nada.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Em votação...

Para defender o destaque, tem a palavra o Deputado Weliton Prado.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - Eu vou ser breve. Eu queria agradecer a todos os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras.

É muito importante isso. A Santa Casa, como eu coloquei, é uma cidade da saúde.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Deputado, antes, estávamos discutindo o requerimento. Agora, V.Exa. tem que primeiro defender o destaque. Depois, se aprovado, V.Exa. faz o agradecimento. (*Risos.*)

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - Já defendi. É o Destaque nº 50.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Volto a palavra para o Relator.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Então, do destaque eu vou ser favorável ao aumento do valor de 10 milhões de reais nos 5 milhões de reais. O.k.?

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Em votação na representação da Câmara dos Deputados a aprovação parcial do destaque.

Aqueles Deputados e Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado na Câmara.

Em votação na representação do Senado Federal.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos para os destaques do Deputado Túlio Gadêlha: Destaques nºs 111, 112 e 126.

V.Exa. vai falar sobre todos ao mesmo tempo ou vai defender um por um?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Presidente, eu queria perguntar ao Relator se ele não tem uma proposta a me fazer. Aproveitando essa onda de positividade, queria perguntar ao Relator se ele não teria uma proposta a me fazer, como foi feito...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Primeiro, de acordo com a orientação da consultoria, V.Exa. deve fazer a defesa.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Está bom, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Vai falar de um por um?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Eu falo dos três — não tem problema —, para podermos acelerar os trabalhos e sensibilizar o nosso Relator quanto a esses temas.

O Ministério do Meio Ambiente, Presidente, no início do ano, com a reforma administrativa, foi fracionado e perdeu estruturas importantes. Com isso, perdeu também orçamento. Hoje, no nosso País, existe um compromisso do Presidente Lula em preservar o meio ambiente, inclusive defendendo novos concursos, defendendo as carreiras de Estado, o IBAMA, o ICMBio. Hoje, com o orçamento apertado do Ministério do Meio Ambiente, não existe condição de esses servidores atuarem para impedir o desmatamento, impedir o garimpo, impedir as queimadas.

O primeiro dos nossos pedidos é que mantenhamos o orçamento sem esse ajuste feito no relatório, de remanejamento, que retira 86 milhões e 234 mil reais. Esse é o primeiro pedido, olhando para o Ministério do Meio Ambiente, as suas atribuições e o compromisso assumido pelo Governo Lula na atual gestão.

Os outros pontos — tiramos quatro destaques e mantivemos esses três — são pontos pequenos, como o Programa Periferia Viva e o programa de contenção de encostas. São dois programas importantes, principalmente para as cidades que se encontram em situação de vulnerabilidade devido às mudanças climáticas. As enchentes e os alagamentos têm sido mais constantes no País, e isso não vai melhorar em curto e médio prazo.

Então, Presidente, esperamos que consigamos manter a soma desses dois programas importantes em menos de 100 milhões de reais. São 70 milhões para o programa de contenção de encostas e 20 milhões para o Programa Periferia Viva. Lembro que a minha cidade especificamente, a cidade de Recife, é a 16ª cidade mais vulnerável às mudanças climáticas no mundo e a primeira no País, e perdemos recentemente mais de 130 pessoas vítimas de alagamentos e deslizamentos de encostas na Capital e na Região Metropolitana.

Então, Presidente, o nosso pedido é mais do que republicano. São programas necessários para o País. É um orçamento que percebemos hoje que existe, porque o Ministério do Turismo teve um acréscimo de 2 bilhões de reais, e o Ministério do Esporte teve um acréscimo de mais de 200% em seu orçamento se comparado ao ano anterior.

Os meus pedidos aqui, como membro desta Comissão, são pedidos importantes para as políticas públicas de proteção do meio ambiente e de proteção das pessoas mais vulneráveis, as pessoas que moram nas periferias, nos morros, nas beiras das encostas. É um programa que, com certeza, vai ajudar as cidades que se encontram em condições de vulnerabilidade devido às mudanças climáticas.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Túlio.

Com a palavra o Relator.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Deputado Túlio, só para eu entender, pergunto: trata-se simplesmente de uma recomposição? Não vai mudar valor? É uma recomposição de um sistema para outro?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Caro Relator, no seu relatório, V.Exa. fez uma supressão de 86 milhões de reais do orçamento do Ministério do Meio Ambiente. Queríamos pedir que mantivesse o orçamento anterior, para que o Ministério não tivesse perdas. Nós não estamos pedindo orçamentos a mais para o Ministério.

Os outros dois pontos são de programas para os quais existia previsão orçamentária, que foi também retirada.

Eu já tirei, Relator... Pelo apelo da Presidência e dos colegas aqui, nós retiramos do Minha Casa, Minha Vida, na modalidade de FDS, a emenda que trazia uma recomposição de 366 milhões de reais. Retiramos para podermos tentar construir esse acordo.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Esse dava para atender, porque não mexe com dinheiro, entendeu? Trata-se só da recomposição de RP1 para...

V.Exa. tinha falado para mim... É uma modalidade que não muda valores, entendeu? Isso daria para fazer.

Não é isso, Deputado Túlio?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Desculpe-me, Relator. Não entendi.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - O seu outro destaque era qual?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Os meus destaques são os Destaques nºs 111, 112 e 126.

O Destaque nº 126 se refere à retirada de 86 milhões de reais do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Esses não são pela rejeição. Quais são os outros destaques de que V.Exa. havia falado?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Os outros destaques são o de contenção de encostas, que retirou 75 milhões de reais, e o do Programa Minha Casa, Minha Vida, na modalidade FDS.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Repita só esse para mim. Como é?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Esse destaque, Presidente... Para onde foi eu não sei; eu sei de onde saiu. No caso desse destaque, havia a previsão de um valor de 1,46 bilhões de reais, que foi reduzido em 23%, para 1,12 bilhões de reais.

Presidente, deixe-me só orientar o Relator com relação a isto. (Pausa.)

Está bom. Deixe-o seguir a orientação da assessoria. Depois, eu posso esclarecer. (Pausa.)

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Deputado Túlio, estou achando uma solução: tirar do Minha Casa, Minha Vida geral e repassar para o outro. É isso?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Isso atende a um destaque que nós retiramos. Mas, se V.Exa. quiser, eu mantendo esse destaque, e atendemos só ao outro, que seria o do Ministério do Meio Ambiente. Aí construímos esse acordo.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Não, dá para atender esse da mudança do Minha Casa, Minha Vida.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - É que esse, Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Já foi rejeitado.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Então, não dá.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Presidente, só para esclarecer...

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - Só para contribuir, Deputado Túlio, registro que, mesmo se o destaque tiver sido rejeitado, o Relator tem a prerrogativa de colocar no relatório. Ou não?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Não. Está rejeitado já o Destaque nº 110.

Há os Destaques nºs 111, 112 e 126.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - No caso desse que V.Exa. está citando, sobre recomposição, eu sou pela rejeição, porque se trata de 86 bilhões.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Qual é o número? Qual é o da recomposição?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - O da recomposição, Presidente, é o Destaque nº 126, do Ministério do Meio Ambiente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Rejeição do Destaque nº 126.

E o Destaque nº 111? (*Pausa.*)

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Caro Relator Motta, eu vi um episódio aqui e quero tentar restabelecer uma velha e boa amizade, porque eu conheço e sei de perto o que existe entre...

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Antes de V.Exa. falar...

Deputado Túlio, quanto ao que foi tirado do PAC, um percentual vai voltar quando o Governo mandar a nova tabela. Só quero deixar isso claro para V.Exa.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Perfeito.

Agora, Relator, sobre esse tema, especificamente, não existe o Destaque nº 110... No caso do Minha Casa, Minha Vida, o que nós queríamos é que a modalidade FDS fosse valorizada, pois é a modalidade em que os movimentos sociais ajudam na construção das casas, das moradias, passando a opinar sobre a moradia que eles querem construir.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Presidente, posso... (*Pausa.*)

Na verdade, Deputado Túlio, essa primeira proposta do Relator foi mudada. Esse mais de 1 bilhão que foi cortado na primeira proposta, na verdade, terminou sendo 300 milhões.

Então, a minha sugestão aqui é que aquilo que foi retirado do Minha Casa, Minha Vida na modalidade entidades e das áreas de risco seja recomposto ao que estava previsto antes, removendo do Minha Casa, Minha Vida geral, que é uma rubrica muito maior. Portanto, trata-se de pouca coisa. Eu acho que é possível haver essa troca, atendendo a essa sua demanda.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Relator, só um momentinho...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Se o Relator acatar, Deputado, eu concordo com o acordo.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Relator Motta, aproveitando este ambiente de acordos aqui e o seu gesto, conhecendo de perto essa velha e boa amizade...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Deixe-me só terminar de conduzir, por gentileza, Deputado.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Peço a palavra só para um encaminhamento de 1 minuto.

Eu conheço essa velha e boa amizade sua com o Deputado José Rocha. Eu pergunto: ainda há possibilidade de atender em alguma coisa essa questão do Deputado José Rocha, ou isso já está superado?

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Se eu atender o Deputado José Rocha, a assessoria vê a metade, se tiver como...

O SR. ALBERTO MOURÃO (Bloco/MDB - SP) - Presidente, eu queria falar sobre esse remanejamento que ele pediu. Com muito respeito, acho que é legítimo, mas falei com o Ministro anteriormente, e ele estava inclusive preocupado com a redução drástica. O programa já foi lançado. Nós já contratamos 200 mil casas. Ele falou que, automaticamente, não vai haver fluxo de caixa para pagar os contratos já liberados. Então, é meio arriscado fazer isso sem ouvir o Ministério.

Portanto, eu diria o seguinte: o pedido é legítimo, mas esse 1 bilhão que ainda sobrou para as entidades não está contratado, então ele não vai sofrer nenhum problema de execução orçamentária. Mas, se cortarmos mais desse aí, nós não vamos pagar, e esses conjuntos vão ficar parados. Por isso, é conveniente termos a cautela de não mudar, ainda que já haja um corte excessivo, com todo o respeito.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Entendo, Deputado, mas acho, com todo o respeito também, que é o Ministro que tem que se adaptar à Lei Orçamentária.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O Relator está com a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Eu sou pela rejeição, para que possamos dar continuidade aos trabalhos o mais rápido possível. Vamos discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Então, estão rejeitados os Destaques nºs 111, 112 e 126.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que votam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu estou confusa. Foi feito acordo, não é isso?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - É que o Governo ofereceu uma proposta de acordo antes de...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O Relator acabou de rejeitar. Foi isso que eu ouvi.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Relator, mas nem com o Governo oferecendo uma proposta de acordo para programas de encosta, para programas...

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Se eu aceitar o seu, estarei sendo injusto com aqueles cujos destaques eu rejeitei.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Mas nada será aceito, Relator?

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Por mim, não. Está em discussão.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Agora, para votação... Senador Carlos Viana, Destaque nº 38.

(*Não identificado*) - Já votou o...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Já, só no âmbito na Câmara dos Deputados.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) - Só quero registrar meu voto, junto com...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Presidente, nós estamos entregando requerimento de votação nominal sobre essa matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Mas já ultrapassamos a matéria, Deputado.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Mas já temos assinatura, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O requerimento era para ter sido votado antes, entendeu? O Deputado Weliton Prado, quando foi discutir, antes do destaque dele, colocou o requerimento para votação nominal.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Entendo, Presidente. É que o período de discussão foi muito curto, aí não conseguimos fazer a entrega a tempo desse requerimento. Tudo bem.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Com a palavra o Senador Carlos Viana, para defender o Destaque nº 38.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) - Senadora, eu vou pedir verificação de quórum, com apoioamento.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Tem que ser na próxima votação, Senador. Nesta não pode.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) - Eu peço o apoioamento dos Srs. Deputados e Senadores.

Eu sou o Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado. Nós temos 800 mil reais que foram colocados e temos várias Comissões que estão com zero no Senado, num acordo, a meu ver, espúrio, que não passou pelos Senadores. Ontem, pela manhã, nós fomos informados do relatório final. Não foi por falta

de diálogo, porque eu inclusive liguei para o Deputado Luiz Carlos Motta, conversei com ele, pedindo que, por gentileza, renovasse, e fomos surpreendidos com essa decisão.

Deputado, nós pedimos aqui um remanejamento das Comissões. De uma Comissão que tem 680 milhões de reais, 700 milhões de reais, o senhor tira 50 milhões de reais e coloca para as demais; de outra que tem 4,5 bilhões de reais, o senhor tira 100 milhões de reais e distribui para as demais.

Nós estamos falando aqui em pesquisa, inovação, apoio às universidades, em projetos que a Comissão já, inclusive, tem apoiado. Agora recentemente nós conseguimos depositar 1,5 milhão de reais num fundo de pesquisa para aproveitamento de água neste momento, tudo isso pela Comissão.

Então, eu peço a V.Exa. que... É possível que V.Exa. nos dê essa possibilidade. Eu peço apoio dos Senadores e Deputados à aprovação do meu destaque da Comissão de Ciência e Tecnologia. É justo diante do que nós precisamos. Passamos o ano inteiro falando aqui em pesquisa, em apoio à ciência e tecnologia. Quando chega a hora de tomarmos a decisão, há uma surpresa desagradável como essa.

Eu, mais uma vez, reitero o apelo a V.Exa. É uma questão apenas de reorganização de pequenos valores diante do que está lá na Comissão do Senado Federal.

Se V.Exa. não concordar, eu peço o apoio e a aprovação dos demais.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Com a palavra o Relator.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Senador, V.Exa. conhece as duas Casas, tanto a Câmara como o Senado, e é praxe em todos esses relatórios já vir isso pelos Presidentes das Casas. E, pelo que sabemos, tanto o Presidente da Câmara quanto o Presidente do Senado... Isso é decidido em reunião de Líderes partidários. Então, os Líderes se reúnem e decidem. Não cabe a mim nem aos Parlamentares que estão aqui a intromissão numa decisão do Senado Federal.

Então, eu sou pela rejeição.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) - Não se trata de intromissão. Esta é a Comissão de Orçamento.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Mas V.Exa. tem que...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Presidente, só informo a V.Exa. que não houve a discussão desse assunto na reunião de Líderes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Não cabe a nós.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - V.Exa. disse que quer discutir. Então, vamos discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Senador Izalci...

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Deputado Carlos, eu me prontifico a, junto com V.Exas., depois, tentar conversar com o Presidente Arthur Lira, mas não é questão de nós...

Eu sou pela rejeição.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Senador Izalci, por gentileza, vamos seguir o Regimento. A discussão é entre o Senador e o Deputado.

Em votação...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Presidente, ele está afirmando que houve uma reunião de Líderes para discutir. Não houve.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Eu falei que é praxe.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Em votação o destaque...

O SR. AMOM MANDEL (Bloco/CIDADANIA - AM) - Presidente, antes da votação...

Estou solicitando a palavra para contribuir para a discussão.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Em votação o destaque rejeitado pelo Relator.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Aqueles que estão com o Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado, com o voto contrário dos Deputados Adriana Ventura, Weliton Prado e Túlio Gadêlha.

Não vai ao Senado.

O próximo é o Destaque nº 94, do Deputado Sanderson.

O SR. SANDERSON (PL - RS) - Muito obrigado, Presidente Senadora Daniella Ribeiro e Relator Deputado Motta, meu dileto amigo.

Mais uma vez cumprimento todos os Parlamentares que estão aqui.

Eu quero reforçar novamente — já falei sobre isto na sustentação anterior —, sabendo das dificuldades e das limitações que o Relator tem, que a Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados foi unânime ao aprovar essa emenda, que lá era a de nº 13 e aqui na CMO é a de nº 94. Houve unanimidade na Comissão de Segurança Pública, com o voto de dezenas de Parlamentares, de esquerda, de direita, de centro. Todos os partidos votaram unanimemente a favor desses recursos para a valorização dos policiais federais, dos policiais rodoviários federais e dos policiais penais federais.

Muito se fala em buscar valorizar e prestigiar a segurança pública, inclusive no enfrentamento e no combate ao crime organizado do nosso País, mas, na hora de aplicar isso na prática, ficamos apenas no discurso.

Então, eu rogo, peço ao Relator, o qual inclusive conhece a matéria — nós o admiramos por ser convededor da matéria de segurança pública — e sabe das dificuldades que a segurança pública passa no Brasil, que tenha sensibilidade.

E peço a cada um dos Parlamentares da CMO — Comissão Mista de Orçamento que vote favoravelmente ao texto do Destaque nº 94, para que, aí sim, o Plenário... A decisão da CMO não é definitiva. Então, joguemos essa matéria para o Plenário da Câmara, porque lá, talvez com maior discussão, o conjunto dos 513 Deputados possa decidir.

Mais uma vez, agradeço à Presidente Daniella Ribeiro e ao Relator, o Deputado Federal Luiz Carlos Motta, reforçando aqui o nosso pedido de que essa emenda que valoriza os policiais federais do nosso Brasil seja acatada pelo conjunto dos Parlamentares da CMO.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Sanderson.

Com a palavra o Relator.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Deputado Sanderson, V.Exa., como Deputado, sabe muito, já conhece como isso funciona. Eu também sou favorável à sua ideia, mas não posso aceitar esse destaque, senão vou ser injusto com os outros. Sou pela rejeição, mas me comprometo a conversar com V.Exa. para tentarmos achar outra solução que não seja no Orçamento.

Então, sou pela rejeição do destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Em votação...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Presidente, eu pedi que me inscrevesse para falar dessa emenda.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Só quem pode falar, Senador, são o autor do destaque e o Relator durante este processo. Peço a compreensão de V.Exa., porque isso é regimental.

Em votação o Destaque nº 94, rejeitado pelo Relator, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que votam pela rejeição, junto com o Relator, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado, com o voto contrário dos Deputados Adriana Ventura, Weliton Prado, Gaguim, Vicentinho e Túlio Gadêlha.

O SR. SANDERSON (PL - RS) - Tem a maioria dos que estão aqui, Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Não tem.

Com a palavra a Senadora Professora Dorinha Seabra Rezende.

A Senadora vai falar dos destaques um por um ou em globo?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Na verdade, o principal pleito aqui — eu falo em nome do Senador Efraim — é a recomposição do orçamento inicial do Ministério das Comunicações. Ele disse que havia feito um compromisso com...

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Eu sou pela rejeição, porque é uma questão de recomposição. Muitos destaques que estavam aqui era pela recomposição, inclusive o do Deputado Túlio.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Eu nem terminei de falar, Deputado. Eu estava esperando a assessoria, que estava disputando a sua atenção, terminar.

Eu tenho que, por força da responsabilidade, colocar que se trata da recomposição do Ministério das Comunicações. Foram tirados 30 milhões do Ministério do projeto original. Então, o Senador Efraim apresentou três destaques. Eu fiz um destaque de recomposição, que é o Destaque nº 127, mas V.Exa. já está rejeitando. É uma situação que o Governo vai ter que resolver, porque foi tirado... Já veio pouco na própria mensagem original.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - O Ministro já esteve conversando conosco há 2 dias, e nós já indicamos um pouco de recursos para ele. Então, isso já foi recomposto.

Eu acredito também que, nessa recomposição, ele vai receber um pouco. Não vai recompor tudo, mas vai receber uma quantia.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Na verdade, trata-se de 30 milhões de reais que foram tirados.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Nós já atendemos a isso em reivindicações aqui...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Eu acredito que não neste caso, porque ele acabou de falar comigo. Então, eu acho que...

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Está aqui no orçamento. No relatório que saiu hoje, está registrado que há 30 milhões de reais para o Ministério da Comunicação.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Sim. Isso aqui está com base no relatório de hoje, que o Líder apresentou.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Eu dei 30 milhões de reais para ele!

V.Exas. já aprovaram 30 milhões de reais para o Ministério da Comunicação.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Eu creio que não.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O parecer do Relator a todos os Destaques — nºs 16, 18, 27, 32, 122, 136...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Não! Eu não terminei de falar ainda!

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Desculpe-me. Eu havia compreendido...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Esses recursos são do Ministério da Comunicação.

Quanto ao Destaque nº 136, é a mesma situação que eu já havia colocado. Diz respeito à Comissão de Educação, que eu também entendo que o Relator não...

Como eu tenho a palavra, posso dizer — o Senador Izalci não pôde falar — que não houve cumprimento do combinado em relação à Comissão de Educação, e a Comissão de Educação do Senado ficou apenas com 7 milhões de reais de orçamento. Então, esse é o destaque em que nós apresentamos uma recomposição do orçamento da Comissão de Educação.

Havíamos feito até uma proposta que não comprometeria o funcionamento de nenhuma Comissão. Mas comprehendo que V.Exa. não tem o poder de tratar dessa decisão.

Eu tenho uma emenda da bancada do Tocantins, a Emenda nº 27, que é um pedido de recomposição para atendimento à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba — CODEVASF. Trata-se de uma nova instalação no Tocantins. Então, nós estamos pedindo que, se for possível, ela seja atendida com algum recurso, porque a CODEVASF tem uma importância grande, hoje, para o nosso Estado. Há 139 Municípios envolvidos, e a CODEVASF pode atendê-los com equipamentos, com tratores.

Portanto, nós solicitamos que atenda, de alguma forma, a essa emenda nossa. O nosso pedido inicial é maior, mas, se pudesse nos atender pelo menos com o valor que foi dado para Minas Gerais, o Tocantins não se sentiria desrespeitado!

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Eu sou pela rejeição, logicamente. O Tocantins já foi prestigiado em muitas emendas.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Nesta aqui, não!

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Eu sou pela rejeição dos destaques da Senadora, como nós fomos...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Presidente, eu posso falar durante a apreciação desta emenda cujo destaque eu pedi?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Senador Izalci, V.Exa. retirou o destaque.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Não. Eu não o retirei, não. O Destaque nº 136?

Não retirei destaque nenhum!

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - V.Exa. quer falar de...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Eu retiraria, se ele acatasse o pedido de remanejamento...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - V.Exa. quer falar do...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Eu só quero reforçar o que foi dito pela Senadora Professora Dorinha Seabra.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Ia chegar a sua vez de falar, mas tudo bem, se V.Exa. quiser falar agora.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - É porque se trata da mesma emenda.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Tudo bem! Sem problema.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Eu só quero reforçar o que foi dito pela Senadora Professora Dorinha Seabra e também pelo Senador Carlos Viana e pela Senadora Augusta Brito: não faz nenhum sentido os Senadores comporem esta Comissão e não terem voz nenhuma, não terem capacidade nenhuma de mudar nada, porque já vem pronto de lá! Então, eu me pergunto: o que nós estamos fazendo aqui? O que eu estou fazendo aqui? Eu passei aqui o dia todo e participei de várias reuniões para quê? Para, no fim, dizer: *"Não; não se pode fazer nada!"*.

Para que servem aqui os cinco Senadores que representam a Comissão? Nós não estamos falando de Parlamentares que não são da Comissão, não! Todos nós somos da Comissão! Todos nós viemos aqui para discutir e para aprovar o orçamento. Aí, uma mudança — e é só uma mudança; não é aumento de despesa de nada —, um remanejamento não é levado em consideração em absolutamente nada.

Então, bastaria uma norma do Presidente da Câmara ou do Senado dizer: *"Olha, quem vai fazer o orçamento aqui somos nós. Esqueçam!"*. Para que nós somos indicados para vir para cá? Para quê, se nós não temos poder nenhum de mudar nada?

Esta é a reflexão que eu faço. Eu não sei o que eu vim fazer aqui.

Agora, a Comissão de Educação, que trata da principal política pública do País — ou deveria ser, mas só é no discurso! —, ter um orçamento de 7 milhões é brincadeira! Há 7 milhões de reais para a Comissão de Educação!

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - É um sentimento de participar de um teatro bem ruim!

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - É um negócio assim... Dá um desânimo!

Eu, sinceramente, vejo assim: chega de ficar aqui como vaquinha de presépio — aproveitando que o Natal está chegando. É assim que nós estamos aqui!

Os Senadores — a bancada toda; todos os Senadores da Comissão; todos! — fazemos esse apelo. E não existe esse negócio de que o Relator não pode fazer. Pode fazer, sim! É só explicar para eles: *"Olha, não faz sentido destinar 4 bilhões de reais para uma Comissão, 800 milhões para outra Comissão e não destinar nada para a Comissão de Educação, não destinar nada para a ciência e tecnologia!"*. Isso não dá para bancar nem sequer uma vacina que já está bem adiantada. E na área de ciência e tecnologia você não para na metade e no ano seguinte recomeça, não! Ou há continuidade e regularidade no recurso, ou acaba pesquisa!

Então, sinceramente, eu não poderia deixar de manifestar que nós passamos o dia todo aqui, sem almoço, sem janta, sem lanche, para ouvir: *"Ah! não podemos fazer nada!"*, porque os cinco Senadores — aliás, toda a bancada de Senadores — não têm absolutamente poder nenhum, nem de remanejar nada!

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Não; poder nós temos! Nós temos, e, regimentalmente, nós podemos fazer muita coisa!

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Pois é...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Nós estamos aproveitando o quórum, a presença dos Parlamentares há dias. Então, nós poderíamos pedir revisão do quórum. Mas isto é uma tentativa de construção. É um

modelo em que, eu entendo, nós estamos totalmente equivocados, inclusive, ao abrir mão de poderes regimentais que poderíamos exercer.

Na verdade, existem muitos instrumentos legais, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Esta Comissão só funciona por meio de acordo. Nós poderíamos inviabilizar o orçamento.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Estamos em votação, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Nós estamos tentando, com boa vontade, um acordo, mas isso é muito ruim para nós, como Senadores... Ninguém caiu de paraquedas aqui! Ninguém foi colocado aqui de qualquer jeito! Eu estou aqui representando o Distrito Federal, "Ah, não há nada"...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Com a palavra o Relator.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Eu sou pela rejeição do requerimento, porque ele não tem nada a ver com esse assunto.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Como não tem nada a ver?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Então, em votação...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - É a mesma votação do Destaque nº 136?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - V.Exa. concluiu, Senadora Professora Dorinha Seabra, com relação a isso?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Eu concluí. Na verdade, como eu disse, isso não tem nem explicação, porque acaba sendo um teatro ruim. Eu estou aqui o dia inteiro esperando e já poderia estar em outros lugares, inclusive.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Em votação os Destaques nºs 16, 18, 27, 32, 122, 136, com voto do Relator pela rejeição.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que votam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Os destaques foram rejeitados.

Não vão para o Senado.

O último destaque é o Destaque nº 135, do Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Se puder atender ao Gaguim no que for possível...

O Destaque nº 135 diz respeito à CODEVASF.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Sou pela rejeição.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Com o voto do Relator pela rejeição do Destaque nº 135, em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que votam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado, com o voto contrário do Deputado Túlio Gadêlha e do Deputado Carlos Henrique Gaguim.

Está aprovado o Orçamento de 2024.

Esclareço que, na última reunião do Colegiado de Líderes da CMO, um Parlamentar levantou uma questão de ordem sobre a competência para apresentação de destaques pelas bancadas e Comissões.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Diante disso, respondo que esta Presidência entende que os Coordenadores de bancada e Presidentes de Comissão só poderão apresentar destaques às emendas apresentadas pelo colegiado que representam.

O inteiro teor desta questão de ordem será registrado na ata e nas notas taquigráficas.

Eu queria concluir...

Pois não, Deputado Túlio.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Presidente, quero apenas falar de um assunto sobre o qual o Relator, Deputado Luiz Carlos Motta, havia conversado comigo.

Deputado, eu queria só saber se nós conseguimos manter aquele compromisso da alteração do GND nº4 para o GND nº3.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Já foram rejeitadas.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Já o quê? Desculpe-me.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Mas isso não é um destaque. Estou falando do Programa Periferia Viva, sobre o qual havíamos conversado. Esperávamos que saísse no novo texto a alteração do GND nº4 para GND nº3.

Queria apenas saber, Relator, se podemos...

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - O Executivo pode fazer isso através de portaria.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Eu queria sugerir que, após a reunião, V.Exas. conversassem a esse respeito.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - É que por meio de portaria isso teria que ser feito nas janelas, Deputado. Por isso nós que pedimos que constasse do relatório.

Só a título de esclarecimento, Presidente, quero dizer que, se nós não fizermos essa alteração, isso vai inviabilizar a execução do programa, porque não é investimento; é custeio. Deve ser feita a alteração do Grupo de Natureza de Despesa — GND de 4 para 3.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Isso pode ser feito por errata, na votação. Na hora em que V.Exa. for votar, V.Exa. pode colocar como errata.

Se for só isso mesmo, não houver nenhum problema fiscal, é só alterar.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Vou trocar uma ideia com a assessoria. Eu acho que *(ininteligível)*. O que eu pude fazer, Deputado Túlio, vou fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Eu quero agradecer-lhes, finalizando este momento muito especial para todos nós.

Obviamente, nem tudo se consegue. Nós gostaríamos muito...

Eu quero dizer que é muito angustiante ver essa situação e ter que conduzir, muitas vezes, momentos em que nossos colegas não são atendidos.

Eu tenho muito respeito pelos Parlamentares, por todos os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputados, pela forma como nós chegamos aqui, com democracia, as pessoas votando, confiando, acreditando no voto e aguardando de nós este trabalho. Por isso eu entendo, comprehendo completamente, inclusive, as nossas frustrações. Eu também tenho muitas. Mas, diante disso, eu sei que em muito se avança, e a possibilidade do diálogo é sempre o nosso maior trunfo no Congresso Nacional.

Eu queria agradecer a todos os colegas com quem eu pude conviver durante este ano, principalmente aos da Câmara dos Deputados, Deputados e Deputadas, que eu tive prazer de conhecer de perto — foram muitos e muitas colegas. Mando um beijo para vocês.

Agradeço a meus colegas Relatores, o Deputado Danilo Forte, o Deputado Luiz Carlos Motta.

Agradeço ao nosso Líder, Carlos Zarattini.

Agradeço — e, aí, em nome do Governo também — ao nosso querido ex-Deputado Gilmar Machado, um querido.

Gilmar, você é um querido, viu?

Quero agradecer, de forma muito especial, a todos os consultores, à Coordenação de Audiovisual, aos taquígrafos, aos consultores de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, aos assessores de Lideranças da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, às copeiras e aos garçons, enfim, a todos aqueles que, com o seu trabalho e dedicação, contribuíram para o bom êxito no fechamento deste Orçamento. Votar proposta orçamentária é sempre um desafio, e, sem vocês, nada disso teria sido possível.

Quero agradecer muito, de forma especial, aos colegas.

Também registro meu agradecimento à minha ex-colega, Senadora e Ministra Simone Tebet; ao Ministro Fernando Haddad; à equipe do Governo, que se fez presente durante todo este diálogo.

Minha gratidão aos dois Presidentes: ao Presidente do Senado, Senador Rodrigo Pacheco; ao Presidente da Câmara, Arthur Lira; e, na pessoa deles, a todo o Congresso Nacional.

Ontem foi um dia marcante para o Congresso Nacional, com a promulgação da Reforma Tributária, e hoje concluímos o Orçamento.

Muito obrigada.

Encerrada...

Meu Vice-Presidente querido, muito obrigada.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LUCIANO AMARAL (Bloco/PV - AL) - Quero parabenizá-la, Presidente, pela condução dos trabalhos.

Parabenizo todos os membros desta Comissão, toda a assessoria, toda a equipe da CMO.

Parabenizo o meu amigo Relator, Deputado Luiz Carlos Motta, pelo brilhante trabalho que conduziu e pela paciência; o Deputado Danilo também; enfim, parabenizo todos.

Hoje finalizamos o nosso trabalho na Comissão, aos 49 minutos do segundo tempo, mas amanhã, com certeza, vamos votar a proposta orçamentária no Congresso, para finalizar.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Mas até março, é bom relembrar, nós ainda estaremos aqui.

O SR. LUCIANO AMARAL (Bloco/PV - AL) - Desejo um Feliz Natal e um próspero Ano Novo a todos os membros da Comissão e a todos da assessoria que estão aqui presentes.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado.

Têm a palavra os Relatores.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Eu queria fazer um registro e uma justa homenagem à nossa Presidente, Senadora Daniella Ribeiro. Eu já participei desta Comissão há alguns anos, em alguns mandatos, e nunca tinha visto esta Comissão tão harmônica como foi sob a sua condução.

É difícil este trabalho, como V.Exa. muito bem disse; há momentos de frustrações que a vida pública nos impõe. Mas, com o diálogo aberto e com a transparência com que foi feito o trabalho, pela primeira vez na história, nós fizemos um acordo na LDO em público. Muitas vezes, os acordos eram feitos em salas fechadas, e havia muitas propostas até indecentes para se acordar a votação do Orçamento, e aqui nós fizemos isso com toda a publicidade, com toda a luz possível, de modo que a sociedade brasileira pôde acompanhar tanto a votação da LDO como a votação da LOA, aqui conduzida pelo nosso Relator, Deputado Luiz Carlos Motta.

Quero manifestar a minha admiração por V.Exa., que surpreendeu a todos nós, pode ter certeza disso. Nos momentos mais difíceis, V.Exa. sempre nos deu uma luz, mostrou um caminho e teve a paciência de conduzir esta Comissão, que é assim mesmo: ela é de debate ferrenho, porque o motivo pelo qual mais se briga na vida, em qualquer situação, é a sobrevivência, o que depende, muitas vezes, do recurso financeiro.

Num País onde os recursos financeiros são tão escassos e, muitas vezes, é tão mal compreendida a luta do Parlamento — e, pior ainda, é a concepção do que são as emendas Parlamentares, porque a sociedade não tem uma noção clara do que é isso —, V.Exa. conseguiu dar transparência a tudo isso.

Eu tenho certeza de que, doravante, os orçamentos serão feitos cada vez com mais transparência e com mais fiscalização.

O grande aprendizado que ficou deste ano é que, agora, todo o Parlamento viu que qualquer manifestação que incida sobre despesa do Governo reflete não só no Orçamento do Governo, do Poder Executivo, mas também no Orçamento do Poder Legislativo. Isso vai diminuir muito também a incidência de pautas-bomba, porque, muitas vezes, no afã do populismo fiscal, cometem-se erros que tornam mais difícil a disciplina orçamentária e fiscal do País.

O Brasil ainda hoje está pagando uma conta que vem desde 2015, da irresponsabilidade fiscal que ocasionou pedaladas e que colocou o Brasil em situação de desequilíbrio fiscal. Até hoje nós pagamos essa conta. Se ainda hoje nós temos dificuldade de ter um orçamento 100% impositivo; se ainda hoje nós temos dificuldade de ter a meta fiscal zero tão sonhada pelas nações economicamente mais evoluídas, é exatamente porque o Brasil teve um desequilíbrio muito grande de 2015 para 2016.

Agora, sob a sua condução, nós estamos plantando uma nova semente, com um orçamento factível, real, impositivo e participativo.

Parabéns, Senadora Daniella Ribeiro!

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Declaro encerrada presente reunião.

Obrigada. (*Palmas.*)